

Jaqueline Fonseca Rodrigues  
(Organizadora)



# Princípios da Administração:

conceitos e  
práticas

## JAQUELINE FONSECA RODRIGUES

<b>Editor Chefe:</b>	Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares
<b>Bibliotecária:</b>	Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347
<b>Capa:</b>	Designed by Starline / Freepik
<b>Diagramação:</b>	Ana Lucia Ribeiro Soares
<b>Revisão:</b>	Os Autores

### Conselho Editorial

- Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz - Faculdade Sagrada Família
- Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chiroli - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Prof.º Dr. Gilberto Zammar - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues - Faculdade Sagrada Família
- Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Prof.º Me. Jorge Soistak - Faculdade Sagrada Família
- Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues - Universidade Norte do Paraná
- Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes - Universidade Estadual do Centro-Oeste
- Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch - Faculdade Sagrada Família
- Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda - Centro Universitário Santa Amélia
- Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Prof.º Me. Rudy de Barros Ahrens - Faculdade Sagrada Família
- Prof.ª Ma. Silvia Aparecida Medeiros Rodrigues - Faculdade Sagrada Família
- Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues - Instituto Federal de Santa Catarina



© 2020 O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

As ilustrações e demais informações contidas desta obra são integralmente de responsabilidade de seus autores atestando que não há plágio ou quaisquer desvios de padrões éticos de publicação.

# PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS E PRÁTICAS

<b>Editor Chefe:</b>	Prof° Dr. Adriano Mesquita Soares
<b>Bibliotecária:</b>	Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347
<b>Capa:</b>	Designed by Starline / Freepik
<b>Diagramação:</b>	Ana Lucia Ribeiro Soares
<b>Revisão:</b>	Os Autores

P9576 Princípios da administração: conceitos e práticas. /. Jaqueline  
Fonseca Rodrigues (organizadora). -- Ponta Grossa: Aya, 2020.  
292 p.. – ISBN 978-65-88580-05-9

Inclui bibliografia  
Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.  
Modo de acesso: World Wide Web.  
DOI 10.47573/aya.88580.2.2

1. Empreendedorismo. 2. Empresa júnior. 3. Acadêmicos. I.  
Rodrigues, Jaqueline Fonseca. II. Título.

CDD: 658.4

## AYA Editora©



+55 (42) 3086-3131



contato@ayaeditora.com.br



<https://ayaeditora.com.br>



Rua: João Rabello Coutinho, 557  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
84.071-150

Jaqueline Fonseca Rodrigues  
(Organizadora)



# **Princípios da Administração:** conceitos e práticas

  
**AYA EDITORA**  
2020

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO NA FORMAÇÃO DOS DISCENTES DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS A PARTIR DA INTEGRAÇÃO DO NÚCLEO FASAM JÚNIOR</b>	<b>10</b>
<i>André Chagas de Sousa</i> <i>Ricardo Roberto Paiva dos Santos</i> <i>Tayson Fernando Leite da Silva</i> <i>Nathalia Ramos Capra</i> <b>DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.10-25</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>A ROTATIVIDADE DOCENTE EM DUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE PARAUAPEBAS-PA</b>	<b>26</b>
<i>Luévenny de Paula Benício Oliveira</i> <i>Misael Melo dos Santos</i> <i>Jefferson Modesto de Oliveira</i> <i>Daniela Castro dos Reis</i> <b>DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.26-39</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>ANÁLISE DA DINÂMICA DO CAPITAL DE GIRO DA JBS NO ENTRE CRISE, AVALIANDO OS ANOS DE 2013 ATÉ 2018</b>	<b>40</b>
<i>Brenda Ellen Semek</i> <i>Italo José Cardoso dos Santos</i> <i>José Alexandre Ferreira</i> <i>Yuri Andrei Freire Marcinik</i> <b>DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.40-58</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>ANÁLISE DOS EFEITOS DE FALHAS NA ROTINA DE PROCESSO DE UMA EMPRESA DE COFRE DE PEQUENO PORTE LOCALIZADA NA CIDADE DE PONTA GROSSA, UTILIZANDO COMO TÉCNICA A FERRAMENTA <i>FAILURE MODE AND EFFECTS ANALYSIS</i></b>	<b>59</b>
<i>Davi Gomes dos Santos</i> <i>Mariele Silva de Lima</i> <i>Adriano Mesquita Soares</i> <b>DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.59-84</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>ANTECEDENTES DE FOMENTO PÚBLICO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOB A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>85</b>
<i>Leandra Dias Pinto Martins</i> <i>Renata Macedo Marques Pereira</i> <b>DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.85-99</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b>	
<b>AUSÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DOS CANAIS ALTERNATIVOS DE ATENDIMENTO: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA BANCO BRADESCO S.A., AGÊNCIA 6039-FLORESTA</b>	<b>100</b>
<i>Rafael Leal Rodrigues Soares</i> <i>André Luis Leal Rodrigues Nascimento</i> <i>Williany Larissa Gomes de Sá Souza</i> <b>DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.100-110</b>	

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO 7

**COMPLIANCE E CULTURA ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE DA GERAÇÃO DE RESULTADOS NO AMBIENTE INTERNO E EXTERNO DE UMA ORGANIZAÇÃO** 111

*Paula Gonçalves Serafini*

*Jéssica Morais de Moura*

**DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.111-135**

## CAPÍTULO 8

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO PROJETO VARRE VILA EM SÃO PAULO** 136

*Carolina Bezerril Moreira*

*Cinara Pereira*

*José Abel de Andrade Baptista*

**DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.136-148**

## CAPÍTULO 9

**EMPREENDEDORISMO E OS REGIMES TRIBUTARIOS BRASILEIRO** 149

*Eriton Toledo Arcain*

*Flávia Aparecida Reitz*

*Genilson Valotto Patuzzo*

**DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.149-160**

## CAPÍTULO 10

**ESTUDO DOS ÍNDICES DE CRESCIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS E PRIVADAS NA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR** 161

*Brenda Ellen Semek*

*Viviane de Fátima da Silva*

*Adriano Mesquita Soares*

**DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.161-174**

## CAPÍTULO 11

**EXTERNALIDADES E OS DIREITOS DE PROPRIEDADE DE TERRAS INDÍGENAS: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO POVO INDIGENA XAVANTE** 175

*João Gomes Júnior*

*Flávia Lorena Brito*

*Cristiano Costa Pereira*

**DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.175-188**

## CAPÍTULO 12

**MODAL RODOVIÁRIO COMO VALOR ESTRATÉGICO PARA OS NEGÓCIOS: CARACTERÍSTICAS, TENDÊNCIAS E OS DESAFIOS DA DISTRIBUIÇÃO LOGÍSTICA** 189

*Mallú de Mendonça Barros*

*Sandra Pereira Ramos*

**DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.189-202**

## CAPÍTULO 13

**NOVOS HÁBITOS DE COMPRA E CONSUMO: SERVIÇO DE DELIVERY DIMINUI OS IMPACTOS ECONÔMICOS CAUSADOS PELA PANDEMIA EM BARES E RESTAURANTES DE JUAZEIRO DO NORTE-CE** 203

*Alex Pereira Ribeiro*

**DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.203-213**

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO 14

**O EMPREENDEDORISMO NO SEGMENTO DE ROUPAS DE SEGUNDA MÃO OU LOJA DE BRECHÓ NA CIDADE DE TRINDADE - GO** 214

*Silvânia Gonçalves Barbosa*

*Roseli Vieira Pires*

**DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.214-230**

## CAPÍTULO 15

**PLANEJAMENTO FINANCEIRO: UM ESTUDO DE CASO DO PERFIL FINANCEIRO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE SAGRADA FAMÍLIA** 231

*Jéssica Karolinne Vieira*

*Cláudio Kapp Júnior*

**DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.231-248**

## CAPÍTULO 16

**REUSO DE ÁGUA DE ARCONDICIONADO UTILIZANDO INTERNET DAS COISAS E COMPUTAÇÃO EM NUVEM: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA DE TIC NO AMAZONAS** 249

*Afonso Fonseca Fernandes*

*Júlio César D'Oliveira e Souza*

*Mario Jorge da Silva Maciel*

**DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.249-264**

## CAPÍTULO 17

**REVOLUÇÃO NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO TRABALHO NO NOVO NORMAL** 265

*Alessandra Antônia Pereira*

*Patrícia Barbosa Alves de Almeida*

**DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.265-276**

## CAPÍTULO 18

**TRABALHO VOLUNTÁRIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PERFIL, ASPECTOS DE MOTIVAÇÃO E SUBJETIVIDADE DOS VOLUNTÁRIOS DO LAR NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO** 277

*Lauro André de Souza Lírio*

*Silvânia Soares Santos Brandão*

**DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.277-290**

## ÍNDICE REMISSIVO

291

# APRESENTAÇÃO

Antes de efetuar a apresentação do volume em questão, deve-se considerar que por ser a Administração uma ciência que consiste em gerenciar, estudar e sistematizar as práticas usadas para conduzir processos empresariais, tendo como escopo uma linhagem social, pois estuda as relações de eficiência através do ato de administrar ou gerir negócios, pessoas ou recursos, com o objetivo de alcançar metas definidas.

Por não levarem em conta os impactos sociais que podem surgir diante dos processos decisórios empresariais efetuados, muitas falhas podem surgir e resultar em impactos negativos aos “olhos” do cenário mercadológico. Em seu amplo estudo administrativo as políticas governamentais adotadas acabam estendendo-se para outras partes do contexto social os quais não foram inseridos em momentos decisórios da formulação e aplicação de estas.

Percebe-se que é de extrema relevância a inserção de questões que englobem aspectos sociais, ambientais, que envolvam: relações interpessoais, empreendedorismo, Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas, Pandemia, Hábitos de Consumo e Impactos Econômicos; no sentido de constituir uma sociedade que preze por justiça, igualdade, seja bem-sucedida e neste sentido, organizada.

Diante dos contextos apresentados, o objetivo deste livro é a condensação de extraordinários estudos envolvendo a sociedade e o setor empresarial de forma conjunta através de ferramentas que a abordagem administrativa propicia.

O principal destaque dos artigos é uma abordagem de Conceitos e Práticas relacionadas aos Princípios da Administração, através da apresentação de temas como: Empreendedorismo, Rotatividade Docente, Falhas na Rotina de Processos, Fomento Público ao Ensino Superior, *Compliance* e Cultura Organizacional, destacando o tema de Modal Rodoviário como Valor Estratégico e Novos Hábitos de Compra e Consumo, além da contribuição para que se interprete as relações de Planejamento Financeiro, Reuso da Água, Relações Interpessoais e Trabalho Voluntário.

A seleção efetuada inclui as mais diversas regiões do país e aborda tanto questões de regionalidade quanto fatores de desigualdade promovidas pelo ambiente e cenário em que atuam.

# APRESENTAÇÃO

Deve-se destacar que os locais escolhidos para as pesquisas apresentadas, são os mais abrangentes, o que promove um olhar diferenciado na ótica da Administração, ampliando os conhecimentos acerca dos temas abordados.

A relevância ainda se estende na abordagem de teorias inerentes à Educação Ambiental, Índices de Crescimento das Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas, incluindo ainda, Externalidades e os Direitos de Propriedade de Terras Indígenas.

Finalmente, esta coletânea visa colaborar ilimitadamente com os estudos de Administração e áreas afins, referentes ao já destacado acima.

Não resta dúvidas que o leitor terá em mãos extraordinários referenciais para pesquisas, estudos e identificação de cenários que envolvam estudos administrativos através de autores de renome na área científica, que podem contribuir com o tema.

**Jaqueline Fonseca Rodrigues**

*Mestre em Engenharia de Produção pelo PPGE/UTFPR*

## A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO NA FORMAÇÃO DOS DISCENTES DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS A PARTIR DA INTEGRAÇÃO DO NÚCLEO FASAM JÚNIOR

André Chagas de Sousa

Ricardo Roberto Paiva dos Santos

Tayson Fernando Leite da Silva

Nathalia Ramos Capra

Faculdade Sul Americana – FASAM /Departamento do Curso de Administração.

Associação Goiana de Administração / Comitê Científico / Goiânia/GO

*DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.10-25*

**Resumo:** O papel das empresas Juniores é trazer a realidade externa do mercado para o ambiente acadêmico, contribuindo para que discentes e docentes estudem e até solucionem problemas enfrentados por empreendedores que por diversas vezes não têm amparo. E é uma prática que beneficia a todos, pois é possível exercer várias atividades e pesquisas que também são regulamentadas no Brasil. Este trabalho utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica como metodologia e pesquisa de campo, com aplicação de questionário com perguntas fechadas para entender melhor e discutir as nuances deste problema, tendo como objetivo analisar a percepção dos acadêmicos nas atividades desenvolvidas pelo Núcleo Fasam Júnior como uma extensão de sua formação. Desta forma, a problemática abordada foi: Quais os efeitos da integração dos acadêmicos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis ao participarem do Núcleo Fasam Júnior? A justificativa dessa pesquisa gira em torno da observação do andamento da formação e aprendizado dos graduandos, uma vez que o desenvolvimento profissional demanda atitudes e processos, assim, a existência da Empresa Júnior contribui para essa maturação. Como resultados, constatou-se que o Núcleo Fasam Júnior oferece oportunidades diversas na formação dos acadêmicos, assim como meios que possam maximizar suas ações entre teorias e práticas. Verificou-se, também, que os acadêmicos não dispõem de tempo suficiente para se integrar totalmente às atividades e movimentos do Núcleo Fasam Júnior, logo, participam dentro de suas condições de tempo. Compreende-se, então, que o acadêmico reconhece a importância dos eventos e dos estímulos do Núcleo Fasam Júnior em promover ações que possam melhorar seu processo de formação.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo. Empresa Júnior. Acadêmicos.

## INTRODUÇÃO

Segundo Costa (2010), a Empresa Júnior é um mecanismo, uma ferramenta do aprendizado, que consolida o conhecimento do administrador antes da formação, fortalecendo suas múltiplas habilidades técnicas e de comportamento. Esse mecanismo é um privilégio, pois desenvolve autonomia do gestor, estabelece criticidade na visão do “mundo real”. O autor dispõe do mesmo conceito citado anteriormente, de que todas as práticas e experimentos que o estudante tem oportunidade de conhecer na Empresa Júnior é um passo importante que tornará seus desafios profissionais mais brandos de serem enfrentados.

Conforme Costa (2010), não há um consenso entre outros autores da Administração sobre o que é empreendedorismo, pelo menos não com uma definição exata sobre o termo, que é tão difundido na atualidade, sendo usado para diversas áreas e conceitos administrativos e comerciais. O autor afirma também que há muita discordância quando o assunto são competências profissionais.

Portanto, esta pesquisa justifica-se conforme o pensamento de Sennett (2006), que durante o processo de formação e aprendizado dos graduandos, a instituição os julgam de maneira natural, somente ao ter contato com os conteúdos em sala de aula de uma maneira quase instantânea e qualquer aprendizado adquirido para realização de suas tarefas, conforme espera a sociedade e seu pensamento capitalista moderno. Se olharmos por outro prisma, o desenvolvimento profissional demanda atitudes e processo, logo, para se chegar a um patamar desejado é necessário passar por algumas experiências. Para Sennet (2006), a existência da Empresa Júnior compõe justamente a explicação contrária, demonstrando sua importância pelos resultados apresentados em suas pesquisas e julga ser importante observar que mesmo que ainda estudantes, devem ser chamados de Empresários Juniores, simbolicamente.

A presente pesquisa parte do seguinte problema: Quais os efeitos da integração dos acadêmicos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis ao participarem do Núcleo Fasam Júnior? Sendo assim, o intuito deste artigo é analisar a percepção dos acadêmicos nas atividades desenvolvidas pelo o Núcleo Fasam Júnior como extensão de sua formação. Para o cumprimento do objetivo geral fosse

atingido, foram traçados os seguintes objetivos específicos: relatar no referencial teórico temas relacionados ao empreendedorismo, empresa júnior e desenvolvimento profissional e identificar os eventos que contribuem para formação dos acadêmicos pelo Núcleo Fasam Júnior.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Empreendedorismo e as contribuições das Empresas Juniores na formação do Acadêmico.**

Para Dornelas (2016) a jornada acadêmica de um discente traz consigo diversas reflexões, formações intelectuais e visionárias que vão sendo aprimoradas no decorrer de cada período. A grande questão é que quanto mais ativo o discente for, no sentido de dedicação ao curso, mas ele se torna capaz de identificar, levando em consideração as habilidades, de certo modo até naturais que vão sendo adquiridas durante a jornada acadêmica. O ensino de empreendedorismo ajudará na formação de melhores empresários, melhores empresas e na maior geração de riqueza ao país (DORNELAS, 2016, p. 30).

De acordo com o Art. 5º, da LEI Nº 13.267, DE 6 DE ABRIL DE 2016. A empresa júnior, cujos fins são educacionais e não lucrativos terá, além de outros específicos, os seguintes objetivos: “estimular o espírito empreendedor e promover o desenvolvimento técnico, acadêmico, pessoal e profissional de seus membros associados por meio de contato direto com a realidade do mercado de trabalho, desenvolvendo atividades de consultoria e de assessoria a empresários e empreendedores, com a orientação de professores e profissionais especializados. (BRASIL, 2016).

A graduação no Brasil tem, em média, duração de 3 a 4 anos, variando entre as instituições de ensino. Nessa duração, as matrizes curriculares são bem diversas, fazendo com que o futuro profissional possa integrar o significado da sua profissão na prática, assim como aborda Schoemaker (2009):

O dilema entre o rigor acadêmico e a relevância prática [...] se origina de duas noções aparentemente conflitantes: de um lado, as universidades precisam se manter fieis à tradição do academicismo e aos princípios da pesquisa científica; de outro, seja o que for que as universidades ensinem e explorem, tem de ser relevante à prática que define a profissão (SCHOEMAKER, 2009, p.118).

Pensando nisso, a empresa júnior funciona como um laboratório, onde se pode colocar em prática o que se aprende na teoria em sala de aula. O que é uma grande experiência ao estudante, que consegue aprender como é gerir um negócio e desenvolver para o empreendedorismo. Os benefícios que a empresa júnior oferece aos futuros empreendedores são de extrema relevância e atribui um grande diferencial competitivo no mercado.

Nas palavras de Oliveira (2003), é importante considerar a empresa júnior um ambiente multi-didático-pedagógico, não apenas um local de prestação de serviços e qualificação, mas também, um espaço de pesquisa, extensão, aprimoramento profissional. Um espaço para o desenvolvimento de network e desenvolvimento social.

## **Desenvolvimento Profissional: a importância das habilidades e competências na formação do acadêmico.**

Partindo da fundamentação apresentada por Moretto (2004), na experiência acadêmica o aluno deve colocar a teoria do conhecimento adquirido em favor de identificar maneiras de aplicação na sociedade, estabelecendo condições efetivas de realização prática daquilo que foi aprendido durante sua formação acadêmica, esse deve ser considerado o maior desafio do universitário. O autor pontua também que o acadêmico deve, ainda na formação universitária, buscar incansavelmente seu desenvolvimento profissional e pessoal, pois este será – sem sombra de dúvidas – um importante diferencial em sua vida após academia.

Para Moretto (2004) toda teoria aprendida na sala da faculdade deve ser moldada de forma linear com a prática e sempre que for possível, assim, dinamicamente e procurando relações que sejam percebidas e que possuam interconectividade entre as duas vertentes práticas e teóricas, abrangendo o conhecimento que pode ser absorvido, uma da outra e fazendo com que essa ligação

seja percebida pelo estudante, que mais tarde se tornará profissional. O universitário precisa desenvolver a capacidade de estabelecer o contexto de aprendizado por si só, relacionando-o com o mundo corporativo e de gestão administrativa, e os núcleos de Empresa de Administração Júnior são importantes aliados na construção dessa relação prático-teórica.

De acordo com Confederação Nacional das Empresas Juniores, Brasil Júnior (2013) o papel fundamental e norteador das Empresas Juniores no Brasil vai além de sua aplicação em formato de laboratório de práticas acadêmicas, ela deve exercer um papel social, atuando em suas comunidades ativamente, servindo como ponto de apoio para realização dos projetos estudantis e de pesquisa, oferecimento de consultoria especializada para médias e

pequenas empresas de diversos ramos de atuação administrativa, orientação profissional para gestores e desenvolvimento dos mercados de pequenos e microempreendedores e seus associados, evitando que se aventurem no mercado de forma desorientada. Brasil Júnior (2013) afirma que esse entendimento não é unânime entre as instituições de ensino, mas que a evolução é inegável, assim, cada vez mais as empresas Juniores vêm tomando seu espaço nos cursos de Administração pelo país.

Drucker (2002) em sua obra “A Profissão de Administrador”, colabora com a ideia de máxima utilidade das Empresas Juniores dentro das Instituições de Ensino Superior, abordando que o conhecimento especializado e teórico, sozinho não consegue produzir resultados satisfatórios do ponto de vista da formação do Administrador, que deve ter em sua graduação um ambiente de experimentação, que traga resultados tangíveis e lhe permita ter contato com os diferentes desafios que a carreira irá lhe trazer, após sua formação. Dessa forma, o conhecimento teórico quando integrado a uma tarefa, torna-se essencialmente efetivo ao seu possuidor, e discute que uma sociedade possuidora de conhecimentos estruturados, torna-se uma sociedade organizada, e é papel das empresas Juniores levar parte desse conhecimento à sociedade.

Durand (2000) se apoia em três fatores para definir competência: Atitudes, Conhecimentos e Habilidades, que podem ser levados para a vida profissional do administrador pós formação acadêmica. Esses fatores, embora não sejam ensinados, podem ser aprendidos com a convivência com os veteranos e professores dentro da

Empresa Júnior, trazendo sempre o melhor da experiência de cada participante. O autor relaciona a existência das Empresas Juniores com a necessidade do que chamou de “Ensino Empreendedor”, reconhecendo que empreendedorismo não é ensinado, mas praticado e desenvolvido com práticas e conhecimentos.

Chiavenato (2011) apresenta o método Caso, na Teoria Geral da Administração, como sendo um formato de exercitar os conhecimentos adquiridos em sala de aula, assim como laboratórios para os engenheiros e médicos e os consultórios para os dentistas e psicólogos, a empresa júnior é a forma de contato do estudante administrador com a realidade que o espera no mundo profissional, oportunizando-o trabalhar em grupo, ter contato com novas ideias e oportunidades de melhorias.

## **METODOLOGIA**

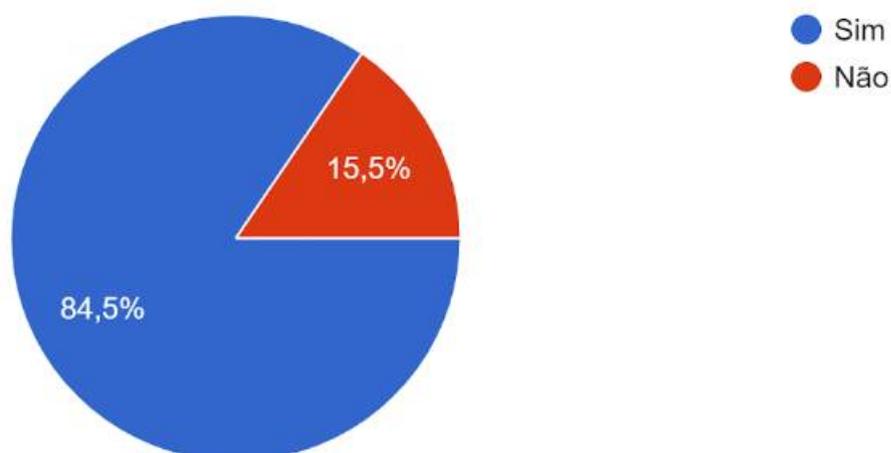
O objeto deste estudo ocorreu sob autorização do Prof.º Eugênio Marques – atual coordenador dos cursos de Administração e Ciências Contábeis e Prof.º Auricícero – atual coordenador do Núcleo Fasam Júnior. A classificação adotada para pesquisa foi expressa por Gil (2010) e Marconi e Lakatos (2011) que através deste trabalho foi realizado a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Como instrumento de coleta de dados segundo Marconi e Lakatos (2011), foi aplicado o questionário com questões fechadas de acordo com o objetivo da pesquisa e disponibilizado aos autores da pesquisa por meio de link via Google formulários. Segue o link da pesquisa. <https://forms.gle/vHuQSx9vaNFJ5rQH8>. Disponível em: 23/07/2020.

## **ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA**

Esta pesquisa foi realiza em consonância com Faculdade Sul Americana (FASAM) e onde foi realizado a pesquisa de campo, com 58 acadêmicos entre os cursos de Administração e Ciências Contábeis. A pesquisa foi aplicada no período de 23/07/2020 a 29/07/2020, os questionários foram respondidos nesse período, sendo

11 perguntas fechadas e disponibilizada pelo Google formulários. Segue o resultado de cada uma das perguntas que estava presente na pesquisa:

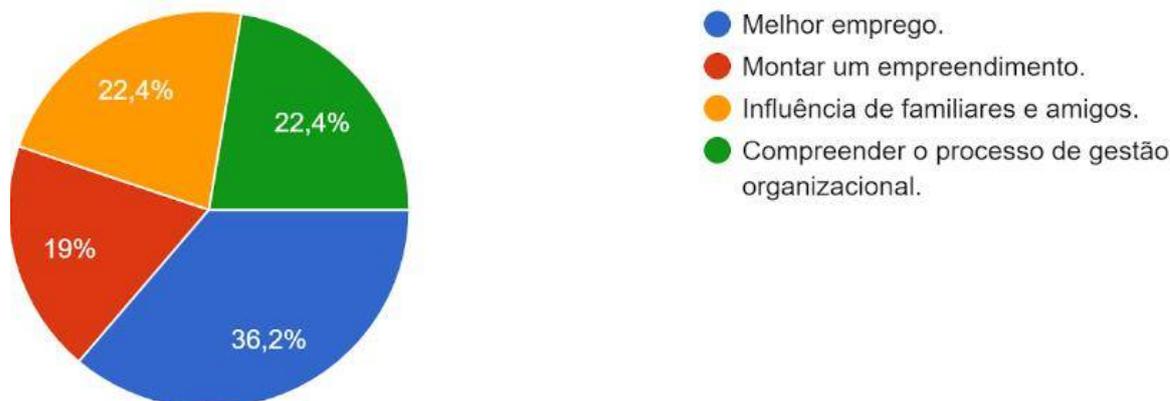
**Gráfico 1 – Esta é a primeira graduação que está fazendo?**



**Fonte: Dados da pesquisa (2020)**

O acadêmico no comportamento contemporâneo está bem atento às diversas oportunidades no percurso de sua carreira, logo neste Gráfico 1, demonstra que 84,5% estão cursando sua primeira graduação, logo, um fato que é necessário compreender no percurso da academia é que muitos desses acadêmicos demonstram uma inquietação pela sua formação inicial no nível superior e que trazem consigo diversos questionamentos durante todo o percurso estudado, no sentido de dúvidas, preocupação de não conseguirem uma colocação no mercado de trabalho e outros questionamento. Assim, temos uma parcela menor de 15,5% de egressos, que estão em uma segunda graduação, situações essas que refletem uma complementação na formação de sua carreira ou mudanças para outras áreas. Lembrando que esta pesquisa foi destinada aos acadêmicos do curso de Administração e Ciências Contábeis, contemplando a participação desde o primeiro até o último período.

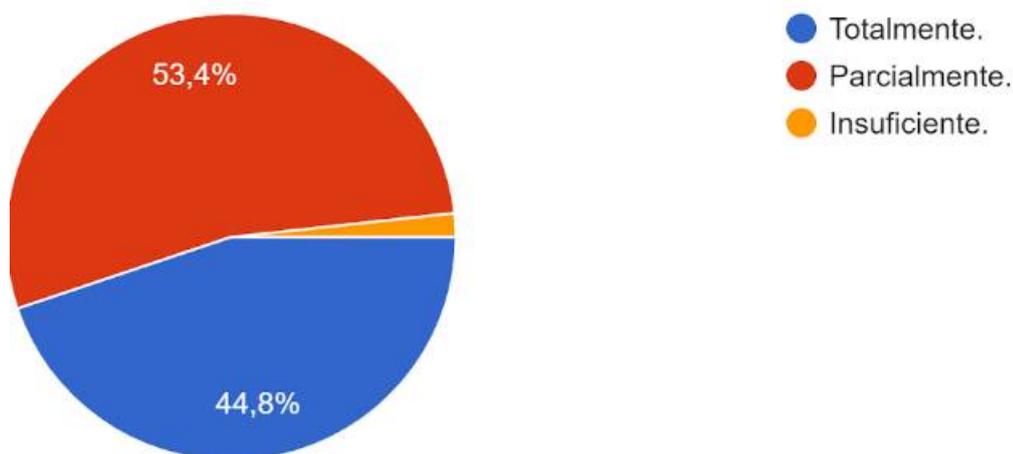
**Gráfico 2 – Qual foi a sua motivação para escolha do curso de Administração/Ciências Contábeis?**



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Para uma discussão que trazem diversos questionamentos, foram direcionados aos entrevistados sobre qual foi a sua motivação para escolha do curso de Administração/Ciências Contábeis. Diante dos dados, constata-se que a maioria visa ampliação das vagas de emprego com uma taxa de respondentes de 36,2%, isso se configura no Gráfico 2. Porém, um fato que chama atenção neste dado, que 19% não almejam montar um empreendimento, logo, veem na formação de administrador e contador, formações que estudam sobre empreendedorismo e tem como reforço as práticas no Núcleo Fasam Júnior, estímulos em feiras, encontros, palestras e diversos eventos conforme a organização do núcleo para atender essa necessidade do empreendedorismo e outras dimensões.

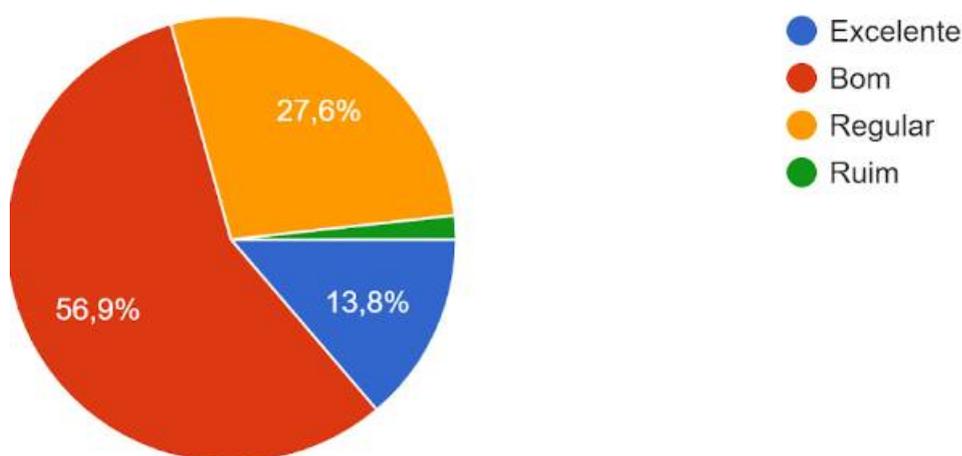
**Gráfico 3 – Os conteúdos ministrados estão sendo oportunos para a sua rotina?**



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Para o Gráfico 3, buscou compreender se de fato os conteúdos ministrados estão sendo oportunos para o dia a dia dos acadêmicos, se realmente, atendem essa expectativa: daquilo que foram buscar na graduação com a realidade do mercado de trabalho na qual estão inseridos. O fato interessante desse questionamento está no grau das respostas em que menos de 2% assinalaram como insuficiente. Nesse ínterim, essa resposta nos reporta ao Gráfico 2, em que 36,2% desejam essa formação para melhorar de emprego. É visto que essa porcentagem de menos de 2%, têm a percepção dos conteúdos ministrados como insuficientes, devido estarem desempregados, ou em funções destoantes do seu processo de formação, em que provoca essa desmotivação. Contudo, tanto a porcentagem total quanto a parcial estão bem divididas, atendendo os assuntos trabalhados no processo da formação de ambos os cursos.

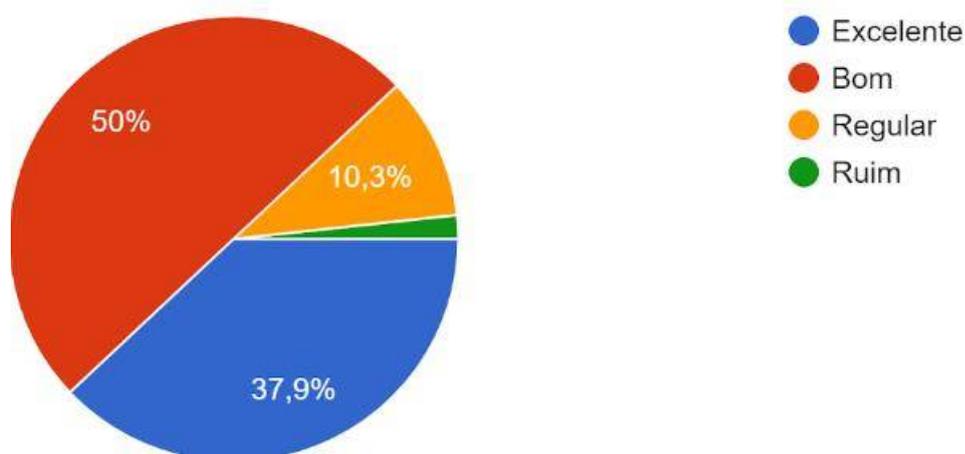
**Gráfico 4 – Como você avalia o seu conhecimento sobre ações práticas de Empreendedorismo?**



**Fonte: Dados da pesquisa (2020)**

Os acadêmicos apresentam um percentual relevante sobre como é avaliado o conhecimento deles, em relação as ações práticas de empreendedorismo. Com isso, no Gráfico 4, teve maior respondente em 56,9%, isso é interessante, pois mesmo que não se sentiram motivados em abrir um empreendimento - discussão para o Gráfico 2, na qual apresentou menor taxa que não tem motivação em abrir um empreendimento - neste Gráfico 4, os acadêmicos mantêm um bom conhecimento sobre ações práticas de empreendedorismo.

**Gráfico 5 – Como você classificaria o ambiente organizacional em trabalhar para uma empresa jovem e inovadora?**

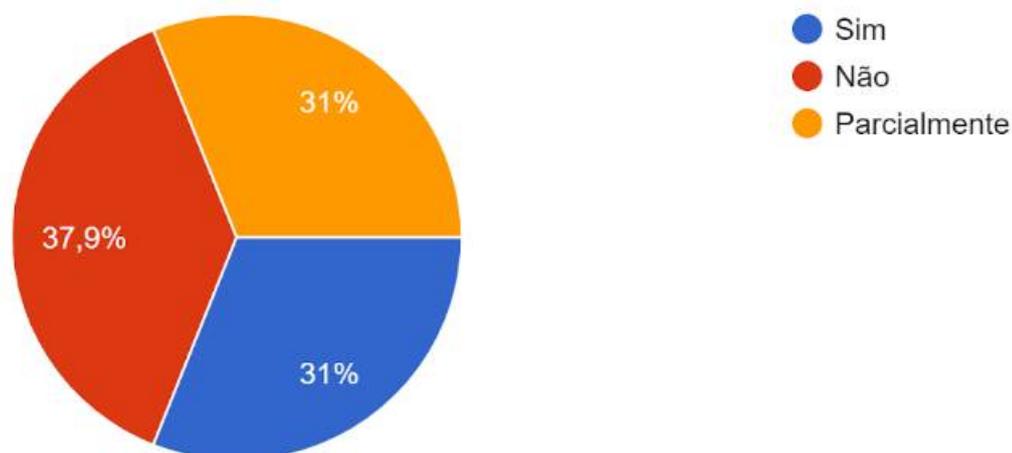


**Fonte: Dados da pesquisa (2019)**

Um dos maiores desafios para as empresas jovens e inovadoras é de encontrar pessoas comprometidas com as novas diversidades apresentadas na disputa mercadológica. Esse Gráfico 5 apresenta maior porcentagem em uma classificação de 50% em um estado de poderem trabalhar em um ambiente organizacional de uma empresa jovem e inovadora.

É um grande desafio desses novos profissionais, ser empreendedor de suas carreiras dentro do âmbito dessas organizações. Mas, ainda existem entrevistados que apresentam uma classificação entre regular e ruim, ressalta o destaque de insegurança de não corresponder às novas demandas propostas por essas empresas que visam uma inovação e ambientalização compartilhada entre os departamentos.

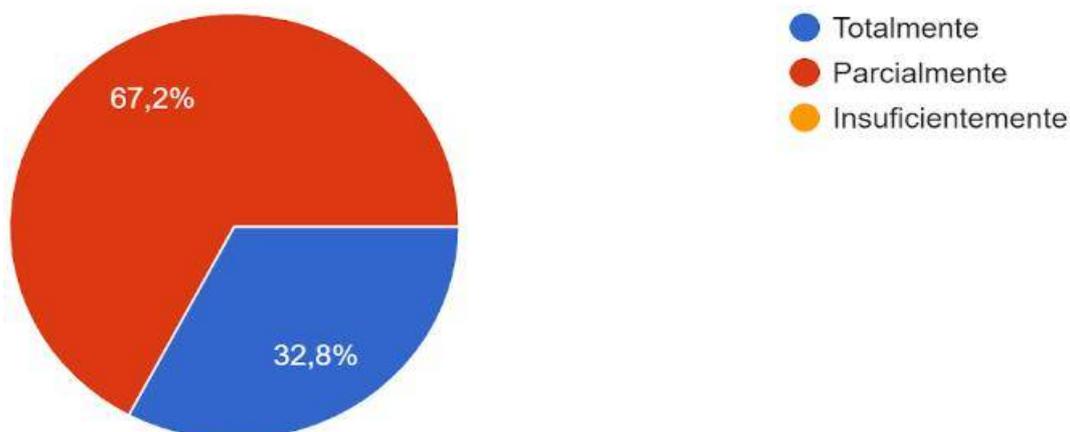
**Gráfico 6 – Você conhece ou já ouviu falar dos trabalhos executados pelas *STARTUPS*?**



**Fonte: Dados da pesquisa (2020)**

Os acadêmicos, muitos deles, ao entrarem para o ensino superior, trazem consigo o desejo de poder montar um empreendimento. Como o processo é em longo prazo, muitos desses planos podem mudar, situações corroboram nas criações de *STARTUPS*. São momentos que muitos desses profissionais vislumbram ótimas oportunidades de trabalho, ainda no curso e que amadurecem nos encontros promovidos pelo Núcleo Fasam Júnior, em poder oferecer discussões que estão fora da sala de aula, como novos horizontes a esses futuros profissionais. Mas, os dados apresentados no Gráfico 6, nos chama atenção as porcentagens relacionadas na resposta “não” e “parcialmente” trazem uma preocupação ao Núcleo Fasam Júnior em promover eventos que estimulem o empreendedorismo para criação de novas *STARTUPS*, entre os acadêmicos de administração e ciências contábeis.

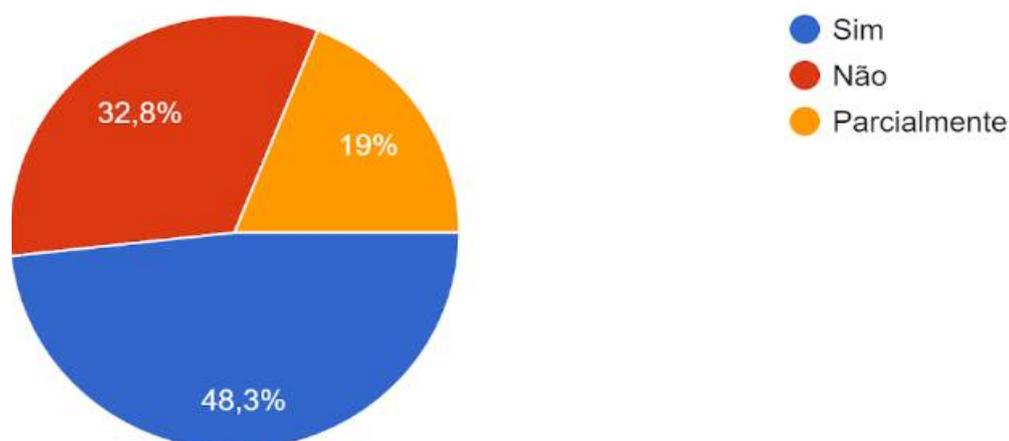
**Gráfico 7 – Você é um tipo de pessoa que sempre está buscando novos desafios?**



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Para o Gráfico 7, foi até um confronto aos acadêmicos em questioná-los se estão aptos a buscarem novos desafios. Isso rebate aos Gráficos 3; questionado sobre os conteúdos ministrados, se estão sendo oportunos para a sua rotina e o Gráfico 4; como eles avaliam o conhecimento adquirido sobre ações práticas de empreendedorismo. O ponto de reflexão consiste no fato que, esses três gráficos compartilham uma relação que rastreiam se os acadêmicos estão parcialmente na incerteza de se lançarem a novos desafios, salvo que muitos têm conhecimento prévio, domínio mercadológico, recebem conteúdos conforme a necessidade mercadológica, ensinamento acadêmico, apresentado pelos docentes a partir dos teóricos em que o universo acadêmico apresenta.

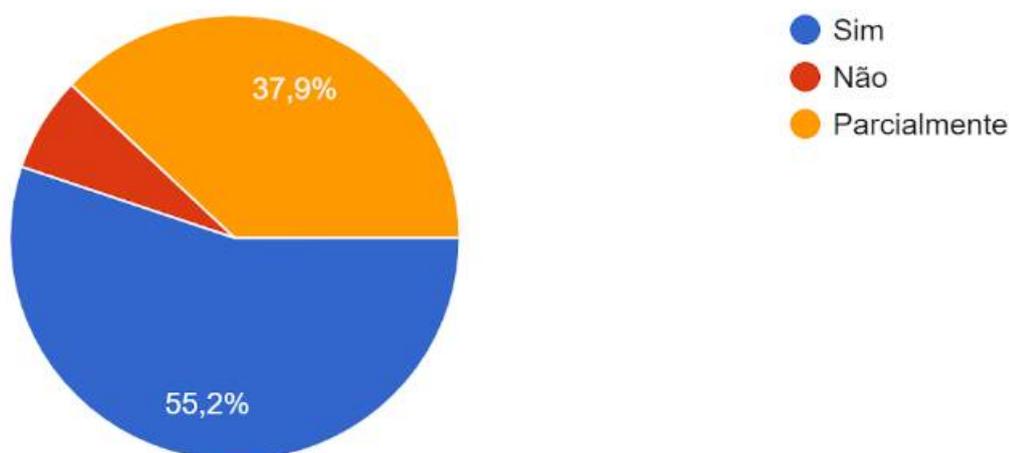
**Gráfico 8 – Você participa ou já participou dos eventos organizados pelo Núcleo Fasam Júnior?**



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

O Núcleo Fasam Júnior, um departamento atuante na formação continuada dos acadêmicos sob a supervisão de professores que submetem projetos, ações que mobilizam a formação complementar para os acadêmicos, possui uma estrutura física para atender as reais necessidades dos alunos dentro de um contexto que estejam em consonância com as propostas pedagógicas tanto do curso quanto da missão do Núcleo em promover toda essa integração. Nesse contexto, no Gráfico 8, uma porcentagem que nos chama atenção de 32,8% de acadêmicos de não se integrarem nas atividades proporcionadas por esse departamento. Assim, é superado aos que já participaram e vem participando de todos os eventos propostos, conquanto que muitos aumentam seus conhecimentos após cada evento organizado pelo o Núcleo.

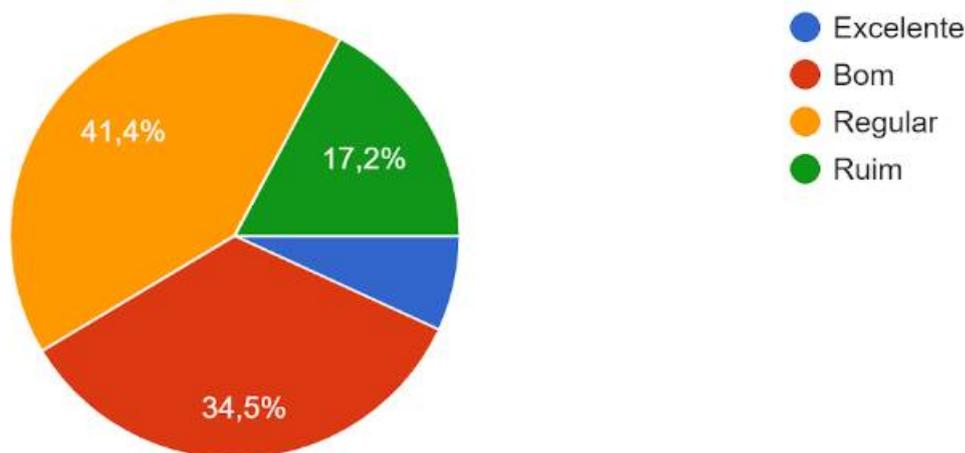
**Gráfico 9 – No processo de sua formação profissional o Núcleo Fasam Júnior tem contribuído para o seu aprendizado por meio de encontros, eventos, feiras...?**



**Fonte: Dados da pesquisa (2020)**

De acordo com o Gráfico 9, os acadêmicos reconhecem a relevância do Núcleo Fasam Júnior e que ele tem proporcionado diversos eventos na formação profissional por meio de encontros, feiras, eventos diversos. Essa porcentagem de respondentes chega em 55,2% que equivalem a percepção dos acadêmicos referente ao Gráfico 8, de 48,3% em terem afirmados que participa ou já participou dos eventos organizados pelo Núcleo Fasam Júnior.

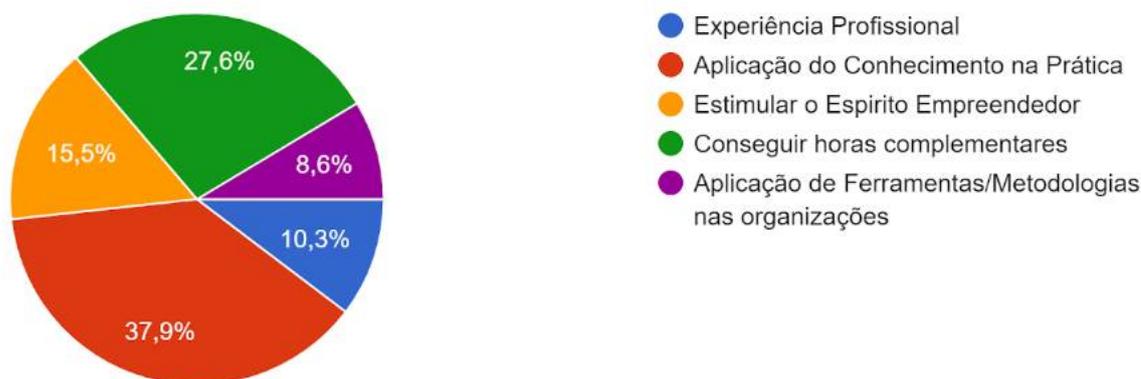
**Gráfico 10 – Como você avalia o seu tempo para se integrar nos eventos organizados pelo Núcleo da Fasam Júnior?**



**Fonte: Dados da pesquisa (2020)**

Segundo o Gráfico 10, os acadêmicos foram bem pontuais em avaliar o seu tempo enquanto estarem integrados nos eventos organizados pelo Núcleo Fasam Júnior, com um percentual de 41,4%, uma boa parte reconhecem terem um comportamento “regular”, somente uma parcela de 7% se apresentam como atuante nos eventos, declarando como “excelente”.

**Gráfico 11 – Quais os benefícios do Núcleo Fasam Júnior para sua formação profissional?**



**Fonte: Dados da pesquisa (2020)**

O Núcleo Fasam Júnior oferece diversas oportunidades em que o acadêmico tem possibilidade de crescimento, logo, não devem só receber os eventos organizados pelo departamento, assim como, propor sugestões, indicar pesquisas, pois a presença do Núcleo Fasam Júnior é uma incubadora de oportunidades e empreendimentos que pode ser levadas ideias e juntos com coordenação, professores, equipe técnica constituída por eleição, estarão todos engajados ao amadurecimento e apontar dimensões de melhorias para fortalecer toda a ideia estruturante.

Ademais, o gráfico 11 confirma que os acadêmicos consideram o Núcleo Fasam Júnior muito importante e com muitos benefícios – com um percentual de respondentes de 37,9% - um departamento que eles podem e devem aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula para o desenvolvimento da prática, reforçando a importância de despertar novos empreendedores.

## CONCLUSÃO

Consideramos que esta pesquisa voltada para a importância do Empreendedorismo na formação dos discentes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis a partir da integração do Núcleo Fasam Júnior, é extremamente relevante para o processo de formação dos acadêmicos, pois assim conseguem vivenciar a intermediação da teoria e a prática, assim como despertar para o empreendedorismo de acordo com sua formação. Com isso, o acadêmico terá como observar e gerenciar o dinamismo dentro da estrutura organizacional e terá atitudes e maturidades que serão moldadas conforme as experiências adquiridas e discutidas no Núcleo Fasam Júnior, para que isso se torne efetivo é necessário o engajamento dos acadêmicos em disponibilizarem tempo para ocuparem de fato o espaço que são deles.

O Núcleo Fasam Júnior oferece total estrutura física-humana para que os acadêmicos usufruam dos espaços e dali possa sair profissionais competentes, com conhecimentos, habilidades e atitudes que possam desenvolver seus comportamentos técnicos, humanos e conceituais a partir da vivência prática, sejam elas por meio dos eventos proporcionados pelo o Núcleo Fasam Júnior ou por outrem.

Portanto, essa pesquisa atendeu o processo do objetivo geral em analisar a percepção dos acadêmicos nas atividades desenvolvidas pelo Núcleo Fasam Júnior como uma extensão de sua formação, e com isso ser uma base motivadora para o desenvolvimento de novos empreendedores.

## REFERÊNCIAS

BRASIL JÚNIOR. **Confederação Brasileira de Empresas Juniores**. Disponível em: <<http://www.brasiljunior.org.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 8. ed. São Paulo: Elsevier, 2011.

DALMORO, M.; TRINDADE, L.L.; VISENTINI, M.S.; LOBLER; M. L. **As empresas juniores como fomentadoras do espírito empreendedor em instituições de ensino superior**. In: Simpósio de Gestão de Inovação Tecnológica, 25, 2008, Brasília. Anais... Brasília: ANPAD, 2008.

DURAND, T. Forms of Incompetence. In: SANCHEZ, R.; HEENE, A. **Theory Development for Competence-Based Management**. (6) Advances in Applied Business Strategy, Lawrence Foster, 2000. ECKHARDT. J.T.; SHANE. S.A.. Opportunities and Entrepreneurship. Journal of Management, v. 29, n.3. p. 333-349, 2003.

COSTA, A. D. S. M. d. **Convergências, divergências e silêncios: o discurso contemporâneo sobre o empreendedorismo nas empresas juniores e na mídia de negócios**. Tese (Doutorado em Administração) – FGV, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/7999>>. Acesso em 16 jul. 2020.

DRUCKER, Peter. **A profissão de Administrador**. São Paulo: Ed. Pioneira Thomson Learning, 2002.

Dornelas, José. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. – 6. ed. – São Paulo: Empreende/Atlas, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORETTO NETO, Luís *et al.* **Empresa Júnior: espaço de aprendizagem**. Florianópolis, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Trabalhando como consultor júnior: como ser consultor com pouca experiência**. França – SP. Ribeirão Gráfica e Editora, 2003.

SCHOEMAKER, Paul. **Ensinar a gerenciar: o paradoxo e a ambiguidade**. HSM Management, v. 72, p. 118-128, jan./fev. 2009.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

### A ROTATIVIDADE DOCENTE EM DUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE PARAUPEBAS-PA

Luévenny de Paula Benício Oliveira

Misael Melo dos Santos

Jefferson Modesto de Oliveira

Daniela Castro dos Reis

Universidade Federal Rural da Amazônia / Campus Universitário de Parauapebas / Curso de Graduação em  
Administração

DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.26-39

**Resumo:** o objetivo deste estudo foi investigar os principais fatores que podem levar a rotatividade dos docentes em duas Instituições de Ensino Superior (IES), localizadas no município de Parauapebas, sudeste do estado do Pará. Nesse contexto, a pesquisa contou com a participação de 15 docentes dos campi do Instituto Federal do Pará (IFPA) e 15 da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Ademais, apresenta os fatores que podem estar relacionados a essa rotatividade, assim como a influência das variáveis relacionadas à cidade e ao ambiente de trabalho. Consoante a isso, fornece informações que permitem uma adequada revisão nos processos de gestão de pessoas das Instituições, de modo a colaborar com o desenvolvimento de estratégias voltadas ao enfrentamento à rotatividade, bem como à valorização e retenção desses talentos.

**Palavras-chave:** Gestão de pessoas. Rotatividade. Retenção de talentos.

## INTRODUÇÃO

Em contexto de competição organizacional, a rotatividade de pessoas, também denominado efeito turnover, tem sido motivo de grande preocupação para as organizações em geral. Nesse ensejo, cabe ressaltar que podem ser diversos os efeitos da rotatividade em uma organização. Consoante a isso, o conhecimento de suas causas e reflexos aliados ao uso de estratégias que administram à valorização de talentos e a retenção desses profissionais podem gerar as organizações capacidades de trazer, potencializar e manter pessoas habilidosas e comprometidas com os objetivos da organização.

Diante disso, a pesquisa visou responder o seguinte questionamento: quais os principais fatores de maior influência que contribuem para a rotatividade dos docentes do IFPA (Instituto Federal do Pará) e UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia), dos campi de Parauapebas-PA? Destaca-se que a compreensão desses fatores se faz necessária uma vez que possibilita a identificação do fenômeno de rotatividade entre os profissionais dessas IES (Instituições de Ensino Superior). Assim, o objetivo deste estudo foi investigar os principais fatores que podem levar a rotatividade dos docentes nessas duas Instituições. Além disso, contribui para a tomada de decisão da gestão superior das referidas instituições, em especial à gestão de pessoas, como a redução de despesas com a realização de concursos públicos para efetivar novas contratações, além de promover políticas de valorização e retenção de talentos.

## A GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO

Com o desenvolvimento do conceito de Gestão de Pessoas (GP) nas últimas décadas, as organizações, de setores públicos e privados, têm ampliado a sua visão e desempenho, buscando novos meios de administrar os recursos humanos com o objetivo de alcançar melhores resultados para o desenvolvimento da organização. Na visão de Chiavenato (2010), as finalidades da gestão de pessoas só serão conquistadas se as pessoas forem tratadas como elementos básicos para a eficácia.

Para obtenção do sucesso da organização, principalmente quando esta for pública, é de suma importância que o planejamento estratégico da GP seja parte complementar do planejamento estratégico da organização, uma vez que atuam como sistemas comunicantes entre si e são tratados não mais como partes, mas sim como totalidades que geram eficácia no alcance dos objetivos organizacionais. Nesse sentido, Oliveira e Medeiros (2016) afirmam que a GP nas organizações não deve ser realizada apenas pela unidade da estrutura responsável pela sua execução, pelo fato de as pessoas estarem distribuídas em toda a organização. Ela é uma atividade que pode e necessita ser realizada por todos os que administram e até pelos demais integrantes da organização.

Os autores Bergue e Terabe (2011) afirmam que a gestão estratégica de pessoas na administração pública, contrapõe-se ao cotidiano das organizações, já que as instituições públicas têm a noção de que o gerenciamento de pessoas é compromisso de todos os gestores do órgão ou entidade. Nessa perspectiva, pensar estrategicamente sobre GP implica desprender a crença de que os temas relacionados à pessoal são problemas apenas da área de Recurso Humanos (RH).

## **A GESTÃO DE PESSOAS: CONCEITOS E ELEMENTOS QUE CONTRIBUEM PARA A RETENÇÃO DE TALENTOS**

Segundo Siqueira e Alves (2016), o processo de gestão de pessoas nas organizações é complexo e depende de vários aspectos organizacionais, como cultura organizacional, crença adotada, clima organizacional, contexto ambiental em que está inserido, tipo de negócio, tecnologia utilizada, entre outros. Daí a importância de compreender tais aspectos, pois servirá de base para o entendimento do capital humano e respectivamente, para o seu gerenciamento.

É importante salientar que o capital humano possui sentimentos, vontades e perspectivas, e para suprir suas necessidades e alcançar suas expectativas, envolve-se, anseia e tenta o desenvolvimento naquilo que realiza. Desse modo, é notória a influência de tais aspectos para a organização, demonstrando a relevância de haver clareza sobre a cultura organizacional vigente na empresa, pois auxiliará na administração e retenção dos talentos, que indiscutivelmente é um componente

essencial para o sucesso das organizações. A Cultura Organizacional é um suporte para aprender a aprender (THÉVENET, 1991 *apud* HANASHIRO, TEIXEIRA e ZACCARELLI, 2008).

Ademais, é imprescindível que os gestores busquem entender o Clima Organizacional da empresa, já que está diretamente relacionado com o grau de satisfação e colaboração dos funcionários (GUIOTTI, 2014). Uma vez que é elevada a motivação entre os colaboradores, existe uma melhora de resultados, as quais se traduzem em relações de satisfação, interesse, cooperação e permanência. É válido destacar que a cultura organizacional influencia no comportamento dos indivíduos que compõem a organização e estes exercem influência nela.

Nesse contexto, é perceptível o desafio das organizações públicas, principalmente instituições de Ensino Superior, em manter uma força de trabalho eficiente, satisfeita e motivada, ademais em garantir os recursos necessários para investir em seu Capital humano de maneira constante.

## **Rotatividade e retenção de talentos**

O termo rotatividade ou turnover é usado para definir a flutuação de pessoal entre a organização e seu ambiente (CHIAVENATO, 2015). Em outras palavras, o processo de rotatividade refere-se ao fluxo de desligamentos e admissões que ocorrem nas organizações. Segundo Balieiro e Costa (2017), a rotatividade de pessoal é um procedimento constante nas empresas, sejam elas públicas ou privadas, e o seu estudo tem despertado interesse dos gestores por conta da preocupação com os custos dela decorrentes e com a perda de profissionais altamente qualificados.

Para Robbins (2010), quando há saídas de funcionários e entrada de outros para substituição, isto é, rotatividade de pessoal, tende a ser prejudicial às organizações, pois pode afetar colaboradores de alto desempenho organizacional, cujo comprometimento, envolvimento e motivação estão diretamente inter-relacionados à produtividade e ao alcance de resultados. Já Chiavenato (2015), defende a ideia de que o turnover também pode trazer benefícios para a organização,

uma vez que terá inclusão de novos talentos, mas que, ao mesmo tempo, perde talentos preparados para outras organizações.

No serviço público, os processos de rotatividade ocorrem de maneira diferente das instituições privadas devido à burocracia e legislações e, portanto, pode ocasionar custos ainda maiores. De acordo com Siqueira e Alves (2016), a rotatividade no setor público pode ocorrer de duas maneiras: por pedido (voluntário) ou por interesse da Administração (involuntário), podendo este último ser por intermédio de vacância, remoção ou redistribuição. E os autores elucidam ainda que quando o pedido é de iniciativa do servidor é preciso uma autorização da Administração superior.

Nesse contexto, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores Públicos Civis da União (RJU), das autarquias e das fundações públicas federais, em sua publicação consolidada, estabelece as formas de vacância do cargo público. Nesse sentido, cabe salientar que a vacância é o fato administrativo-funcional que indica que determinado cargo público não está provido, ou em outras palavras está sem titular (DI PIETRO, 2009).

A vacância pode ser gerada por meio de diversos fatores como: Exoneração, Demissão, Promoção, Readaptação, Aposentadoria, Posse em outro cargo não passível de acumulação e o Falecimento. No art. 33 da Lei. 8.112/90 é possível identificar as formas de vacância para os servidores públicos federais:

Art. 33. A vacância do cargo público decorrerá de: I – exoneração; II – demissão; III – promoção; IV – (Revogado pela Lei nº 9.527/97); V – (Revogado pela Lei nº 9.527/97); VI – readaptação; VII – aposentadoria VIII – posse em outro cargo inacumulável; IX – falecimento (BRASIL, 1990).

Nesse contexto, cabe salientar que toda organização, seja ela pública ou privada, é composta por pessoas e dependente destas para atingir suas finalidades e objetivos. Sendo assim, toda pessoa é única no contexto organizacional, uma vez que cada indivíduo apresenta um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que foram adquiridos no decorrer dos anos, e tais atributos podem conduzir à geração de valor para organização em geral.

Conforme Avaristo e Ubeda (2017), o serviço público é visado por aspectos como a estabilidade, destarte, a captação de talentos tende a ter uma incomplexidade, em contrapartida, a retenção desses profissionais não ocorre da mesma forma. Os autores esclarecem ainda que, na maioria dos casos, servidores mais preparados

estão continuamente buscando maneiras de melhorar e, na medida em que aprimoram suas qualificações e habilidades, buscam novos concursos, aspirando seu desenvolvimento profissional. Desse modo, tendem a optar por formas de deslocamento e saída das instituições.

Destarte, ao analisar a rotatividade de pessoal nas universidades, Pereira (2018) destaca que os órgãos públicos enfrentam dificuldades em relação à gestão de pessoas, as quais surgem desde as especificidades dos processos de admissão até a capacidade de retenção de talentos. Dessa maneira, com planejamento e organização, ao admitir as pessoas certas e arranjá-las nas posições certas, os gestores poderão evitar deslocamentos e saídas desses servidores, gerando assim, motivação, além de fortalecer o processo de seleção e retenção de talento intelectual da organização.

## **DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO**

A pesquisa foi realizada em duas Instituições de Ensino Superior: na Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA e no Instituto Federal do Pará – IFPA, localizadas na cidade de Parauapebas, região sudeste do Estado do Pará.

### **Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)**

A UFRA é a mais antiga instituição de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica na área de ciências agrárias da região e tem como tema de grande preocupação a preservação da região amazônica, assim como sua exploração racional. Sediada em Belém- PA, a universidade é constituída de cinco campi fora de sede - em Paragominas, Capitão Poço, Capanema, Tomé-açú e Parauapebas (UFRA, 2016).

Atualmente, a universidade do Campus de Parauapebas, oferta cinco cursos de graduação. São eles: Administração, Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia

de Produção e Zootecnia. Com mão-de-obra qualificada, a UFRA Parauapebas conta com o apoio de 61 Docentes Efetivos.

## **Instituto Federal do Pará (IFPA)**

O IFPA está presente em Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém (sede), Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Itaituba, Conceição de Araguaia, Marabá Industrial, Rural Marabá, Óbidos, Paragominas, Parauapebas, Santarém, Tucuruí e Vigia. O IFPA é Centro Federal de Educação Tecnológica com a finalidade de atuar nos níveis e modalidades da educação profissional, ou seja, o básico, o técnico e o tecnológico equivalente à educação superior (IFPA, 2019)

O instituto oferece diversos cursos presenciais e à distância, dentre eles: Ciências Biológicas (Lic.), Educação do Campo (Lic.), Tecnologia e análise de desenvolvimento de sistemas, Engenharia de controle e automação, Engenharia de materiais, Física (Lic.), Geografia (Lic.), Licenciatura em Letras, Matemática (Lic.), Química (Lic.), Pedagogia (Lic.), Tecnologia em gestão de Saúde, Tecnologia em gestão hospitalar, Tecnologia em gestão pública, Tecnologia em saneamento ambiental, Tecnologia em sistemas de telecomunicações, além de vários outros cursos técnicos que podem ou não ser integrados ao Ensino Médio. Atualmente, em Parauapebas, localizada no sudeste do Pará, o IFPA conta com um quadro funcional de 38 docentes.

## **DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A Pesquisa adotou uma abordagem quantitativa com análise estatística dos dados e um estudo das questões sobre rotatividade, assim como a interpretação dos fenômenos observados e da percepção dos servidores participantes. Possui um caráter exploratório e descritivo. Para coleta de dados, elaborou-se um questionário com questões objetivas agrupadas por tópicos de levantamento, estruturados na Escala de Likert com o intuito de identificar os possíveis fatores relacionados à rotatividade. E na apreciação, foi possível mensurar os dados por meio de uma

estatística descritiva com dados absolutos e inferenciais, sendo apresentados por meio de tabelas. Na aplicação dos questionários, contou com a participação de 30 docentes das instituições, sendo 15 docentes da UFRA e 15 docentes do IFPA. Os dados foram levantados por intermédio do banco dados das instituições e houve a aplicação dos questionários in loco com os docentes.

O questionário foi elaborado com questões objetivas estruturados por Escala de Likert com enunciados positivos (concordo e concordo totalmente), negativos (discordo e discordo totalmente) e neutro (não concordo e nem discordo) com os quais devem concordar/discordar (COOPER e SCHINDLER, 2016). Estava dividido em duas partes: a primeira continha os dados sociodemográficos como: idade, sexo, profissão, escolaridade, função, tempo de trabalho, estado civil; e na segunda parte continha questões sobre os principais motivos que podem influenciar na rotatividade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **Caracterização sociodemográfica**

Neste estudo o perfil dos participantes foi analisado a partir das características sociodemográficas representadas por idade, sexo, escolaridade, estado civil, naturalidade e período de trabalho na organização. Os dados podem ser analisados na Tabela 1.

**Tabela 1 - Demonstrativos da caracterização sociodemográfica.**

Características sociodemográficas	IFPA		UFRA	
	f	%	f	%
Idade				
27 < 32	6	20,00%	7	23,33%
33 < 47	9	30,00%	8	26,67%
Sexo				
Feminino	6	20,00%	6	20,00%
Masculino	9	30,00%	9	30,00%
Escolaridade				
Especialização Completa	1	3,33%		
Especialização Incompleta	1	3,33%		
Mestrado Completo	8	26,66%	2	6,66%
Mestrado Incompleto	1	3,33%		
Doutorado Completo	1	3,33%	7	23,33%
Doutorado Incompleto	2	6,66%	5	16,67%
Vazio	1	3,33%		
Outro			1	3,33%
Estado civil				
Casado	7	23,33%	9	30,00%
Separado	2	6,66%		
União estável	2	6,66%	2	6,66%
Solteiro	4	13,33%	4	13,33%
Natural de Parauapebas-PA				
Não	15	50,00%	15	50,00%
Período de trabalho na organização				
Menos de 1 ano	5	16,67%	1	3,33%
De 1-3 anos	9	30,00%	7	23,33%
De 4-6 anos			6	20,00%
Mais de 7 anos	1	3,33%	1	3,33%

**Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.**

A Tabela 1 aponta que 60 % da amostra total dos participantes da pesquisa tem predominância masculina. Em relação ao nível de escolaridade, no IFPA, 26,66% possui Mestrado Completo, já na UFRA a predominância está no Doutorado Completo com o percentual de 23,33% da amostra. Quanto ao tempo de atuação na organização 53,33% possuem de 1 a 3 anos com média de 38,96 meses, o que equivale a, aproximadamente, 3 anos e três meses. Possui mediana de 37,5 meses, equivalente, aproximadamente 3 anos e dois meses, e tem o desvio padrão de, aproximadamente, 26,95. É importante destacar que 100% da amostra afirma que não são naturais de Parauapebas-PA.

## **Dos principais fatores relacionados à rotatividade**

A rotatividade pode estar relacionada sob diversos fatores. Nesse sentido, a apresentação dos dados abaixo visa evidenciar os principais fatores identificados e

que podem incorrer no desligamento do servidor nas Instituições pesquisadas. Para os docentes do IFPA e da UFRA estão:

**Tabela 2- Demonstrativo sobre o excesso de trabalho como influência sobre a rotatividade.**

Categorias	IFPA		UFRA		Total
	f	%	f	%	
Concordo	1	3,33	6	20,00	7
Concordo Totalmente	3	10,00	3	10,00	6
Discordo	5	16,67	3	10,00	8
Discordo Totalmente	4	6,67	1	3,33	5
Não Concordo / Nem Discordo	2	13,33	2	6,67	4

**Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.**

Na Tabela 2, ao avaliar os principais resultados, pode-se observar que 20,00% dos entrevistados da UFRA concordam que o excesso de trabalho provoca o desejo de sair da instituição, em oposto a isso no IFPA o maior percentual no total de 16,67% discorda a afirmativa, resultando em uma divergência de percepção por parte dos entrevistados.

Essa divergência pode ser explicada por inúmeros fatores que podem ir de excessos de funções além do cargo de docente ou até mesmo sobrecargas de horas aula em sala. Motivos esses que precisam ser estudados, analisados e identificados para que se possa entender o que levam a divergência de resultados entre as instituições.

De acordo com Chang, Wang e Huang (2013 *apud* ALMEIDA e PEREIRA, 2017), é importante que não priorizem somente nos aspectos técnicos do ambiente de trabalho, uma vez que as relações sociais e fatores externos à organização também exercem uma influência crítica sobre a rotatividade de pessoal. Nesse sentido, apresenta-se a infraestrutura da cidade de Parauapebas e a oferta de seus serviços como fatores que podem influenciar na rotatividade docentes das duas Instituições.

**Tabela 3 - Demonstrativo sobre a influência da falta de infraestrutura e precariedade nos serviços públicos na rotatividade.**

Categorias	IFPA		UFRA		Total
	f	%	f	%	
<b>Infraestrutura</b>					
Concordo	11	36,67	3	10,00	14
Concordo Totalmente			3	10,00	3
Discordo	2	6,67	4	13,33	6
Discordo Totalmente	1	3,33	3	10,00	4
Não Concordo / Nem Discordo	1	3,33	2	6,67	3
<b>Serviços Públicos</b>					
Concordo	5	16,67	3	10,00	8
Concordo Totalmente	5	16,67	6	20,00	11
Discordo	3	10,00	1	3,33	4
Discordo Totalmente			3	10,00	3
Não Concordo / Nem Discordo	2	6,67	2	6,67	4

**Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.**

Na Tabela 3, em relação à infraestrutura, 11 docentes do IFPA - o que representa 36,67% -, concordam com a afirmativa, em contrapartida há uma disparidade de opiniões entre os docentes da UFRA, em que 20% concordam ou concordam totalmente, e 23,33% discordam ou discordam totalmente. Quanto aos serviços públicos, os dados obtidos demonstram que 63,34% da amostra concorda ou concorda totalmente com a afirmativa, distribuídos entre: IFPA 16,67% concorda e 16,67% concordam totalmente, e na UFRA 10% concorda e 20% concordam totalmente. É importante destacar que todos os entrevistados são de cidades e regiões diferentes, sendo, portanto, necessário entender os aspectos das cidades.

Os dados representam a insatisfação dos entrevistados quanto a infraestrutura e os serviços públicos da cidade de Parauapebas-PA, por mais que os participantes da UFRA discordam da afirmativa que a ausência de infraestrutura os desmotivam a permanecer na cidade, a maioria representada por 63,34% dos participantes concorda que a precariedade dos serviços públicos influencia na rotatividade destes. Portanto, devido ser fatores externos a instituição, se observa a necessidade da instituição em promover estratégias junto ao poder público municipal que possam integrar o servidor a cidade.

Na Tabela 4, os dados demonstram a dificuldade do servidor em se adaptar ao trabalho se este estiver longe da família:

**Tabela 4 – Demonstrativo sobre o processo de adaptação no trabalho quando servidor não está próximo à família.**

Categorias	IFPA		UFRA		Total
	f	%	f	%	
Concordo	7	23,33	5	16,67	12
Concordo Totalmente	7	23,33	6	20,00	13
Discordo	1	3,33	1	3,33	2
Não Concordo / Nem Discordo			3	10,00	3

**Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.**

Os resultados são bastantes expressivos quanto à importância da proximidade familiar nesse momento, o percentual de entrevistados que concordam com a afirmativa é de 40%, distribuídos em 23,33% no IFPA e 16,67% na UFRA. Entre os que concordam totalmente, o percentual é de 43,00%, no qual 23,33% no IFPA e 20% na UFRA, considerando as duas alternativas chega-se a 83,33% do total de participantes.

O resultado de concordância de 83,33% da pesquisa evidencia a importância da família no processo de adaptação do servidor na instituição, sabendo-se que todos os participantes são de cidades e regiões diferentes, entende-se que em algum momento ele teve que fazer a escolha de assumir o cargo ou escolher o seio familiar. Essa proximidade pode ser entendida e interpretada de maneiras distintas, podendo o servidor ter vindo com sua família para a cidade ou na maioria das vezes não, porém o apoio familiar contribui para sua adaptação e, por conseguinte evita que o servidor possa se sentir desmotivado e desista de prosseguir na instituição, evitando assim a rotatividade de docentes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Baseado nas comparações das informações obtidas e nas afirmações dos autores usados como base na pesquisa, buscou-se identificar e analisar os fatores que podem levar a rotatividade, além de constatar quais são os fatores de maior influência para a contribuição na rotatividade dos docentes do IFPA e da UFRA. Nesse contexto, a pesquisa se mostrou relevante uma vez que descobriu os fatores que mais influenciam a rotatividade dos docentes, que são: excesso de trabalho, falta de infraestrutura e precariedade dos serviços públicos da cidade de Parauapebas e a família, sendo este último de maior relevância.

É válido considerar que o conhecimento das causas da saída de servidores é essencial para a melhoria nas práticas de gestão de pessoas das instituições, de maneira a construir uma política e estratégias de valorização e retenção desses talentos, com vistas à redução da rotatividade de pessoal docente nos campi da cidade de Parauapebas, seja por meio de iniciativa das Instituições ou em parceria com o poder público municipal.

## REFERÊNCIAS

AVARISTO, J. A. C.; UBEDA, C. L. **Análise dos principais fatores de retenção dos servidores técnicos-administrativos do Instituto Federal de São Paulo**. IV Encontro Brasileiro de Administração Pública. João Pessoa, 2017. Disponível em: [http://ANALISE\\_DOS\\_PRINCIPAIS\\_FATORES\\_DE\\_RETENCAO\\_EBAP2017.pdf](http://ANALISE_DOS_PRINCIPAIS_FATORES_DE_RETENCAO_EBAP2017.pdf). Acesso em: 16 out.2019

BALIEIRO, Suelen da Silva; COSTA, Thiago Dias. **Rotatividade de pessoal e serviço público**. Marajó-Breves, PA, 2017. Disponível em: <http://www.admpg.com.br/2017/down.php?id=2869&q=1>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BERGUE, Sandro Trescastro; TERABE, Carla Patricia Almeida Rocha. **Gestão Estratégica de Pessoas como Política Pública: Estudo de Caso no Ministério da Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB1369.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 dez. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm). Acesso em: 09 out. 2019.

CHANG, W. A.; WANG, Y.; HUANG, T, 2013 apud ALMEIDA, Carlos Alano Soares de; PEREIRA, Elaine Danielle Guedes. **Rotatividade de pessoal no serviço público federal brasileiro: breve revisão da literatura: breve revisão da literatura**. João Pessoa-PB, 2017. Disponível em: <http://www.ufpb.br/ebap/contents/documentos/1187-1201-rotatividade-de-pessoal-no-servico.pdf>. Acesso em: 20 Out. 2019

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

\_\_\_\_\_. **Recursos humanos: o capital humano das organizações: como atrair, aplicar, manter, desenvolver, e monitorar este valioso tesouro organizacional**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**/ Donald R. Cooper, Pamela S. Schindler; [tradução: Scientific Linguagem LTDA, textos da 10 ed.: Iuri Duquia Abreu].- 12. Ed. – Porto Alegre- RS: AMGH, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. **Direito Administrativo**. 22ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

GUIOTTI, Ana Cláudia Sanches, 2014. **Clima e Cultura Organizacional (Estudo de Caso)**, Ana Cláudia Sanches Guiotti. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA: Assis- SP, 2014.

Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/argTccs/1111390232.pdf>. Acesso em: 08 out. 2019.

IFPA, Instituto Federal do Pará. **Portal IFPA**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.ifpa.edu.br/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

OLIVEIRA, José Arimatés de; MEDEIROS, Maria da Penha de. **Gestão de pessoas no setor público** / José Arimatés de Oliveira, Maria da Penha de Machado– 2. ed. reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2016.

PEREIRA, Elaine Danielle Guedes. **Rotatividade de pessoal no Serviço Público: um estudo das universidades federais do Nordeste brasileiro** / Elaine Danielle Guedes Pereira. Mossoró, 2018. Disponível em: [http://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/1068/1/ElainyDGP\\_DISSERT.pdf](http://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/1068/1/ElainyDGP_DISSERT.pdf). Acesso em: 22 set. 2019.

ROBBINS, Stephen P., 1943. **Comportamento organizacional** / Stephen P. Robbins, Timothy A. Judge, Filipe Sobral; [tradução Rita de Cássia Gomes]. – 14ª edição- São Paulo: Pearson Hall, 2010.

SIQUEIRA, Wender Rodrigues de; ALVES, Luciene Cândida Ferreira. **Rotatividade de professores universitários: o estudo de um campus fora da sede**. RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace. v. 7, n. 2, p. 94-107. Ribeirão Preto- SP, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.13059/racef.v7i2.324> . Acesso em: 13 mar. 2019.

THÉVENET, M., 1991 apud GODOY, Arilda Schmidt; HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori; TEIXEIRA, Maria Luisa Mendes; ZACCARELLI, Laura Menegon. **Gestão do fator humano: uma visão baseada nos stakeholders**. 2. ed. São Paulo-SP: Saraiva,2008.

UFRA, Universidade Federal Rural da Amazônia. **História**. [S. l.], 13 set. 2016. Disponível em: <https://novo.ufra.edu.br/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

# ANÁLISE DA DINÂMICA DO CAPITAL DE GIRO DA JBS NO ENTRE CRISE, AVALIANDO OS ANOS DE 2013 ATÉ 2018

Brenda Ellen Semek  
Italo José Cardoso dos Santos  
José Alexandre Ferreira  
Yuri Andrei Freire Marcinik

DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.40-58

**Resumo:** O objetivo geral desta pesquisa é analisar o comportamento da estrutura financeira da JBS durante o período de 2013 a 2018, e, especificamente, analisar o comportamento do capital de giro da empresa nesse período, bem como verificar como a liquidez da empresa se comportou nesse período. Ao analisar as demonstrações financeiras da JBS, uma empresa que atua no ramo alimentício e que é considerada uma gigante brasileira, pode se perceber que ela também não ficou de fora dos eventos da crise. Através da observação dos Balanços Patrimoniais e das Demonstrações de resultados, antes, durante e pós-crise da empresa se verificou qual o impacto causado na estrutura financeira da organização e como se comportou o capital de giro, elemento crucial para a continuidade das operações.

**Palavras chave:** Crise. Capital de giro. Demonstrações financeiras. Organização.

## ANALYSIS OF THE DYNAMICS OF THE JBS WORKING CAPITAL IN THE BETWEEN CRISIS, EVALUATING THE YEARS FROM 2013 TO 2018

**Abstract:** The general objective of this research it's analyze the behavior of JBS financial structure during the period from 2013 to 2018 and, specifically, to analyze the behavior of the working capital of the company during this period, as well as to verify how the company's liquidity behaved during this period. Financial statements of JBS, a food company considered one of the brazillian giants, can be seen to have not been left out. By observing the Balance Sheets and Income Statements, before, during and after the crisis of the company, it was verified the impact on the financial structure of the organization and how the working capital behaved, a crucial element for the continuity of operations.

**Keywords:** Crisis. Working capital. Financial statements. Organization.

## INTRODUÇÃO

A administração financeira é uma das principais atividades realizadas para manter uma organização viva e operante no mercado. Segundo Silva et al., (2016) os administradores devem sempre estar atentos nas influências que modificam a estrutura financeira da empresa tanto no aspecto interno, quanto as dinâmicas externas, por exemplo questões relacionadas a economia, política, governo, crises, variação cambial e etc.

Visto que o cenário brasileiro passou por uma recessão na economia entre os anos de 2014, 2015 e 2016. Durante o período, segundo as informações obtidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB caiu cerca de 7,7%, levando em consideração o 1º trimestre de 2014, quando começou a decair, e cujo ápice foi o 2º trimestre de 2016. Ainda de acordo com o IBGE, a taxa de desemprego atingiu 12,7% em 2017, o que representa cerca de 13 milhões de pessoas desempregadas no ano. Comparado com a taxa de 2014, a população desempregada aumentou em 86,4%. Essa taxa vem como um reflexo da crise que gerou consequências em cadeia e afetou toda a indústria e comércio reduzindo o consumo, aumentando a inadimplência e outros índices tóxicos para o desenvolvimento do país. Com isso em mente, este artigo tem como objetivo; através do diagnóstico das demonstrações financeiras da empresa da JBS entre o ano de 2013 até o ano de 2018; visualizar e analisar a dinâmica da estrutura financeira para verificar qual foi a reação que a crise causou na capacidade de pagamento e na necessidade de capital de giro da organização no período.

Para compreender melhor o trabalho, primeiro se deve ter um conhecimento básico da empresa estudada. Segundo informações retiradas do site da própria, a JBS é uma empresa do ramo alimentício que possui um portfólio de produtos bem diversificado e dezenas de marcas como: Seara, Swift, Friboi, Dorian, Moy Park, Pilgrim's, Primo, Gold KistFarms, Pierce e 1855, entre outras. O negócio teve o capital aberto na BM&FBovespa em 2007, e conta com um elevado nível de governança corporativa no mercado de capitais do Brasil.

Diante disso definimos a problemática: “A crise esteve presente em todas as empresas do terreno nacional, qual foi o comportamento da estrutura financeira da

JBS nos períodos correspondentes, mais específico entre os anos de 2013 a 2018?”. E diante disso o objetivo geral visa analisar o comportamento da estrutura financeira da JBS durante o período de 2013 a 2018. Especificamente o comportamento do capital de giro da empresa e também verificar como a liquidez da empresa se comportou no período. Quanto à relevância deste estudo ele é de extrema importância, pois existem poucos trabalhos que tratam do tema “capital de giro”, e como objeto de estudo uma gigante nacional que influencia tanto na economia do país quanto as vidas dos cidadãos brasileiros.

## **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**

Para uma boa administração financeira devem-se levar em conta alguns aspectos que garantiram longevidade à organização, e continua manutenção de suas atividades. Através de dados obtidos nas demonstrações financeiras pode-se ter um panorama da saúde financeira da organização. Temos Zanluca (2016), que cita a liquidez como um índice que tem por sua finalidade avaliar o quanto a empresa tem disponível para pagamento frente suas obrigações. Também merece destaque conforme cita Marques (2016) o conhecimento do capital de giro, pois é através deste que a empresa financia o seu giro e a manutenção de seu desenvolvimento. Este giro envolve, desde compra de matérias-primas, produtos para estoque, pagamento de fornecedores/impostos e o salário dos funcionários.

### **Classificação dos capitais**

O conhecimento dos capitais dispostos na organização é de suma importância. Quanto a origem dos capitais, estes podem ser próprios ou de terceiros. Segundo Domingues (2016), o Capital Próprio (CP) tem a ver com o Patrimônio Líquido de uma empresa, tendo suas origens nos lucros da própria organização e no capital social que nada mais são do que os recursos provenientes de sócios e acionistas. Ainda segundo o autor se tem o Capital de Terceiros (CT) que está ligado

com o Passivo Exigível, que envolve todos os recursos e investimentos dispostos por entidades externas à organização.

A utilização do CT pode trazer tanto benefícios quanto malefícios à organização. Segundo Domingues (2016) as vantagens da utilização do capital de terceiros envolvem ter uma maior autonomia do negócio, e também uma maior previsibilidade das obrigações. Entretanto, mesmo com tudo isso ainda há riscos na utilização desta fonte de capital, pois na maioria das vezes esta forma de capital gera juros.

Em contrapartida, há certos riscos ao empregar capital próprio. Segundo o autor, há perda na autonomia de gestão, pois toda ação tomada deverá ser consultada aos acionistas, mas propicia mais segurança em caso de falência, minimizando os prejuízos. Assim, o administrador deverá utilizar do capital que mais lhe traga benefícios. Como falado, alguns capitais exigem remuneração (custo) assim temos os capitais onerosos e os não onerosos e uma terceira classificação quanto ao tempo, onde se tem as fontes permanentes (exigível a longo prazo + Patrimônio Líquido) e as não permanentes (Passivo Circulante).

## **Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras são ferramentas utilizadas para a visualização da estrutura financeira da empresa. As demonstrações financeiras utilizadas para o estudo são: os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações de Resultados do Exercício (DRE). O Balanço Patrimonial representa a situação financeira e patrimonial da empresa em um período específico, evidenciando o ativo, passivo e patrimônio líquido da empresa. Segundo FIPECAFI (1995, p. 34), “o balanço patrimonial tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática”. A Demonstração de Resultado do Exercício busca demonstrar de forma mais detalhada os fatores que modificam o patrimônio da empresa em um período específico. É a estruturação que contempla custos, despesas, etc. Para Ludícibus (1998), a DRE tem o papel de evidenciar todas as despesas deduzidas da receita, apurando o lucro, ainda sem os grupos de despesas. Através da análise dos dados desses dois demonstrativos, o gestor

financeiro obterá as informações necessárias para realizar suas atividades com mais segurança.

## Liquidez x rentabilidade

Segundo Braga (1998), liquidez e rentabilidade devem estar em equilíbrio constante, por isso se deve sempre buscar está preservação. Os autores Martins e Assaf Neto (1996, p. 245) afirmam que “os indicadores de liquidez visam medir a capacidade de pagamento de uma empresa, ou seja, sua habilidade em cumprir corretamente as obrigações passivas assumidas”. Ela apresenta alguns índices para facilitar sua contabilização:

**Liquidez Corrente:** Para Matarazzo (2010), representa a capacidade de geração de recursos para o pagamento das dívidas da empresa no curto prazo (até o final do próximo período corrente), ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida em curto prazo, quanto a empresa possui disponível para quitá-la. Assim, uma LC inferior a R\$ 1,00 indica possíveis problemas nos pagamentos a serem efetuados no próximo exercício social. De acordo com Zanluca (2016) seu cálculo pode ser feito utilizando os recursos de curto prazo e as dívidas de curto prazo que a empresa possui, sendo representadas no Patrimônio Líquido como as contas Ativo Circulante e Passivo Circulante.

**Liquidez Seca:** Matarazzo (2010), mede a geração de caixa no prazo inferior a 90 dias, ou seja, no curtíssimo prazo. Nesse caso, para efeitos de recebimento de recursos, somente são considerados aqueles com rápido recebimento, ou seja, o “Disponível” que são recursos em caixa, bancos e títulos negociáveis imediatamente. “Títulos a Receber”, normalmente são associados a clientes que, mesmo que tenham vencimento superior a 90 dias, podem ser negociados por meio de desconto bancário e quaisquer outros ativos que possuam rápida conversibilidade para dinheiro. Para Zanluca (2016), a liquidez seca é similar à liquidez corrente, mas exclui os estoques do cálculo.

**Liquidez Geral:** A liquidez geral, Matarazzo (2010), demonstra a capacidade de pagamento das dívidas da empresa no curto e longo prazo, ou seja, para cada R\$1,00 devido, quanto à empresa terá disponível. Assim, uma liquidez geral maior que R\$1,00 indica relativa folga financeira

quanto ao cumprimento das obrigações de longo prazo; inferior a R\$1,00 indica possíveis problemas no pagamento das dívidas.

Pimentel (2010, p 278) nos relata que “a rentabilidade pode ser definida como a medida final do grau de êxito econômico obtido por uma empresa em relação ao capital nela investido. Esse êxito econômico é determinado pela magnitude do lucro líquido contábil”. Ainda segundo o autor o grau de rentabilidade corresponde ao risco do investimento, quanto maior a rentabilidade maior será o risco corrido.

Assim como a liquidez, a rentabilidade apresenta índices que facilitam sua contabilização:

**Giro do Ativo:** O índice de giro do ativo demonstra uma proporção entre as vendas de determinada empresa e os investimentos que nela foram feitos, que são representados pelo valor do seu ativo total. Para Matarazzo (2010), quanto maior for o valor encontrado para esse índice, melhor será para a empresa. **Margem Líquida:** O índice de margem líquida demonstra a lucratividade das vendas. Podemos verificar que, a cada R\$100,00 em vendas, a empresa obterá determinado percentual de lucro. Ao se calcular tal índice, segundo Matarazzo (2010), é possível acompanhar a margem líquida da empresa e verificar possíveis alterações. Quanto maior for o valor encontrado para esse índice, melhor será para a empresa. **Rentabilidade do Ativo:** O índice de rentabilidade do ativo demonstra uma proporção entre o lucro obtido por determinada empresa e os investimentos que nela foram feitos, que são representados pelo valor do seu ativo total. Segundo Matarazzo (2010), para cada R\$100,00 investidos na empresa (capital próprio e capital de terceiros), o lucro será de um determinado percentual. **Rentabilidade do Patrimônio Líquido:** O índice de rentabilidade do patrimônio líquido representa a proporção lucro obtido e o valor do seu próprio capital (patrimônio líquido). Um exemplo: Para cada R\$100,00 investidos pelos sócios na empresa, poderá se observar que o lucro que se obterá será um percentual do valor investido.

## Análise das Demonstrações Financeiras

Além da análise dos índices, o administrador financeiro ainda poderá contar com outros métodos que transformaram os dados obtidos nas demonstrações financeiras em informações para diagnóstico da situação real e da dinâmica dos capitais dentro da empresa. Que serão apresentadas em forma de relatórios, gráficos ou tabelas. Segundo Ribeiro (2009), assim que o processo contábil termina o processo de análise começa. O trabalho do analista só se inicia quando o contador termina seu trabalho, pois os demonstrativos contábeis são as fontes de dados para os analistas transformarem em informações. De acordo com Oliveira (2010) a análise horizontal tem o principal objetivo de apontar as principais variações das demonstrações contábeis, se utilizando de períodos e buscando caracterizar alguma tendência. Também chamada de análise de tendência ou de evolução, busca verificar o crescimento da estrutura durante o período. Ainda segundo o autor, a análise vertical ou análise de estrutura consiste na divisão dos itens do ativo pelo total do mesmo, o mesmo acontecendo para o passivo, onde se divide as estruturas do passivo pelo total do mesmo. Assim se obtém a porcentagem que cada índice ocupa na estrutura. A análise dinâmica é formada por capital de giro (CDG), necessidade de capital de giro (NCG) e saldo de tesouraria (ST). Fleuriet (1978) nos relata que o Capital de Giro (CDG) é a diferença existente entre as contas Passivas Não Circulantes (PNC) e os Ativos Não Circulantes (ANC). Quanto ao PNC, estão inclusos tanto os Passivos Exigíveis em Longo Prazo quanto o Patrimônio Líquido. Já com o ANC, estão envolvidas as contas Ativos Realizáveis em Longo Prazo e o Ativo Permanente. A Necessidade de Capital de Giro (NCG) é formada pela diferença entre Ativos e Passivos Operacionais, podendo ser positiva e negativa. É positiva quando o ciclo operacional for maior que o prazo médio de pagamento e negativa quando o contrário ocorrer. A NCG positiva está diretamente ligada a evolução das vendas da empresa. Se o volume de negócios cresce a demanda de CDG também aumenta. Caso isto não ocorra, a empresa recorre a capital financeiro de curto prazo, apresentando Saldo de Tesouraria (ST) negativo, apesar do crescimento das vendas. O Saldo de Tesouraria (T) é composto pela diferença entre os Ativos Financeiros (AF) e Passivos Financeiros (PF) de Curto Prazo, podendo ser positivo e negativo. Ela fica positiva quando os AF forem superiores aos PF e negativa quando o contrário ocorrer.

## Ciclo operacional

Para Assaf (2005), o capital de giro são os recursos disponíveis para as aplicações a curto prazo, operações operacionais, e o espaço de tempo em que essas operações circulam (giram) denomina-se Ciclo Operacional. Assim de uma maneira mais simples, pode ser definir ciclo operacional como o tempo gasto desde aquisição do produto até o recebimento do resultado da venda, esse tempo é calculado através da seguinte fórmula:

$$C.O = PMRE + PMRV$$

Onde:

Prazo médio de renovação de estoques (PMRE): Diniz (2015) diz que, representa o prazo em dias que a empresa leva para renovar seu estoque. Este índice deve ser o menor possível. Com a diminuição dele de um ano para o outro, indica que a empresa está mais eficiente com o giro de seu estoque.

Prazo médio de recebimento de vendas (PMRV): Segundo Diniz (2015) é o prazo em dias que uma empresa leva para receber as vendas que fez a prazo para seus clientes. Quanto menor forem os números de dias melhor é o índice. A diminuição deste índice de um ano para o outro, significa que a empresa tem obtido melhores resultados com as vendas a prazo. Mas outra variável também interfere na dinâmica da necessidade do capital de giro, o Ciclo Financeiro ou Ciclo de Caixa. De acordo com Assaf Neto (2012):

[...] é o período de tempo existente desde o desembolso inicial de despesas até o recebimento do produto da venda. Para uma indústria, por exemplo, esse ciclo corresponde ao intervalo verificado entre o pagamento das matérias-primas (note que não é a data da compra, pois a mesma poderá ocorrer antes, caso a aquisição seja efetuada a prazo) e o recebimento pela venda do produto elaborado (da mesma forma, não se refere ao momento da venda, e sim ao do efetivo recebimento).

O Ciclo Financeiro pode ser obtido através da formula:

$$C.F = C.O - PMPC$$

Onde:

Prazo médio de pagamento de compras (PMPC): Segundo Silva (p.323, 1998) “o prazo médio de pagamento de compras, indica quantos dias, em média, a empresa

demora a pagar seus fornecedores”. Dispondo do C.F. e do valor das vendas diárias da empresa, o gestor financeiro consegue calcular a necessidade de capital de giro, tanto para o ciclo operacional quanto para o financeiro em questão.

## **METODOLOGIA**

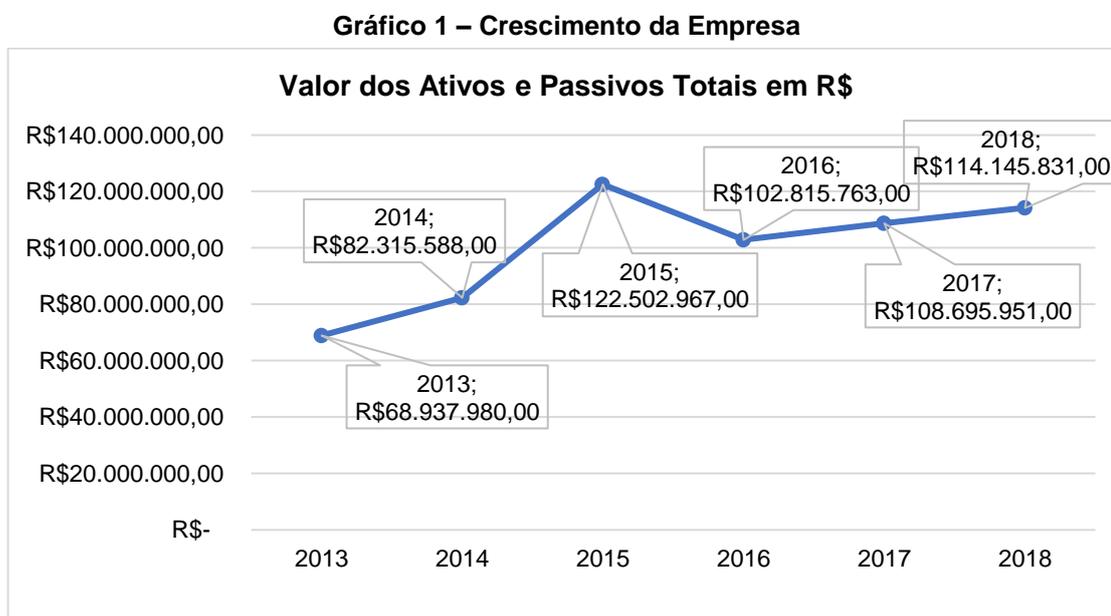
De acordo com os objetivos desse trabalho, utilizamos à pesquisa exploratória. Gerhard e Silveira (2009, p. 35) contribuem dizendo que “este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. A natureza desta pesquisa classifica-se como básica. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 51) “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”. Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa se classifica como quantitativa. Prodanov e Freitas (2013, p. 70) contribuem dizendo que “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Quanto aos procedimentos, optou-se pelo estudo de caso onde Raymundo (2017, [on-line]) relata que “esse tipo de pesquisa trata de acontecimentos contemporâneos, inseridos no contexto da vida real. A escolha pelo método ocorre principalmente quando o objeto a ser estudado é raro, único ou representativo de uma subcultura pouco explorada.”.

## **ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS**

Através das demonstrações financeiras serão extraídos dados para seguintes análises:

## Análise vertical e horizontal

Assim começando com a análise se tem quanto ao crescimento da empresa de modo geral foi notado um percentual de 65,58%, partindo de um valor de R\$ 68.937.980,00 em 2013 e chegando a R\$ 114.145.831,00 em 2018. Conforme o Gráfico 1:

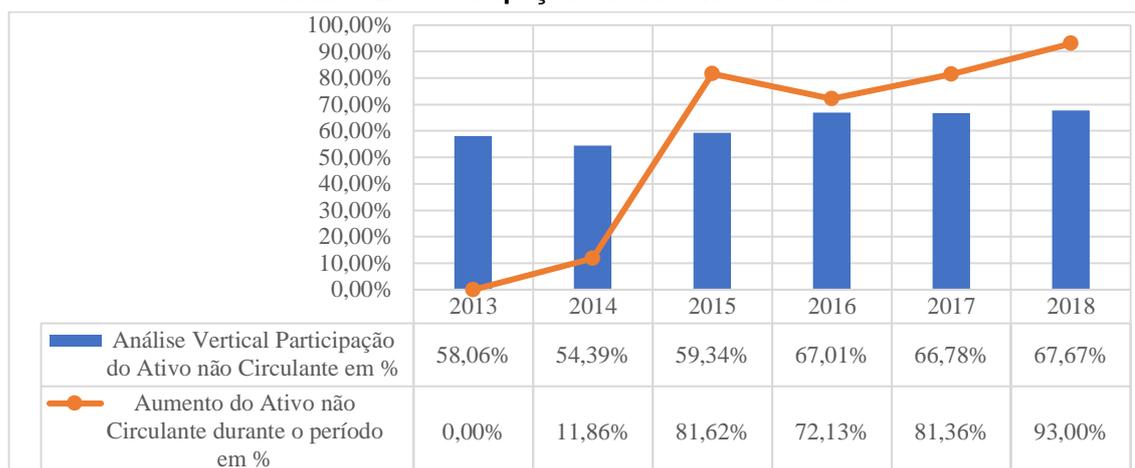


**Fonte: B3 (2018)**

Pode se observar nas contas do Ativo que o circulante manteve o mesmo padrão de representatividade em relação ao total dos ativos, mas em contra partida se tem uma notável mudança nos valores do não circulante (que no ano de 2013 representava 58,06% do ativo total, passando a representar 67,67% do total no ano de 2018). Mesmo não parecendo algo significativo, deve se lembrar de que o ativo total nestes dois períodos é diferente.

Através da análise horizontal se verifica que o valor do ativo não circulante quase dobrou no período, pois houve um aumento de 93% do valor que em 2013 era R\$ 40.024.497,00, que passou a serem R\$ 77.246.282,00 em 2018. Esses valores, como irá ser observado mais adiante, podem ter sido destinados às contas de imobilizado e/ou intangíveis. Visto no seguinte Gráfico 2:

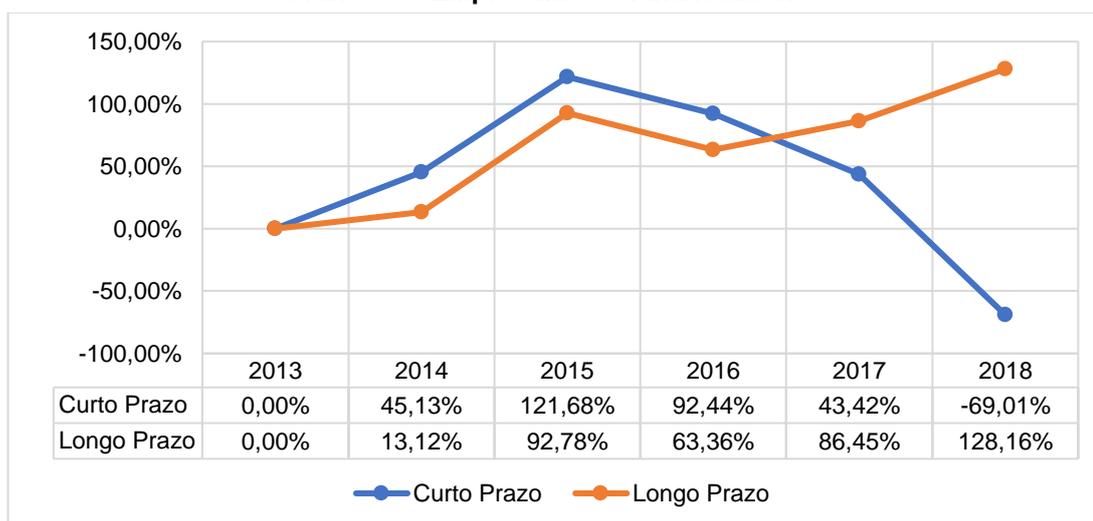
**Gráfico 2 – Participação do Ativo não circulante**



Fonte: B3 (2018)

No Passivo, o que chama a atenção são os empréstimos e financiamentos de curto prazo durante a crise, onde houve um aumento em relação a 2013 de 121,68% em 2015 e de 92,42% em 2016. Quanto aos empréstimos e financiamento em longo prazo, foi constatado um aumento de 128,16% no intervalo entre 2013 e 2018, indo de R\$ 23.330.449,00 para R\$ 53.230.893,00.

**Gráfico 3 – Empréstimos e Financiamentos**



Fonte: B3 (2018)

No DRE fica evidente o aumento das receitas em relação ao período estudado pelo artigo. Em 2013, o valor de R\$ 92.902.798,00 foi para R\$ 181.680.244,00 em 2018, um aumento de 95,56%. Primeiramente isso parece formidável, mas quando se observa os lucros, a situação parece turva, pois estes tiveram uma redução de 81,21%.

Na Tabela 1 apresenta a variação dos lucros nos 6 anos estudados:

**Tabela 1 – Lucro Líquido da JBS (R\$)**

<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
1.118.325,00	2.406.427,00	5.128.647,00	565.088,00	1.025.469,00	210.116,00

**Fonte: B3 (2018)**

Parece contraditório que os lucros não acompanhem as receitas de forma proporcional, mas existe uma explicação para isso. Como foi identificado na análise horizontal do passivo, houve um aumento nos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Estes geraram despesas financeiras que são abatidas das receitas e propiciaram um lucro menor.

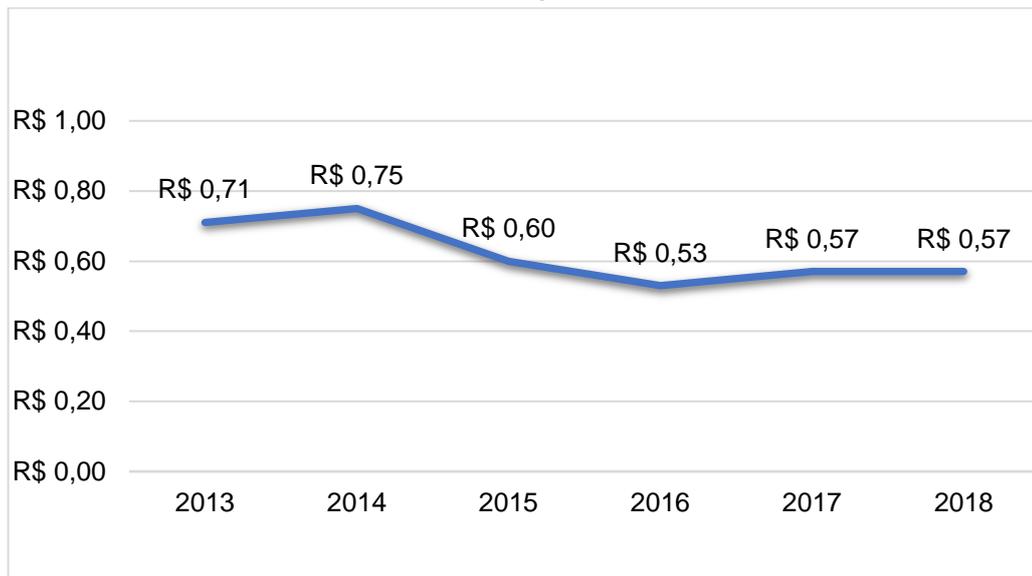
É possível observar que as despesas financeiras subiram 166,39%, em relação ao primeiro ano. Durante a crise a empresa JBS recorreu empréstimos e financiamentos, que é um capital oneroso, e demanda pagamento de juros para manter as operações (giro) e investimentos em ativos permanentes. Mas “Como a crise interferiu tanto nos resultados?” é provável que possa ser devido a taxa de juros popularmente conhecida como SELIC.

É uma política monetária definida pelo Banco Central para ajustar a remuneração do capital das instituições financeiras. No início do ano de 2014 era de 10,40% a.a. chegando a atingir 14,15% a.a. em 2015 e 2016. Ela se manteve neste patamar até setembro de 2017 quando começou a despencar gradativamente (BACEN).

## **Análises dos índices financeiros**

Após as análises vertical e horizontal, serão trabalhados os índices financeiros. Começamos com a liquidez, que é um importante indicador. Através dele pode se obter um parecer da saúde financeira da organização em um determinado tempo, essas informações são fundamentais para auxiliar o gestor financeiro no processo de tomada de decisões e planejamento (Clemente, 2017). Assim será analisado se a empresa foi capaz de cumprir com suas obrigações no período da crise, através da liquidez geral, exposto no gráfico a seguir o valor que a empresa detinha no ano para quitar cada R\$ 1 das suas obrigações.

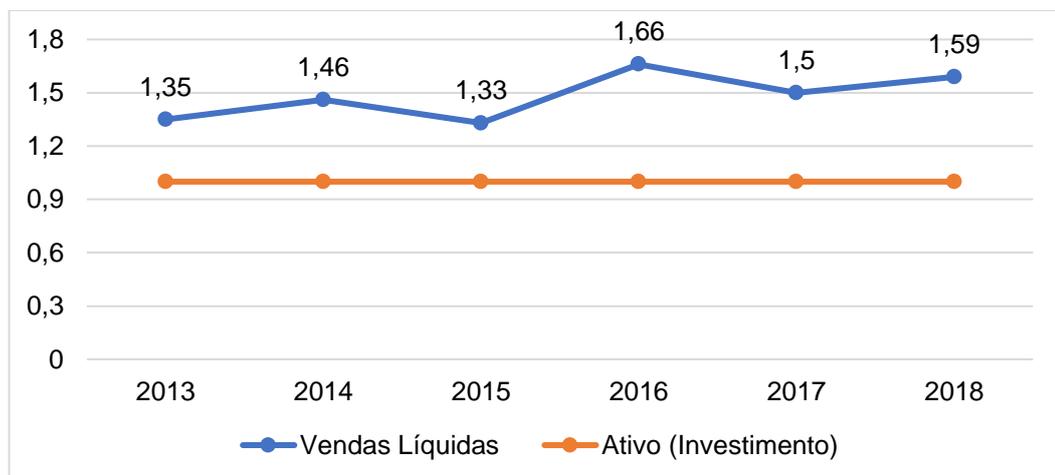
**Gráfico 4 – Liquidez Geral**



**Fonte: B3 (2018)**

Observando o Gráfico 4 pode-se notar que a empresa possui liquidez insuficiente para honrar com suas dívidas totais, o que pode ser um impacto do aumento de empréstimos e financiamentos no período. No próximo índice vai ser visualizado a rentabilidade do ativo, ou seja, onde pode ser observado o quanto cada R\$ 1 de investimento em ativos gerou de vendas líquidas. Segue o gráfico das demonstrações dos índices contábeis:

**Gráfico 6 – Giro do Ativo**



**Fonte: B3 (2018)**

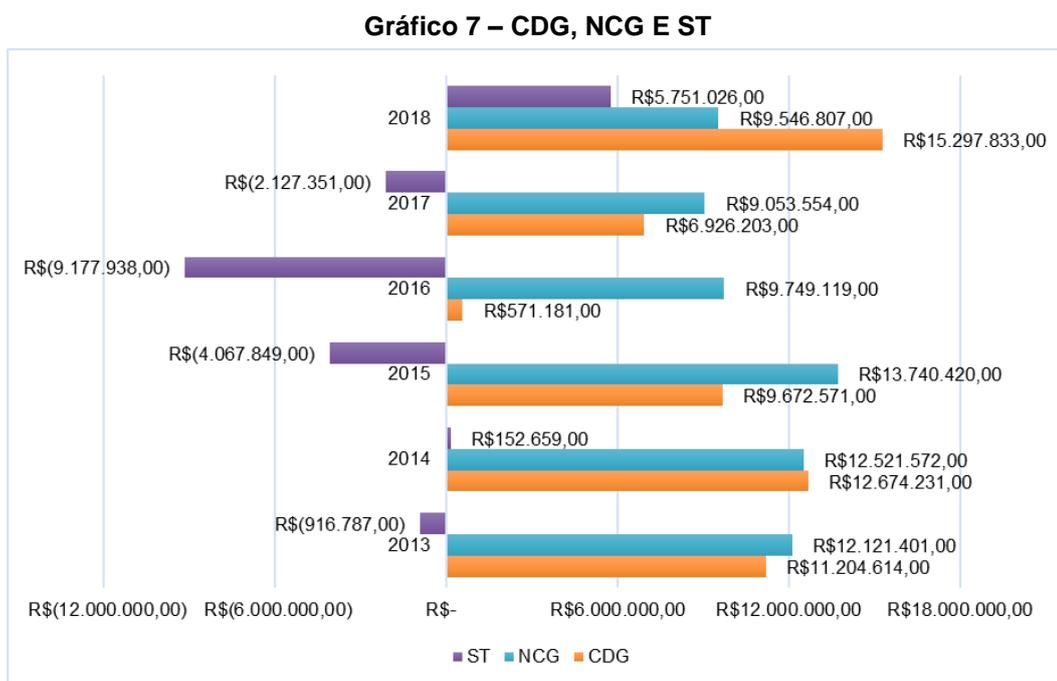
Analisando o período de crise, pode-se observar que o giro do ativo recuou apenas no ano de 2015. Voltando a normalizar no ano de 2016, observa-se que o aumento das vendas acompanhou o aumento do ativo, mantendo o giro estável. Como

foco é a dinâmica do capital de giro, a seguir será disposto a análise dinâmica da empresa no período.

## Análise Dinâmica – Modelo de Fleuriet

O modelo de Fleuriet analisa a liquidez e a estrutura de financiamento das organizações. Segundo Nascimento et al., (2012) “A correta aplicação do modelo permite identificar a necessidade de investimento no giro dos negócios e o volume de recursos de longo prazo que financiam o giro”. Como visto no referencial, o modelo se baseia em três variáveis que formam seis modelos de classificação.

Baseando-se no referencial fica entendido que o NCG (Necessidade de Capital de Giro) é o investimento líquido necessário para manutenção das atividades. E o CDG (Capital de Giro) é o valor disposto para o giro e uma fonte permanente já que é representada pela fórmula PNC-ANC. O ST (Saldo de Tesouraria) de uma maneira simples é o capital financeiro. O seguinte gráfico apresenta o comportamento desses fatores no decorrer dos anos entre 2013 e 2018.



Fonte: B3 (2018)

Quando o ST é positivo, significa que a empresa possui condições de quitar suas obrigações financeiras de curto prazo e ainda alocar recursos para investir no

giro do período. Já quando a empresa apresenta um ST negativo, a organização dependeu de empréstimos e financiamento a curto prazo para fechar o valor para giro do período.

Se observarmos isoladamente os anos de 2014, 2015 e 2016, se tem uma visão mais detalhada do comportamento do capital de giro durante a crise. É evidente as anormalidades no CDG e no ST durante o período, como visto no gráfico. Em 2014 a JBS ainda conseguiu financiar suas operações com recursos de longo prazo, situação que se inverte no ano de 2015, quando a empresa já não consegue suprir o giro apenas com os recursos não circulantes e necessita de recursos financeiros de curto prazo para suprir a NCG. Ou seja, recorre a capital de terceiros onerosos.

Como foi visto na análise vertical houve um aumento nos empréstimos e financiamentos de curto prazo. A situação se agravou em 2016, onde o ST permaneceu negativo significando mais recursos originado de fontes onerosas a curto prazo com a taxa de juros alta.

Segundo a tipologia do modelo de Fleuriet (1980), os balanços se classificam em seis tipos:

**Tabela 2 – Classificação dos Balanços**

Tipo / Item	CDG	NCG	ST	Situação
I	+	-	+	Excelente
II	+	+	+	Sólida
III	+	+	-	Insatisfatória
IV	-	-	+	Alto risco
V	-	-	-	Muito ruim
VI	-	+	-	Péssima

Nota: (+) indica valor positivo, e (-) indica valor negativo.

**Fonte: Adaptação Marques e Braga (2015)**

Será analisado em qual tipo cada ano está classificado e a sua situação, dando ênfase no durante e pós-crise. Na tabela abaixo considere (+) positivo e (-) negativo.

**Tabela 3 – Classificação dos Balanços da JBS nos anos de 2013 até 2018**

ANO	CDG	NCG	ST	SITUAÇÃO
2013	+	+	-	Tipo III – Insatisfatória
2014	+	+	+	Tipo II – Sólida
2015	+	+	-	Tipo III - Insatisfatória
2016	+	+	-	Tipo III - Insatisfatória
2017	+	+	-	Tipo III - Insatisfatória
2018	+	+	+	Tipo II – Sólida

**Fonte: Autoria Própria (2019)**

O Tipo II indica uma estrutura sólida onde as fontes de longo prazo irão garantir a continuidade do giro, e manterá o ST positivo para outros investimentos, já que a empresa consegue quitar suas obrigações financeiras de curto prazo. O Tipo III apresenta uma situação insatisfatória onde os recursos de longo prazo são insuficientes para o giro operacional e há uma necessidade em completar o NCG com recursos onerosos de curto prazo (Marques e Braga, 1995).

Partindo agora para a análise do ciclo operacional, que considera outra variável além do capital, o C.O. indica o tempo do giro calculado através da soma do prazo médio de renovação dos estoques e o prazo médio de recebimento da venda. Através da análise das demonstrações da JBS, se chegou aos resultados de quantos dias demora o ciclo operacional da empresa, apresentados na tabela abaixo:

**Tabela 4 – Ciclo Operacional**

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PMRE	30,67	29,26	28,50	23,20	25,01	26,21
PMRV	34,56	28,62	26,78	20,26	20,59	19,14
C.O.	65,23	57,88	55,28	43,47	45,60	45,35

**Fonte: Autoria Própria (2019)**

Assim fica disposto o Ciclo operacional, como visto no referencial, que quanto menor for, melhor será. Ele indica que a empresa está mais ágil, deixando os produtos estocados por menos tempo, evitando custos com armazenamento e recebendo o montante das vendas em um tempo menor também e assim proporciona um maior retorno do negócio e do dinheiro no caixa. Ao analisar os dados da JBS fica evidente que mesmo com a crise o C.O. continuo diminuído, devido ao aumento das vendas no decorrer dos anos. Já o Ciclo financeiro, ou Ciclo de caixa, se encontra conforme a tabela a seguir:

**Tabela 5 – Ciclo Financeiro**

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PMPC	23,23	24,23	31,23	26,15	25,79	29,99
C.F.	42	33,65	24,05	17,32	19,81	15,36

Fonte: Autoria Própria (2019)

Ao contrário do C.O., quanto maior o C.F melhor, pois se refere ao prazo para quitação das obrigações. Enquanto não realiza esse pagamento, a organização poderá trabalhar com o crédito dado pelo fornecedor. Em outras palavras, utilizar o capital de terceiros não oneroso para manter o giro das suas atividades. Mas esse não é o caso da JBS. Em compensação ao C.O, o C.F. também diminuiu no decorrer do período, o que é ruim, pois indica que a empresa financiou as compras com seu capital ou de terceiros onerosos. Assim, a JBS deve possuir o capital para garantir o giro quando o C.F. fechar. Como já foi visto, o NCG é a quantidade necessária de capital de giro para o período, calculado através das vendas diárias e multiplicado pelo Ciclo de Caixa, se obtém o NCG para o período. Assim a JBS deve ter em R\$:

**Tabela 6 – NCG para giro do período**

NCG em R\$					
2013	2014	2015	2016	2017	2018
10.837.890,25	11.260.724,03	10.883.025,50	8.197.555,25	8.979.290,76	7.752.536,36

Fonte: Autoria Própria (2019)

Para conseguir honrar os compromissos em curto prazo (ciclo financeiro) e garantir a manutenção do giro, no decorrer desses anos de 2013 até 2018.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da interpretação dos dados das demonstrações financeiras e com as análises feitas para se extrair informações, fica evidente o impacto causado pela recessão econômica na estrutura financeira da organização, atingindo seus resultados, e principalmente distorcendo o capital de giro, que foi o alvo de estudo do trabalho. Foi observado que durante o período de crise, a empresa precisou se socorrer com capital de terceiros, mais precisamente empréstimos, para conseguir completar o NGC e realizar os giros. Devido à essas manobras, a JBS ficou à mercê

de uma taxa de juros alta do entre crise. Ela ainda afetou a estrutura da empresa nos anos seguintes, como visto no valor elevado para custear as despesas financeiras pós-crise. Mas seguindo o rumo que a JBS ficou após 2017, em um curto espaço de tempo a organização tende a superar esse pequeno empecilho e alavancar seus lucros.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e Valor**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

B3. **BM&Fbovespa Relatórios Estruturados, Ações, JBS S/A**. Disponível em: <[http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm?codigo=20575](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm?codigo=20575)>. Acesso em: 30 jun.2019.

BACEN. **Taxa de Juros Brasil**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/txjuros>>. Acesso em: 30 jun.2019.

CLEMENTE, L. **Afinal, o que é o índice de liquidez?**,2017. Disponível em: <<https://blog.inepadconsulting.com.br/afinal-o-que-e-o-indice-de-liquidez/>>. Acesso em: 29 jun.2019.

DANOWICZ, J. E. **Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controles financeiros**. 5 ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

DO NASCIMENTO, C. et al. Tipologia de Fleuriet e a crise financeira de 2008. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 4, p. 40-59, 2012.

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. São Paulo: Atlas, 1995.

FLEURIET, M; KEHDY, R; BLANC, G. **A Dinâmica financeira das empresas brasileiras**. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 1980.

GERHARD, T.E; SILVEIRA, D, T. **Métodos de pesquisa**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HOJI, M. **Práticas de Tesouraria**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

IBGE. **Instituto Brasileiro de geografia e estatística**. Contas nacionais. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=pib%23evolucao-pib#evolucao-pib](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib%23evolucao-pib#evolucao-pib)>. Acesso em: 31 jun.2019.

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade gerencial**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JBS. **A maior empresa do mundo em produtos de origem animal**. Disponível em: <<https://jbs.com.br/sobre/>>. Acesso em : 31 jun.2019.

MARQUES, J.A.V.D. C; BRAGA, R. Análise dinâmica do capital de giro: o modelo Fleuriet. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 49-63, 1995.

MARTINS, E; ASSAF NETO, A. **Administração financeira**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, A.A. D et al. A análise das Demonstrações Contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações. **Revista Eletrônica: Gestão e Negócios**, v. 1, n. 1, p. 1, 2010.

PIMENTEL, R.C; BRAGA, R; CASA NOVA, S.P.D.C. Interação entre rentabilidade e liquidez: um estudo exploratório. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 10, n. 2, 2010.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C.D. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAYMUNDO, R.T. **Estudo de caso TCC: entenda o que é e veja como elaborar o seu**,2017. Disponível em: <<https://viacarreira.com/estudo-de-caso-tcc/>>. Acesso em:26 set.2019

RIBEIRO, O. M. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2009

# ANÁLISE DOS EFEITOS DE FALHAS NA ROTINA DE PROCESSO DE UMA EMPRESA DE COFRE DE PEQUENO PORTE LOCALIZADA NA CIDADE DE PONTA GROSSA, UTILIZANDO COMO TÉCNICA A FERRAMENTA *FAILURE MODE AND EFFECTS ANALYSIS*

Davi Gomes dos Santos

Mariele Silva de Lima

Adriano Mesquita Soares

DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.59-84

**Resumo:** O principal objetivo desta pesquisa foi analisar os efeitos de falha na rotina do processo de produção de cofre, utilizando como técnica a ferramenta FMEA (*Failure mode and effects analysis*). Através de uma metodologia de pesquisa de caráter básico, qualitativo, descritivo com estudo in loco, realizou-se o mapeamento das falhas em todo o processo de produção de cofres. Esse mapeamento serviu como base para ações a serem adotadas pela empresa, a fim de melhorar seus processos. A partir da análise das falhas, foi obtido o RPN (número de prioridade de risco - *Risk priority number*) para que a organização possa mensurar e priorizar as ações de acordo com seus índices de ocorrência, detecção e severidade. Com a descrição das não conformidades e as sugestões propostas, o proprietário possa nortear as suas ações dentro do processo, a fim de gerar resultados crescentes. Na busca por processos mais eficientes com segurança e qualidade, a utilização da ferramenta FMEA como metodologia, vem justamente para auxiliar nesse processo eliminando e prevenindo possíveis falhas, para assim obter melhorias consideráveis.

**Palavras-chave:** FMEA. Efeitos de Falhas. Qualidade. Processos.

### ANALYSIS OF THE EFFECTS OF FAILURES IN THE PROCESS ROUTINE IN A SMALL SAFE BOX COMPANY, LOCATED IN PONTA GROSSA, USING AS A TECHNIQUE THE TOOL FAILURE MODE AND EFFECTS ANALYSIS

**Abstract:** The main objective of this research was to analyze the effects of failure in the routine of the production process of safe box, using as technique the FMEA tool (Failure mode and effects analysis) tool. Through a methodology of research of basic feature, qualitative, descriptive with study in loco, was realized the mapping of the failures in the whole process of production of safes. This mapping served as a basis for actions to be taken by the company to improve its processes. From the analysis of the failures, the RPN (Risk priority number) was obtained so that the organization can measure and prioritize the actions according to their indexes of occurrence, detection and severity. With the description of the nonconformities and suggested proposed, the owner can guide their actions within the process in order to generate increasing results. In the search for more efficient processes with safety and quality, the use of the FMEA tool as a methodology, came precisely to assist in this process, eliminating and preventing possible failures, to obtain considerable improvements.

**Keywords:** FMEA. Fault Effects. Quality. Processes

## INTRODUÇÃO

Para manter a competitividade no cenário atual, as empresas necessitam, cada vez mais, realizar investimentos em inovação, tecnologia e equipamentos mais sofisticados para alcançar maior agilidade nos processos.

As organizações precisam valorizar mais seus clientes, pois sua sobrevivência depende da satisfação dos mesmos. É preciso focar seus esforços na melhoria da qualidade, tanto em produtos e serviços quanto em atendimento e preços competitivos, pois o mundo vive um período de avanços e as respostas para essas mudanças necessitam ocorrer em pouco tempo. (CAMPOS, 2014)

Portanto, esse estudo apresenta a seguinte problemática de pesquisa: Quais os efeitos de falhas na rotina do processo de produção de uma empresa de cofre de pequeno porte localizada na cidade de Ponta Grossa-PR?

Este trabalho tem como objetivo central analisar os efeitos de falhas na rotina de processo de uma empresa de cofres de pequeno porte localizada na cidade de Ponta Grossa e, como objetivos específicos: descrever o processo produtivo atual, mapear as não conformidades do processo, e elaborar a matriz FMEA.

Sendo assim, a ferramenta escolhida para a análise dos efeitos de falhas nos processos da empresa estudada foi a FMEA (*Failure Mode and Effects Analysis*) por ser uma ferramenta que apresenta baixo risco e demonstra ser muito eficiente na prevenção e eliminação de possíveis problemas no desenvolvimento de processos e de projetos nas organizações. (PALADY, 2004)

Quanto à pertinência, esse trabalho se dá a partir da busca por uma ferramenta de qualidade com o intuito de melhoria contínua de produtos e processos, abordando problemas, possíveis falhas, analisando as causas e verificando os resultados para a tomada de decisão com ações corretivas e preventivas. Neste caso, a FMEA foi a ferramenta escolhida por sua abordagem concreta e estruturada sobre a empresa, contribuindo para que a organização obtenha avaliações, conduções e atualizações que possibilitem melhor desenvolvimento da mesma. (PALADY, 2004)

Desta forma, esta pesquisa mostra-se relevante por suprir as necessidades da empresa na qual será utilizada como guia, na melhoria dos seus processos de

produção, buscando com a matriz FMEA um norte para seus proprietários na identificação de possíveis falhas nos processos, podendo assim maximizar a produção, reduzindo possíveis custos supérfluos.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### A gestão da qualidade

A Gestão da Qualidade Total (GQT) pode ser definida como uma estratégia utilizada pelas organizações para aumentar sua competitividade por meio de conceitos fundamentais e técnicas de gestão. Na década de 90, foi apontado como fator de sucesso para a GQT uma cultura organizacional que valorizou a melhoria contínua, abordagem científica, que manteve o foco no cliente, educação, treinamento, envolvimento e comprometimento de todos, começando pela alta gerência. (CARPINETTI, 2012)

Com o aumento da competitividade, os consumidores passaram a ser mais exigentes pela qualidade de seus produtos e as organizações pela qualidade de seus processos, adotando sistemas de melhoria contínua para a melhoria da qualidade e redução de refugos. (CARPINETTI, 2012)

Os custos que as organizações possuem com qualidade são decorrentes da não qualidade de seus produtos, podendo ser custos de falhas internas, externas, custo de avaliação de qualidade e custos de prevenção. (CARPINETTI, 2012)

Dentro de uma sociedade industrial fundamentada no mercado é essencial que seja realizada uma análise do mercado a fim de obter competitividade. Deste modo, a qualidade é um alvo móvel, pois a tecnologia cria novas oportunidades e ameaças, fazendo com que os clientes sejam influenciados cada vez mais pela competitividade e as ofertas no mercado. (JURAN, 2002)

A qualidade, por muito tempo, foi considerada apenas em produtos e serviços concentrados em resultados ou efeitos de ações. Com o desenvolvimento da gestão da qualidade total, o processo produtivo propiciou uma nova era pela qualidade

passando a priorizar não apenas os efeitos, mais dando maior atenção às causas. (PALADINI, 2012)

Em um mercado competitivo, onde várias empresas competem igualmente pela preferência do cliente, a gestão da qualidade parte do princípio que a conquista e manutenção do mercado depende do foco no cliente, levando a uma contínua identificação de necessidades e, diante desse ciclo de produtos e processos, surge o conceito de melhoria contínua. (CARPINETTI, 2012)

## **Melhoria contínua**

Em meio a constantes mudanças por que passa o ambiente empresarial, é fundamental que as organizações se esforcem cada dia mais pela melhoria e aperfeiçoamento de seus processos e serviços, pois com a alta concorrência e a variedade de produtos ofertados no mercado, suas existências estão sendo ameaçadas a todo o momento por empresas mais rápidas e atentas ao cliente. (MOURA, 1997)

Para se obter melhoria dentro das organizações deve se levar em consideração que tudo começa de forma pequena, muitas vezes, com um grupo de pessoas e de baixo para cima, da base da organização. A melhoria contínua é utilizada nas organizações como uma técnica centrada nas atividades em grupo, que visa mudanças suaves e graduais buscando sempre a qualidade dos produtos e serviços. (CHIAVENATO, 2000)

De acordo com o SENAC (2001), para obter um sistema de gestão da melhoria contínua, devemos levar em consideração os seguintes itens: analisar e avaliar áreas para melhoria, estabelecer objetivos, avaliar e selecionar soluções, implementar as soluções, medir, verificar e avaliar se os objetivos foram atingidos, formalizar as alterações.

“A filosofia da melhoria contínua deriva do Kaizen (do japonês kai, que significa mudança e de zen, que significa bom).” (CHIAVENATO, 2000 p. 661). Kaizen significa processo de gestão e uma cultura de negócios e, atualmente, passou a significar aprimoramento contínuo e gradual. Dentro das organizações, o kaizen

passou a ser conhecido como contínuo melhoramento de todos os envolvidos na organização, pois busca o comprometimento de todos os membros, baseados no princípio de métodos de trabalho melhorados, não apenas em fazer melhor as atividades, mas obter resultados específicos, como eliminar desperdícios e falhas, elevando a qualidade de seus produtos, processos e relacionamentos, reduzindo os custos em geral, para satisfazer os clientes.

Para Chiavenato (2000), as melhorias não precisam, necessariamente, ser de grande dimensão, mas sim sempre estarem presentes, devendo ser contínuas no dia a dia e constantes a todo o momento, e procurar novas maneiras de tomar decisões ou realizar tarefas. O kaizen nada mais é do que a maneira pela qual se pensa e age dando ênfase aos clientes, incentivando os relacionamentos, capacitando pessoas, reconhecendo, desenvolvendo a autoestima e criando equipes de trabalho de acordo com suas capacidades, pois o kaizen não é baseado em pessoas especialistas, e sim em pessoas críticas e incentivadas.

No processo de melhoria contínua o uso conjunto de uma abordagem científica pode ser muito benéfico, pois ela é baseada em dados de pesquisa e informações completas. Para a gestão da qualidade, a união da abordagem científica e a melhoria contínua desenvolveram diversas técnicas e métodos que contribuem na hora de levantar e priorizar as causas, implementando ações e avaliações para os resultados. (CARPINETTI, 2012)

## **Ferramentas da qualidade**

A qualidade dentro das organizações não deve andar separada das ferramentas estatísticas e básicas utilizadas na melhoria do planejamento e no controle da qualidade. Essas ferramentas utilizadas de maneira correta permitem compreender os problemas existentes na organização, a fim de determinar soluções para eliminá-los. (CÉSAR, 2011)

As ferramentas básicas podem ser utilizadas na coleta, processamento e disposição das informações, visando às práticas relativas ao uso de métodos gerenciais para assim obter a solução dos problemas. (CÉSAR, 2011)

Destacam-se como ferramentas básicas da qualidade: estratificação, folha de verificação, gráficos, gráfico de Pareto, diagrama de causa e efeito, histograma, diagrama de dispersão, gráfico de controle, fluxograma, Brainstorming, 5W1H. (CÉSAR, 2011)

Um complemento das ferramentas básicas é a aplicação das ferramentas gerenciais, pois elas como o próprio nome diz, foram desenvolvidas para a utilização em níveis gerenciais. As ferramentas gerenciais permitem especificar os problemas, programar e controlar o processo de melhoria. (CÉSAR, 2013)

As ferramentas voltadas ao gerenciamento ganharam uma estruturação mais concreta a partir dos anos de 1950, surgindo assim, classificações e formas de utilizar essas ferramentas. (MARSHALL JUNIOR et al., 2010)

São exemplos de ferramentas gerenciais: diagrama de afinidade, diagrama de relações, diagrama de árvore, matriz de decisão, matrizes de GUT, matrizes básicas, matriz de relações, diagrama de processo decisório (Process Decision program Chart - PDPC), diagrama de setas, gráfico de Gantt, Matriz de análise de dados. (CÉSAR, 2013)

Além dos métodos convencionais de gestão, utilizam-se ferramentas específicas que podem ser implementadas na organização em diversos setores, de acordo com a necessidade e a urgência em que medidas corretivas e preventivas devem ser tomadas. São estas ferramentas: 5S, 8S, Seis Sigma, Quality function deployment (QFD), benchmarking, reengenharia, gerenciamento de diretrizes (Hoshin Hanri), failure modes and effects analysis (FMEA), Failure mode analysis (FMA), design of experiments (DOE). (MARSHALL JÚNIOR et al., 2010)

Dentro do processo produtivo, as organizações objetivam baixos índices de defeitos, pois a garantia da qualidade é montada de forma que não produza defeitos e, se produzidos, que não os transfira, além de que, como muitos se originam nos projetos, deve-se sempre buscar melhorá-los através de revisões do projeto no processo. (CAMPOS, 2014)

## Análise de modos e efeitos de falhas - FMEA

De acordo com Sakurada (2001), não se sabe ao certo a data do surgimento do FMEA (Failure Mode and Effects Analysis), pois em alguns estudos consta que se originou nos Estados Unidos em 1949, no dia 09 de novembro, no procedimento MIL-P1629, em operações militares.

Outros autores acreditam que o surgimento do FMEA foi em 1960 pela NASA (National Aeronautics and Space Administration) com o objetivo de adquirir maior confiabilidade em seus projetos aeroespaciais; logo essa técnica foi adotada nos setores industriais no ramo aeronáutico e automotivo. No final de 1960, a Ford Motors sentiu a necessidade de uma técnica para diagnosticar e prevenir problemas potenciais, assim implementou a FMEA em seus projetos novos, para assim serem tomadas ações corretivas e preventivas. Mais tarde, em 1972, a Ford introduziu o FMEA para obter confiabilidade nos processos. Desde então, nos anos 80, a técnica passou a ser utilizada nas indústrias automobilísticas em geral, estendendo-se a seus fornecedores. (FERREIRA et al, 2011)

Segundo Helman e Andery (1995), FMEA é um método de análise de projetos e processos, utilizados na identificação de todas as potenciais falhas e, os efeitos ocasionados sobre cada uma, mediante raciocínio dedutivo. Desta forma, trata-se de um método analítico padronizado, onde detecta e elimina possíveis problemas potenciais de maneira sistêmica e completa.

Como os dados obtidos, o FMEA é documentado formalmente e permite padronizar os procedimentos, fazer um registro de análise de falhas e, conduzir de maneira precisa, projetos de melhoria. (HELMAN; ANDERY, 1995)

Com o desenvolvimento do FMEA em meados da década de 60, surgiram dois tipos de FMEA distintos: 1) o FMEA de projetos DFMEA (Design Failure Modes and Effects Analysis); 2) e o FMEA de processos PFMEA (Process Failure Modes and Effects Analysis). A partir desses dois tipos de perfis, surgiram novas variações e formulários de FMEA, com o mesmo objetivo e exigências (PALADY, 2004)

Para identificar e nortear a análise que será realizada, primeiramente é necessário verificar qual é tipo de FMEA utilizada, por exemplo, se será uma FMEA

de projeto ou de processos. Para isto, considera-se a análise dos itens, modo de falha, efeito e causa. (HELMAN; ANDERY, 1995)

A diferença entre FMEA de projetos para o de processos está relacionada diretamente aos objetivos, se eles estão voltados à melhoria nos projetos, ou então, se estão voltados a falhas decorrentes do processo. Como os objetivos de ambos são diferentes devem ser buscados em FMEA distintos. (PALADY, 2004)

O índice de ocorrência tem como finalidade uma estimativa das probabilidades de ocorrência de falha, o papel desse índice decorre do momento em que está sendo conduzida a análise do FMEA; se o produto ou o processo não existirem sua análise será baseada em dados estatísticos ou relatórios, dados obtidos de fornecedores e literatura técnica. (HELMAN; ANDERY, 1995)

A atribuição do índice de Gravidade deve ser realizada a partir da ótica do cliente, portanto deve refletir a gravidade do efeito da falha pelo quanto ele pode importunar o consumidor, podendo assim, uma falha possuir tantos índices de gravidade de acordo com seus efeitos. (HELMAN; ANDERY, 1995)

O índice detecção avalia as hipóteses de falha antes que o produto chegue ao comprador. Esse índice deve ser atribuído ao conjunto modo de falha e efeito e, assim, podendo detectar uma diminuição de desempenho e o quanto essa ocorrência da falha pode afetar do ponto de vista do cliente. (HELMAN; ANDERY, 1995)

O Índice de risco trata do registro do produto sobre a ótica dos três índices anteriores, índice risco = (gravidade x ocorrência x detecção). Assim, torna mais fácil distinguir as falhas com mais índices de risco, das que não representam grandes problemas. (HELMAN; ANDERY, 1995)

Para uma abordagem de priorização das ações é fundamental o uso do número de prioridade de risco, também denominada como RPN (Risk priority number) por outros autores. (PLEXUS INTERNATIONAL et al.)

Em algumas Instituições ocorre certa resistência à implementação do FMEA devido ao pensamento de que as práticas de gerenciamento do FMEA e as estratégias de divisão dessas tarefas envolvem todo o processo. Mas, se pensar de maneira racional, o FMEA é o processo de pensamento de todos os envolvidos na instituição, que juntos trabalham para desenvolver, projetar e fornecer produtos de qualidade, portanto, o

FMEA simplesmente fundamenta essas ideias, coordenando o pensamento de todos, transferindo-o para o papel. (PALADY, 2004)

## METODOLOGIA

De acordo com VERGARA (2009) e GIL (1991, 2009), a classificação da pesquisa científica se dá quanto a sua natureza, abordagem do problema, pelo caráter dos objetivos e procedimento técnicos.

Neste caso, o presente estudo pode ser classificado com as seguintes taxonomias:

- Quanto a sua natureza: **básica**;
- Quanto à abordagem do problema: **qualitativa**;
- Quanto ao caráter dos objetivos: **descritiva**;
- Quanto aos procedimentos técnicos: **estudo de caso**.

De acordo com GIL (2009), a pesquisa científica pode ser definida como sendo um procedimento racional e sistêmico, cujo objetivo é fornecer respostas a problemas apontados, mediante os conhecimentos que estão à disposição e a utilização de métodos, procedimentos científicos e técnicas.

Quanto aos fins de uma pesquisa, podemos dizer que a pesquisa básica é motivada pela utilização de conceitos e ideias, visando a criação de diferentes questões, gerando novas teorias para compreender fenômenos já existentes, mostrando novas maneiras de explicá-los. (ALMEIDA, 2011)

Diferente da pesquisa básica, a pesquisa aplicada é motivada pela necessidade de solucionar problemas efetivos, com objetivo prático; na pesquisa aplicada pode se dizer que ela é instigada, principalmente, pelo interesse intelectual e de especulação do investigador. (VERGARA, 2009)

Quanto à abordagem do problema, tem-se a pesquisa quantitativa e qualitativa, sendo esta última a que investiga atividades relativas ao fenômeno estudado e às relações entre eles, pois possui contato direto com a situação. (GIL, 1999)

A pesquisa por meio da coleta de dados, na forma qualitativa, tem como propriedade examinar e refletir sobre percepções obtidas e, assim, ter um entendimento por sua vez subjetivo, ao contrário da pesquisa quantitativa que envolve métodos estatísticos e análises de dados muitas vezes de forma numérica e exata. (COLLIS; HUSSEY, 2005)

Quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser classificada de diversificadas formas. Já a presente pesquisa enquadrou-se como descritiva, a qual tem como finalidade descrever peculiaridades de determinados fenômenos, ou população, ou estabelecimento de relações entre variáveis. Os estudos realizados de forma descritiva possuem como uma de suas principais características, a utilização de técnicas padronizadas para coleta de informações, tais como os questionários, a observação sistêmica, entre outros. (GIL, 2009)

A pesquisa descritiva busca constatar com mais precisão a frequência que determinado fenômeno ocorre e sua relação, conexão, natureza e características. A pesquisa descritiva desenvolve-se, especialmente, nas ciências sociais e humanas, abordando dados e problemas que não constam em documentos. Dentro da pesquisa descritiva destacam-se: os estudos descritivos, as pesquisas de opinião, pesquisa de motivação, os estudos de casos e as pesquisas documentais, mas de forma geral, a pesquisa descritiva trabalha de diversas formas, sobre dados extraídos da própria realidade por meio de observação, entrevistas, questionários e formulários. (CERVO; BERVIAN, 2007)

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo de caso é uma pesquisa que consiste no estudo exaustivo e profundo de um ou poucos objetos, permitindo um amplo e detalhado conhecimento sobre o campo pesquisado, utilizado tanto para estudos nas ciências biomédicas para esclarecimento no campo de pesquisa e descrição de síndromes raras com resultados abertos em condição de hipóteses, quanto nas ciências sociais com propósitos de pesquisa à vida real, preservar o caráter unitário, descrever sobre determinada investigação, formular hipóteses e teorias, explicar as causas variáveis sobre determinado evento. (GIL, 2009)

Yin (2010) diz que o estudo é uma observação direta no ambiente natural do caso, onde o observador do campo irá investigar a incidência de determinado tipo de comportamento durante determinado período.

Quanto aos tipos de dados coletados, Ferreira (2015) afirma que o pesquisador pode fazer uso das ferramentas da pesquisa descritiva, obtendo desta forma, dados primários e/ou secundários, sendo que dados primários dizem respeito a informações levantadas diretamente na fonte geradora e que ainda não foram publicados. Já os dados secundários são informações obtidas por meio de publicações disponíveis em organizações internacionais, nacionais ou locais.

Com o auxílio da teoria entrelaçada com a prática é possível conduzir a pesquisa, a fim de conceder um conceito mais assertivo sobre a utilização de FMEA, pois a utilização lógica inerente a este método tem sido amplamente aceita e possui resultados relevantes na solução de problemas.

Deste modo, entende-se que FMEA é uma ferramenta qualitativa que visa à identificação de possíveis falhas dos componentes, projetos, sistemas e processos, e os efeitos gerados por essas falhas. O modo de falha poderá se tornar mais notável dependendo da sua função. (SAKURADA, 2001)

Os dados gerados pela ferramenta FMEA tem como principal objetivo servir como um prognóstico de possíveis falhas e, assim, auxiliar o estudo de projetos de processos, serviços e produtos, evitando que complicações passadas voltem novamente a ocorrer, por meio da busca constante da melhoria contínua, auxiliando na confiabilidade e facilitando o tipo de ação que vai ser adotada para manutenção (preditiva, preventiva e corretiva) fazendo com que o equipamento obtenha menor ociosidade. (SAKURADA, 2001)

FMEA também é um método estruturado que permite prevenir falhas e analisar os riscos, por meio da identificação das causas e conseqüentemente, os efeitos gerados por elas, afim da tomada de ações com o intuito de inibir essas falhas, pois o objetivo dessa ferramenta é analisar, identificar, delimitar e descrever de forma preventiva as não conformidades, seus efeitos, causas afim de não gerar conseqüências para os clientes. (RODRIGUES, 2014)

## População e amostra

A pesquisa realizada contou com a participação de três colaboradores da organização envolvidos indiretamente com o desenvolvimento da matriz FMEA, e com 16 colaboradores envolvidos diretamente no mapeamento das falhas. Salienta-se que a organização estudada trabalha com horários fixos, operando com apenas um turno das 7h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira.

A amostra da pesquisa possui como principal objetivo, a mobilização de um determinado grupo de envolvidos na organização (GIL, 2009). Já a presente pesquisa trabalhou com universo total de colaboradores, que são em número de 19, não utilizando, desta forma, a amostra, e sim a população total.

**Quadro 1: Envolvidos no processo produtivo**

<b>Cargo ou função</b>	<b>Área</b>	<b>Número de envolvidos = 19</b>
Supervisor geral	Geral	1
Supervisor	Estamparia/ expedição	2
Operadores	Guilhotina	2
Operadores	Prensa	1
Operadores	Dobradeira	1
Operadores	Solda	3
Operadores	Lixadeira	2
Operadores	Pintura	2
Operadores	Expedição	2
Escritório	Administrativo	3

**Fonte: Dados da pesquisa (2017)**

## Coleta de dados

Para a realização da pesquisa e obtenção de dados foi realizado um estudo diretamente no local das possíveis não conformidades. Esse estudo in loco possibilitou gerar dados primários, por meio de observação não participante, em que foram feitas perguntas não estruturadas aos colaboradores, à medida que as dúvidas surgiam. Tal observação aconteceu juntamente e de forma direta com os responsáveis por cada atribuição na organização.

A observação realizada nos processos, contribuiu para análise de suas respectivas falhas, gerando o Quadro 3, que serviu como base na criação da Matriz FMEA.

De acordo com o conteúdo da análise realizada, foi possível enfatizar as falhas que cada processo gera e as possíveis falhas que podem ser percebidas, e assim, os efeitos por elas gerados, dentro do processo.

## **Procedimentos para análise dos dados**

### **Etapas para análise dos dados**

Para realizar a análise dos dados utilizou-se a metodologia descrita nos conceitos já expostos anteriormente, a busca por falhas mecânicas e operacionais de produção se deu de maneira qualitativa, com base em registros obtidos in loco, utilizados para a realização da montagem da ferramenta FMEA, com o objetivo de analisar possíveis falhas mecânicas e operacionais ocorridas no processo produtivo e, assim, mensurar o grau de gravidade das mesmas obedecendo valores já determinados pelo FMEA.

Quanto aos procedimentos técnicos adotados para a coleta de dados, utilizou-se o estudo de caso de caráter descritivo por meio de observação e visitas na organização destinada à pesquisa, essa investigação foi feita em uma metalúrgica que produz cofres de aço, localizada na cidade de Ponta Grossa-PR, no período de 28/08/2017 a 11/09/2017 em todo o processo produtivo da organização.

A pesquisa foi realizada por meio da ferramenta FMEA, ferramenta está destinada à qualidade de projetos e processos, cuja finalidade é mapear as falhas no processo produtivo para implementar ações corretivas e preventivas de melhoria no sistema de produção, desde o corte inicial até a expedição do produto.

## Como implementar a FMEA.

Para realizar a elaboração da matriz FMEA, Helman e Andery (1995) sugerem alguns procedimentos que devem ser adotados na condução de uma análise via FMEA. Os passos abordados por eles são os seguintes:

- 1º Definir a equipe responsável pela execução;
- 2º Definir os itens do sistema que serão considerados;
- 3º Preparação prévia e coleta de dados;
- 4º Análise preliminar dos itens considerados;
- 5º Identificação dos modos de falha e seus efeitos;
- 6º Identificação das causas das falhas;
- 7º Identificação dos modos de detecção das falhas;
- 8º Determinação dos índices de criticidade;
- 9º Análise das recomendações;
- 10º Revisão dos procedimentos;
- 11º Preenchimento dos formulários de FMEA, a partir das listas de verificação;
- 12º Reflexão sobre o processo.

Após toda a análise realizada no processo da organização via FMEA, deve-se ressaltar que nem todas as ações sugeridas na otimização dos processos serão adotadas pela organização. (HELMAN; ANDERY, 1995)

**Quadro 2: Modelo Matriz FMEA.**

Passos Críticos	Falhas possíveis			Controles atuais	Índices				Ação corretiva e/ou preventiva
	Modo de Falha	Efeito	Causa		O	D	G	RPN	
								0	
								0	
								0	
								0	
								0	
								0	
								0	
								0	
								0	
	<b>Ocorrências (O)</b>		<b>Deteção (D)</b>		<b>Gravidade (G)</b>				
Improvável	1		Alta	1	Apenas perceptível				1
Muito pequena	2 a 3		Moderada	2 a 3	Pouca importância				2 a 3
Moderada	4 a 6		Pequena	4 a 6	Moderada				4 a 6
Alta	7 a 8		Muito pequena	7 a 8	Grave				7 a 8
Alarmante	9 a 10		Improvável	9 a 10	Gravíssima				9 a 10
<b>Graus de prioridade de risco</b>			<b>Baixo - 1 a 100</b>		<b>Moderado - 101 a 300</b>			<b>Alto - 301 a 1000</b>	

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### Descrição do processo produtivo

A análise do processo produtivo descrito a seguir, foi realizado em uma empresa que confecciona cofres de aço localizada na cidade de Ponta Grossa/PR.

As atividades se iniciam por meio do corte da chapa de aço, realizada por uma máquina chamada Guilhotina, onde um operador risca as chapas de acordo com as medidas já estabelecidas para a fabricação dos cofres.

Após o corte da chapa, essa é encaminhada para uma mesa na qual são feitas as riscadas para serem feitas as estampas (processo de furos na peça de aço); com as chapas de aço já riscadas, as mesmas passam pelo processo de dobra, seguindo para a montagem e soldagem das peças.

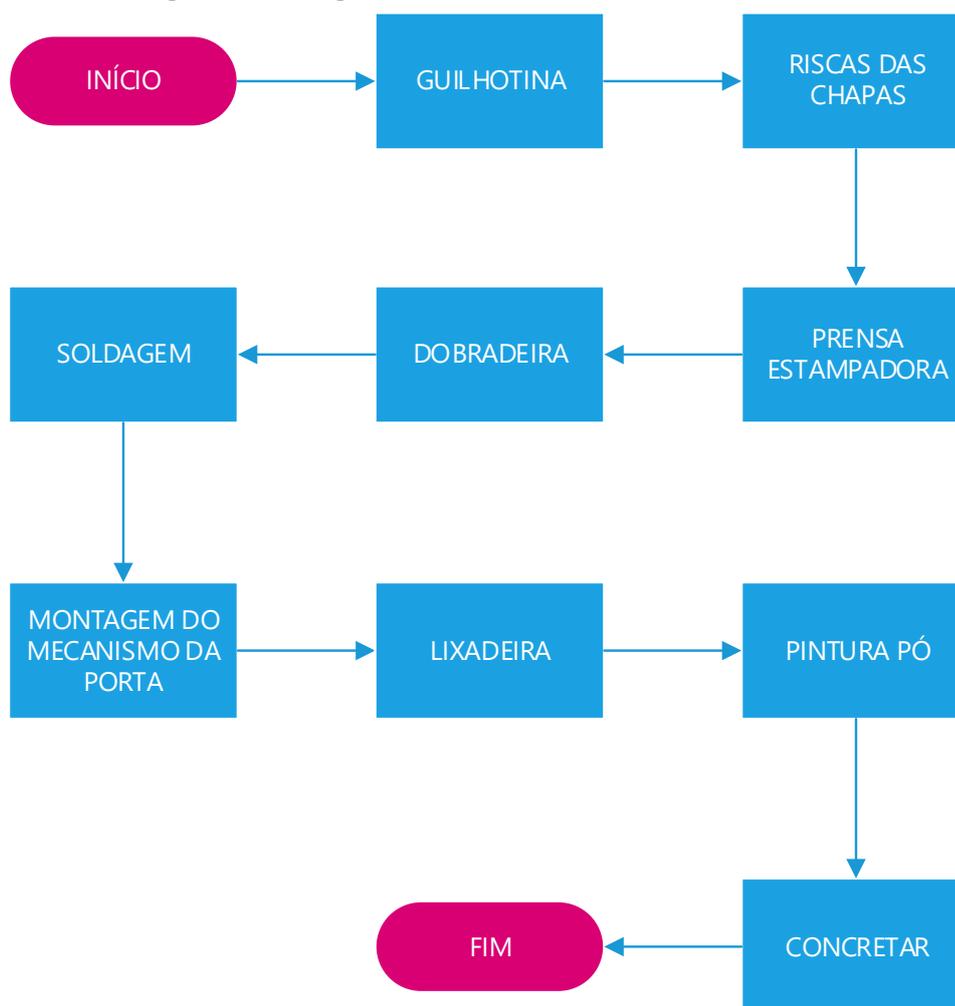
No momento da solda, é realizado em outro ambiente o processo de confecção e montagem do mecanismo de segurança da porta que, logo após a finalização da soldagem, é instalado, seguindo o produto para outro processo.

Como as peças de aço soldadas apresentam relevos decorrentes da soldagem, o produto já montado é lixado e segue para a pintura recebendo em torno de oito camadas de tinta; as peças já pintadas são levadas à máquina de secagem (estufa) onde permanecem por 45 minutos em temperatura elevada.

Com a pintura já finalizada, o produto passa pelo processo de concretar, processo esse feito com concreto e Vedacit© (produto utilizado como aditivo em construção para não haver impermeabilização) para reforçar e otimizar o acabamento.

Passando por todos os processos anteriores, o supervisor vistoria cada Cofre e, comprovado que não há nenhuma desordem no mesmo, esse segue para ser embalado em caixas de madeira e distribuído para seus respectivos proprietários.

**Figura 1: Fluxograma do Processo Produtivo de Cofre.**



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

## Mapeamento das não conformidades do processo

Para a realização da coleta de dados na organização do referido estudo e mapeamento das não conformidades, utilizou-se a pesquisa in loco por meio do estudo dos processos e interação com os envolvidos.

O objetivo do estudo de caso é permitir observar e compreender, de forma aprofundada, a realidade da organização, grupo ou pessoa, de forma que se possa obter real noção dos fatos que ocorrem no local. (ALMEIDA, 2011)

**Quadro 3: Descrição das não conformidades**

<b>Equipamentos</b>	<b>Descrição das não conformidades</b>	<b>Total de falha</b>
Guilhotina	Falha operacional	2
	Falha na roda com mola	6
	Falha na mola e chaveta	6
<b>Total de Falhas - Guilhotina:</b>		<b>14</b>
Risca das chapas	Falha operacional	3
<b>Total de Falhas - Processo de riscar as chapas de aço:</b>		<b>3</b>
Prensa estampadora	Falha operacional	9
	Falha na mola e chaveta	6
<b>Total de Falha - Prensa:</b>		<b>15</b>
Dobradeira	Travamento da máquina	3
<b>Total de Falha - Dobradeira:</b>		<b>3</b>
Soldagem	Falha operacional	2
	Falha no processo	2
<b>Total de Falha - Processo de solda:</b>		<b>4</b>
Lixamento e pintura a pó	Falha operacional	4
	Mancha na pintura	4
	Válvula com problema	7
<b>Total de Falha - Pintura e lixamento:</b>		<b>15</b>
Concretar	Riscos na pintura	2
	Escape da Solda	5
	Demora na secagem do concreto	5
<b>Total de Falha - Processo de concretar:</b>		<b>12</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

## Elaboração da matriz FMEA

Com o estudo realizado na organização e as informações obtidas com o monitoramento nos processos de guilhotina, risca, prensa, dobradeira, soldagem, lixamento, pintura e concretar, os dados foram registrados na planilha proposta como ferramenta FMEA, conforme o modelo Quadro 2 que possibilitou gerar o Quadro 4.

**Quadro 4: Monitoramento de processos – Matriz FMEA**

Passos Críticos	Falhas possíveis			Controles atuais	Índices				Ação corretiva e/ou preventiva recomendada
	Modo de Falha	Efeito	Causa		O	D	G	GPR	
Guilhotina: Processo de corte das peças de aço	Falha operacional	Atrasa a próxima etapa de produção pois o operador precisa concertar o erro	Falha nas medidas do corte	Inexistentes	● 10	● 4	● 4	● 160	Orientar os operadores sobre as medidas do corte
	Falha na roda com mola		Desgaste de uso	Inexistentes	● 2	● 2	● 4	● 16	Realizar manutenção mais frequente
	Falha na mola e chaveta		Desgaste de uso	Manutenção 2 vezes por ano	● 4	● 2	● 4	● 32	Realizar manutenção mais frequente
Riscar as chapas cortadas	Falha operacional	Atrasa a próxima etapa de produção pois o operador precisa concertar o erro.	Risca das chapas fora do padrão	Inexistentes	● 1	● 4	● 7	● 28	Rever as medidas já estabelecidas e orientar o operador exatamente onde devem ser realizadas as riscas da chapa.
Prensa estampadora: Processo onde são realizados furos na peça de aço	Falha operacional	Processo que dificulta a solda nos pontos certos	Furos feitos tortos ou de forma errada.	Inexistentes	● 2	● 2	● 7	● 28	Fazer um acompanhamento rotineiro nesse processo
	Falha na mola e chaveta		Desgaste de uso	Manutenção 2 vezes por ano	● 6	● 2	● 8	● 96	Realizar manutenção mais frequente
Dobreadeira: Máquina computadorizada por sensor que realiza dobras na peça de aço para montagem	Travamento da máquina	Interrompe o próximo processo pois para realizar a soldagem é necessário estar todos os componentes em ordem.	Sensor da máquina trava	Manutenção 2 vezes por ano	● 1	● 6	● 6	● 36	Realizar vistoria na máquina de forma preventiva e manutenção mais frequente
Processo de soldagem e montagem do cofre	Falha operacional	Etapa realizada de forma errada sem proteção pode resultar em acidente de trabalho, e perda de produto (solda)	Queimadura feita pela solda por não utilização de EPI	Visual	● 6	● 3	● 7	● 126	Fornecer treinamento sobre o uso do EPI e sua importância
	Falha no processo		Se algumas etapas anteriores do processo passarem com defeito, dificulta a soldagem	Visual	● 7	● 3	● 8	● 168	Ajustar e supervisionar processos anteriores para então esse processo possa ser realizado adequadamente

Processo de lixamento e pintura a pó	Falha operacional	Interrompe o processo pelo acidente de trabalho e pela repintura do cofre para o mesmo não pegar ferrugem	Acidente de trabalho por não utilização de EPI	Visual	● 2	● 4	● 6	● 48	Fornecer treinamento sobre o uso do EPI e sua importância
	Mancha na pintura do cofre		Tinta utilizada com qualidade baixa	Visual	● 2	● 4	● 4	● 32	Realizar intervalo de uma camada de tinta para outra
	Válvula com problema		Entupimento da válvula que resulta em queima da pintura	Manutenção periódica	● 2	● 4	● 10	● 80	Incluir como rotina semanal de verificação da pintura e se há alguma alteração na cor após a estufa, para assim conseguir presumir se a válvula está apresentando algum problema
Concretar: Processo que dá resistência ao cofre por meio de concreto e vedacit®	Riscos na pintura	As falhas decorrentes desse processo resultam em dias de atraso na entrega para o proprietário do cofre	Manuseio incorreto do cofre na hora de concretar.	Inexistentes	● 3	● 4	● 7	● 84	Em análise
	Escape da solda		Soldagem acaba escapando pelo manuseio na hora de concretar	Visual	● 3	● 4	● 3	● 36	Reforçar a solda no processo de soldagem
	Demora na secagem do concreto		Período de inverno ou chuvoso concreto demora 6 dias para secar	Inexistentes	● 4	● 4	● 6	● 96	Em análise
<b>Ocorrências (O)</b>			<b>Deteção (D)</b>			<b>Gravidade (G)</b>			
Improvável	1	Alta	1	Apenas perceptível		1			
Muito pequena	2 a 3	Moderada	2 a 3	Pouca importância		2 a 3			
Moderada	4 a 6	Pequena	4 a 6	Moderada		4 a 6			
Alta	7 a 8	Muito pequena	7 a 8	Grave		7 a 8			
Alarmante	9 a 10	Improvável	9 a 10	Gravíssima		9 a 10			
<b>Graus de prioridade de risco</b>			<b>Baixo - 1 a 100</b>			<b>Moderado - 101 a 300</b>		<b>Alto - 301 a 1000</b>	

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

## **Análise dos efeitos de falha na rotina do processo de produção de cofre**

De acordo com os resultados obtidos pela pesquisa realizada na empresa de cofre, foram feitas observações com proposta de ações para cada etapa do processo.

Conforme as falhas abordadas na organização, foram feitas propostas de melhorias realizadas de forma conjunta, com o intuito de solucionar os problemas apontados, de acordo com seu grau de criticidade que a falha poderá gerar para uma pessoa ou equipamento.

Os índices obtidos pela FMEA auxiliam na implementação de ações quanto seu grau de RPN (Número de prioridade de risco- Risk Priority Number) para chegar nesse índice multiplica-se o (Índice de Ocorrência “O”) vezes (índice de Detecção “D”) vezes o (índice de Gravidade “G”).

## **Análise dos efeitos de falha na rotina do processo de produção**

O primeiro processo a ser analisado é o de corte das peças de aço, feito pela máquina de guilhotina:

a) Falha na roda com mola: Falha com ocorrência (2) considerada muito pequena, detecção (2) e gravidade (4) considerada moderada. Definindo-se, assim, um RPN (número de prioridade de risco) baixo, essa falha ocorre devido ao desgaste de uso do equipamento de corte, por isso foi definido como método corretivo/preventivo, a realização de manutenções mais frequentes.

b) Falha operacional: Falha com o maior índice de ocorrência (10) considerado alarmante, detecção (4) considerada pequena e gravidade (4) moderada, obtendo-se um RPN considerado moderado com resultado de (160), a maneira encontrada de minimizar essas falhas seria fornecer para os operadores, orientações frequentes sobre as medidas do corte.

c) Falha na mola e chaveta da guilhotina: falha com ocorrência valor (4) considerada moderada, detecção (2) e gravidade (4) moderada, obtendo-se assim um

RPN de resultado (32) com prioridade de risco baixo, por essa falha apresentar riscos baixos, a realização de manutenção mais frequente ajudaria a corrigir essas falhas.

O segundo processo a ser analisado é o de risca nas chapas de aço:

Falha operacional: Falha com ocorrência (1) considerada muito baixa/improvável que ocorra, detecção (4) e gravidade (7) considerada grave, obtendo-se um RPN com resultado (28) com prioridade de risco baixo. Nesse processo, o operador risca as chapas para o próximo processo e as falhas encontradas podem ser corrigidas com orientações aos operadores e revisão das medidas estabelecidas.

O terceiro processo a ser analisado é o da prensa estampadora, máquina que faz furos na peça de aço:

a) Falha operacional: Essa falha decorre de furos realizados na peça de aço de forma irregular, o índice de ocorrência dessa falha é (2) considerado muito pequeno, detecção (2) moderada, e gravidade (7) considerada grave. Nesse processo, obteve-se um RPN de valor (28) com prioridade de risco baixo, com base nas informações obtidas foi proposto como medida, o acompanhamento rotineiro para vistoria e correções de eventuais falhas.

b) Falha na mola e chaveta da prensa: Com grandes intervalos de tempo na manutenção, essa falha decorre do desgaste de uso do equipamento, o índice de ocorrência dessa falha foi (6) considerado moderado, detecção (2) moderada e gravidade (8) de grave proporção. O RPN, nesse processo, atingiu valor (96) com prioridade de risco baixo. Embora esse processo seja de baixa proporção, sua falha gera problemas em processos seguintes e, portanto, foi proposto como medida corretiva, a realização de manutenções mais frequentes.

O quarto processo a ser analisado é o da dobradeira, máquina que realiza dobras na peça de aço para montagem do cofre:

a) Travamento no sensor: Esse processo atingiu um índice de ocorrência (1) considerada muito baixo/improvável, detecção (6) pequena e, gravidade (6) moderada. O RPN, nesse processo, obteve valor (36) considerado baixo, mas não menos importante. Como medida corretiva/preventiva, foi proposta manutenção em intervalos menores de tempo e vistorias semanais.

O quinto processo a ser analisado é o de soldagem e montagem do cofre:

b) Falha operacional: A causa dessas falhas decorre da não utilização de EPI (Equipamento de proteção individual) atingindo um índice de ocorrência (6) considerada moderada, detecção (3) moderada e, gravidade (7). O RPN dessa falha teve resultado com valor de (126), mesmo sendo considerada moderada, a falha decorrente de um acidente de trabalho gera custos altos para a organização, portanto, fornecer um bom treinamento para os operadores e alertar sempre sobre o uso correto do EPI, são medidas que vêm para prevenir tais sinistros.

c) Falha no processo: A causa dessa falha decorre de defeitos nos processos anteriores, o índice de ocorrência dessa falha foi de valor alto (7), detecção (3) moderada e, gravidade (6) moderada. O RPN, desse processo, obteve o maior índice com valor (168), portanto as medidas adotadas nesse processo decorrem do ajuste e supervisão nos processos anteriores, necessitando que essas medidas sejam implantadas o mais rápido possível.

O sexto processo a ser analisado é o de lixamento e pintura a pó:

a) Falha operacional: A ocorrência dessa falha obteve índice (2), considerada muito pequena, detecção (4) pequena e gravidade (6) moderada. O RPN, nesse processo, teve valor total de (48) com prioridade de risco baixo. Como medida sugerida nesse processo, o treinamento sobre a importância do EPI, a conscientização e necessidade de sua utilização, seria a medida inicial mais importante a ser adotada.

b) Mancha na pintura: Falha com índice de ocorrência (2) muito pequena, detecção (4) pequena, gravidade (4) moderada. O RPN, desse processo, obteve valor (32) considerado baixo; embora seja baixo o índice de prioridade de risco, a falha nesse processo acarreta prejuízos consideráveis para a organização. Como medida corretiva, a realização de intervalos entre uma camada de tinta para outra seria uma forma de correção dessa falha.

c) Válvula com problema: Essa falha decorre do entupimento da válvula da estufa onde é realizada a secagem da tinta, o índice de ocorrência dessa falha obteve o valor (2) muito pequeno, detecção (4) considerada pequena e, gravidade (10) gravíssima - o índice de gravidade nesse processo foi o maior comparado aos outros. Portanto, foi sugerido como medida corretiva/preventiva, uma rotina de verificação da

pintura após estufa, para ver se há alguma alteração na cor e promover manutenção frequente.

O sétimo e último processo a ser analisado é o de dar resistência ao cofre por meio do concreto.

a) Riscos na Pintura: Falha decorrente do manuseio incorreto do cofre, o índice de ocorrência dessa falha obteve valor (3) muito pequeno, detecção (4) pequena e gravidade (7) grave. O RPN, nesse processo, obteve o valor (84). Dentro desse processo, está em andamento a verificação da mais viável tomada de ação para melhorar esse processo.

b) Escape da solda: Falha com índice de ocorrência (3) considerada muito pequena, detecção (4) pequena, e gravidade (3) com pouca importância. O RPN, nesse processo, atingiu valor (36), a ação proposta nesse processo se dá no reforço da solda no processo anterior de soldagem.

c) Demora na secagem do concreto: Índice de ocorrência (4) moderada, detecção (4) pequena e gravidade (6) moderada. Índice de RPN total (96), a ação corretiva/preventiva está em análise, visto que a falha decorrente desse processo acontece apenas em certos períodos.

De acordo com a Matriz FMEA e a análise realizada a partir dela, foram gerados planos de melhoria nos processos com ações corretivas e preventivas. Nessas ações estão inclusos treinamentos, revisão nos procedimentos, ações de manutenção de máquinas e equipamentos e acompanhamentos em processos da organização.

Uma vez completa, a ferramenta FMEA servirá para a análise de similares processos e produtos, permitindo assim, a diminuição dos custos de trabalho com a modificação e melhoria dos processos. (HELMAN; ANDERY, 1995)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante de um ambiente competitivo enfrentado pelas organizações diariamente, é necessário mais que preços baixos para se obter êxito, diante de uma economia incerta. Os consumidores estão em busca da qualidade do que lhes é

ofertado, seja ela em produtos e/ou serviços. As ferramentas da gestão da qualidade vêm como benefício nesse processo da busca por melhorias sólidas, fazendo com que as empresas obtenham vantagens frente a seus concorrentes.

Foi possível constatar por meio do estudo realizado, utilizando-se da ferramenta FMEA, que as falhas encontradas no processo produtivo de cofre, por meio da análise, têm um grande impacto na produção como um todo. Portanto, é necessário a tomada de ações corretivas/preventivas, a fim de otimizar os resultados e alavancar a produção evitando custos indevidos.

Quanto ao objetivo geral: analisar os efeitos de falhas na rotina de processo de uma empresa de cofres de pequeno porte, localizada na cidade de Ponta Grossa/PR, utilizando-se da FMEA (*Failure mode and effects analysis*), constata-se que, se utilizada de forma correta e com o envolvimento de todos da organização, a ocorrência de falhas no processo vem a diminuir, assim como a probabilidade de falhas que ainda não ocorreram dentro do processo, aumentando a confiabilidade por diminuir os índices de eventuais erros.

Referente ao primeiro objetivo específico: (Descrição do processo produtivo atual) foi possível uma descrição detalhada do processo, por meio da pesquisa direta na organização com o estudo aprofundado em cada etapa e, também, pelo fluxograma do processo, propiciando a ideia de como está o arranjo físico da linha de produção de cofre da empresa estudada. Quanto ao segundo objetivo específico (Mapeamento das não conformidades) foi possível, através da pesquisa detalhada na organização, identificar assim as falhas, as possíveis falhas e as ocorrências das mesmas e, assim, gerar um quadro com essas ocorrências de falhas. Quanto ao terceiro objetivo específico: (Elaboração da Matriz FMEA) com o empenho conjunto de todos os envolvidos, tornou-se possível a coleta de todos os dados necessários para a elaboração da FMEA e as notas dos índices para gerar o RPN de cada etapa.

O estudo proposto na organização teve como função a investigação das falhas e suas consequências na linha de produção, limitando-se na observação e descrição das mesmas, fornecendo ao seu proprietário a implementação de ações com o intuito de melhorar a capacidade produtiva e auxiliar na eliminação e prevenção de eventuais problemas no processo, com sugestões de ações que venham a contribuir positivamente para os resultados da empresa.

Cada formulário da matriz FMEA obteve distribuição particular das irregularidades obtidas na análise. Vale ressaltar que o estudo através da FMEA e os resultados gerados por ela não possuem a pretensão de ser conclusivos, mas sim, incentivar a melhoria contínua das organizações por meio de pesquisas futuras.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALMEIDA, M. S. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: Uma abordagem simples, prática e objetiva.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CAMPOS, V. F. **TCQ Controle da Qualidade Total (no estilo Japonês).** 9. ed. Minas Gerais: Nova Lima editora Falconi, 2014.

CARPINETTI, L. C. R. **Gestão da Qualidade Conceitos e Técnicas.** 2. ed. São Paulo: Atlas., 2012.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. S. R. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

CESAR, F. I. G. **Ferramentas básicas da qualidade.** São Paulo: biblioteca24horas, 2011.

CHIAVENATO, A. **Introdução à teoria geral da administração.** 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FERREIRA, C. et al. **Projeto do Produto.** Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2011.

FERREIRA, M. P. **Pesquisa em Administração e Ciências Sociais Aplicadas: um guia para a publicação de artigos acadêmicos.** Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. 12. reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HELMAN, H.; ANDERY, P.R.P. **Análise de falha (Aplicação dos métodos de FMEA e FTA)**. Belo Horizonte, MG: Fundação Christiano Ottoni, Escola de Engenharia da UFMG, 1995.

JURAN, J.M. **A qualidade desde o projeto**: novos passos para planejamento da qualidade em produtos e serviços. São Paulo: Pioneira Thimson Learning, 2002.

MARSHALL JÚNIOR, I. et al. **Gestão da qualidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2010.

MOURA, L. R. **Qualidade simplesmente total**: Uma abordagem simples e **prática** da gestão da qualidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

PALADINI, E. P. **Gestão da qualidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PALADY, P. **FMEA: Análise dos modos de falha e efeito**: prevendo e prevenindo problemas antes que ocorram. 3. ed. São Paulo: IMAM, 2004.

PLEXUS INTERNATIONAL et. al. **Análise de Modo e Efeito de Falha Potencial- FMEA**. 4. ed. 2008. Apostila. InterAction Plexus.

RODRIGUES, M. V. **Entendendo, aprendendo e desenvolvendo sistemas de qualidade Seis Sigma**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

SAKURADA, E. Y. **As técnicas de Análise dos Modos de Falhas e seus Efeitos e Análise de Árvore de Falhas no desenvolvimento e na avaliação de produtos**. Dissertação de Mestrado. Engenharia Mecânica. Florianópolis, 2001

SENAC. HARGREAVES, L. et al. **SE Qualidade em prestação de serviço**. 2. ed. Rio de Janeiro. Senac Nacional, 2001.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Ana Thorell. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

# ANTECEDENTES DE FOMENTO PÚBLICO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOB A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Leandra Dias Pinto Martins

Renata Macedo Marques Pereira

DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.85-99

**Resumo:** A consolidação do Ensino Superior (em especial a pós-graduação) como objeto de políticas públicas, investimento e fomento público, resultam de longo e árduo processo. Ao longo do História do Brasil, políticas públicas, legislação, ciência, tecnologia, ensino de qualidade e formação profissional formaram os alicerces para o modelo de Ensino Superior (principalmente a pós-graduação) brasileiro. Através de uma pesquisa bibliográfica, serão apresentados os marcos históricos desde o período do Brasil Colonial até o século XX que conduziram ao atual patamar do Ensino Superior no Brasil. Este trabalho permitirá que pesquisadores, docentes, discentes, profissionais, ou até mesmo gestores, compreendam o atual contexto do Ensino Superior no Brasil, através do conhecimento da trajetória histórica deste nível de ensino.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Pós-Graduação. Fomento Público. Políticas Públicas Educacionais.

## INTRODUÇÃO

Em decorrência da acirrada competitividade no mercado de trabalho, cresce cada vez mais a demanda por profissionais qualificados. Atrelada a tal demanda, torna-se imprescindível a formação de docentes especializados, que sejam capazes de exercer o magistério àqueles que procuram formação superior. No entanto, é preciso pensar em um cenário de expansão de mercado e do ensino também com a realização de pesquisa científica que traga inovação, bem como a criação de novos produtos, técnicas, processos e mecanismos que visem o atendimento dos mais diversos setores produtivos e de serviços.

Neste contexto, as instituições de ensino superior têm assumido o desafio de formar profissionais, docentes e pesquisadores, atender às demandas da sociedade, assumir seu papel no processo coletivo de construção da inovação, porém sem perder de vista a implantação de uma cultura universitária de cidadania.

Para tanto, torna-se necessária a formulação e implantação de políticas públicas voltadas para o estímulo da Educação e da Pesquisa, através da concessão de recursos públicos na forma de fomento, visando o alcance de metas de curto, médio e longo prazo.

Como problema de pesquisa deste trabalho surge o questionamento: como os governos, agências públicas de fomento e políticas públicas conduziram o Ensino Superior no Brasil (em especial a pós-graduação) ao patamar atual?

Ao longo da História, por meio de leis, das políticas públicas governamentais, dos recursos públicos e das agências públicas governamentais de fomento, o Ensino Superior (em destaque a pós-graduação) consolidou-se como nível de ensino inovador e de formação de profissionais, docentes e pesquisadores, sempre buscando alto padrão em excelência e qualidade.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar a profissionais, docentes, discentes, gestores e pesquisadores, a trajetória histórica percorrida pelo fomento público ao Ensino Superior no Brasil, com foco na pós-graduação. Os objetivos específicos são:

- demonstrar como a legislação pública ao longo dos governos propiciou a instauração do Ensino Superior no Brasil, destacando-se a pós-graduação;
- apresentar o papel fundamental desempenhado pelas agências governamentais de fomento na consolidação do Ensino Superior no Brasil;
- indicar como a atuação pública de estreitamento entre ciência, tecnologia, pesquisa, inovação e ensino de qualidade, ao longo de décadas, permitiu o estabelecimento no Brasil de uma pós-graduação modelo.

Através deste trabalho, os envolvidos direta ou indiretamente com o Ensino Superior no Brasil (principalmente com a pós-graduação), poderão conhecer o curso histórico deste nível de ensino, de forma sucinta, consolidada e acessível.

A pesquisa desenvolvida é do tipo revisão bibliográfica, tendo como fonte de informações: artigos, livros, relatórios oficiais de órgãos governamentais e publicações em páginas oficiais do governo. Para busca e levantamento bibliográfico foram utilizadas plataformas de buscas de publicações como Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/?hl=pt>), Google Livros (<https://books.google.com.br/>) e repositórios digitais de universidades e de órgãos governamentais.

## **O FOMENTO PÚBLICO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

Segundo dados do INEP (2020), no período de 2000 a 2017, no Brasil o aumento dos investimentos públicos diretos (federal, estadual e municipal) no ensino superior (tecnológico, graduação e pós-graduação *stricto sensu*) foi de 125,55%, tendo passado de R\$ 8,84 mil para R\$ 28.640 mil por estudante no referido período.

Como resultado do aumento gradativo de investimentos públicos no ensino superior (tecnológico, graduação e pós-graduação), as instituições de ensino têm passado por um processo de expansão, através da abertura de novos cursos e crescimento dos cursos já existentes. Especificamente no caso da Pós-Graduação, para compreendermos tal expansão, é necessário conhecermos um pouco de sua história no Brasil.

Santos (2003) descreve que a proposta do Estatuto das Universidades Brasileiras, na década de 1930, já representava o esboço da implantação de uma pós-graduação no Brasil nos moldes europeus e que, na década de 1940, o Estatuto da Universidade do Brasil apresentou formalmente o termo pós-graduação.

Ainda de acordo com o mesmo autor, mediante convênios e acordos firmados entre universidades norte-americanas e brasileiras na década de 1950, foram realizados intercâmbios de estudantes, pesquisadores e professores, e foi na década de 1960, no contexto de modernização do Brasil, que a pós-graduação teve seu maior impulso, com a implantação do Mestrado em Matemática da Universidade de Brasília (UnB), o Doutorado do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), o Mestrado e Doutorado na Escola Superior de Agricultura de Viçosa, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, assim como os cursos de pós-graduação no ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) e na UnB.

O marco regulatório conceitual e regulatório da Pós-Graduação brasileira ocorreu em 1965 com a publicação, em 03 de dezembro, do Parecer nº 977 da Câmara de Educação Superior do MEC, também conhecido como Parecer Sucupira, já que seu relator foi o professor Newton Sucupira. Tal Parecer apresenta as origens históricas, objetivo e definição dos cursos de Pós-Graduação; além do Estatuto do Magistério e a relação da Pós-Graduação com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96):

A pós-graduação torna-se, assim, na universidade moderna, cúpula dos estudos, sistema especial de cursos exigido pelas condições da pesquisa científica e pelas necessidades do treinamento avançado. O seu objetivo imediato é, sem dúvida, proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que lhe permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico-profissional, impossível de adquirir no âmbito da graduação. Mas, além destes interesses práticos imediatos, a pós-graduação tem, por fim, oferecer dentro da universidade o ambiente e os recursos adequados para que se realize a livre investigação científica e onde possa afirmar-se a gratuidade criadora das mais altas formas da cultura universitária (CES/MEC, 1965, p. 3).

Assim, percebemos que a Pós-Graduação no Brasil foi estruturada visando a excelência na formação científica, técnico-profissional e de pesquisa àqueles que já concluíram a graduação. Para tanto, torna-se primordial que estejam disponíveis todos os recursos e condições para que seja atingido tal objetivo.

Morosini (2009) indica a inter-relação entre a pós-graduação brasileira e o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNC,T&I):

Retomando a relação entre SNC,T&I e pós-graduação reforçamos o papel fundamental da PG para o desenvolvimento da ciência. As políticas públicas brasileiras têm na capacitação a base um ciclo virtuoso: a primeira fase ocorre na graduação com a preparação de jovens na Iniciação Científica, continua com a formação na pós-graduação (MOROSINI, 2009, p. 145).

Cury (2005) esclarece que o Parecer Sucupira apresenta como principal distinção entre a pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu o fato de que os cursos de Mestrado e Doutorado visam a formação de profissionais com alta competência científica, enquanto os cursos de especialização formam pessoal altamente qualificado para a prática profissional.

A respeito da formação dos Profissionais da Educação, Cury (2004) discorre sobre a previsão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) da obrigatoriedade de formação em nível de pós-graduação aos que exercem o magistério superior, prioritariamente na modalidade Stricto Sensu (Mestrado/Doutorado) ou alternativamente na modalidade Lato Sensu.

Assim como são diversificadas as formas de fomento à Pós-Graduação, também são suas instituições concedentes. A Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), por exemplo, empresa pública vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, durante seus primeiros 30 anos de criação (1967-1997), apoiou a execução de 1.200 projetos e a criação de 1.500 cursos de Pós-Graduação (GIACOMONI, 1998, p. 271).

Cunha (1974) afirma ainda que, ao formar docentes qualificados, fomentar a pesquisa, preparar pesquisadores e atender às necessidades do mercado por profissionais de alto nível, a pós-graduação cumpre sua atribuição de cunho técnico. E restabelecendo o valor econômico e simbólico, anteriormente atrelado ao ensino superior, a pós-graduação cumpre seu papel social.

Será feito um resgate histórico acerca dos principais acontecimentos relacionados ao Ensino Superior no Brasil, ações de políticas públicas educacionais e concessão de recursos na forma de fomento a educação, em especial ao nível de Pós-Graduação.

## A educação jesuítica no Brasil Colonial e as primeiras ações governamentais de fomento ao ensino

De acordo com Saviani (2012), o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, chegou em 1549, acompanhado dos primeiros padres e irmãos jesuítas. Estes, por determinação de D. João III, tinham a incumbência de implantar no Brasil a educação baseada na catequese, e para tanto deveriam buscar orientação no chamado Regimentos, de dezembro de 1548, considerado o primeiro documento de política educacional regente no Brasil, e que também estabeleceu diretrizes para o primeiro governo.

Nesse período já se destacam as primeiras ações de fomento governamental a educação, posto que cabia à coroa portuguesa a manutenção financeira dos colégios jesuíticos:

Em 1564 a Coroa portuguesa adotou o plano de redizima, pelo qual dez por cento de todos os impostos arrecadados da colônia brasileira passaram a ser destinados à manutenção dos colégios jesuíticos. A partir daí, iniciou-se uma fase de relativa prosperidade, dadas as condições materiais que se tornaram bem mais favoráveis (SAVIANI, 2012, p. 8).

De acordo com Albuquerque Fávero (2006), no século XVI, ainda no período do Brasil Colonial, os jesuítas já clamavam pela criação de uma universidade no Brasil. No entanto, em virtude da Coroa Portuguesa recusar-se a atender tal pedido, os alunos graduados nos colégios jesuítas, para completarem seus estudos, tinham de ir à Universidade de Coimbra (Portugal) ou a outras universidades europeias.

Segundo Da Cunha (2007), entre o século XVI e o século XVIII, ocorreu um processo de expansão dos colégios jesuítas, os quais ofereciam cursos de Filosofia, Teologia, Artes, Humanidades. Porém, em meados do século XVIII a atividade educacional dos jesuítas no Brasil foi interrompida.

Zotti (2004) afirma que o período de quase meio século entre a expulsão dos jesuítas e a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil (1808) representou um período de precariedade e decadência do ensino colonial, pois sem a atuação dos jesuítas, o sistema educacional que vigorava até 1759 foi aos poucos se desintegrando, sem que houvesse outra sistemática educacional pronta para ser implantada.

Segundo Cunha (2000), com a ruptura do modelo de ensino superior herdado pela colônia, a atribuição ao Brasil do status de Reino Unido a Portugal e Algarve, o fim do período colonial e a transferência da sede do poder metropolitano para o Brasil em 1808, surge a necessidade de criar-se um novo modelo de ensino, totalmente desvinculado do modelo proposto pelos jesuítas.

Assim, podemos perceber que nos três primeiros séculos de seu descobrimento, as ações educacionais no Brasil foram fortemente influenciadas pelas políticas públicas educacionais determinadas por Portugal, o qual, como país colonizador, resistia à implantação de um sistema de ensino superior em sua colônia, visando a perpetuidade do domínio educacional, cultural, econômico e social.

No próximo tópico, serão apresentados os principais marcos históricos do Ensino Superior a partir da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil.

## **As primeiras Escolas e Faculdades de Ensino Superior - Da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil (1808) até a Proclamação da República (1889)**

Fato importante deste período foi a criação dos cursos jurídicos, pois até então, os estudantes que quisessem cursar Direito ainda tinham de ir à Portugal. José Feliciano Fernandes Pinheiro (visconde de São Leopoldo), membro do Parlamento, apresentou a proposta de criação de um curso jurídico, a qual culminou nos dois primeiros cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, pela Lei de 11 de agosto de 1827 do imperador D. Pedro I (DOS SANTOS, 1998, p. 98).

Moreira (1960) apud Albuquerque Fávero (2006) já expunha a grande importância dos dois primeiros cursos jurídicos na História do Brasil Império, na formação acadêmica, filosófica, cultural e política da época.

Apesar das ações de criação de algumas Faculdades e Escolas de Ensino Superior, a parcela da população que tinha acesso ao ensino superior ainda era inexpressiva, conforme apresenta Laurentino Gomes:

No ano da Proclamação da República, o Brasil tinha cerca de 14 milhões de habitantes, 7% da população atual. De cada cem brasileiros, somente quinze sabiam ler e escrever o próprio nome...Oito mil pessoas tinham educação superior - uma para cada grupo de 1.750 habitantes (GOMES, 2013).

Além do acesso restrito ao ensino superior, o Brasil Imperial marcou uma época em que o investimento público em educação era ínfimo, conforme expõe Chaia (1965) apud Saviani (2012):

Durante os 49 anos correspondentes ao Segundo Império, entre 1840 e 1888, a média anual dos recursos financeiros investidos em educação foi de 1,80% do orçamento do governo imperial, destinando-se, para a instrução primária e secundária, a média de 0,47%. O ano de menor investimento foi o de 1844, com 1,23% para o conjunto da educação e 0,11% para a instrução primária; e o ano de maior investimento foi o de 1888, com 2,55% para a educação e 0,73% para a instrução primária e secundária (CHAIA, 1965, apud SAVIANI, 2012, p. 10).

O século XIX destacou-se por tentativas de serem iniciadas as primeiras universidades e pela criação dos primeiros cursos e faculdades de ensino superior no Brasil, os quais fizeram parte da história de algumas das atuais universidades brasileiras. A última tentativa sem êxito foi do próprio Imperador, o qual propôs em sua última Fala do Trono (1889) a criação de duas universidades, uma no Norte e outra no Sul do país, que poderiam constituir-se centros de alta organização científica e literária (ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006, p. 21).

Percebemos que, com a transmigração da Família Real para o Brasil, surge a necessidade de criação de uma estrutura de Estado, a qual além de demandar profissionais especializados, permitiu maior liberdade e acesso aos sistemas governamental e legislativo, fatores que agiram como propulsores da criação de um ensino superior no Brasil.

Novamente, vimos que no Brasil, no decorrer do século XIX, a política pública em vigor na época influenciou e esteve diretamente relacionada à criação e/ou desenvolvimento de cursos e instituições de ensino superior. Tais cursos e instituições serão os precursores do início da Pós-Graduação no Brasil no século XX, como veremos no próximo tópico.

## As reformas educacionais na Primeira República (1889-1930) e a criação das primeiras universidades brasileiras

Em decorrência dos avanços históricos, legais e culturais que o Brasil já tinha alcançado, como a Independência, a Proclamação da República e a promulgação da Primeira Constituição da República (1891), no início do século XX ocorre um processo de celeridade na busca pelo estabelecimento de um modelo brasileiro de ensino superior. Para que fossem impulsionadas as trocas de informações, pesquisas e estudos, são intensificadas as ações de intercâmbio de docentes e pesquisadores (MOURÃO e DE CASTRO GOMES, 2014, p. 6-7).

Segundo Cury (2009), o presidente Hermes da Fonseca nomeou como ministro da Justiça e Negócios Interiores o jurista Rivadavia Cunha Corrêa, o qual era formado em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo. Rivadavia Corrêa foi o expositor de motivos da Lei nº 2.356, de 31 de dezembro de 1910, a qual autorizava a reforma da instrução superior e secundária mantida pela União, conhecida como Reforma Rivadavia Corrêa.

Segundo Martins (2003), nos anos 1920, educadores, escritores e várias figuras públicas envolvidas com a Educação Superior iniciaram um movimento a favor da criação de universidades que incorporassem a ciência e a pesquisa.

Ao processo de incorporação ou justaposição de Escolas e Faculdades para a criação de universidades, Cunha (2000) deu o nome de técnica da organização da universidade por aglutinação, o qual assim como originou a URJ também foi seguido pelo estado de Minas Gerais em 1927. O mesmo autor ressalta que as Faculdades de Engenharia, Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia, que já funcionavam em Belo Horizonte, deram origem à Universidade de Minas Gerais.

No tópico seguinte, veremos como foi conduzida a política pública educacional da Reforma Francisco Campos (1931) até a formalização da Pós-Graduação como nível de ensino acadêmico (1965).

## Da Reforma do Ensino Superior de 1931 até a regulamentação da Pós-Graduação como nível de ensino (1965)

Devido à inexistência de uma política nacional de educação, Francisco Luís da Silva Campos (Ministro da Educação e Saúde Pública), propôs em 1930 uma reforma na educação brasileira. No Ensino Superior, um dos instrumentos legais que regulamentaram tal reforma foi o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras. Tal decreto organizava o ensino superior, e estabelecia, dentre outras diretrizes, que as universidades deveriam ser constituídas de forma a criar e transmitir ciência (BITTAR e BITTAR, 2012).

Cunha (2000) afirma que o Estatuto das Universidades Brasileiras estabeleceu os padrões de organização para as instituições de ensino superior em todo o país, universitárias e não universitárias. Definia como as faculdades seriam reunidas para a criação de uma universidade e como deveriam ser constituídos o conselho universitário, o corpo docente, o conselho técnico-administrativo, a congregação responsável pela direção de cada faculdade, dentre outros órgãos consultivos, deliberativos ou de direção.

Outro pilar da Reforma Francisco Campos foi a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), o qual, segundo Saviani (2004), foi criado pelo Decreto nº 19.850 (de 11 de abril de 1931) para analisar e apresentar soluções às questões educacionais no nível nacional.

De Moraes (2007) afirma que a Reforma Francisco Campos surgiu num contexto pós-Revolução de 1930, período em que se consolidava o Estado capitalista no Brasil, no qual o Executivo Federal gradativamente assumia a formulação e implementação das políticas públicas nacionais (inclusive a política educacional), além do controle sobre as políticas econômica e social.

O período posterior à Reforma Francisco Campos foi marcado pela criação de instituições e órgãos governamentais, como o Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) e o Conselho Nacional de Educação (CNE), para que a política educacional nacional pudesse ser colocada em prática. Bittar e Bittar (2012) ressaltam a importância da criação do INEP nesse período:

Em janeiro de 1937,...,fundou-se o Instituto Nacional de Pedagogia (INEP), que, atualmente, figura como um dos mais importantes órgãos de disseminação de informações educacionais e trabalha por meio da constituição de Comissões de Especialistas designados entre os pesquisadores da comunidade acadêmica, para contribuírem com a formulação das políticas educacionais e de implementação dos processos de avaliação em todos os níveis educacionais (BITTAR e BITTAR, 2012, p. 160).

Moreira e Velho (2008) argumentam que a Segunda Guerra Mundial trouxe um enorme impacto na forma de ser encarada a ciência, tendo sido transportada de uma ciência do pensamento livre para uma ciência atrelada à tecnologia, com vistas à sua aplicação na vida civil, à promoção do progresso social e industrial, ao surgimento de novos instrumentos, processos e procedimentos, dentro de um contexto de objetivos nacionais e internacionais de um determinado país.

Neves (2003) reforça tal concepção quando expõe que, na década de 50, já se constatava que o caminho para que um país se desenvolvesse e se afirmasse enquanto nação passava necessariamente pela detenção de capital humano, da ciência e da tecnologia. O mesmo autor afirma que, em termos mundiais, nesse período, o ensino superior no Brasil era inexpressivo, e a pós-graduação era quase que inexistente.

Assim, em um contexto mundial pós-guerra, no qualurgia a reafirmação das nações, o Brasil definiu uma política governamental de resgate das universidades, bem como de fomento da ciência, da tecnologia e do capital humano (SOBRAL, 2000).

Ramalho e Madeira (2005) reforçam o desafio da pós-graduação e das universidades brasileiras, de construção e disseminação do conhecimento:

Permanece ainda em questão, na institucionalização da universidade brasileira, uma nova cultura acadêmica e científica apoiada na construção do conhecimento e não na sua simples transmissão, pelo desenvolvimento interpessoal e disseminação do novo por meio da pesquisa. Aqui está o grande desafio da pós-graduação brasileira (RAMALHO e MADEIRA, 2005, p.72).

Vemos que foi transferida às universidades brasileiras uma grande expectativa, acompanhada da necessidade do surgimento de uma estrutura de suporte para que os objetivos e metas de curto, médio e longo prazos pudessem ser atingidos. Nesse aspecto, ocorre a criação da CAPES e do CNPq, duas agências de fomento importantíssimas para a pesquisa e pós-graduação no Brasil, conforme aponta Picinin et al., (2012):

No processo de evolução da pós-graduação no Brasil, um marco está inserido no ano de 1951, com a criação de agências de fomento à pesquisa, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento científico e tecnológico (CNPq), como forma de incentivo à pesquisa. Posteriormente, entre 1960 e 1970, com criação de legislação específica, formação de recursos humanos qualificados, reforma do sistema de ensino e principalmente a vinculação da pesquisa como forma de desenvolvimento da pós-graduação e da economia brasileira, o sistema começa a apresentar indicativos de consolidação (PICININ et al., 2012, p. 11).

Cunha (1974) explica que em 1965 o Ministro da Educação apresentou ao Conselho Federal de Educação (CFE) três argumentos para a instauração imediata de um sistema de cursos de pós-graduação, a saber: formação de docentes qualificados e em quantidade suficiente para atender à demanda do ensino superior; preparação de pesquisadores visando o desenvolvimento da pesquisa científica; atender às necessidades dos setores de mercado por profissionais de alto nível.

Atendendo à determinação do Ministro da Educação, o CFE emitiu o Parecer nº 977, conhecido como Parecer Sucupira em homenagem ao seu relator Newton Sucupira, conforme relatado por Balbachevsky (2005):

Apenas em 1965 o Ministério da Educação regulamentou essas experiências, reconhecendo-as como um nível de ensino, além do bacharelado. Naquele ano, as principais características da pós-graduação brasileira foram fixadas pelo Parecer 977, conhecido como Parecer Sucupira, aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Foi esse parecer que estabeleceu, pela primeira vez, o formato institucional básico da pós-graduação brasileira, diferenciando dois níveis de formação, o mestrado e o doutorado, e estabelecendo uma linha de continuidade entre os dois, consagrando o mestrado como um pré-requisito para o doutorado (BALBACHEVSKY, 2005, p. 277).

Após vários fatos históricos relacionados à educação, emissão de instrumentos legais e regulatórios, além da criação de instituições e órgãos fomentadores, finalmente a pós-graduação se estabeleceu como nível de ensino no Brasil.

## CONCLUSÃO

Através de uma revisão bibliográfica, foram apresentados os fatores que impulsionaram o Ensino Superior ao atual contexto de investimento público e políticas públicas educacionais.

Foi apresentada a trajetória histórica dos acontecimentos que marcaram o Ensino Superior, desde os colégios jesuítas (Brasil Colonial), até o estabelecimento da Pós-Graduação como nível de ensino através do Parecer Sucupira.

Evidenciou-se ainda a estreita relação entre as políticas públicas educacionais e o fomento à ciência, à pesquisa e ao ensino.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE FÁVERO, M. L. A. **Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Curitiba/PR: Educar em Revista, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BALBACHEVSKY, E. **A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida**. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1, p. 285-314, 2005. Disponível em <[https://www.researchgate.net/profile/Elizabeth\\_Balbatchevsky/publication/237073967\\_A\\_pos-graduacao\\_no\\_Brasil\\_novos\\_desafios\\_para\\_uma\\_politica\\_bem-sucedida/links/0f31753835b0e7fad0000000.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Elizabeth_Balbatchevsky/publication/237073967_A_pos-graduacao_no_Brasil_novos_desafios_para_uma_politica_bem-sucedida/links/0f31753835b0e7fad0000000.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BITTAR, M.; BITTAR, M. **História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade**. Acta Scientiarum. Education, v. 34, n. 2, p. 157-168, 2012. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4864688>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. CES/MEC - **Parecer nº 977/65**, C. E. Su, aprov. em 3-12-65, 1965. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/legislacao-especifica>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CHAIA, J. **Financiamento escolar no segundo império**. Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 1965.

CUNHA, L. A. **Ensino superior e universidade no Brasil**. Lopes, EMT *et al*, 500, p. 151-204, 2000. Disponível em <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1176223/mod\\_resource/content/1/Cunha\\_Ensino\\_superior\\_e\\_Universidade\\_no\\_Brasil.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1176223/mod_resource/content/1/Cunha_Ensino_superior_e_Universidade_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social**. Revista de Administração de Empresas, v. 14, n. 5, p. 66-70, 1974. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901974000500006&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901974000500006&script=sci_arttext&tlng=es)>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CURY, C. R. J. **A desoficialização do ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia**. Educ. Soc., Campinas, v. 30, n. 108, p. 717-738, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0530108>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Quadragésimo ano do parecer CFE n. 977/65**. Revista Brasileira de Educação, v. 30, p. 7-20, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a02n30>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Graduação/pós-graduação: a busca de uma relação virtuosa.** Educação & Sociedade, v. 25, n. 88, p. 777-793, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a07v2588.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

DA CUNHA, L. A. C. R. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas.** 3ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007. Disponível em <<https://books.google.com/books?isbn=8571397759>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

DE MORAES, M. C. M. **Educação e política nos anos 30: a presença de Francisco Campos.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 73, n. 174, p. 291-321, 1992. Disponível em <<http://rbepold.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/1257>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DOS SANTOS, M. C. L. **USP, Universidade de São Paulo: alma mater paulista, 63 anos.** 2ª Edição. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (EdUSP), 1998. Disponível em <<https://books.google.com/books?isbn=8531404185>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GIACOMONI, J. **A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.** Revista de Informação Legislativa. Brasília, n. 137, p. 265-280, jan./mar. 1998. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/354/r137-25.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

GOMES, L. **1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil.** 1ª edição. São Paulo: Globo, 2013. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?isbn=8525055158>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Investimento Público Direto em Educação por Estudante, por Nível de Ensino em Valores Nominais.** 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

MARTINS, C. B. **Balanço: o papel da CAPES na formação do sistema nacional de pós-graduação.** CAPES, v. 50, p. 294-230, 2003. In: CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV/Organizadoras: Marieta de Moraes Ferreira & Regina da Luz Moreira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC; Brasília, DF.: CAPES, p. 294-309. Disponível em <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1319\\_Capes11.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1319_Capes11.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2020.

MOREIRA, J. R. **Educação e desenvolvimento no Brasil.** Rio de Janeiro: CLAPS, 1960.

MOREIRA, M. L.; VELHO, L. **Pós-Graduação no Brasil: Da concepção “Ofertista Linear” para “Novos Modos de Produção do Conhecimento” implicações para avaliação.** Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 13, n. 3, 2008. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/44043>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

MOROSINI, M. C. **A pós-graduação no Brasil: formação e desafios.** Revista Argentina de Educación Superior, v. 1, n. 1, p. 125-152, 2009. Disponível em <<http://www.untref.edu.ar/raes/documentos/A%20Pos-graduacao%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MOURÃO, A.; DE CASTRO GOMES, A. **A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal.** Editora FGV, 2015. Disponível em <<https://books.google.com/books?isbn=8522509565>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

NEVES, A. A. B. **Apresentação: Capes: 50 anos a serviço da pós-graduação.** In: CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/ FGV / Organizadoras: Marieta de Moraes Ferreira & Regina da Luz Moreira. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, CPDOC; Brasília, DF.: CAPES, 2003. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/publicacoes>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

RAMALHO, B. L.; MADEIRA, V. P. C. **A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas.** Revista Brasileira de Educação, v. 30, p. 1-13, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a06n30>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

SANTOS, C. M. D. **Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil.** Educação & sociedade, v. 24, n. 83, p. 627-641, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n83/a16v2483.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SAVIANI, D. **Política educacional brasileira: limites e perspectivas.** Revista de Educação PUC-Campinas-ISSNe 2318-0870, n. 24, 2012. Disponível em <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

SOBRAL, F. A. F. **Educação para a competitividade ou para a cidadania social? São Paulo em perspectiva,** v. 14, n. 1, p. 03-11, 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9797.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

# AUSÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DOS CANAIS ALTERNATIVOS DE ATENDIMENTO: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA BANCO BRADESCO S.A., AGÊNCIA 6039-FLORESTA

Rafael Leal Rodrigues Soares

André Luis Leal Rodrigues Nascimento

Williany Larissa Gomes de Sá Souza

Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE/Aracaju/SE; Universidade Tiradentes - UNIT/Campus Farolândia/Aracaju/SE; Universidade de Pernambuco – UPE/Garanhuns/PE.

DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.100-110

**Resumo:** O presente trabalho apresenta como tema a ausência de utilização dos canais alternativos de atendimento no Banco Bradesco por parte de alguns clientes, causada por dois principais fatores que são o analfabetismo e a inclusão digital. Realizou-se um estudo de caso na referida organização em que buscou-se apurar os motivos que influenciam os clientes a não usufruir dos canais alternativos de atendimento. Por intermédio dos resultados obtidos atestou-se que a inclusão digital foi o elemento que mais interferiu no uso dos serviços bancários através das mídias alternativas de atendimento, acarretando com isso, insegurança na maioria dos clientes em tentar aprender o seu funcionamento. Diante disso, pode-se declarar que a educação tem uma grande influência na origem dessa questão, pois, através da mesma, o indivíduo aprende todos os mecanismos necessários para desfrutar das tecnologias de hoje e com a inclusão de uma ferramenta com inteligência artificial poderá promover o uso das mídias digitais do banco.

**Palavras-Chave:** Analfabetismo. inclusão digital. serviços bancários. inteligência artificial.

**Abstract:** This paper presents as a theme the lack of use of alternative service channels at Banco Bradesco by some customers, originated by two main factors which are illiteracy and digital inclusion. A case study was carried out in the organization based on the search for the reasons that influence customers not to take advantage of alternative service channels. Through the results obtained, it was confirmed that digital inclusion was the element that most interfered in the use of banking services through alternative service media, thus causing insecurity in most customers in trying to learn how to operate. Therefore, it can be said that education has a great influence on the origin of this issue, because through it, the individual learns all the equipment to meet today's technologies and with the inclusion of an artificial intelligence tool, it can promote the use of the bank's digital media.

**Keywords:** Illiteracy. digital inclusion. banking services. artificial intelligence.

## INTRODUÇÃO

Com o advento da globalização, atrelado ao desenvolvimento da tecnologia da informação, os bancos passaram a buscar novos meios de acesso aos seus serviços pelos clientes, com isso, vieram os canais alternativos de atendimento. Surgiram o internet banking, aplicativos para celular, autoatendimento, centrais de atendimento por telefone, entre outros, objetivando-se um atendimento com mais qualidade e entrega do serviço desejado.

Em um mercado volátil onde a alta competitividade e rapidez da circulação de informações está presente, como no setor bancário, os clientes são disputados a todo instante, necessitando-se de um diferencial competitivo para se sobressair, fator primordial para a manutenção do cliente.

O Banco Bradesco, mesmo possuindo essas diversas mídias de atendimento e suas facilidades, uma parte de seus clientes não os utiliza, situação causada pelo analfabetismo que inclui o analfabetismo funcional, também, a falta de inclusão digital e suas consequências

No setor bancário, assim como nos outros do mercado, busca-se constantemente a inovação como diferencial competitivo, tendo-se a qualidade do atendimento um dos principais aspectos em que investe-se. Os canais alternativos de atendimento ao cliente é uma forma de proporcionar um melhor atendimento e maior nível de serviço com mais praticidade, rapidez e comodidade, entretanto, mesmo com esses benefícios, existe uma gama de clientes que não os utiliza, como é caso apresentado no Banco Bradesco Agência 6039 - Floresta. Diante deste cenário, mostra-se a relevância de se fazer uma investigação sobre a não utilização desses meios alternativos de atendimento, pois, através destes, a organização obtém mais eficiência, qualidade em suas operações, satisfação das necessidades e expectativas dos clientes.

O atendimento ao cliente engloba uma série de fatores, entre eles proporcionar meios que facilitem o acesso aos produtos e serviços desejados, Como Ron Zemke em Performance Research Associates (2008, p. 7), afirma:

Atendimento ao cliente – Essas palavras significam muito. Responder a perguntas. Resolver problemas. Deslindar emaranhados de logística corporativa. Consertar o que se rompeu e encontrar o que foi perdido. Acalmar o cliente furioso e deixar o tímido à vontade. E, a cada caso, tirar um coelho da cartola: fazer com que as pessoas encontrem os produtos, serviços e as soluções ideais para elas.

A partir das circunstâncias apresentadas, o trabalho tem como objetivo principal apurar as causas mais relevantes que levam uma parte dos clientes a não usufruir dos canais alternativos de atendimento do Banco Bradesco na referida agência e sugerir um mecanismo que auxilie no uso destes.

Foi empregada a pesquisa descritiva como método de pesquisa na modalidade estudo de caso para obtenção dos objetivos estabelecidos, desenvolvida por meio da literatura, artigos científicos e do levantamento dos fatos à cerca do fenômeno estudado.

## **UM PANORAMA DO ANALFABETISMO E ANALFABETISMO FUNCIONAL NO BRASIL E NA CIDADE DE FLORESTA-PE**

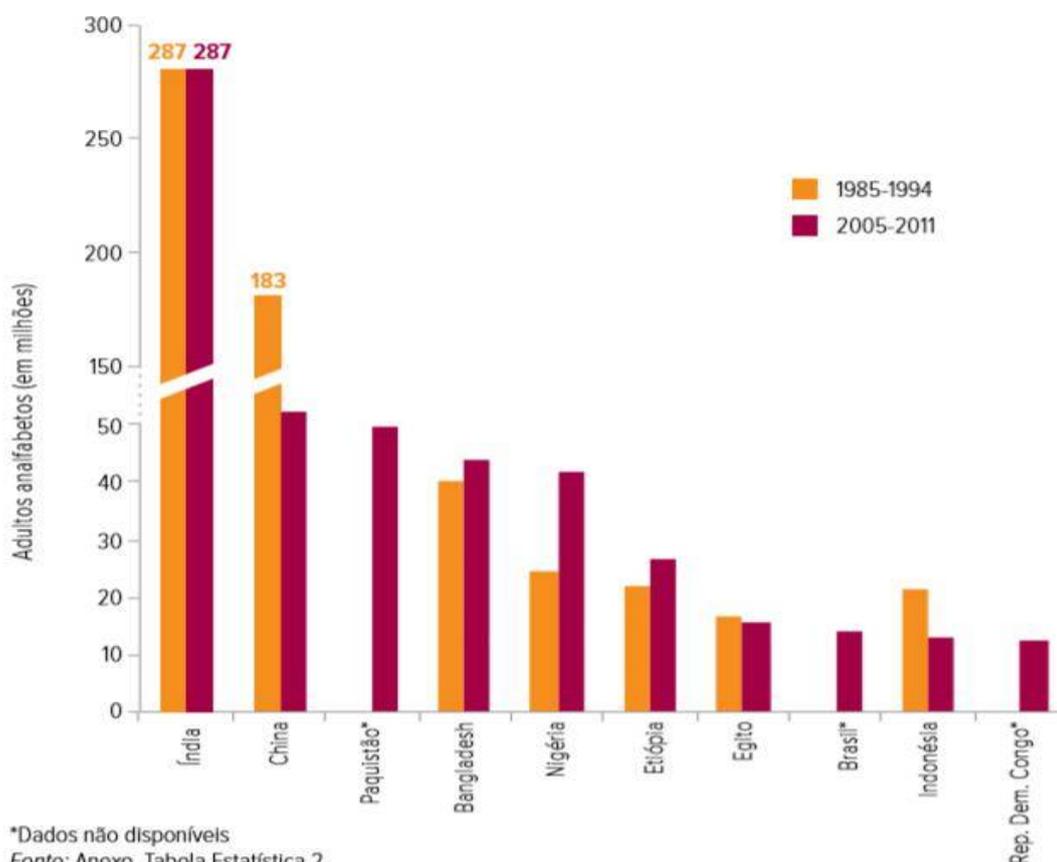
Para Frago citado por Balem (2017, p. 3), analfabeto é definido como indivíduo “[...]que não conhece ou não sabe nada sobre um tema[...]”. Já a definição de Pinto mencionado por Paini, Greco, Azevedo, Valino e Gazola (2005, p. 225), é “[...]aquele que, por suas condições concretas de existência, não necessita ler [...]”.

O analfabetismo é um problema que ainda persiste na educação brasileira, a diminuição de sua taxa em relação aos anos anteriores mostra evolução do país nesse quesito, mas ainda apresenta uma grande defasagem comparando-se a outros países.

Segundo relatório da Unesco de 2014 o Brasil é o 8º país com mais adultos analfabetos. Segue a figura 5 da página 10 do Relatório de Monitoramento de EPT 2013/4 mostrando os dez países com mais adultos analfabetos.

**Figura 1 – Taxa dos 10 países com mais adultos analfabetos**

Número de adultos analfabetos, 10 países com a maior população de adultos analfabetos, 1985 a 1994 e 2005 a 2011



**Fonte: Relatório de Monitoramento Global de EPT 2013/4**

A taxa de analfabetismo do Brasil de pessoas acima de 10 anos em 2015, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015 do IBGE é de 7,4%, demonstrando uma diminuição de 1,9% em relação a 2007 que possui uma taxa de 9,3%. Entretanto, mesmo que essa redução, o país ainda possui um número elevado de analfabetos.

A cidade de Floresta localizada no sertão do estado de Pernambuco apresenta uma população estimada de 32.483 habitantes em 2017, segundo o IBGE. Já a população residente, de acordo com dados do censo de 2010 do IBGE, é de 29.285 habitantes, com uma taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade de 18,4%, um valor expressivo em relação a taxa nacional citada pela Unesco no relatório de 2014.

O cliente analfabeto, por não saber ler e escrever, possui uma restrição para utilização dos canais alternativos de atendimento, pois, para seu uso, é primordial

saber a forma que funcionam essas mídias. Estes contêm e solicitam informações escritas.

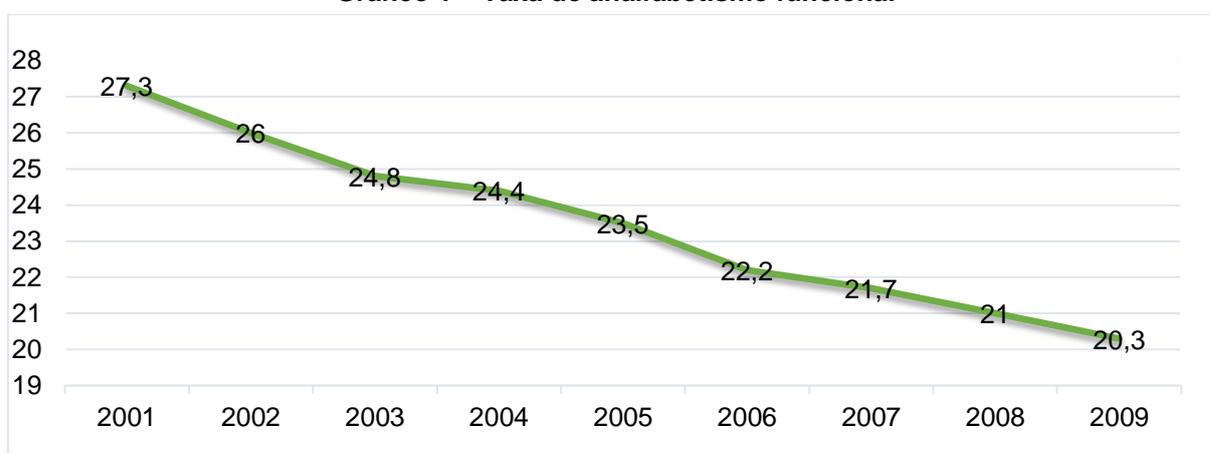
Além do analfabetismo, está presente na população brasileira o analfabetismo funcional, problema comum entre pessoas alfabetizadas que atinge desde de crianças a adultos, causado principalmente por deficiências na educação escolar.

De acordo com Soares citado por Ribeiro, Vóvio e Moura (2001, p. 51), “É considerada alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar a leitura e a escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida[...]”. Ribeiro (1997, p.145), define alfabetismo funcional como “capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fins pragmáticos, em contextos cotidianos, domésticos ou de trabalho[...]”.

Seguindo o conceito mais utilizado do analfabetismo funcional como o não entendimento do que se escreve e lê, os clientes que possuem essa deficiência não conseguem utilizar os canais alternativos de atendimento por não compreender a parte escrita existente nestes. Interpretar o que é exposto nesses meios é primordial para seu uso correto, principalmente, por lidar com ativos e informações bancárias.

O IBGE, em sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios com o tema educação, também, aborda o Analfabetismo Funcional, disponibilizando os dados referentes aos anos de 2001 a 2009.

**Gráfico 1 – Taxa de analfabetismo funcional**



**Fonte: Elaborado pelo autor. Dados extraídos de tabela de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.**

Os dados do IBGE mostram que em 2009 o Brasil possuía 20,3% de analfabetos funcionais, ocorrendo uma queda progressiva na taxa desde o ano 2001, com redução de 7% em um intervalo de 8 anos.

## **A INCLUSÃO DIGITAL E SUA INFLUÊNCIA NO USO DAS MÍDIAS DE ATENDIMENTO**

A inclusão digital tornou-se um tema bastante discutido no Brasil, por seu aumento progressivo e ao mesmo tempo sua grande defasagem. Mesmo com o crescente número de usuários das tecnologias de comunicação e informação, o país ainda apresenta um número expressivo de pessoas que não possuem condições para desfrutar dessas ferramentas, advindos de problemas sociais, como a falta de investimento público.

Segundo Costa (2006, p. 4), “Em linhas gerais entende-se inclusão digital como uma forma de apoio aos cidadãos numa nova perspectiva, a do cidadão na sociedade da informação”. Esse suporte introduz pessoas a um ambiente que proporciona conhecimentos necessários, hoje, para desfrutar dos benefícios das ferramentas tecnológicas. Conforme Cruz citado por Melo (2006, p. 5) afirma,

Para ser incluído digitalmente, não basta ter acesso a micros conectados à Internet. Também é preciso estar preparado para usar estas máquinas, não somente com capacitação em informática, mas com uma preparação educacional que permita usufruir de seus recursos de maneira plena.

A influência da inclusão digital no uso dos canais alternativos de atendimento está presente por permitir o entendimento de seu funcionamento, das tecnologias utilizadas, como aplicativos de celular e internet. Assim, os não incluídos digitalmente enfrentam uma certa dificuldade para usá-los, criando uma barreira no acesso a essas ferramentas que oferecem um atendimento ao cliente mais eficiente.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE em 2014, aproximadamente 54,4% da população brasileira, o equivalente a 95,4 milhões de pessoas, com 10 anos ou mais de idade que já usaram ao menos uma vez a internet.

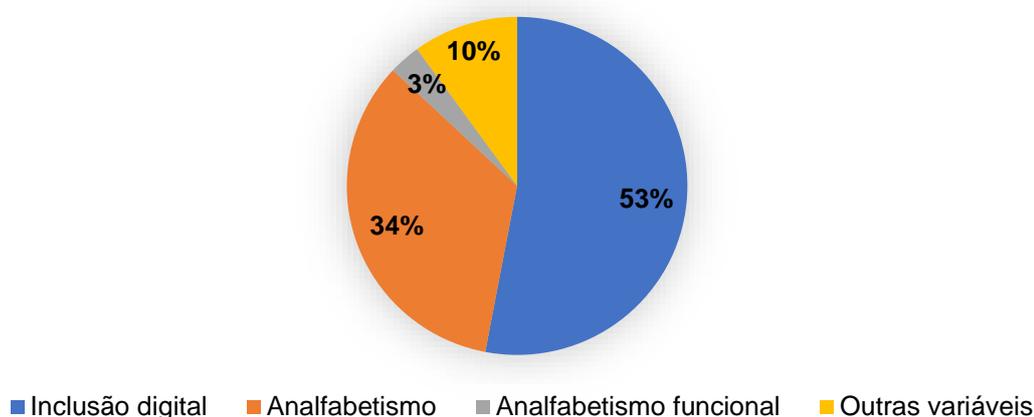
## ANÁLISE DAS VARIÁVEIS ABORDADAS NO PRESENTE TRABALHO QUE LEVAM AO NÃO USO DOS MEIOS DE ATENDIMENTO ALTERNATIVOS DO BANCO

A pesquisa realizada no Banco Bradesco agência 6039-Floresta contou com uma amostra de 70 pessoas, abordadas aleatoriamente, alternando-se entre os dias normais e de pagamento dos beneficiários do INSS, entre 25 de outubro de 2016 e 23 novembro de 2016. Esse intervalo foi escolhido com o intuito de uma abordagem mais completa dos clientes, pois abordou-se, tanto os beneficiários do INSS, como os convencionais que não utilizam os canais alternativos de atendimento. Os dados foram levantados por meio de um questionário com questões fechadas e uma aberta.

O Gráfico 2 apresenta as variáveis analfabetismo, analfabetismo funcional, inclusão digital e outras, presentes na primeira questão do questionário, como motivo da não utilização

dos canais alternativos de atendimento. Verificou-se que: para 53% dos clientes, a maioria, a inclusão digital foi a variável; 34%, dos clientes foi o analfabetismo; 3%, o analfabetismo funcional e outras variáveis 10%.

**Gráfico 2 - Motivos da não utilização dos canais de atendimento**

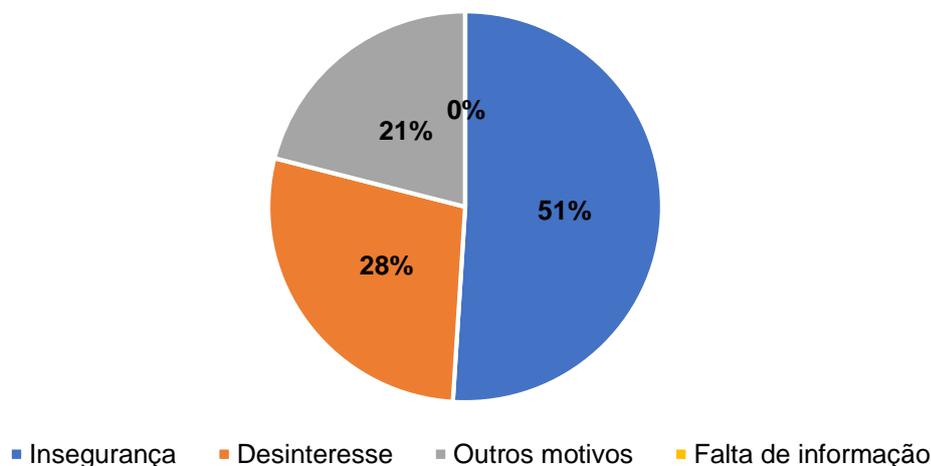


**Fonte: Elaborado pelo autor**

O Gráfico 3 mostra os fatores que, em decorrência das variáveis analfabetismo funcional, inclusão digital ou outros, presentes na segunda questão do questionário, afetam a procura pela utilização dos canais alternativos de atendimento do banco. Levantou-se que: para 51% dos clientes da amostra, é a insegurança; 28%,

foi o desinteresse; 21%, outros motivos; quanto a falta de informação, não houve frequência de resposta.

**Gráfico 3 – Fatores decorrentes que afetam a busca pela utilização dos meios de atendimento**



**Fonte: Elaborado pelo autor**

Entre as outras variáveis levantadas com 10%, as mais citadas foram problemas de visão e falta de tempo para aprender e usar os canais alternativos de atendimento.

Diante dos dados apurados na pesquisa constatou-se que, para a maior parte da amostra (53%), a inclusão digital é a variável que mais prejudica na utilização dos canais alternativos de atendimento do Banco Bradesco. O analfabetismo foi a segunda variável com mais frequência de resposta correspondendo a 34%, apresentando uma significativa influência; em último analfabetismo funcional com 3%.

Em relação aos fatores que, em decorrência das variáveis analfabetismo, analfabetismo funcional, inclusão digital ou outros, afetam na busca pela utilização dos meios alternativos de atendimento do banco; a insegurança com 51% dos clientes abordados, a grande maioria, foi o fator que mostrou-se mais atingir a procura pelo uso.

Em meio aos outros fatores constados, apresentou-se com maior frequência a falta de tempo para aprender como funciona e a dificuldade no aprendizado.

## INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO MEIO DE UTILIZAR AS MÍDIAS DIGITAIS

A inteligência artificial é uma tecnologia desenvolvida através da busca pela automação de atividades com respostas já estabelecidas para cada tipo de solicitação, assemelhando-se ao raciocínio da mente humana, originada através da demanda por racionalidade e rapidez nas operações. Segundo Kurzweil citado por Gomes (2010, p. 235), a inteligência artificial é “A arte de criar máquinas que executam funções que exigem inteligência quando executadas por pessoas.”

Diante das informações extraídas dos dados coletados na pesquisa, sugere-se a implementação de uma ferramenta com inteligência artificial com respostas através de comando de voz para os clientes analfabetos, analfabetos funcionais e digitais nos caixas eletrônicos.

## CONCLUSÃO

O trabalho teve como objetivo investigar os motivos que levam os clientes a não utilizarem os canais alternativos de atendimento disponibilizados pelo Banco Bradesco, como forma de proporcionar um melhor e adequado atendimento a cada tipo de cliente. Os objetivos do estudo foram alcançados, por intermédio da pesquisa e de seus resultados que alimentaram as questões que o conduziram.

Verificou-se que a inclusão digital foi a variável que mais afetou os clientes em usar os canais alternativos de atendimento do Banco Bradesco, também, o analfabetismo apareceu como um dos principais fatores da não utilização. A insegurança apresenta-se como o fator que mais afeta a busca pela utilização desses canais em decorrência das variáveis analfabetismo funcional, inclusão digital ou outros, em segundo com quantidade significativa o desinteresse. Desenvolveu-se como sugestão a inclusão de uma ferramenta com inteligência artificial para gerar autonomia a esses clientes nos caixas eletrônicos.

O estudo realizado propiciou o desenvolvimento de conhecimento na parte profissional e acadêmica.

## REFERÊNCIAS

BALEM, Nair Maria. Revisitando conceitos: alfabetismo/analfabetismo e respectivos neologismos. [S.l.], [2002?]. 12 p. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/viewFile/224/405>> Acesso em: 10 set. 2016.

COSTA, Leonardo Figueiredo. Inclusão Digital: conceitos, modelo e semânticas. VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, [S.l.], [2005?]. 15 p. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/errata2006/R1485-1.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 89 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95753.pdf>> Acessado em: 12 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Censo demográfico. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/floresta/pesquisa/23/25124?detalhes=true&localidade=261160>>. Acesso em: 19 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-10-anos-ou-mais.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.

GOMES, Denis dos Santos. Inteligência Artificial: Conceito e aplicações. Revista Olhar Científico, V. 01, n.2, Agosto, 2010. 235p. Disponível em: <[https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/48312264/49-148-1-PB.pdf?1472148583=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DInteligencia\\_Artificial\\_Conceitos\\_e\\_Apli.pdf&Expires=1601516389&Signature=OFX9GiPAjQl43uxqMqOeF5a3ZTyCrU~suvIRGZwwkP5MR~5N~BwDnCoSGp~enIjnsRsjmc~Di8lfgsCvo9PuFUQUx8PMLq4UYO-xlIXpYmYuuMwVFRpXnXiT8J~bZ0nZtdkYYGiz06YRf9bE6fM-O35c8kfHSr1SScV9GUOJFT29KnivtHFnt~qGbTRz~xNOBVUIYjSssp4oRsKAdTc1WXK2aWQTR4p9qKFhexE13p6umhOTcPZ5~l2A1oc4NC8qlnCyPXI6xe9IMDu-eTIYXnK1L5QmbNqrgFci7SyMnGiC9I3xexhjKdt10bTgxZCzNM2nwaGCE~FncFf6yZoQ\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/48312264/49-148-1-PB.pdf?1472148583=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DInteligencia_Artificial_Conceitos_e_Apli.pdf&Expires=1601516389&Signature=OFX9GiPAjQl43uxqMqOeF5a3ZTyCrU~suvIRGZwwkP5MR~5N~BwDnCoSGp~enIjnsRsjmc~Di8lfgsCvo9PuFUQUx8PMLq4UYO-xlIXpYmYuuMwVFRpXnXiT8J~bZ0nZtdkYYGiz06YRf9bE6fM-O35c8kfHSr1SScV9GUOJFT29KnivtHFnt~qGbTRz~xNOBVUIYjSssp4oRsKAdTc1WXK2aWQTR4p9qKFhexE13p6umhOTcPZ5~l2A1oc4NC8qlnCyPXI6xe9IMDu-eTIYXnK1L5QmbNqrgFci7SyMnGiC9I3xexhjKdt10bTgxZCzNM2nwaGCE~FncFf6yZoQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA)>. Acesso em: 28 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/floresta/panorama>>. Acesso em: 19 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Taxa de analfabetismo funcional. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Tabela extraída das Síntese de Indicadores Sociais de 2001 à 2009. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=PD384&t=taxa-analfabetismo-funcional>>. Acesso em: 14 de out. 2016.

MELO, Janete Aparecida Pereira. Saberes e conceitos sobre a inclusão digital. [S.l.], 2006. 11p. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/seminario2006/pdf/tc010.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2016.

PERFORMANCE RESEARCH ASSOCIATES. Atendimento no 10. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. 190 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Relatório de Monitoramento Global de Ept 2013/2014. Paris: Unesco, 2013. 57 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225654por.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

PAINI, Leonor Dias; GRECO, Eliana Alves; AZEVEDO, Ana Laura; VALINO, Maria de Lurdes; GAZOLA, Sebastião. Retrato do analfabetismo: algumas considerações sobre a educação no Brasil. Maringá, v. 27, n. 2, 2005. p. 223-230. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/202/150>>. Acesso em: 19 set. 2017.

RIBEIRO, Vera Masagão. Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. In: Revista Educação & Sociedade, ano XVIII, nº 60, dezembro/1997. p. 144–158. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v18n60/v18n60a8.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.

RIBEIRO, Vera M.; VÓVIO, Claudia L.; MOURA, Mayra P. Letramento no Brasil: Alguns resultados do indicador nacional de analfabetismo funcional. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 23. n. 81, dez. 2002, p. 49-70. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13931.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2016.

# COMPLIANCE E CULTURA ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE DA GERAÇÃO DE RESULTADOS NO AMBIENTE INTERNO E EXTERNO DE UMA ORGANIZAÇÃO

Paula Gonçalves Serafini  
Jéssica Morais de Moura

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.111-135

**Resumo:** O presente artigo objetiva aprofundar a discussão sobre os conceitos e aplicações do programa *compliance* nas organizações, analisando os fatores que levam as empresas a aderirem a esse conjunto de normas e estimulando uma reflexão sobre os benefícios que esse programa pode trazer para o desenvolvimento interno e externo da organização. Partindo de uma conceituação teórica, analisa-se a trajetória da evolução do termo e constata-se que a sua aplicação está diretamente relacionada ao combate da corrupção e a necessidade de instituir novos padrões culturais. Nessa perspectiva, identifica-se que o *compliance* não surge de algo novo ou é externamente criado. Trata-se de uma evolução conceitual de práticas organizacionais relacionadas a governança corporativa que foram originárias a partir de iniciativas de modernização de sistemas, mitigação de riscos e aprimoramento normativo com vistas a promover maior transparência e regulação jurídica. A partir de um estudo de caso com a empresa SIMM Soluções e considerando a aplicação da técnica da entrevista semiestruturada, o artigo identifica o contexto de surgimento do programa *compliance*, descrevendo a sua implementação e apontando as mudanças que podem ser percebidas tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo. Os resultados gerais do trabalho evidenciam a importância da adoção de práticas de *compliance* e de como a sua implementação pode ser um fator diferencial de competitividade e geração de resultados. Assim, partir da sistematização realizada com este trabalho, espera-se contribuir na consolidação dessa prática, fornecendo insumos relevantes para identificação de desafios e oportunidades enfrentados pelo mundo corporativo.

**Palavras-chave:** *compliance*. organizações. cultura. resultados.

## COMPLIANCE AND ORGANIZATIONAL CULTURE: AN ANALYSIS OF THE GENERATION OF RESULTS IN THE INTERNAL AND EXTERNAL ENVIRONMENT OF AN ORGANIZATION

**Abstract:** This article aims to discuss the concepts and applications of the compliance program in organizations, analyzing the factors that lead companies to adhere to this set of norms and stimulating a reflection on the benefits that this program can bring to internal and external development of the organization. Starting from a theoretical conceptualization, we analyze the trajectory of the evolution of the term and verify that its application is directly related to the fight against corruption and the need to institute new cultural standards. From this perspective, it is identified that compliance does not arise from something new or is externally created. This is a conceptual evolution of organizational practices related to corporate governance that originated from initiatives to modernize systems, risk mitigation and normative improvement with a view to promote greater transparency and legal regulation. Taking a case study with the company SIMM Soluções as a basis and considering the application of the semi-structured interview technique, the article identifies the context of the emergence of the compliance program, describing its implementation and pointing out the changes that can be perceived both in the internal and external environment. The general results of the work show the importance of adopting compliance practices and how their implementation can be a differential factor of competitiveness and generation of results. Based on the systematization carried out with this work, it is hoped to contribute to the consolidation of this practice, providing relevant inputs to identify challenges and opportunities faced by the corporate world.

**Keywords:** compliance. organizations. culture. results.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere na temática “Estratégias em Organizações” e busca aprofundar a discussão sobre os conceitos e aplicações do programa *compliance* nas instituições. Considerando a relevância que tem sido atribuída aos procedimentos e condutas éticas nas empresas e diante de um cenário marcado pela prática da corrupção que tem provocado graves consequências ao sistema econômico, se faz fundamental analisar como as instituições passaram a lidar com a implementação de normas e procedimentos mais rígidos.

O conceito do *compliance* aplicado ao ambiente corporativo pode ser definido como um conjunto de políticas instituídas nas organizações que almejam assegurar padrões de conformidade na execução das suas atividades de negócio, respeitando as legislações vigentes e adaptando-se aos modelos de integridade reivindicados pelo mercado.

Nesse cenário, o *compliance* se refere a implementação de mecanismos de proteção e integridade, objetivando aperfeiçoar a relação da empresa com a sociedade, com o poder público e com outras partes interessadas. A partir da garantia de que as práticas empresariais sejam, sobretudo, íntegras, os programas de *compliance* passam a se configurar como fatores essenciais para a sustentabilidade dos negócios.

Disso, advém que a qualidade dos negócios irá pressupor a ética, traduzindo-se como condição de sobrevivência e de competitividade em médio e longo prazos (FNQ, 2018). Tais requisitos impõe uma mudança profunda na cultura, sendo necessário superar as práticas de irregularidades que, lamentavelmente, é algo que vem sendo praticado com frequência e intensidade nas mais diversas corporações brasileiras.

Estudos realizados pela Association of Certified Fraud Examiners (ACFE) atestaram que empresas perdem, em média, 5% de suas receitas por ano por causa de fraudes (ACFE, 2016); os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) também corroboram com essa realidade, indicando que 42% da população brasileira já sofreu alguma forma de assédio moral no Brasil (OIT, 2015). Esses números

evidenciam a irrefutabilidade do tema, estimulando o debate de como atenuar tais práticas no clima organizacional e promover um ambiente empresarial mais seguro.

Diante desses apontamentos, o artigo tem como objetivo analisar os fatores que levam as empresas a aderirem ao *compliance*, refletindo sobre os benefícios que esse programa pode trazer para o desenvolvimento interno e externo da organização. Partindo de uma conceituação teórica, analisa-se a trajetória da evolução do termo, bem como o modo que os autores o definem. Constata-se que a aplicação prática do termo está diretamente relacionada ao combate da corrupção e que, internamente, diversas mudanças devem ser implementadas no padrão cultural, a fim de se estabelecer um conjunto de políticas que orientem o comportamento de todos que direta ou indiretamente estão ligados a organização.

A pesquisa adota o método exploratório que conforme define Gil (2002), se caracteriza por proporcionar maior familiaridade com um problema, permitindo torná-lo mais explícito, bem como fomentar o aprimoramento de ideias. Segundo o autor, esse tipo de pesquisa se baseia no levantamento bibliográfico e na investigação de experiências práticas que por meio do método de levantamento recolhe informações pertinentes do universo ora pesquisado. Também adotou-se a forma de estudo de caso, sendo este definido como uma categoria de pesquisa cujo objetivo é uma unidade que se analisa, buscando aprofundar informações sobre uma determinada realidade (Gil, 2002).

Assim, foi considerada a experiência prática ocorrida na empresa SIMM Soluções, que possui oito anos no mercado de serviços direcionados a área de energias renováveis e apresenta em sua cultura organizacional a implementação do programa *compliance*. Foi utilizada ainda a técnica da observação participante, uma vez que permite maior precisão na fase da coleta de dados, tendo sido os fatos percebidos diretamente pelo pesquisador. Além disso, foi realizada entrevista semiestruturada com o diretor administrativo/financeiro da empresa com o objetivo de compreender como se deu o contexto de surgimento do programa *compliance*, como foi a sua implementação e quais práticas foram modificadas tanto internamente quanto externamente.

Para sistematizar os resultados, o presente estudo está estruturado em cinco seções, incluindo essa introdução que se propôs a apresentar noções gerais do tema, dos objetivos e da metodologia da pesquisa. Na segunda seção, aborda-se os

conceitos e a trajetória evolutiva do termo *compliance*, destacando os marcos jurídicos que implicaram na disseminação e implementação desse programa pelas organizações. Já a terceira seção se concentra em aprofundar o tema, considerando a relação existente entre o *compliance* e a cultura organizacional, identificando dados de pesquisa que comprovam a relevância que tem sido atribuída ao tema, bem como os desafios que as organizações precisam superar para a implementação de um adequado programa de *compliance*. A quarta seção do artigo apresenta os resultados da pesquisa realizada junto a empresa SIMM Soluções, sendo descritos os aspectos do “Programa de Integridade” da empresa e os fatores que estimularam e que dificultam a sua operacionalização. Por fim, a quinta e última seção do trabalho apresenta as conclusões, relacionando os referenciais abordados com as análises obtidas, permitindo assim gerar uma contribuição acerca da importância da adoção de práticas de *compliance* e de como a implementação pode ser um fator diferencial de competitividade e geração de resultados.

## **ANALISANDO O TERMO COMPLIANCE: DA SUA ORIGEM À APLICAÇÃO DOS CONCEITOS**

Analisar o termo *compliance* significa, antes de tudo, compreender como se deu o seu surgimento e como se dá a sua aplicação prática no cotidiano das organizações. Nessa perspectiva, se faz fundamental realizar um levantamento teórico que aponte para suas definições formais, bem como um levantamento empírico que aponte para como internamente esse conceito tem sido disseminado nas instituições.

Na perspectiva teórica e adotando a definição de Assi (2012), o termo *compliance* representa um conjunto de normas e regras que irão permitir estar em conformidade com leis e regulamentos externos e internos. Assim, *compliance* significa agir de acordo ou estar em conformidade com uma série de processos e doutrinas estipulados pelas políticas de determinada empresa.

A KPMG (2017) descreve *compliance* como o ato de observar as diretrizes, especificações ou legislação estabelecidas, ou mesmo o processo de se tornar *compliant* (em conformidade), isto é, de seguir um conjunto de padrões que foram

formalmente instituídos e de acatar os procedimentos operacionais desenvolvidos para o desempenho das competências organizacionais. Nessa concepção, o termo estaria diretamente relacionado com a Governança Corporativa, no entanto, conforme sinaliza Nascimento (2019), existem algumas diferenças de níveis nesses conceitos que merecem ser destacadas. Segundo a autora:

Há que se diferenciar a governança corporativa do *compliance*. Ela é o alinhamento dos objetivos da alta administração aos interesses e valores institucionais da organização. Proporciona a melhora da gestão empresarial e se baseia em transparência, equidade, prestações de contas ou *accountability*, responsabilidade corporativa. Consiste, de modo geral, em melhores práticas para a proteção dos investidores e sobrevivência da empresa. Enquanto a governança consiste em monitorar e analisar o relacionamento e a equipe de gestão, o *compliance* originou da governança e caminha pelo viés de agir em conformidade com as normas e regramentos de determinado local (Nascimento, 2019, [online]).

Conforme observado, o *compliance* não surge de algo novo ou é externamente criado. Trata-se de uma evolução conceitual de práticas organizacionais relacionadas a governança corporativa que foram originárias de iniciativas de organização de sistemas, mitigação de riscos e aprimoramento normativo com vistas a promover maior transparência e regulação jurídica. Cardoso (2013) destaca que apesar das origens do termo *compliance* serem atribuídas ao mercado financeiro, a sua aplicabilidade se dá, atualmente, nas mais diversas áreas.

Manzi (2009) e Nascimento (2019) realizaram um embasamento histórico da evolução jurídica do termo *compliance*, analisando aspectos legislativos tanto em nível internacional quanto nacional que implicaram no amadurecimento da sua aplicação prática. A análise dessa trajetória associa o *compliance* à aspectos de combate a corrupção, sendo possível afirmar que a evolução do termo se dá em detrimento de um cenário corrupto, implicando na forte necessidade de se estabelecer mecanismos internos as organizações que permitam assegurar comportamentos e culturas éticas.

Segundo os autores, as primeiras raízes do *compliance* surgem da Conferência de Haia em 1907, quando criou-se uma corte internacional de justiça para averiguar conflitos internacionais. No Brasil, aponta-se que o Código Penal Brasileiro de 1940 definiu em seu título XI crimes contra administração pública, implicando numa maior regulamentação na forma como os particulares negociavam com o poder público. Em 1961 destaca-se a criação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), permitindo o compartilhamento entre políticas

e decisões com a finalidade de reforçar a legalidade do sistema econômico. A partir dessa organização, diversos países buscaram elevar a sua credibilidade, sendo, portanto, um aspecto importante e que tem forte relação com a prática *compliance*.

Em 1977 é destaque também a Lei Americana Contra as Práticas de Corrupção no Exterior (FCPA), sendo a primeira lei com escopo anticorrupção. Esta estabeleceu sanções cíveis, penais e administrativas a pessoas físicas e jurídicas que utilizarem de práticas de corrupção, além de criar uma organização administrativa para fiscalizar e combater práticas de corrupção em transações internacionais. No Brasil, essa prática foi criminalizada por meio da aprovação da Lei dos Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional, lei nº 7.492/1986, popularmente conhecida como “Lei do Colarinho Branco”, que estabeleceu sanções para aqueles que cometam crime contra a ordem econômica.

Em 1990 e também no Brasil criou-se a Lei nº 8.137/1990 sobre Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e contra as Relações de Consumo, a qual possui relevante contribuição, uma vez que declarou crime o ato de omitir informação, fraudar a fiscalização tributária, falsificar ou alterar nota fiscal, elaborar documento falso, negar a emissão de nota fiscal, etc. Ainda nesse aspecto de criminalização de práticas, a Lei nº 8.429/1992 denominada de Lei de Improbidade Administrativa, implementou um conjunto de regras para os agentes públicos, os quais passaram a ser responsabilizados pelos atos cometidos na administração pública. Já em 1993 a Lei de Licitações – Lei nº 8.666/1993 trouxe um novo aparato para o trato da coisa pública, implicando no desenvolvimento de um conjunto de procedimentos internos que objetivasse evitar danos ao patrimônio público.

No âmbito internacional e seguindo esse movimento que já acontecia no Brasil, a Convenção Interamericana Contra Corrupção firmada em 1996 fortaleceu os mecanismos necessários à prevenção e punição da corrupção no exercício das funções públicas. Nascimento (2019) também destaca a resolução nº 2.554/1998 do Banco Central do Brasil que conforme a autora:

A inauguração do *Compliance* no Brasil se dá com a regulação das instituições financeiras ao mercado internacional. Embasou-se, em 1998, na resolução n. 2554 do Banco Central do Brasil, interligado com o Comitê da Basileia para Supervisão Bancária e com a *Securities and Exchange Commission* (SEC), a implantação e implementação de controles internos (Nascimento, 2019, [online]).

A Lei Sarbanes-Oxley (SOX) de 2002 dá continuidade a esse processo e seguindo a uma inclinação internacional após os escândalos contábeis estampados em manchetes de todo o mundo, criou mecanismos para realização de auditorias e regras, instituídas por comitês responsáveis por supervisionar operações. A lei viabilizou a redução de riscos de um negócio, evitando assim possíveis fraudes ao sistema e permitindo identificar irregularidades com a finalidade de fortalecer a prática da transparência de uma determinada organização. Ainda nessa concepção, foi criado o Órgão de Supervisão do Trabalho dos Auditores Independentes, o qual ampliou poderes aumentando consideravelmente a responsabilidade de administração das empresas e introduziu a regulamentação, pelo governo, da profissão de “Auditor”.

Outro marco relevante nesse processo se trata da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção realizada em 31 de outubro de 2003, com abrangência de 178 Estados signatários e que permitiu a prevenção, criminalização das práticas de corrupção, recuperação de recursos e cooperação internacional e adaptações legislativas.

Avançando mais um pouco e chegando ao ano de 2009, o Brasil edita o Manual de Responsabilidade Social das Empresas no Combate à Corrupção, sendo apontado pela Controladoria Geral da União aspectos da integridade das empresas com enfoque internacional, transparência e responsabilidade do custeio político e rol de boas práticas de uma empresa íntegra.

No Reino Unido também se assiste a esse movimento, tendo sido instituída em 2010 a Lei Anti-suborno que, se assemelhando ao FCPA, exigiu um controle interno mais detalhado e um mapeamento da atividade profissional e empresarial mais abrangente. De acordo com a lei, a empresa é responsabilizada por não atentar para os riscos de condutas ilícitas. No ambiente público e no cenário nacional, 2010 também é o ano que se promulga a Lei da Ficha Limpa que combate a corrupção no Sistema Eleitoral Brasileiro.

No ano de 2013 evidencia-se o fortalecimento do combate as práticas de corrupção, tendo sido instituído um Guia Prático da ONU que se constituiu num programa de ética e conformidade anticorrupção para as empresas, envolvendo o setor privado na adoção de práticas contra irregularidades. De acordo com esse guia, as empresas deveriam estabelecer um conjunto de normas internas voltadas para a prevenção de ações ilícitas, bem como responsabilização de seus funcionários.

Por fim, no Brasil, e muito provavelmente em resposta às pressões sociais, pois a população se alastrou pelas cidades brasileiras reivindicando, sobretudo, ética na gestão pública, aprovou-se a então chamada Lei Anticorrupção – Lei nº 12.846/2013. Através dela é possível preencher uma lacuna existente na legislação brasileira e conforme destaca Nascimento (2019):

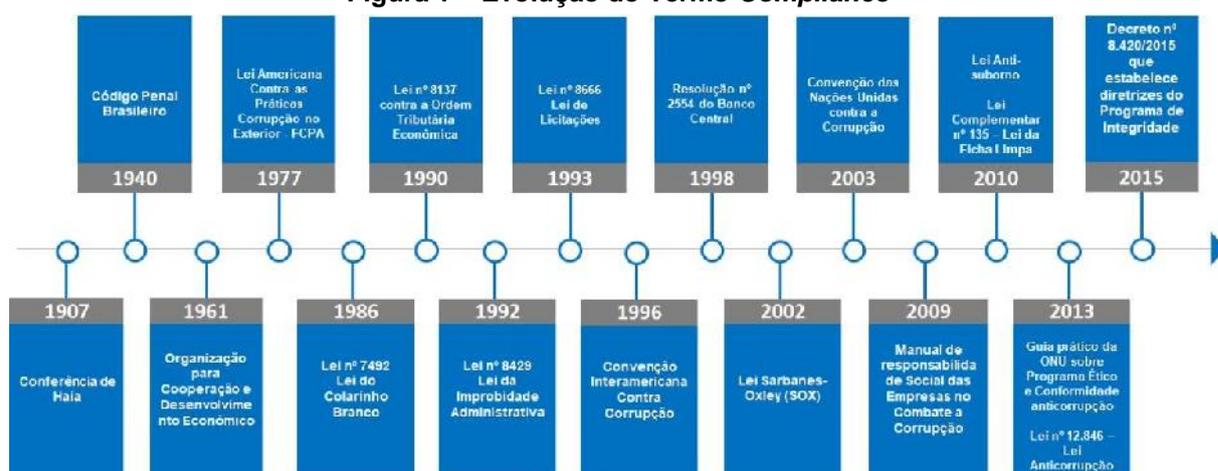
Com esta lei a palavra *compliance* ganha lucidez e alicerces no Brasil, visto que aqueles que aderem ao programa de integridade e ética conseguem benefícios e se sujeitam de forma reduzida às sanções administrativas e judiciais. Deste modo o Brasil sai de uma situação de inércia para outra de incentivador de códigos de conduta, ética e cultura de integridade (Nascimento, 2019, [online]).

A partir dessa nova Lei, foi possível estender punições por corrupções aos funcionários envolvidos em crimes relacionados às empresas nas quais atuam. Além disso, passaram a ser disseminados diversos instrumentos que implicaram numa mudança gradativa de cultura, sendo instituído código de ética, código de conduta, canal de denúncia, desenvolvimento de controles internos, procedimentos de divulgação de questões relacionadas à corrupção, análise de procedimentos éticos dos profissionais e parceiros comerciais (Xavier, 2015).

Em decorrência desse processo, também é importante ressaltar o decreto nº 8.420/2015 que estabeleceu regulamentações sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, instituindo diretrizes para os programas de integridade, também denominados de sistema de *compliance*.

Tais dispositivos foram sistematizados numa linha do tempo, buscando ilustrar a trajetória evolutiva das principais legislações e marcos nacionais e internacionais que impulsionaram o aprimoramento dos programas de *compliance*.

**Figura 1 – Evolução do Termo *Compliance***



Fonte: elaboração própria com base em Nascimento (2019).

Nessa perspectiva, evidencia-se que o programa de *compliance* passou por uma evolução conceitual podendo ser atualmente compreendido como um compromisso ético de uma empresa ou organização. Manzi (2009), diz que o *compliance* obtém algumas funções, tais como: conformidade com leis, normas e políticas internas; adequação das normas externas com as políticas internas; participação na aprovação de novos produtos ou processos; atuação junto às áreas de negócio – consultivo; reporte altos padrões éticos; e fortalecer a cultura de controles internos. Todas as funções descritas, podem garantir às organizações uma maior segurança e melhor controle de suas finanças e processos, mitiga os riscos, dissemina a cultura de controles e cumprimento das leis e outros benefícios. A autora considera ainda, com base na Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI), que a missão do *compliance* seria assegurar a adequação, o fortalecimento e o funcionamento do sistema de controle interno da instituição, permitindo que em conjunto com as demais áreas, seja disseminada a cultura de controles e se garanta o cumprimento de leis e regulamentos existentes.

Diante desse cenário de atividades desenvolvidas pelo *compliance* é possível afirmar que o ele serve como um braço direito dos órgãos reguladores junto a Administração, dessa forma consegue-se obter segurança e respeito as normas de controle.

*Compliance* e cultura organizacional: a disseminação como estratégia e diferencial competitivo

Com o avanço tecnológico e a modernização de sistemas corporativos se evidenciou uma transformação no modo como se opera transações comerciais no mundo. Os conceitos de tempo e de espaço foram modificados, permitindo que investidores de diferentes regiões passassem a desenvolver atividades comerciais em locais que nunca estiveram fisicamente antes. Outro exemplo dessa inovação tecnológica, foi o fato de que empresas pudessem concorrer por licitações e obras de uma maneira mais ampla, sendo disseminado códigos de condutas e de procedimentos administrativos que são uniformes para as mais diversas organizações.

Cardoso (2013) aborda esse processo, relacionando que a crescente demanda pelo *compliance* surge no contexto de fornecer respostas às exigências legais e regulamentares, justificadas pelas inovações que os avanços tecnológicos trouxeram as práticas corporativas, implicando em mais transparência e confiabilidade na concretização dos negócios.

Assim, num contexto em que a internet permitiu ampla mobilidade às transferências de recursos, tornando o capital instantâneo e superando os limites territoriais, a prática de movimentação ilícita de dinheiro tem sido favorecida, parecendo ser essencial a atuação dos programas de *compliance*. Cardoso (2013, p. 196) destaca que “o modelo atual de atuação estatal recorre às normas de cooperação internacional, além de contar com a colaboração ativa dos bancos na tarefa de prevenir e investigar a ocorrência de crimes”.

Diante desse cenário, identifica-se um aumento na procura por normas, regras e procedimentos em que as empresas possam se resguardar de determinadas ações de seus colaboradores, e possam realizar suas transações comerciais seguindo parâmetros de confiabilidade e transparência.

Sobre esse assunto Coimbra e Manzi (2010, p. 15) afirmam que “o sentido das normas está ligado ao fato de que as mesmas são concretizações e materializações de princípios éticos, jurídicos e democráticos”. Tais normas, servem, portanto, como forma de organizar uma sociedade ou organização, orientando o comportamento dos indivíduos em busca de coesão e direcionamento de suas ações dentro de um ambiente corporativo.

O programa *compliance* ganha relevo nesse ambiente, atuando na gestão da prevenção e na mitigação de riscos em que toda e qualquer organização possa estar exposta. O programa basicamente se resume em criar políticas e procedimentos que desenvolvem processos dentro de uma organização, se comprometendo com a efetividade do negócio no cumprimento das legislações e normas, seja pelos colaboradores, fornecedores, consultores ou até mesmo clientes.

Realizando uma análise de como o tema tem sido foco de pesquisas, observou-se a partir da ferramenta *google trends*<sup>1</sup> que num período de 5 anos a busca pelo termo *compliance* no Brasil quintuplicou, denotando que o assunto tem sido popularizado e passado a ser mais disseminado e discutido tanto no âmbito acadêmico quanto no universo corporativo (Figura 2). Das consultas relacionadas ao termo, destaca-se a sua associação as pesquisas sobre governança corporativa, setor público e corrupção.

**Figura 2 – Resultados de Pesquisas do Termo *Compliance***



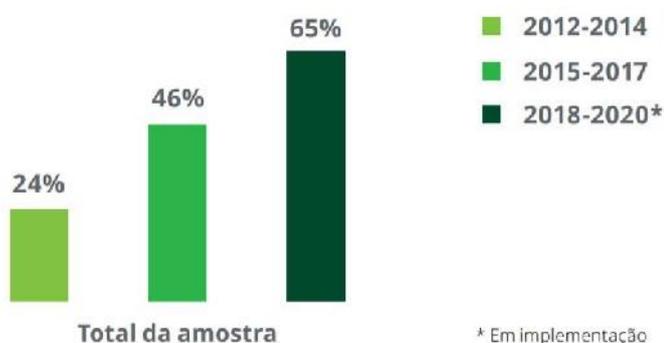
Fonte: elaboração própria com base no Google Trends.

Outro dado que merece destaque consiste no estudo realizado pela empresa Deloitte em 2018, o qual atestou a evolução do *compliance* e das boas práticas empresariais nos últimos anos. Segundo esse estudo, os destaques da pesquisa estão na evolução da adoção de práticas de controle de riscos e fortalecimento do *compliance* por empresas que atuam no Brasil. No entanto, ressalta-se que ainda há necessidade de superar desafios para que o processo de *compliance* seja implementado de uma maneira mais integrada e consistente pelas organizações no País. Segundo os procedimentos dessa pesquisa, foram feitos questionamentos para 211 empresas participantes, identificando que as suas práticas de *compliance* apresentaram evolução consistente desde 2012. No entanto, a pesquisa evidencia

<sup>1</sup> Ferramenta gratuita que permite acompanhar a evolução do número de buscas por uma determinada palavra-chave ao longo do tempo.

ainda que há espaço para crescimento da implementação de medidas, pois aproximadamente 65% das organizações ainda estão em fase de adoção de 15 das 30 práticas pesquisadas<sup>2</sup> (DELOITTE, 2018).

**Figura 3 – Adoção de ao menos 15 das 30 práticas pesquisadas pelas empresas**



**Fonte: Pesquisa de Integridade Corporativa no Brasil, Deloitte 2018**

Essas pesquisas apresentadas, de uma maneira geral, atestam que desenvolver e seguir um programa de *compliance*, significa refletir princípios de confiança pública e ter a credibilidade de seus funcionários, implicando na melhoria dos seus resultados. A organização que implementa o *compliance* constrói uma percepção de um ambiente que é regulamentado e segue diretrizes de transparência, refletindo isso aos seus clientes e investidores. Sendo assim, o *compliance* proporciona um aumento de valor daquilo que se considera intangível, tornando-se um dos requisitos para a proteção da reputação da empresa.

Este cenário aponta para o fortalecimento do programa *compliance*, sendo caracterizado por Assi (2018) como uma febre e um caminho sem volta. O autor justifica ainda os motivos para que as empresas implementem o programa de *compliance*, ressaltando que todos precisam estar em conformidade com os princípios básicos da ética, conduta, caráter e honestidade. Contudo, a aplicabilidade desse programa possui forte relação de dependência com a vontade individual dos gestores e com a imposição feita pelos órgãos normativos. Sendo assim, implementar normas de *compliance* está intrinsecamente associada a mudança nos padrões de cultura.

Isto ocorre pois, independentemente da posição que ocupam, os profissionais estão constantemente expostos a dilemas éticos. Em consequência disso, o fato de

<sup>2</sup> Para consultar outros resultados da pesquisa, acesse o link:  
[https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/risk/DL\\_ICC\\_Publicação\\_v09.pdf](https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/risk/DL_ICC_Publicação_v09.pdf)

que toda fraude e assédio tem origem no fator humano, implica em adotar medidas que possam prevenir esse tipo de comportamento e mitigar os danos dessas atitudes (Silva Neto, 2012). A organização passa então a ter uma forte divergência entre a cultura ideal, ou seja, aquela que é almejada pela gestão, e a cultura real, que corresponde aquela que de fato é percebida e praticada pelos membros.

O programa de *compliance* tem, então, a capacidade de atuar na cultura real, provocando efeitos positivos na concretização da cultura ideal perseguida pela alta diretoria. Por meio de ferramentas que objetivam compreender a potencialidade de profissionais quando se depararem com dilemas éticos no exercício de suas atividades, é instituído um sistema de condutas que traz efeitos positivos no ambiente interno e externo.

Para o ambiente interno da organização os benefícios estão associados ao fato de que o *compliance* permite estabelecer parâmetros que deverão orientar a conduta de todos os que, direta ou indiretamente, estão profissionalmente vinculados à organização, de forma a conferir alto padrão de excelência em gestão ética ao relacionamento da empresa com seu público interno, externo e com a sociedade. Além disso, são desenvolvidos um conjunto de normativos, tais como, Código de Ética, Política de Vestimentas, Política Anticorrupção e Política de Gestão de Consequências que permitem direcionar atos, comportamentos e atitudes buscando prevenir situações que possam originar conflitos de natureza ética. Ademais, esses procedimentos preservam a imagem e a reputação dos colaboradores e da organização, criando um ambiente que prima pelo respeito, adverte irregularidades e resguarda a empresa de possíveis condutas ilícitas.

No que se refere ao ambiente externo, a implementação do *compliance* irá permitir a extensão das melhorias observadas internamente, regulamentando a empresa diante do mercado e conferindo atributos de integridade, confiabilidade e transparência. Como resultado, a empresa poderá ser melhor vista pelos seus potenciais clientes, instituições financeiras e possíveis investidores que, por saberem que a empresa preza por sua integridade e idoneidade, a enxerga como um diferencial no mercado.

Em síntese, um programa de *compliance* bem constituído, apoiado em mecanismos adequados de controle interno e alinhado com as melhores práticas de governança corporativa, trará, sem dúvidas, uma série de benefícios para a empresa.

## UMA ANÁLISE DA GERAÇÃO DE RESULTADOS NO AMBIENTE INTERNO E EXTERNO: ESTUDO DE CASO DA SIMM SOLUÇÕES

A presente seção objetiva desenvolver uma análise empírica do que, até o momento foi discutido numa perspectiva mais teórica. Nesse sentido, considerando o estudo de caso desenvolvido junto a empresa SIMM Soluções, busca-se realizar uma investigação sobre a implementação do programa *compliance* na referida empresa, identificando o contexto de surgimento do programa, a sua interferência no ambiente organizacional e refletindo sobre a modificação de comportamentos e geração de resultados tanto no ambiente interno quanto no externo.

Para tanto, inicialmente, se faz necessário realizar uma caracterização dos serviços e atividades executados pela a empresa, compreendendo o seu porte e como se dá a sua governança corporativa. Ao final, se terá um breve diagnóstico que permite pontuar as vantagens e desafios que permeiam a transformação de um padrão cultural e a adequação da empresa ao ambiente de competitividade econômica.

Nesse sentido, a SIMM Soluções é uma empresa brasileira especializada em soluções integrais de montagem, manutenção, engenharia e consultoria no segmento de Energias Renováveis. Isto significa que a empresa acompanha os projetos em todas as etapas, seja no papel ou em pleno funcionamento. Desde sua fundação em 2010, a SIMM trazia grandes promessas e perspectivas como fornecedor de serviços em soluções completas no seguimento de Energias Renováveis.

A Companhia vivenciou períodos e desafios distintos ao longo de sua história, marcada por alguns ciclos. No ano de 2010 até 2014, a empresa constituiu o seu ciclo de crescimento e desenvolvimento, tendo como cenário serviços de pequeno porte, trabalhando como subcontratada de outras empresas maiores do ramo elétrico. Do ano de 2015 até o ano de 2018, vivenciou-se o patamar de maturidade como referência dentro do setor, começando assim a ser pioneiros no escopo de serviços em sistemas elétricos completo, como a construção de EPC's e manutenção para os grandes geradores nacionais e internacionais.

A SIMM relata que vem trabalhando com dedicação para conseguir atender todas as expectativas, seja de seus acionistas, colaboradores, parceiros, clientes ou a de mercado como um todo. Segundo eles, vale ainda ressaltar que os últimos três

anos foram de intenso trabalho, devido ao volume de projetos que a empresa conquistou, crescimento esse dado a sua cartela fiel de clientes que se engajaram no crescimento da empresa. Apesar da crise econômica que impactou as atividades empresariais no Brasil, e que em consequência diminuiu significativamente os leilões de energia nos anos de 2016 e 2017, a SIMM recuperou sua carteira de investimentos no final de 2017 e 2018, consolidando-se com o sucesso de vários leilões de energia, garantindo a continuidade nos próximos cinco anos, com fortes investimentos no setor de Energias Renováveis.

Devido a esse intenso crescimento, os diretores da empresa relatam que agora mais do que nunca, é essencial que busquem a excelência operacional, qualidade nos serviços e oportunidades de mercado junto aos seus clientes. Nessa direção, destacam-se alguns aspectos relevantes que influenciaram a consolidação da marca e que possuem uma relação direta com a implementação dos programas de *compliance*.

O programa de *compliance* na empresa SIMM Soluções surgiu a partir da implementação do Programa de Integridade, sendo este elaborado em 2018 e contemplando os seguintes normativos: Código de Ética, Política de Vestimentas, Política Anticorrupção e Política de Gestão de Consequências. Esses procedimentos trouxeram um novo panorama para a execução dos serviços prestados pela organização, tendo interface tanto na maneira pela qual os colaboradores deveriam se comportar, como trazendo regras que implicaram em maior credibilidade diante do mercado financeiro.

Assistidos pela empresa de consultoria Deloitte desde o ano de 2017, especificamente no que se refere a área contábil e elaboração de balanço patrimonial, a empresa contou também com a expertise dos consultores para auxiliar na implementação do programa *compliance* em 2018, tendo sido realizados uma série de estudos que culminaram na elaboração das políticas normativas vigentes.

Adequando-se aos padrões nacionais e internacionais, a empresa se inseriu num novo patamar. Clientes com padrões internacionais já exigiam o atendimento a um conjunto de normas e procedimentos, fazendo com que as contratações na empresa fossem regidas por um arcabouço jurídico específico e que traziam diretrizes de anticorrupção. Para os diretores, não fazia sentido assinar contratos que especificavam cláusulas relativas as temáticas da sustentabilidade, termos de

compromissos éticos e “políticas de tolerância zero” se não se tinha como propagar isso para os demais funcionários. Isto acabava sendo o cumprimento apenas de uma exigência legal e de formalismo contratual, sem compartilhar os riscos, os quais eram assumidos apenas pela alta gestão da empresa e não se tinha como normatizar tais diretrizes para as demais partes interessadas.

Levada por esse contexto e observando que a implementação do *compliance* poderia trazer, além de melhorias para o clima organizacional, credibilidade para o desenvolvimento de novos negócios, a SIMM aderiu ao *compliance* e hoje o enxerga como uma premissa basilar no desenvolvimento estratégico da empresa.

Apesar de instituir esses códigos aparentemente ser considerado algo simples, o seu processo de elaboração é árduo e implica em sensibilizar toda a equipe em prol dos seus benefícios, além de ter que contar com a vontade da alta gestão em reconhecer os potenciais benefícios que a prática pode trazer. Na SIMM, esse processo de elaboração durou em média 5 meses, contou com a equipe de consultores da Deloitte e surgiu num caráter *top-down*, isto é, a liderança foi o principal ator responsável pela elaboração. É necessário destacar ainda que o programa *compliance* também se configurou num investimento financeiro considerável, mas que os seus ganhos em prevenção em muito excede os recursos investidos.

Após então superar o primeiro desafio de decidir sobre a criação do programa *compliance*, a organização deverá ainda lidar com um segundo e mais complexo desafio que é a sua implementação. Nessa fase, as políticas normativas já estão elaboradas e aprovadas, cabendo disseminar o seu conteúdo para todos que fazem parte da empresa, bem como fiscalizar o seu processo de cumprimento. Ter um setor específico responsável pela coordenação dessa prática pode ser um requisito de sucesso e, o caso observado na SIMM, aponta a fragilidade que a ausência de um profissional exclusivo, especializado e comprometido poderá trazer para o desempenho desse instrumento. No caso da empresa, o Programa de Integridade é acompanhado pelo setor de recursos humanos, porém evidencia-se que a sobrecarga de trabalho pode interferir no processo de implementação e acompanhamento do programa *compliance*.

Na empresa, apesar do programa de *compliance* ter sido elaborado, não se observa um setor ou responsável pela sua coordenação, ficando o acompanhamento dividido entre o setor de Recursos Humanos e a Diretoria da empresa. A consequência

disso é que as políticas acabam sendo pouco disseminadas, não existindo também um procedimento que regulamenta como as normas serão divulgadas e acompanhadas dentro da organização. Nesse sentido, é preciso fortalecer o *compliance* de modo que ele não seja apenas um documento, mas se configure na prática como um norteador de qualquer comportamento dentro da organização.

Acerca dos benefícios que podem ser observados a partir da implementação dessa política de integridade, destaca-se a interferência tanto internamente quanto externamente ao ambiente organizacional. No âmbito interno, constata-se um maior respeito entre os colaboradores, substituindo comportamentos que, após a implementação do *compliance* passaram a ser mais adequados ao ambiente organizacional. O fato de existir uma política que prima pelo respeito e pelo bom relacionamento entre os colaboradores, fez com que práticas não profissionais fossem mitigadas, tais como apelidos, assédio moral e outros comportamentos de caráter duvidosos. A Política de Vestimenta também colaborou com esse processo, uma vez que a partir dela se adequou o estilo pessoal e individual, àquele que é desejado pela SIMM, visando o bem-estar de profissionais e preservando permanentemente a imagem.

Sobre o padrão de comunicação instituído na empresa, observa-se que a prática de manter a confidencialidade das informações estratégicas, bem como o sigilo de documentos trouxe uma nova forma de se comunicar dentro da empresa. Os colaboradores passaram a ficar mais atentos com a forma pela qual redigem e-mails e atendem a telefonemas, mantendo uma comunicação adequada ao ambiente corporativo.

Discorrendo sobre os aspectos que trazem resguardo jurídico da empresa e dos colaboradores, aborda-se que a Política de Integridade atua também interferindo na esfera civil e criminal. Isso ocorre pelo fato de que as normas e procedimentos instituídos eximem, em partes, a responsabilidade sob os atos ilícitos que por ventura possam ser praticados. Nesse contexto, caso um colaborador cometa alguma irregularidade, a empresa poderá atestar que o orientou de maneira adequada. Tais pressupostos são fortalecidos pelas diretrizes contidas no Código de Ética que funcionam como um grande arranjo responsável por conter as diretrizes relativas aos princípios, valores e comportamentos que devem ser adotados na organização.

À luz dos benefícios externos que podem ser identificados com a implementação do *compliance*, destaca-se a credibilidade no mercado como principal elemento impulsionador das atividades comerciais. A partir dessas ações, a empresa passou a ser notada de uma forma mais profissional e organizada, trazendo um diferencial competitivo e reduzindo os riscos de suas operações. Relativo à diminuição nas taxas bancárias, observa-se que a implementação de uma Política de Integridade fez com que as instituições financeiras enxergassem a empresa de uma maneira mais sólida, diminuindo as suas taxas de juros e oferecendo maior disponibilidade de crédito para os investimentos. Para empresas que contam com a necessidade de aportes financeiros consideráveis, esse elemento consiste num benefício bastante positivo, pois se relaciona diretamente com a área financeira.

Por fim e também associado a este aspecto, constata-se que a diminuição dos valores cobrados nas garantias contratuais é um outro fator de ganho impulsionado pela implementação do *compliance*, fazendo com que contratos que antes deveriam ter aportes volumosos, passassem a reduzir esses montantes por levar em conta a confiabilidade da empresa.

Essas análises apontam que o programa de *compliance* impacta positivamente o resultado financeiro, sendo essa contribuição verificada em diversos benefícios que estão inseridos na organização. De forma geral, constata-se que as práticas de integridade cresceram consistentemente, porém que ainda há espaço para sua consolidação.

Objetivando dimensionar tais elementos de uma maneira mais sistemática e levando em consideração os dados levantados junto a empresa SIMM, foi produzida uma figura que sintetiza elementos do programa de *compliance*, dividindo-o em quatro agrupamentos básicos e considerando trinta itens que atestam a efetividade do programa.

Tais elementos foram desenvolvidos pela empresa Deloitte na pesquisa “Integridade Corporativa no Brasil: evolução do *compliance* e das Boas Práticas Empresariais nos últimos anos” (2018) e aplicados pelas autoras junto aos diretores da empresa SIMM Soluções. Os resultados são demonstrados em escalas percentuais, variando entre 0 e 100% e estabelecendo um diagrama ilustrativo do nível de implementação e efetividade do *compliance* na organização.

**Figura 4 – Sistematização do nível de implementação e efetividade do *compliance* na SIMM**

ITEM		NOTA
I) Práticas relacionadas a riscos estratégicos e de reputação	Código de ética e conduta	100
	Comprometimento concreto da alta administração	100
	Avaliação de riscos na cadeia de fornecedores	80
	Profissional designado para garantir o cumprimento das políticas de governança e do código de ética	100
	Divulgação interna de informações sobre o cumprimento das políticas e procedimentos de governança	100
	Engajamento com entidades representativas	50
	Identificação de Pessoas Politicamente Expostas entre os clientes	50
	Auditoria externa	100
II) Práticas relacionadas a riscos financeiros	Controles financeiros	100
	Sistema interno de controle contábil para evitar adulteração das contas	100
	Demonstrações financeiras de acordo com padrões contábeis internacionais	100
	Política escrita de divulgação de informações relevantes disponível para todas as partes interessadas	100
	Divulgação de transações e eventos relevantes	100
	Programa de <i>compliance</i> concorrencial (antitruste)	NA
	Programa de <i>compliance</i> específico para exportações	NA
	III) Práticas relacionadas a riscos operacionais	Auditoria interna
Avaliação de riscos de forma periódica e documentada		100
Canal de denúncias anônimas		100
Condução de investigações internas		100
Incentivo à cooperação para análises dos processos internos		100
Indicadores de conformidade às políticas		100
Política de conflito de interesses		100
Procedimentos para correção de danos e mitigação de riscos		100
Sistema documentado de gestão de riscos		100
IV) Práticas relacionadas a riscos regulatórios		Treinamentos sobre integridade corporativa e práticas anticorrupção
	Procedimentos de remediação e medidas disciplinares para casos de violação das regras (gestão da consequência)	100
	Adoção das diretrizes da Lei Anticorrupção brasileira	100
	Procedimentos de prevenção a fraudes em compras e contratações públicas	100
	Adoção das diretrizes do Foreign Corrupt Practices Act (FCPA)	NA
	Adoção das diretrizes do UK Bribery Act	NA

**Fonte: elaboração própria com base na pesquisa da Deloitte (2018).**

A partir das informações constantes na ilustração, identifica-se que a Política de Integridade implementada na empresa SIMM apresenta consistências e tem se configurado como um importante elemento do processo de crescimento da empresa.

Analisando os aspectos contidos no agrupamento “I) Práticas relacionadas à riscos estratégicos e de reputação”, destaca-se que os itens: Código de ética e conduta; Comprometimento concreto da administração; e Profissional designado para garantia do cumprimento das políticas, obtiveram avaliação de 100%, indicando, segundo os entrevistados, que existe uma eficaz implementação desses aspectos. Ainda nesse agrupamento, destaca-se que os itens: Avaliação de riscos na cadeia de fornecedores; Engajamento com entidades representativas; e Identificação de pessoas politicamente expostas entre os clientes, alcançaram resultados menores, sendo avaliados respectivamente como 80%, 50% e 50%. Tais elementos apontam

para áreas que podem ser melhor fortalecidas e consolidadas no Programa de Integridade SIMM.

No que se refere aos aspectos observados no agrupamento “II) Práticas relacionadas a riscos financeiros”, os itens: Sistema interno de controle contábil para evitar adulteração das contas; Demonstrações financeiras de acordo com padrões contábeis; Política escrita de divulgação de informações; e Divulgação de transações e eventos relevantes, foram avaliados com nota máxima, indicando que a empresa já consolidou padrões que permitam atenuar riscos financeiros, por meio da implementação do *compliance*. Nesse agrupamento, dois itens não puderam ser avaliados, pois de acordo com os entrevistados, não fazem parte do rol de atribuições desempenhadas pela organização.

Remetendo ao agrupamento “III) Práticas relacionadas a riscos operacionais”, identificou-se que todos os itens da categoria alcançaram o percentual 100%, demonstrando que a área passou por um processo de desenvolvimento, de modo que os procedimentos operacionais foram instituídos. Reflexo disso é o fato de que ocorre Auditoria interna regular; Avaliação de risco de forma periódica e documentada; Canal de denúncias anônimas; Condução de investigações internas; Incentivo à cooperação para análises dos processos internos; e Sistema documentado da gestão de risco. Contudo, apesar de tais elementos terem sido formalmente institucionalizados por meio da Programa de Integridade, destaca-se que o seu processo de implementação ainda se encontra em fase de consolidação, existindo desafios a serem superados e melhorias a serem aprimoradas.

Por fim e relativo ao agrupamento “IV) Práticas relacionadas a risco regulatórios” observa-se que os itens: Treinamentos sobre integridade corporativa e práticas anticorrupção; Procedimentos de remediação e medidas disciplinares para casos de violação de regras; Adoção das diretrizes da lei anticorrupção brasileira; e Procedimentos de prevenção a fraude em compras e contratações públicas, também foram avaliados de forma máxima, muito em virtude do fato de que na SIMM já foi implementada a Política de Gestão de Consequências. Nesse agrupamento dois itens não puderam ser avaliados por não fazerem parte do escopo de atividades.

Após essas análises, a constatação remete que o processo de implementação do *compliance* na empresa SIMM, de fato contemplou aplicação dos principais itens que fazem parte da abrangência dos fatores contidos nesse procedimento de

normatização. Ademais, observa-se que há uma forte correlação entre os quesitos descritos pela Deloitte e o seu funcionamento na prática de uma organização. Dessa maneira, entende-se que não há como fugir dos procedimentos ora elencados, uma vez que eles consistem em fatores primordiais para a geração de resultados tanto financeiros quanto imateriais como de uma reputação positiva da organização.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou estimular uma reflexão sobre a temática do *compliance*, abordando o seu processo de origem e evolução, a sua aplicabilidade atual, bem como os fatores que levam as organizações a implementarem tal prática. Evidenciando os benefícios advindos com a implementação deste modelo, foram percebidos os avanços que podem ser obtidos tanto na perspectiva interna quanto externa à organização.

Elementos da cultura organizacional foram debatidos, indicando que o acultramento do *compliance* deve ser capaz de alcançar todos os níveis da organização, de modo que sejam percebidos os ganhos que o mesmo pode trazer pelos mais diversos atores que compõe as instituições. Dessa maneira, também ficou claro que o custo de implementação do *compliance* está fortemente associado ao reconhecimento que a alta administração dá a esse processo, sendo fundamental o comprometimento desses atores com a implementação desta prática. Assim, entendendo que o investimento nesse conjunto de normas pode ser bastante elevado, se faz primordial compreender que o valor está muito mais associado aos resultados imateriais do que aquilo que pode ser totalmente mensurável.

Essa realidade foi compreendida observando o caso vivenciado pela empresa SIMM, a qual a partir do ano de 2018 formalizou o seu Programa de Integridade, contemplando o estabelecimento de uma série de normas e procedimentos visando regulamentar, orientar e fiscalizar condutas de seus colaboradores, fornecedores e clientes. Motivada pela necessidade de instituir mecanismos de combate a corrupção e prevenção de atos ilícitos, a empresa se inseriu nesse processo o qual resultou em maior segurança no desempenho de suas atividades e resguardo da sua imagem diante do mercado.

A partir de dados sistematizados por um estudo realizado pela Deloitte no ano de 2018, foram identificados trinta itens que distribuídos em quatro agrupamentos se configuram em práticas norteadores para a implementação do compliance nas empresas. À luz desse estudo, foi realizada a uma entrevista semiestruturada com a direção da SIMM, identificando como tais elementos podem ser percebidos na realidade da empresa.

O cenário observado apontou que houve um significativo avanço no estabelecimento desses parâmetros, sendo o desafio atual a capacidade de operacionalização e fiscalização, fazendo com que o *compliance* não seja apenas um documento, mas que na prática esteja enraizado na cultura da organização, norteando todo e qualquer comportamento, conduta ou processo. Isto é algo que leva tempo e exige que sejam realizados treinamentos e reuniões periódicas, para que todos possam partilhar da mesma visão.

Acerca dos ganhos que podem ser visualizados na organização a partir da implementação do Programa de Integridade, é importante destacar que os elementos internos à organização trazem um ambiente mais cordial e respeitoso, sendo possível identificar mudanças nos comportamentos dos colaboradores que, ao saberem das normas instituídas, passaram a ficar mais atentos na forma como se relacionam entre eles e como lidam com os demais atores. Além disso, destaca-se que outros ganhos que fortalecem a imagem da organização, incluindo a política de vestimentas, a política da comunicação e a padronização das documentações em geral.

Externamente, outros benefícios são ainda mais evidentes, uma vez que trata da relação entre a empresa e o mercado. Nessa perspectiva, os dados demonstraram que a partir da implementação do *compliance*, a empresa passou a melhor se posicionar no mercado, existindo também a melhoria da sua imagem diante de investidores e instituições financeiras. Nesse último aspecto, um dado relevante foi o fato de que, a partir da implementação do *compliance*, taxas de juros e garantias contratuais foram reduzidas, o crédito foi facilitado e a possibilidade de realizar atos ilícitos foram significativamente mitigadas.

Com base em tudo que fora discutido, acredita-se que o presente artigo cumpriu com o seu objetivo, na medida em que dissemina o conceito de compliance e realiza uma aplicação prática da sua operacionalização. Numa perspectiva futura, constata-se a necessidade de realizar outros estudos que se concentrem em avaliar

a efetividade dessas medidas, superando o carácter descritivo que foi a base desse trabalho e partindo para uma dimensão mais analítica e profunda sobre os efeitos de implementação dessas normas. Nesse sentido, o estudo aqui realizado colabora com a discussão, compreendendo o desafio emergente de que o *compliance* esteja integrado à estratégia e possa trazer valor para a organização.

## REFERÊNCIAS

Assi, M. (2012). *Gestão de riscos com controles internos: ferramentas, certificações e métodos para garantir a eficiência dos negócios*. São Paulo: Saint Paul.

Assi, M. (2018). Compliance por quê e para quem?, <http://www.marcosassi.com.br/compliance-por-que-e-para-quem> (25 de junho de 2019).

Association of Certified Fraud Examiners – ACFE. (2016). *Report to the Nations on Occupational Fraud and Abuse - Global Fraud Study*, <https://s3-us-west-2.amazonaws.com/acfe-public/2016-report-to-the-nations.pdf> (25 de junho de 2019).

Cardoso, D. M. (2013). *A extensão do compliance no direito penal: análise crítica na perspectiva da lei de lavagem de dinheiro* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

Coimbra, M. de A. & Manzi, V. A. (2010). *Manual de Compliance*. São Paulo: Atlas.

Deloitte (2018). Integridade corporativa no Brasil: Evolução do *compliance* e das boas práticas empresariais nos últimos anos, [https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/risk/DL\\_ICC\\_Publica%C3%A7%C3%A3o\\_v09.pdf](https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/risk/DL_ICC_Publica%C3%A7%C3%A3o_v09.pdf) (25 de junho de 2019).

Fundação Nacional da Qualidade – FNQ. (2018). *Guia Prático para Aplicar o Compliance em Grandes Empresas*, [http://www.mettodo.com.br/ebooks/FNQ\\_Guia\\_de\\_compliance\\_em\\_grandes\\_empresas.pdf](http://www.mettodo.com.br/ebooks/FNQ_Guia_de_compliance_em_grandes_empresas.pdf) (25 de junho de 2019).

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas.

KPMG. (2017). Pesquisa Maturidade do Compliance no Brasil, <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/br/pdf/2017/01/br-kpmg-pesquisa-maturidade-2a-edicao.pdf> (25 de junho de 2019).

Manzi, V.A. (2009). *Compliance do Brasil: Consolidação e Perspectivas*. São Paulo: Saint Paul.

Nascimento, D. M. (2019). *Evolução Histórica e Legislações Acerca do Compliance*, [https://advocaciadeboramn.jusbrasil.com.br/artigos/700763578/evolucao-historica-e-legislacoes-acerca-do-compliance?ref=topic\\_feed](https://advocaciadeboramn.jusbrasil.com.br/artigos/700763578/evolucao-historica-e-legislacoes-acerca-do-compliance?ref=topic_feed), (25 de junho de 2019).

Organização Internacional do Trabalho – OIT. (2015). *Uma década de promoção do trabalho decente no Brasil: uma estratégia de ação baseada no diálogo social*, [https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS\\_467352/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_467352/lang--pt/index.htm) (25 de junho de 2019).

Silva Neto, M. J. (2012). *Teoria Jurídica do Assédio e sua Fundamentação Constitucional*. São Paulo: LTr.

Xavier, C. P. G. (2015). *Programas de Compliance Anticorrupção no Contexto da Lei 12.846/2013: elementos e estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Direito) — Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

# EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO PROJETO VARRE VILA EM SÃO PAULO

Carolina Bezerril Moreira

Cinara Pereira

José Abel de Andrade Baptista

Faculdade de Tecnologia da Zona Leste (Fatec Zona Leste)

DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.136-148

**Resumo:** Esse artigo é a realização de uma análise sobre o projeto Varre Vila, que é praticado em comunidades localizadas na cidade de São Paulo. Os temas educação ambiental e vulnerabilidade estão interligados ao contexto do projeto estudado, buscando salientar a importância que visa a mudar a realidade em que vivem essas populações. O objetivo desse trabalho é analisar a relevância e funcionalidade da iniciativa nas comunidades carentes onde atuam, por meio de pesquisa bibliográfica e qualitativa. A pesquisa qualitativa, em formato de questionário contendo 10 questões, foi aplicada direcionada ao Sr. Ionilton Aragão, fundador do Varre Vila, com a finalidade de auferir informações sobre o projeto a fim de analisá-lo em sua aplicabilidade. Na conclusão desse estudo, percebe-se a contribuição que o projeto oferece para as comunidades em questão e a sociedade em geral.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Vulnerabilidade Social. Varre Vila.

**Abstract:** This article is an analysis of the Varre Vila project, which is applied in communities located in São Paulo city. Themes such as environmental education and vulnerability are linked to the context of the studied project, it seeks to point out the importance of a project that aims to change the reality in which these activities are affected. The objective of this paper is to analyze the relevance and functionality of the initiative in the communities where they operate through a bibliographic and qualitative research. A qualitative survey, in the form of a questionnaire containing 10 questions, was applied to Sr. Ionilton Aragão, founder of Varre Vila, with an application of useful information about the project in order to analyze its applicability. At the conclusion of this study, note the contribution that the project offers to the communities and society in general.

**Keywords:** Environmental Education. Vulnerability Social. Varre Vila.

## INTRODUÇÃO

Vivemos em constante crescimento populacional, de acordo com a Organização das Nações Unidas - ONU (2020) e espera-se que a população mundial aumente em 2 bilhões de pessoas nos próximos 30 anos, de 7,7 bilhões atualmente para 9,7 bilhões em 2050 e pode chegar a quase 11 bilhões em 2100. Conseqüentemente, a expansão da população urbana, torna-se inevitável.

A partir do desenvolvimento urbano, aumentou-se a utilização e a exploração dos recursos naturais, surgindo então, a preocupação com o consumo e desenvolvimento responsável, assim como a urgência em conscientizar os indivíduos sobre a educação ambiental. De acordo com a Lei nº 9795/1999, Art 1º, da Política Nacional de Educação Ambiental, entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente.

Segundo o Censo 2010 do IBGE, no Brasil cerca de 11,4 milhões de habitantes moram em comunidades, 6% da nação brasileira reside nessas áreas, onde a infraestrutura é precária, carecendo de maior visibilidade do governo. Dessas pessoas, uma grande parcela não tem escolaridade mínima, e por esta razão, não teve contato com educação ambiental nem aprenderam sobre a necessidade de cuidar do ambiente no qual se vive.

A Educação Ambiental deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias; para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, intervenham, de modo qualificado tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente, seja físico-natural ou construído, ou seja, educação ambiental como instrumento de participação e controle social na gestão ambiental pública (BRASIL, 2008, p. 37).

De acordo com Jornal da USP (2017), diante das melhorias de condição de vida nos últimos anos, que proporcionam cada vez mais chances de conforto, é esquecido por maior parte da população, que ainda existem situações de fragilidade, onde faltam recursos necessários para uma vivência digna como ser humano. Dado esses fatos, qual a importância de um projeto que visa mudar a realidade em que vivem essas comunidades?

O presente artigo é um estudo de caso do projeto Varre Vila, que tem por objetivo, através de pesquisa bibliográfica e qualitativa, fazer a análise da relevância e funcionalidade da iniciativa nas comunidades carentes onde atuam na cidade de São Paulo.

Com base nos princípios conceituais da educação ambiental voltados para a vulnerabilidade da população urbana em questão, este trabalho visa a contribuição para acadêmicos, profissionais e autoridades da área, e pessoas interessadas, sobre qual efeito um projeto social de educação ambiental acarreta para as famílias amparadas e o ambiente em que vivem, apresentando a aplicação do mesmo.

## **EMBASAMENTO TEÓRICO**

No embasamento teórico serão apresentados os temas Educação Ambiental e Vulnerabilidade Social, explanados através do levantamento de autores presentes na literatura e em pesquisa bibliográfica.

### **Educação Ambiental**

Existem diferentes teorias acerca do conceito de educação ambiental. Segundo Biasoli (2018), é possível compreender o campo da educação ambiental, através da diversidade das ações educacionais voltadas a questão ecológica, como múltiplas possibilidades tomadas de disputas, conflitos e distintas interpretações de mundo.

A literatura tem enfatizado a importância da educação ambiental, que surgiu durante o séc. XX, a partir de movimentos ambientalistas ao redor do mundo com preocupação e discussão sobre o ser humano no meio ambiente, e em 1977, na cidade de Tbilisi, na Geórgia, realizou-se o Primeiro Congresso Mundial de Educação Ambiental, primeira conferência a respeito do assunto. (GUEDES, 2012, p. 54-56).

A educação ambiental, teve início no Brasil, ainda na época da ditadura militar, assim como nos outros países, por meio de associações e movimentos

ambientalistas (BRASIL, 2008, p. 16). Com propósito de intensificar a seriedade do tema, é previsto na Constituição de 1988, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (PRONEA, 2003, p. 22).

De acordo com Biasoli (2018), a educação ambiental formal, ou seja, as práticas educativas realizadas na escola tradicional, em sua maioria é abordada dentro das disciplinas básicas, com temas voltados à lixo e reciclagem, água e ar.

Além do âmbito escolar, existem movimentos e ações sociais ambientalistas com práticas educativas não-formais que acontecem fora do espaço das organizações escolares do ensino oficial que embora, não sejam sistemáticas, produzem práticas educativas relevantes para apoiar a causa do meio ambiente (AMBIENTE LEGAL, 2015).

Reigota (2008) cita a necessidade de uma educação ambiental, que una o ser humano com a natureza, que o conscientize sobre o meio em que vive e traga o conhecimento de como viver em harmonia com o mesmo, e contribuir com a proteção ambiental.

## **Educação Ambiental e a Vulnerabilidade Social**

Segundo Morales e Santana (2019, p. 11), a educação ambiental deve estar ligada a todos os níveis de ensino, mas também ser levado em conta a realidade social em que vivem, buscando assim o melhor modo de o ensino em questão ser eficaz.

Segundo Nery (2009, apud Semzezem e Alves, 2013, p.145), a vulnerabilidade social abrange diversas dimensões. Portanto sua definição é bastante ampla, e de acordo com Bohle, Downing e Watts (1994) vulnerabilidade pode ser melhor definida como uma medida agregada de bem-estar humano que integra a exposição ambiental, social, econômica e política a uma série de perturbações potencialmente prejudiciais.

Beck (2005, apud Link et al., 2014, p.37) relata, que o maior problema relacionado a vulnerabilidade nas cidades, percebido por ele, diz respeito às

diferentes formas de exclusão social dos habitantes urbanos, o que leva à incerteza em relação às capacidades de resposta social e institucional a eventos extremos.

Nesse contexto de vulnerabilidade, a educação ambiental se mostra transformadora, Sonneborn (2001, *apud* Salequzzaman e Stocker, 2001, p. 105) relata que a educação ambiental é permanente, pois oferece para a comunidade o reconhecimento do local que vive, habilidades, valores, experiência, para que tanto no presente e no futuro tenham competência de resolver problemas ambientais.

A prática educativa em questão essencialmente precisa ser desempenhada em coletividade, segundo Guimarães (2020), se não houver um trabalho em conjunto com a comunidade do entorno e uma reflexão sobre essas pressões sociais que promovem a degradação, provocando uma reflexão crítica, um sentimento de pertencimento que propicie uma prática social criativa pelo exercício de uma cidadania que assuma a dimensão política do processo educativo, duvido até que essa educação seja eficaz.

Nessa perspectiva, segundo Biasoli (2018) há um reconhecimento do potencial da educação nas transformações sociais, mas não como uma postura salvadora.

## DESENVOLVIMENTO DA TEMÁTICA

Para desenvolvimento desse artigo, foi utilizado como instrumento de investigação pesquisa bibliográfica, que segundo Severino (2007, p. 122):

é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Mattar (2014, p. 48) diz que a pesquisa exploratória pretende fornecer ao pesquisador maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva. Por isso, aproveitamos também desse tipo de pesquisa, já que é apropriada para os primeiros estágios da investigação quando a familiaridade, o

conhecimento e a compreensão do caso por parte do pesquisador são, geralmente, insuficientes ou inexistentes.

Segundo Gil (2002, p. 54) estudo de caso consiste no estudo profundo e minucioso de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu detalhado conhecimento. O estudo de caso tem sua utilização por diversos propósitos e dois citados por Gil se referem a conjuntura deste artigo, são: a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos, e b) preservar o caráter unitário do objeto estudado.

Por se tratar de um estudo de caso, optamos pela realização de uma pesquisa qualitativa, pois de acordo com Moreira e Lima (2015, p. 31), a investigação qualitativa tem sua ênfase na interpretação das informações do entrevistado. Ela atribui grande importância ao contexto do universo investigado, defendendo maior proximidade do pesquisador em relação aos fenômenos estudados, sendo realizada 10 questões direcionadas ao Sr. Ionilton Aragão, fundador do projeto Varre Vila, com intuito de identificar a funcionalidade e importância da iniciativa social, sendo feita uma análise com base nos resultados.

## **ANÁLISE DA PESQUISA**

O Projeto Varre Vila teve seu início motivado pelo incômodo de moradores da comunidade Santa Inês, uma das primeiras áreas a ser habitada em Ermelino Matarazzo, localizada na zona leste da Cidade de São Paulo, onde um dos principais problemas era o descarte irregular e acúmulo de lixo nas ruas, surgiu do sonho de ter um ambiente limpo e organizado como é o direito e dever de todos os cidadãos, direito este que consta na Constituição Federal de 1988, Art. 225: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Depois de mapear os pontos de acúmulo de lixo e conversar com alguns moradores se iniciou uma ação voluntária para mudar o aspecto do bairro. Dessa ação, nasceu o projeto Varre Vila, instituído em 27 de maio de 2012, tendo como

idealizador Ionilton Aragão, em conjunto com a população local, prefeitura e empresas privadas, começou o trabalho de mobilização e sensibilização de pessoas em busca deste ideal em comum, através da educação ambiental para a comunidade.

Dado início do projeto, apesar de contar com parte do apoio de pessoas da comunidade, um grande desafio enfrentado pelo fundador foi mobilizar todos em busca desse ideal de um ambiente limpo, organizado e digno para se viver, considerando que um trabalho social como esse, é fundamental a contribuição total da população, determinação e persistência foram fatores importantes para continuação e sucesso da iniciativa.

Através do ideal de transformação social, a missão de acordo com o projeto Varre Vila (2020) é: “Promover um conjunto de ações integradas entre a comunidade, poder público e empresas privadas na perspectiva da construção de novos hábitos de consumo e de descarte de materiais com vistas à redução de impactos sobre o meio ambiente”. E objetivos:

- Fomentar a proposta de manejo dos resíduos tendo como referência os “5 R’s” (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar).
- Sensibilizar e mobilizar os moradores para uma organização individual e coletiva quanto ao descarte de resíduos sólidos e volumosos nos locais apropriados.
- Articulação de atividades com os equipamentos públicos de saúde, de educação, ONGs com vistas a fortalecer e estimular a promoção de atitudes de consumo sustentável e consciente bem como a participação comunitária.
- Promoção de espaços de reflexão no qual os(as) moradores(as) assumam a responsabilidade com a limpeza e varrição da porta da sua casa ato que, expressa a relação de cuidado com o território e promoção de saúde (VARRE VILA, 2020).

Os objetivos do projeto Varre Vila, coincidem com alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU, são os ODS 11 e 12.

- 11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros (ONU, 2020).
- 12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
- 12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza (ONU, 2020).

A mudança no território proporcionado pelo projeto se deve a criação de um espaço onde, de forma horizontal, a comunidade consegue examinar as problemáticas locais, entendendo assim as causas e parcelas de cada um na melhoria

e zeladoria pelo bairro, desse modo é iniciada a educação ambiental, a partir de um mapeamento dos problemas enfrentados, praticando debates e aplicando os conteúdos relacionados para conhecimento e conscientização da população.

O projeto tem como principais ações: a leitura do território, organização da coleta do lixo domiciliar, entulhos e acessibilidade dos moradores a informação como por exemplo: políticas públicas, localização de ecopontos, serviços prestados pela prefeitura e empresa de coleta de lixo. Com os conhecimentos e ensinamentos passados pelo projeto, os moradores passam a descartar seu lixo de forma correta.

**Figura 1: Antes e depois de um espaço revitalizado pelo projeto:**



**Fonte: Autores (2020)**

O Varre vila em parceria com a empresa de coleta, fornece mensalmente a comunidade, caçambas para descarte de lixo volumoso, assim a população pode fazer o descarte correto, isso evita que o lixo se espalhe pelas ruas como no passado. Conta também com varredores contratados pela empresa Soma, em coparticipação com o Varre Vila, que fazem a varrição das ruas e vielas, e orientam os moradores em como fazer os descartes. Os varredores contratados, são moradores da própria vila que está sendo assistida pelo projeto, o que faz com que eles sejam mais empenhados em contribuir com a limpeza do local e a disseminar a proposta de melhoria e mudança entre os residentes.

O projeto no princípio fazia a distribuição a cada 2 meses, de sacos de lixo de cozinha, recicláveis e entulho para a população fazer o descarte correto de seu resíduo, para receber essa ajuda o munícipe deveria manter a frente de sua residência limpa, fazer o descarte no dia e horário certo, atualmente recebe esse kit de sacos de lixo o morador que fizer a entrega de recicláveis semanalmente ao projeto.

O projeto Varre Vila tem como foco a solução da problemática do descarte irregular de lixo, mas não deixa de lado outros pontos que são levantados pela

comunidade, ao contrário, após resolvido o problema do lixo, outras questões passam a ser consideradas e trabalhadas (saúde, segurança, esporte, lazer e cultura).

Conforme o projeto atua na comunidade com a resolução da questão do lixo e o desenvolvimento dos outros temas de cunho social, acontece a transformação nas relações sociais, as pessoas acreditam em um ideal e juntas trabalham por ele, se tornam mais seguras, unidas, felizes e cooperativas com as pessoas e com o entorno.

A princípio a iniciativa social era estruturada com seu idealizador e voluntários, mas ao ganhar notoriedade foi sendo formada parceria com empresas, ongs e a prefeitura, ato que proporcionou renda e conseqüentemente o crescimento da equipe, agora profissional, com 43 integrantes (VARRE VILA, 2020).

E por toda a relevância que o projeto tem representado na vida dos moradores, fez com que em oito anos de atividade, convocar essas pessoas para discutirem e elaborarem metas para os próximos 10 anos.

Todo esse trabalho fez a vila Santa Inês se tornar uma comunidade modelo no que tange educação ambiental, organização comunitária, gestão compartilhada e limpeza urbana. O bairro hoje é uma das comunidades mais limpas, realidade que só foi possível graças ao empenho dos munícipes que dedicam diariamente um tempo para zelar pelo próprio ambiente.

O trabalho desempenhado na vila Santa Inês, serviu de vitrine para o projeto, que levantou interesse de outras comunidades, que sentiam a necessidade de mudança e sofriam com os problemas de descarte irregular do lixo, e no projeto Varre Vila enxergaram a possibilidade de resolver os problemas enfrentados diariamente. E dessa forma o Varre Vila já passou por mais de 10 comunidades, pautada em uma trajetória de sucesso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse artigo foi realizado o estudo sobre o projeto Varre Vila e como ele funciona nas comunidades em que atua. A partir da pesquisa feita, foi possível identificar diversos aspectos trabalhados no projeto e como eles contribuem para a

sociedade. Assim como seus objetivos, que na prática são aplicados, que cooperam para o alcance dos ODS estipulados pela ONU.

Conforme mencionado na literatura, a educação ambiental tem várias formas de ser executada, e para a educação ambiental ser uma mudança real e eficaz deve ser levado em conta a realidade socioambiental no entorno do qual o cidadão está inserido e trabalhada em coletividade, o Varre Vila justamente trata a questão do ambiente em que vive o indivíduo.

O projeto atua partir da situação de vulnerabilidade ambiental, em relação ao lixo, o descarte incorreto e toda a esfera envolvida sobre o tema, utilizando como metodologia a participação comunitária, aplicando a educação ambiental como ferramenta para conscientização das pessoas e meio para abordagem das práticas sustentáveis que são utilizadas para organização e limpeza das comunidades.

O Varre Vila tem um conjunto de ações pré-determinadas, que busca explorar o local e fazer com que a população aceite e se disponha ao ideal, que facilitam o cumprimento dos objetivos e proporcionam o desempenho do projeto de maneira íntegra, isso tem favorecido a execução da iniciativa.

A pesquisa aqui apresentada tem o propósito de identificar a importância de um projeto que busca e promove a mudança de realidade para comunidades em situação de vulnerabilidade, onde geralmente se tem a deficiência de políticas públicas.

A importância da aplicação de um projeto desse tipo, como o Varre Vila, vai além de educar e conscientizar as pessoas sobre educação ambiental, como pensado inicialmente, mas em fazer a transformação nas relações sociais dos moradores e do ambiente, que acarreta em benefícios para mundo, já que as ações do projeto contribuem para o desenvolvimento sustentável do planeta.

Por meio de tudo que foi apresentado e considerando que o projeto Varre Vila, é uma iniciativa de trabalho contínuo, sugere-se que outros pesquisadores façam prosseguimento na análise do projeto e suas outras áreas de atuação, buscando entender a importância de projetos como esse, como foi possível verificar nesse artigo.

## REFERÊNCIAS

AMBIENTE LEGAL - LEGISLAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE. **Educação ambiental no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ambientelegal.com.br/educacao-ambiental-no-brasil/>>. Acesso em: 08 jul. 2020. 17h50.

BIASOLI, S. **Fundamentos de educação ambiental para sustentabilidade**. São Paulo: Editora Senac São Paulo. 2018. Kindle version. Location 701-1994.

BOHLE, H. G.; DOWNING, T. E.; WATTS, M. J. Climate change and social vulnerability: toward a sociology and geography of food insecurity. **Global Environment Change**, n. 4, p. 37-48, 1994.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999**. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Salto para o futuro: Educação ambiental no Brasil**. Rio de Janeiro, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, J. C. S. **A educação ambiental e sua inserção no ensino formal**. 2012. 130 f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, 2012.

GUIMARÃES, M. **Caminhos da Educação Ambiental: da forma a ação**. Editora Papirus, ed. 1. 2020. Kindle version. Location 89.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9675&t=destaques>>. Acesso em: 12 jun. 2020. 15h00.

LINK, et al. **Coping with Natural Disasters and Urban Risk: Na Approach to Urban Sustainability from Socio-Environmental Fragmentation and Urban Vulnerability Assessment**. In From Sustainable to Resilient Cities: Global Concerns and Urban Efforts. p. 35-58, nov. 2014.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise**. 7. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MORALES, C. A. S.; SANTANA, N. A. **Educação Ambiental: Alternativas para o ensino de Educação Ambiental: Relatos de Experiências**. 1 ed. Porto Alegre: Editora Simplíssimo. 2019. Kindle version. 127 p.

MOREIRA, E. V.; LIMA, M. S. B. A pesquisa qualitativa em Geografia. **Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente**, n. 37, v. 2, p. 27-55, ago./dez. 2015.

ONU. **Objetivo 11**. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods11/>>. Acesso em: 09 de jul. 22h50.

ONU. **Objetivo 12**. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods12/>>. Acesso em: 09 de jul. 23h00.

ONU. **População**. Disponível em: <<https://www.un.org/en/sections/issues-depth/population/index.html>>. Acesso em: 16 jun. 2020. 20h30.

PRONEA. **Programa Nacional do Meio Ambiente**. Ministério do Meio Ambiente; Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação; Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3. ed. Brasília, 2005.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 2017. Kindle version. Location 79.

SALEQUZZAMAN, M.; STOCKER, L. The context and prospects for environmental education and environmental careers in Bangladesh. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 2, p. 104 – 127, 2001.

SENZEZEM, P.; ALVES, J. M. Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na política de assistência social. **Serv. Soc. Rev., Londrina**, v. 16, n.1, p. 143-166, dez. 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

USP, Jornal da. **Estudo mapeia condições das favelas em São Paulo**. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/estudo-mapeia-condicoes-das-favelas-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 16 jun. 2020. 23h40.

VARRE VILA. **Missão**. Disponível em: <<https://varrevila.com.br/sobre/missao/>>. Acesso em: 09 de jul. 2020. 20h30.

VARRE VILA. **Números**. Disponível em: <<https://varrevila.com.br/sobre/numeros/>>. Acesso em: 09 de jul. 2020. 20h50.

## EMPREENDEDORISMO E OS REGIMES TRIBUTARIOS BRASILEIRO

Eriton Toledo Arcain

Flávia Aparecida Reitz

Genilson Valotto Patuzzo

Universidade Tecnológica Federal do Paraná / Programa de Pós-Graduação em Inovações Tecnológicas PPGIT /  
Campus / Campo Mourão/PR

DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.149-160

**Resumo:** O empreendedorismo no Brasil vem se tornando uma ferramenta fundamental para o crescimento do País, seja criando novas possibilidades, seja aperfeiçoando as já existentes. A busca pelo novo obriga os empreendedores a continuação de esforços para tornarem seu empreendimento mais ágil e produtivo, e principalmente viável. A necessidade em conhecimento tributário torna-se um recurso valioso pelas empresas, e precisa ser administrado pela organização, para obtenção de benefícios operacionais e estratégicos, buscando aumentar a competitividade. O regime de tributação brasileira é complexo, e apresenta basicamente três formas de enquadramento fiscal: o Simples Nacional, o Lucro Real e o Lucro Presumido. O presente artigo tem por objetivo revisar literaturas e analisar o conceito de empreendedorismo, e esclarecer de forma simples o sistema tributário brasileiro e seus regimes. Acredita-se que, pelo esclarecimento das vantagens sobre a tributação, e fazendo uma abordagem de forma simples, será possível proporcionar às organizações uma geração de benefícios em relação à economia tributária, além de contribuir como uma abordagem facilitadora de informação para empresários e demais interessados.

**Palavras-chave:** Empreendedor. Sistema Tributário Nacional. Regimes de Tributação no Brasil.

## INTRODUÇÃO

O papel do empreendedor é ter ideias e transformá-las em novas oportunidades, buscando melhorias de algo já existente ou novo, mas almejando sempre o sucesso. Porém, sabe-se que todo novo desafio de transformar o inexistente em existente, ou a transformação de algo em atual requer a busca por conhecimento, e um estudo aprofundado do mercado, para minimizar as incertezas que as novas transformações podem gerar, é de extrema importância.

Muitas são as possibilidades de sucesso e fracasso de uma nova medida empreendedora, entretanto, a que se refere aos impostos cobrados tem se destacado com uma das principais, principalmente por proporcionar a desmotivação de alguns empreendedores, que desistem da ideia do investimento por acharem este fator uma dificuldade e um grande empecilho para o sucesso.

Um sistema tributário ineficiente implica uma alocação inadequada de recursos, quando seria possível obter uma maior produção com os insumos disponíveis na economia (ELLERY; NASCIMENTO, 2017).

Mas isso se dá uma vez que o empreendedor não conhece em sua totalidade o mercado que está buscando se inserir. Pois a garantia do sucesso ou fracasso de um novo investimento requer, principalmente, uma pesquisa aprofundada do novo produto, um estudo de viabilidade incluindo análises de potenciais clientes, análise de fluxo financeiro, entre outros parâmetros que se destacam o conhecimento correto da parte tributária. Para o empreendedor, um conhecimento tributário, de forma simples, já é capaz de gerir seus tributos e transformar este desafio em uma oportunidade para crescimento de seu empreendimento por meio da tomada de decisão.

A tomada de decisão é uma grande responsabilidade que os gestores têm em suas mãos, ela visa resultados futuros, que necessariamente, vão influenciar a trajetória de crescimento, em igual medida dará a organização dinamismo (SILVA; ORDONES, 2014).

Por sua vez, uma decisão deve ser tomada quando se está diante de um problema que possui mais de uma alternativa para sua solução (GOMES; GOMES, 2012).

Assim surge um dos maiores desafios do empreendedorismo no Brasil: a legislação tributária. Desafio porque a todo o momento, a legislação tributária é modificada, seja por uma medida provisória, seja por uma lei complementar. É necessário que o empreendedor esteja atento a mudanças, e procure, dentro da lei a melhor forma de minimizar a carga tributária das empresas para que elas possam crescer e se tornarem mais competitivas.

Por este motivo, para toda tomada de decisão é necessário obter informações plurais da organização para que se possa calcular com maior precisão os possíveis impactos que poderão causar, principalmente quando o assunto é tributação. Deve-se atentar, sobretudo, para as incertezas do mercado, que é uma das situações que mais interfere na tomada de decisão (SILVA; ORDONES 2014).

Já a gestão tributária, torna possível a redução de custos tributários para as empresas, e é por meio dela que uma empresa terá um custo competitivo. As empresas, na sua maioria, trabalham de forma enxuta em relação aos custos, porém, é perceptível que, muitas vezes, os gastos tributários continuam como uma incógnita devido à falta de conhecimento sobre o assunto. Aceita-se apenas as orientações do contador sem haver muitas vezes questionamentos (ALMEIDA et al., 2015).

A carga tributária no Brasil tem se mostrado muito elevada, e os regimes existentes apresentam-se como divisor de águas na sobrevivência das organizações brasileiras. Mas, as organizações têm a opção, no início de cada ano, de enquadrar-se no melhor regime de tributação observando o ritmo e as características do negócio, de modo a alcançar a menor carga tributária sem sonegação ou fraude diante ao fisco. E a escolha deve ser bem feita e pautada em uma boa estratégia, pois o regime a acompanhará até o final do exercício anual, uma vez que não existe a possibilidade de mudança de regime no mesmo período. A previsão de tributos, que representa elevada percentagem dos custos, determina a estratégia dos negócios e a viabilidade ou não de determinado empreendimento, significando, em última análise, a possibilidade de êxito ou fracasso (SCHOUERI, 2003).

Assim, o presente artigo tem por objetivo revisar as literaturas que sugerem definições e conceitos sobre tributação e empreendedorismo, esclarecendo de forma simples os regimes existentes, com intuito de ajudar o empreendedor no processo de tomada de decisão em relação a qual regime de tributação adotar, possibilitando, com este conhecimento, a diminuição da carga tributária.

## DEFINIÇÃO DE EMPREENDEDOR

Muito ainda se confunde empreendedor com a figura do empresário, que são coisas distintas. A definição da palavra empreendedor origina-se da palavra *entrepreneur* que é francesa, literalmente traduzida, e significa “aquele que está entre ou intermediário.” (HISRICH; PETERS, 2004).

Esta definição somente literária da palavra não era definitiva, pois não deixava muito claro seu significado para o mercado, nem mesmo para evolução dos negócios (HISRICH; PETERS, 2004).

Então, pelos pensamentos do escritor Richard Cantillon, diante de um fracasso ocorrido no ano de 1700, onde um francês chamado Joh’n Law serviu de inspiração, surgiu a definição de empreendedor. Em seu entendimento, empreendedor era alguém que corria muitos riscos, ou seja, “aquele que compra a um preço certo e vende a um preço incerto.” (CANTILLON, 2002).

Essa definição histórica só foi possível dada à tentativa de Joh’n Law em aumentar o valor das ações da empresa para mais que o seu patrimônio, reiterando que o empreendedor era alguém que corria riscos (BURR; IRWIN, 1985).

De um modo geral, pode-se dizer que o empreendedorismo é a busca de oportunidades além dos recursos controlados, e que pode ser uma busca também por necessidade. Por necessidade, criam-se negócios por não haver outra alternativa e, por oportunidade, pela descoberta de uma oportunidade de negócio lucrativa (LEITE; OLIVEIRA, 2007). Neste caso, a figura do empreendedor pode ser considerada como alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade (DOLABELA, 2018).

## SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E OS REGIMES DE TRIBUTAÇÃO NO BRASIL

O Sistema Tributário Nacional é um conjunto de normas constitucionais de natureza tributária, inserido no sistema jurídico global, formado por um conjunto

unitário e ordenado de normas subordinadas aos princípios fundamentais, reciprocamente harmônicos, que organiza os elementos constitutivos do Estado, que outra coisa não é senão a própria Constituição (HARADA, 2006).

A definição pelo Art. 3º de Tributo refere-se a toda prestação pecuniária compulsória, em moeda, ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada (BRASIL, 1966).

Todo empreendimento está, em sua maioria, atrelado à escolha do regime de tributação, que em um novo negócio representa a busca pela melhor forma de aproveitamento do segmento tributário.

Não se tem como prever o impacto da tributação no empreendimento se o empreendedor não a conhece ou não a define. E isso, a simples, modo se faz necessário, pois a ausência de conhecimento pode criar dificuldades de enquadramento fiscal.

A abordagem usual para o federalismo fiscal enxerga a competição fiscal como um problema, à medida que a redução de alíquotas feita por cada estado em busca de atrair novas empresas para suas jurisdições acaba por levar a uma redução significativa da receita tributária, o que pode gerar problemas fiscais nas unidades federadas (ELLERY; NASCIMENTO, 2017).

O regime de tributação brasileira apresenta basicamente três formas de enquadramento fiscal: Simples Nacional, Lucro Real e o Lucro Presumido (FABRETTI, 2009).

Além de suas características próprias, o tributo, na atualidade, apresenta outra feição peculiar. Na medida em que onera certas atividades ou pessoas, o tributo pode causar interferências no regime de competição entre as empresas (GRECO, 2004).

Assim, o surgimento de uma nova oportunidade pelo empreendedorismo, deixando de lado a melhor forma de enquadramento tributário, resultará em algo que poderia ser um sucesso, em um fracasso.

## Regimes de Tributação – Simples Nacional

O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). É administrado por um Comitê Gestor composto por oito integrantes: quatro da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), dois dos Estados e do Distrito Federal e dois dos Municípios (RECEITA FEDERAL, 2018).

Nesse embasamento legal estão abrangidos os tributos de todos os entes federados como já relatados, especificados como sendo o IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza) e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a Cargo da Pessoa Jurídica (CPP), que são recolhidos por um documento único de arrecadação, o Documento de Arrecadação do Simples Nacional - DAS.

Dada a forma de arrecadação ser feita por alíquota única, pode significar para o empreendedor uma redução de tributação, além da redução dos custos trabalhistas, já que se torna dispensável a contribuição patronal na folha de pagamento.

Entretanto, ao se analisar de forma mais aprofundada, é possível verificar que existem desvantagens ao empreendedor, e de forma bem significativa. Se o empreendedor adquirir insumos para fase produtiva antes do produto acabado, ou seja, na industrialização, este não terá direito dos créditos cumulativos do IPI, ICMS, PIS e COFINS como outros regimes permitem. E ainda, talvez a pior desvantagem seja a de que, como o recolhimento é feito com base no faturamento e não no lucro, mesmo a empresa tendo prejuízo, a carga tributária será a mesma.

## Regime Lucro Real

O Lucro Real é um conceito fiscal e não econômico. No conceito econômico o lucro é o resultado positivo da soma algébrica de receita bruta (de vendas ou serviços) menos devoluções e impostos, menos custos, menos despesas operacionais, mais receitas não operacionais e menos despesas não operacionais (Fonte, ano) ou seja, é o resultado contábil. A Lei do IR (Imposto de Renda) denomina esse resultado contábil (econômico) de lucro líquido. O lucro real, conforme determina o art. 247 do RIR (Regulamento do Imposto de Renda), é o lucro líquido (contábil) do período-base ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação do IR. Logo, o lucro real para uma apuração eminentemente fiscal torna-se na prática, inadequada.

O Lucro Real dá a ideia de verdadeiro, que no caso, é o resultado econômico positivo, ou seja, receita maior do que despesa. Porém, na prática, verifica-se que, às vezes, a empresa tem um resultado econômico negativo (prejuízo), mas a legislação do Imposto de Renda manda adicionar a ele diversos valores que considera não dedutíveis. Assim, de um prejuízo econômico, o resultado econômico, contábil, verdadeiro, apura-se um “lucro real” mediante a adição de despesas a um resultado negativo, tornando-o deste modo positivo, e que de certo modo acaba sendo “irreal” (FABRETTI, 2009).

Em outras palavras, significa que a sistemática do lucro real é aquela realmente apurada pela contabilidade, com base na completa escrituração contábil fiscal, com a estrita e rigorosa observância dos princípios fundamentais de contabilidade e demais normas fiscais e comerciais, tendo como objetivo demonstrar a passagem do lucro contábil para o lucro fiscal (OLIVEIRA, 2013; PÊGAS, 2011).

## Regime Lucro Presumido

O Lucro Presumido é uma forma de tributação que utiliza apenas as receitas da empresa para apuração do resultado tributável (PÊGAS, 2011). Estas, em vez de apuração pelo lucro real, ou seja, de escrituração contábil, podem presumir esse lucro.

Consideram, como tal, o resultado da aplicação de determinado percentual sobre a receita total e, neste aspecto, o regime de Lucro Presumido consiste na empresa estimar um percentual do faturamento, sendo que este percentual varia de setor para setor, chegando a um resultado final (FABRETTI, 2009).

Assim, nesta forma de tributação, o empresário se aproveita de uma simplificação, isto é, passa a presumir qual será o lucro da empresa baseado nas atividades que ela exerce. Entretanto, um ponto negativo é que se o empreendimento lucrar menos do que a média das empresas que prestam a mesma atividade, a tributação irá ser cobrada sobre o valor da alíquota pré-fixada, gerando maior arrecadação em tempos de economia aquecida.

## **MÉTODOS DE APLICAÇÃO**

Buscando alcançar os objetivos já mencionados, optou-se por elencar materiais acadêmicos que considerassem os assuntos abordados no presente artigo, sendo feito uso do tipo de pesquisa mais apropriado, o qual se baseia no levantamento de informações, análise e interpretação da revisão da literatura.

Esse modelo foi adotado tendo como base que o tema discutido é pouco estudado, onde há muitas dúvidas, ou seja, quando a revisão da literatura revela que existem apenas orientações não pesquisadas, e ideias vagamente relacionadas com o problema de estudo, ou ainda, a partir de novas perspectivas de sequência sobre o tema e área (SAMPIERI; COLLADO; LÚCIO, 2013).

Com isso temos a possibilidade de obter informação de realizar uma pesquisa mais completa relacionada com um contexto particular, pesquisar novos problemas, identificar conceitos ou variáveis promissoras, estabelecer prioridades para pesquisas futuras ou sugerir afirmações, são também aspectos que servem para se familiarizar com fenômenos relativamente desconhecidos (GODOI; MELLO; SILVA, 2010).

Assim a pesquisa bibliográfica do tema escolhido em especial matéria tributária, regime de tributação e empreendedorismo, teve como foco facilitar a comparação entre pontos de vista de doutrinadores e estudiosos, e os dispositivos

legais, buscando harmonizar as modificações introduzidas pela sistemática proposta do conhecimento sobre o tema.

## **Discussão sobre o conhecimento tributário como facilitador de sucesso ao empreendedorismo**

Nos últimos anos as organizações têm adotado cada vez mais a informação como fonte de garantia do sucesso empresarial, utilizando-se, para isso, de conhecimentos contábeis e financeiros, antes não utilizados, ou seja, gerenciar uma empresa seja ela grande ou pequena, exige que as pessoas à frente destas organizações se deparem, a todo o momento, com escolhas, assim fica evidente que as informações bem utilizadas levarão a empresa ao sucesso (LUCENA, 2004).

Portanto, no mundo tecnológico, não existe uma maneira definida de fazer as coisas, e as organizações sempre experimentam diferentes modos de usar a tecnologia para que possam determinar novas formas de benefício para os consumidores. Ao fazer uso da tecnologia, as empresas podem ter condições para encontrar as melhores qualidades de oferta, mais transparência, preços mais baixos, novos modos de agrupamento de serviços, entre outros. Às vezes, direcionadores de valor, completamente novos, criam suas próprias necessidades de mercado adicionais (BHIMANI, 2017).

Estes são problemas comuns às necessidades de gestão de todas as empresas. Os operadores das empresas devem fazer duas coisas básicas: identificar suas atividades e colocar seus planos em prática. Assim que se alcança certo ponto, onde o impacto daquelas ações possa ser avaliado, medidas de desvio devem estar à mão para fornecer explicações sobre desvios daquilo que se esperava (BHIMANI, 2017).

Por esse motivo o empreendedor precisa de informação para poder se enquadrar corretamente ao regime de tributação e valores de tributos. Este enquadramento será de acordo com o porte do negócio, com a previsão de faturamento e lucros, despesas geradas, compra de materiais e investimentos. E somente após esta análise financeira ele terá condições de verificar qual melhor

regime entre o três ofertados, Simples Nacional, o Lucro Real e o Lucro Presumido, além de conhecer quais são as suas vantagens e desvantagens.

Um exemplo de vantagem quando a empresa pode se enquadrar no Simples Nacional é a unificação de imposto. Porém, apresenta como desvantagem o fato de que algumas grandes empresas evitam comprar de empresas optantes do Simples Nacional porque não terão o crédito do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Já para as empresas que querem se enquadrar no Lucro Presumido, este regime somente é válido caso a mesma apresente uma margem de lucro superior ao que foi previamente definido. Como desvantagem, segue a ausência de créditos do PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social no sistema não cumulativo.

No caso do regime de Lucro Real, os impostos que são pagos sobre o lucro (IRPJ e CSL) serão calculados de acordo com o lucro real obtido pela empresa, ou seja, a receita debitada dos custos e despesas. Caso haja prejuízo, a empresa não será tributada e poderá utilizar os créditos do PIS e COFINS. Caso haja picos de lucro, a empresa pagará mais impostos. Outro ponto relevante é o nível de exigência nos controles e na contabilidade, pois algumas despesas não são consideradas como dedutíveis para o cálculo do lucro real.

Diante destes argumentos apresentados e buscando ajudar a tomada de decisão aos empreendedores, este estudo tem como meta o desenvolvimento de uma plataforma digital de acesso como ferramenta de opção de simulação a fim de permitir uma análise precisa da real situação da empresa em relação ao regime de enquadramento tributário.

Além disso, propiciar uma viabilidade da transição de forma rápida e precisa para outros regimes de tributação onde, pelo preenchimento dos campos fornecidos, o interessado poderá visualizar o quanto recolheria de impostos nos três regimes existentes no sistema brasileiro: no Simples Nacional, no Lucro Presumido e no Lucro Real. A simulação se fará de acordo com o porte do negócio com a previsão de faturamento, lucros, despesas, compra de materiais e investimentos.

O acesso a esta ferramenta digital contribuirá para a tomada de decisão em negociações, podendo seus resultados se transformar em uma vantagem para o

empreendedor das mais diversas formas e tamanhos. Também levá-los a obter grandes avanços frente a seus concorrentes com o aumento de sua competitividade econômica e financeira, uma vez que a globalização é o fator mais variante dentre todos na atual sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assunto descrito neste artigo em face do precedente tema, podemos observar que a ação do empreendedor deve ser pautada por uma análise sobre os regimes tributários existentes no Brasil, e seus instrumentos legais, isso se faz de suma importância para mensurar transações futuras com o propósito de minimizar os impactos causados pela cobrança dos tributos.

Pois a situação atual do empreendedorismo no Brasil quanto à problemática a qual foi abordada, pode-se verificar a existência de muita complexidade em relação ao sistema tributário, em especial os três regimes abordados, demonstrando que a tributação pode ter impactos dada às escolhas não bem-sucedidas desses regimes. Conclui-se portanto, que o conhecimento básico dos gestores quanto aos regimes de tributação existentes e a busca por informações mais precisas, poderão contribuir para uma menor geração de despesas nas empresas, ou seja, poderão ser capazes de minimizar a carga tributária e maximizar os lucros, e com isso, um melhor desenvolvimento de mercado.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. et al. **Contabilidade e gestão de tributos**. 1.ed. São Paulo: Fiscosoft, 2015.

BHIMANI, A. **Financial management for technology start-ups**. London: Kogan Page, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-70772018000200189&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772018000200189&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt),. Acesso em: 10 dez 2018.

BRASIL. **Código tributário nacional**. Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm). Acesso em: 25 jul. 2018.

CANTILLON, R. **Ensaio sobre a natureza do comércio em geral**. Curitiba: Segesta, 2002.

Dolabela, F. **A corda e o sonho**. Disponível em: <https://experience.hsm.com.br/posts/a-corda-e-o-sonho> Acesso em: 09 dez. 2018

ELLERY R. JR; NASCIMENTO A. JR. **Análise do icms e a questão federativa**. estudo edit value, Tributação no Brasil, IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Estudos, Ideias e Propostas 2017. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7958/1/Tributa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil\\_estudos\\_ideias%20e%20propostas.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7958/1/Tributa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil_estudos_ideias%20e%20propostas.pdf). Acesso em: 22 fev. 2019.

FABRETTI, L. C. **Contabilidade tributária**. 11.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

GODOI, C. K.; MELLO, R. B.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GOMES, L. F. A. M.; GOMES, C. F. S. **Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GRECO, M. A. **Planejamento tributário**. São Paulo: Dialética, 2004.

HARADA, K. **Direito financeiro e tributário**. 15. ed. São Paulo: Atlas

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. **Empreendedorismo**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

LEITE, A.; OLIVEIRA, F. Empreendedorismo e novas tendências. Estudo EDIT VALUE Empresa Junior, v. 5, 1-35. 2007. Disponível em: [www.foreigners.textovirtual.com/empreendedorismo-e-novastendencias-Pdf](http://www.foreigners.textovirtual.com/empreendedorismo-e-novastendencias-Pdf). Acesso em: 06 dez. 2018.

LUCENA, W. G. L. **Uma contribuição ao estudo das informações contábeis geradas pelas micros e pequenas empresas localizadas na cidade de Toritama Agreste Pernambucano**. 2004. 114 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis. - Convênio UnB, UFPB, UFPE e UFRN, João Pessoa, 2004.

OLIVEIRA, L. M. et al. **Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas**. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PÊGAS, P. H. **Manual de contabilidade tributária: análise dos impactos tributários das Leis n. 11.638/07, n. 11.941/09 e dos pronunciamentos emitidos pelo CPC**. 7. ed. São Paulo: Freitas Bastos, 2011.

RECEITA FEDERAL. **O que é o Simples Nacional**. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/documentos/pagina.aspx?id=3>. Acesso em: 02 jan. 2019.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHOUERI, L. E. **Direito tributário: conceitos de direito tributário, princípios da tributação, impostos**. São Paulo: QuartierLatin, 2003.

SILVA, J. P.; ORDONES, S. A. D. A importância das informações contábeis no processo de tomada de decisão). **Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM [REGRAD]**. Marília, v. 169, n. 160, p.160-169, jun. 2014.

# ESTUDO DOS ÍNDICES DE CRESCIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS E PRIVADAS NA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR

Brenda Ellen Semek  
Viviane de Fátima da Silva  
Adriano Mesquita Soares

Faculdade Sagrada Família (FASF)

DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.161-174

**Resumo:** O objetivo geral desta pesquisa é analisar o crescimento do número de cursos nas instituições de ensino superior, públicas e privadas, de Ponta Grossa/PR, e especificamente, verificar o número de vagas disponíveis nestas. Escolhemos realizar uma pesquisa documental com enfoque quantitativo, e como resultado, foi constatado que ultimamente, as ofertas de cursos aumentaram gradativamente assim como a variedade, o que supri à demanda de empresas e da população.

**Palavras-chaves:** Ensino superior. Ponta Grossa. Crescimento.

## STUDY OF GROWTH INDICES OF PUBLIC AND PRIVATE HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS IN THE CITY OF PONTA GROSSA/PR

**Abstract:** The general objective of this research it´s analyze the growth of the number of courses, public and proven, in higher education institutions of Ponta Grossa / PR, and specifically, to verify the number of vacancies available in them. We chose to conduct a documentary research with quantitative focus, and as a result, it was known that lately, the offerings of courses have gradually increased as well as the variety, which meets the demand of companies and the population.

**Keywords:** Higher education. Ponta Grossa. Growth.

## INTRODUÇÃO

Atualmente, presencia-se de forma bastante expressiva a busca pelo conhecimento. A procura em manter-se informado frente às constantes atualizações que a sociedade atual vivencia, já deixou há muito tempo a fase de distinção sócio intelectual, tornando-se grande necessidade não apenas no contexto social, mas também no quesito profissional. Partindo desse ponto de vista, o trabalho em questão teve como tema o estudo do ensino superior, sendo um dos principais meios de formação do conhecimento.

O homem apresenta o conhecimento como um grande recurso para seu desenvolvimento e utiliza-o, também, para fazer interações com seus semelhantes. Tal conhecimento está em constante mutação, alterando-se a cada segundo, a partir deste pressuposto percebe-se que o ser humano deve buscar sempre aprimoramento profissional para não ser “esquecido” no mercado de trabalho “Por esta razão, ao lado da transmissão do conhecimento, faz-se cada vez maior a exigência da formação profissional, hoje, intimamente relacionada com as contínuas e profundas transformações sociais”. (SOUZA et al. 2010, p. 2).

Associado a esse enfoque Santos (2010, [on-line]) diz que:

É fundamental saber como utilizar as informações e o conhecimento já existentes na organização. O "conhecimento" não se encontra apenas nos documentos, nas bases de dados e nos sistemas de informação, mas também, nos processos de negócio, nas práticas dos grupos e na experiência acumulada pelas pessoas para aumentar sua produtividade e conquistar novas oportunidades.

Com o surgimento das instituições de ensino superior no país, o Brasil, ao longo de sua história, permitiu que a sociedade brasileira reconhecesse o ensino como uma ferramenta auxiliadora no desenvolvimento do indivíduo frente a uma profissão, visto que permite desenvolver seus conhecimentos, suas habilidades e suas competências, preparando para o mercado profissional.

É evidente que para buscar concretizar um futuro profissional enriquecedor, se faz necessária a escolha de uma instituição de ensino, que esteja regulamentada pelos órgãos competentes e alinhada a uma boa aceitação da sociedade e do mercado, obtendo a compatibilidade e conectividade com as relações de mercado-universidade.

De acordo com Oliveira (2014, [on-line]):

Na sociedade atual, cuja escolha da carreira tem grande impacto no futuro, deve levar em consideração, além de outros, fatores como conforto, formação, infra instrutora, docentes, mercado de trabalho e relações interpessoais. É por isso que a universidade escolhida deve ser analisada com cuidado, para que atinja, dentro do possível, o maior número de metas estabelecidas pelo próprio jovem.

Com base nesse contexto, torna-se compreensível a busca de informações esclarecedoras sobre as instituições de ensino presentes em nosso convívio social. Desta forma, o presente estudo tem como problemática: Quais são os índices de crescimento do número de cursos nas instituições de ensino superiores públicas e privadas presenciais de Ponta Grossa/PR? E, para responder a esta problemática este estudo tem como objetivo geral: analisar o crescimento do número de cursos nas instituições de ensino superior de Ponta Grossa/PR e, como objetivos específicos, verificar o número de vagas das instituições públicas e privadas presenciais na cidade, bem como descrever o crescimento da oferta de vagas nas instituições de ensino superior na referida cidade.

Quanto à relevância deste estudo, tem como objetivo evidenciar o grande crescimento da procura pelo conhecimento na cidade de Ponta Grossa, aonde vem sendo desencadeada através de variáveis como a economia, o próprio mercado, como também o quesito de auto realização.

Coelho (2009) contribui nos dizendo que o mercado trabalha em uma escala de grande complexidade, e isto exige das pessoas uma nova postura, com uma visão diferenciada e uma busca cada vez maior por novos conhecimentos e competências.

## **SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

### **O século XIX: as primeiras faculdades**

Originalmente o desenvolvimento do ensino superior no território brasileiro difere do resto da América latina. Segundo Soares et al. (2002, p. 24), “Desde o século XVI, os espanhóis fundaram universidades em suas possessões na América, as quais

eram instituições religiosas, que recebiam a autorização do Sumo Pontífice, através da Bula Papal”. O Brasil Colônia não criou instituições de ensino superior até o início de XIX, os únicos estudantes que conseguiam uma graduação nesta época eram os membros da elite brasileira que dirigiam-se à Universidade de Coimbra, em Portugal. De acordo com Ghirakdeki Júnior (2009), apenas com a vinda da corte portuguesa em 1808, houve abertura de cursos superiores. Como exemplo, temos a fundação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920 que reunia universidades que já existiam.

## **Governo Getúlio Vargas (1930-1945)**

Em 1931 fundou-se o Ministério da Educação e Saúde e foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, que vigorou até 1961. Soares et al (2002, p.27), discorrem sobre ele:

A universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica.

Uma das grandes contribuições de Getúlio Vargas para a época foi a constituição de 1934, onde ficou estabelecido que a educação passasse a ser um direito para todos os brasileiros e seria disponibilizada pelo governo e família.

E, na segunda Constituição publicada em 1937, foi estabelecido um ponto que teve grande influência na educação até os dias atuais, o ensino poderia ser ofertado tanto por instituições públicas quanto por instituições privadas.

## **As instituições de ensino superior privadas no Brasil**

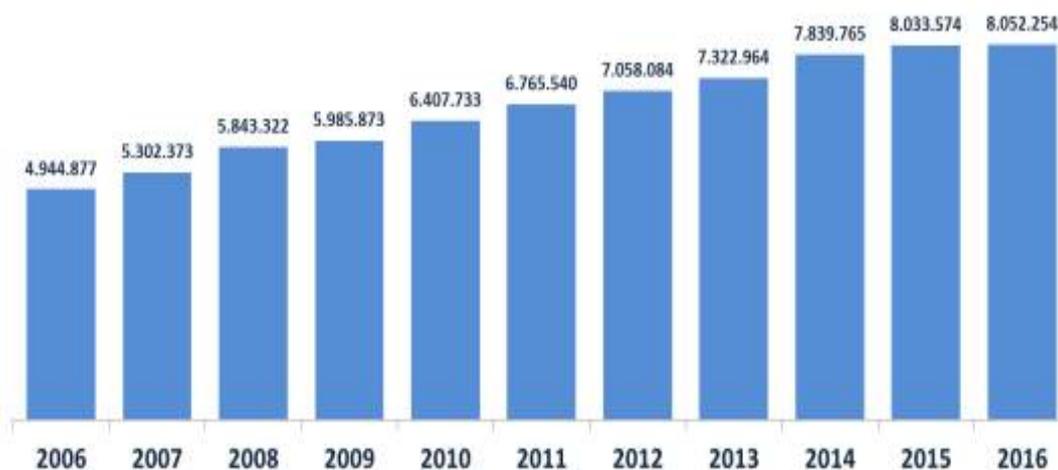
O ensino superior privado no Brasil possui dois grandes marcos: a constituição de 1981-possibilidade de abertura- e a de 1988- manutenção do ensino superior em aberto para as instituições privadas se estas fossem subordinadas às normas gerais da educação e avaliação do setor público. Segundo Corbucci, Kubota e Meira (2016, p. 91), "O boom expansionista do setor privado ocorreu no período

1997-2003, quando então houve crescimento de 132% das matrículas em cursos de graduação presenciais. O crescimento anual das matrículas nesse período oscilou entre 11,4% e 17,5%.". Desde então o setor avançou em questão de ensino e estrutura, como mostra Pati (2019), ao nomear com a melhor avaliação do Ministério da Educação (MEC), a Fundação Getúlio Vargas.

## Expansão do número de vagas em instituições de ensino superior no Brasil

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2016, [on-line]), "Em 2016, 34.366 cursos de graduação foram ofertados em 2.407 instituições de educação superior (IES) no Brasil, para um total de 8.052.254 estudantes matriculados". As matrículas entre 2006 a 2016 aumentaram em 62,8% (5% anuais). Em 2016, foram oferecidas mais de 10,6 milhões de vagas em cursos de graduação. 73,8% de vagas novas e 26,0%, de remanescentes.

**Gráfico 1- Número de matrículas na educação superior (graduação e sequencial) - Brasil 2006-2016**



Fonte: INEP (2016)

Também em 2016, os alunos que ingressaram em instituições de ensino, segundo o INEP, representaram um total de três milhões. 82,3% desse total foram de instituições privadas.

**Tabela 1- Número de vagas de cursos de graduação, por tipo de vagas e categoria administrativa - Brasil – 2016**

Categoria Administrativa	Vagas de Cursos de Graduação			
	Total Geral de Vagas	Vagas Novas Oferecidas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes
<b>Total Geral</b>	<b>10.662.501</b>	<b>7.873.702</b>	<b>19.302</b>	<b>2.769.497</b>
<b>Pública</b>	<b>750.850</b>	<b>572.122</b>	<b>12.065</b>	<b>166.663</b>
Federal	453.859	333.900	5.723	114.236
Estadual	205.173	170.485	5.693	28.995
Municipal	91.818	67.737	649	23.432
<b>Privada</b>	<b>9.911.651</b>	<b>7.301.580</b>	<b>7.237</b>	<b>2.602.834</b>

Fonte: INEP (2016)

## Números de vagas na educação superior de Ponta Grossa/PR

Nas últimas cinco décadas, foi possível ver o crescimento pela procura de qualificação. Cursos tradicionais como Administração, Pedagogia, Engenharia Civil, Direito e Agronomia possuem uma quantidade maior de vagas em relação aos demais, porém a diversificação de cursos é crescente no município de Ponta Grossa. Os pontos de partida foram dados nos anos de 1970 –inauguração Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 1ª da cidade- e 1988 - Faculdade Cristo Rei, primeira particular. O ano de 2001 iniciou o grande crescimento da oferta de vagas para graduação na região, sendo em 2016, o pico da procura até agora.

## Índice de qualidade dos cursos na região de Ponta Grossa/PR

Em 2007, o Ministério de Educação criou o e-MEC, uma tramitação dos processos de regulamentação que, pela internet, viabiliza a busca por autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Essa tramitação leva em consideração o conjunto fatores mencionado por Oliveira (2014) como o bem-estar individual, formação, infraestrutura, corpo docente e relações interpessoais. As notas instituídas pelo MEC para as IES (Instituições de Ensino Superior) de Ponta Grossa

ficam entre 3, 4, e 5. São avaliados três fatores: os cursos, a instituição e o desempenho dos alunos. Nota 3, IES: Regulares; Nota 4 e 5, IES: Excelentes.

## METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa foram utilizados dados do site e-MEC que de acordo com o Ministério da Educação,

[...] Foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o recredenciamento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Em funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente.

Para este trabalho, de acordo com seus objetivos, foi utilizada a pesquisa exploratória. Frente a isso, Prodanov e Freitas (2013, p.51-52) classificam a pesquisa exploratória como:

Quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto.

Quanto à natureza desta pesquisa classifica-se com básica que, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.51) “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”.

Quanto à abordagem do problema esta pesquisa se enquadra na quantitativa, onde Brasileiro (2013, p.49) afirma que este tipo de pesquisa “tem o intuito de expressar fatos, informações, dados e opiniões em medidas numéricas”.

Quanto aos procedimentos, optou-se pela pesquisa documental que “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc”. (FONSECA, 2002, p. 32).

Esta pesquisa classifica-se desta forma, pois foram feitas análises nos dados disponíveis no site do e-MEC que ainda não tinham sido utilizados em trabalhos acadêmicos, de forma que conseguíssemos cumprir os objetivos específicos estabelecidos nesta pesquisa.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Os resultados obtidos nesta pesquisa tiveram como base análise de oito instituições de ensino superior existentes na cidade de Ponta Grossa/PR, tendo como modalidade cursos presenciais.

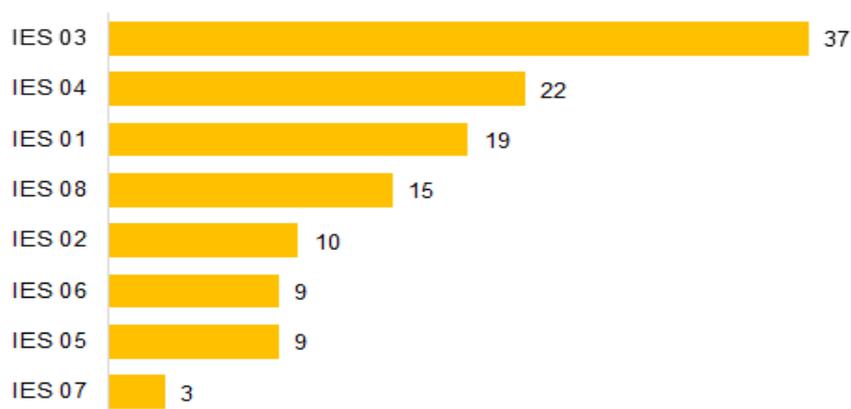
### **Disponibilidades de cursos**

Os dados obtidos foram coletados através do portal do Ministério da Educação, no sistema e-MEC, o que por sua vez, possui uma regulamentação. Portaria normativa 21<sup>o</sup> de 21/12/2017. (E-MEC, 2017)

O Gráfico 2 apresenta a relação de quantidade de cursos. Estas 8 instituições de ensino possuem uma classificação, IES (Instituições de ensino superior) sendo também, uma classificação numérica de 01 a 08.

Observando a instituição IES 03 corresponde a 37 cursos, tendo a maior diversificação de cursos. E a IES 07 representa um total de 3 cursos apresentando a menor oferta de cursos

**Gráfico 2 - Quantidade de cursos ofertados nas instituições de ensino superior**

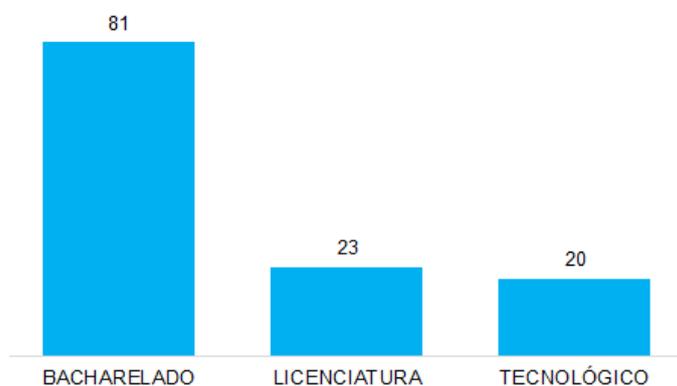


Fonte: e-MEC (2019)

## Tipologias dos cursos das faculdades e universidades

No Gráfico 3, quanto à tipologia presente dentre os cursos estudados apresenta 3 modalidades, sendo bacharel, licenciatura e tecnológico. Em que se apresenta um maior destaque a modalidade bacharel com um total de 81 cursos.

**Gráfico 3 - Modalidade de cursos ofertados**



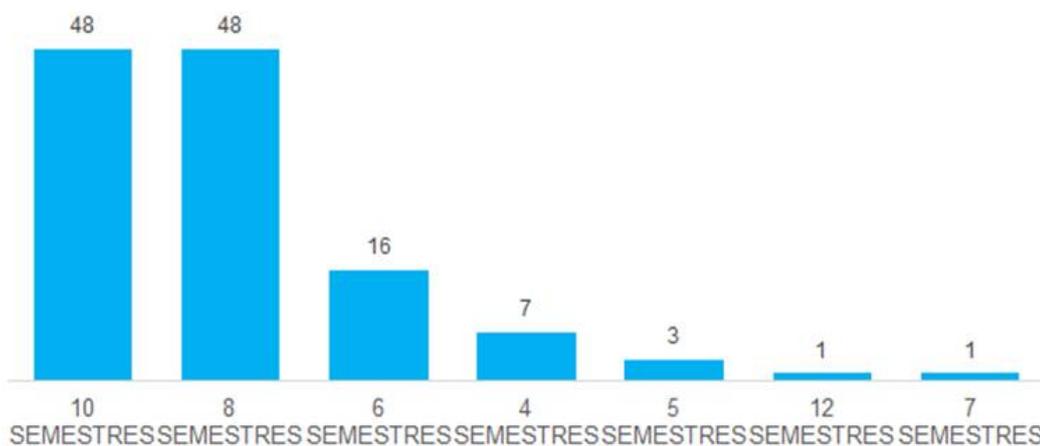
Fonte: e-MEC (2019)

## Quantidades de cursos de acordo com a duração da grade curricular.

Em relação à quantidade de cursos, de acordo com a duração dos mesmos, no Gráfico 4 observa-se que há uma maior oferta de cursos com duração de 10

semestres, o que corresponde a 5 anos, com total de 48 cursos e de 8 semestres o que representa 4 anos com total de 48 cursos.

**Gráfico 4 - Quantidade de cursos de acordo com a duração.**

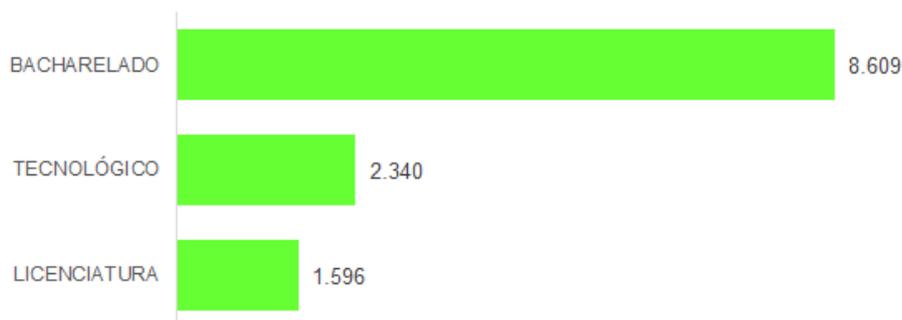


Fonte: e-MEC (2019)

## Vagas x tipologia

No gráfico 5, está presente a quantidade de vagas disponíveis de acordo com a tipologia de cursos, bacharel, licenciatura e tecnológico e, de acordo com a pesquisa, o tipo que mais apresenta vagas disponíveis nas instituições de ensino estudadas é a modalidade de bacharel com um total de 8.609 vagas disponíveis.

**Gráfico 5 - Quantidade de vagas disponíveis de acordo com a tipologia dos cursos**

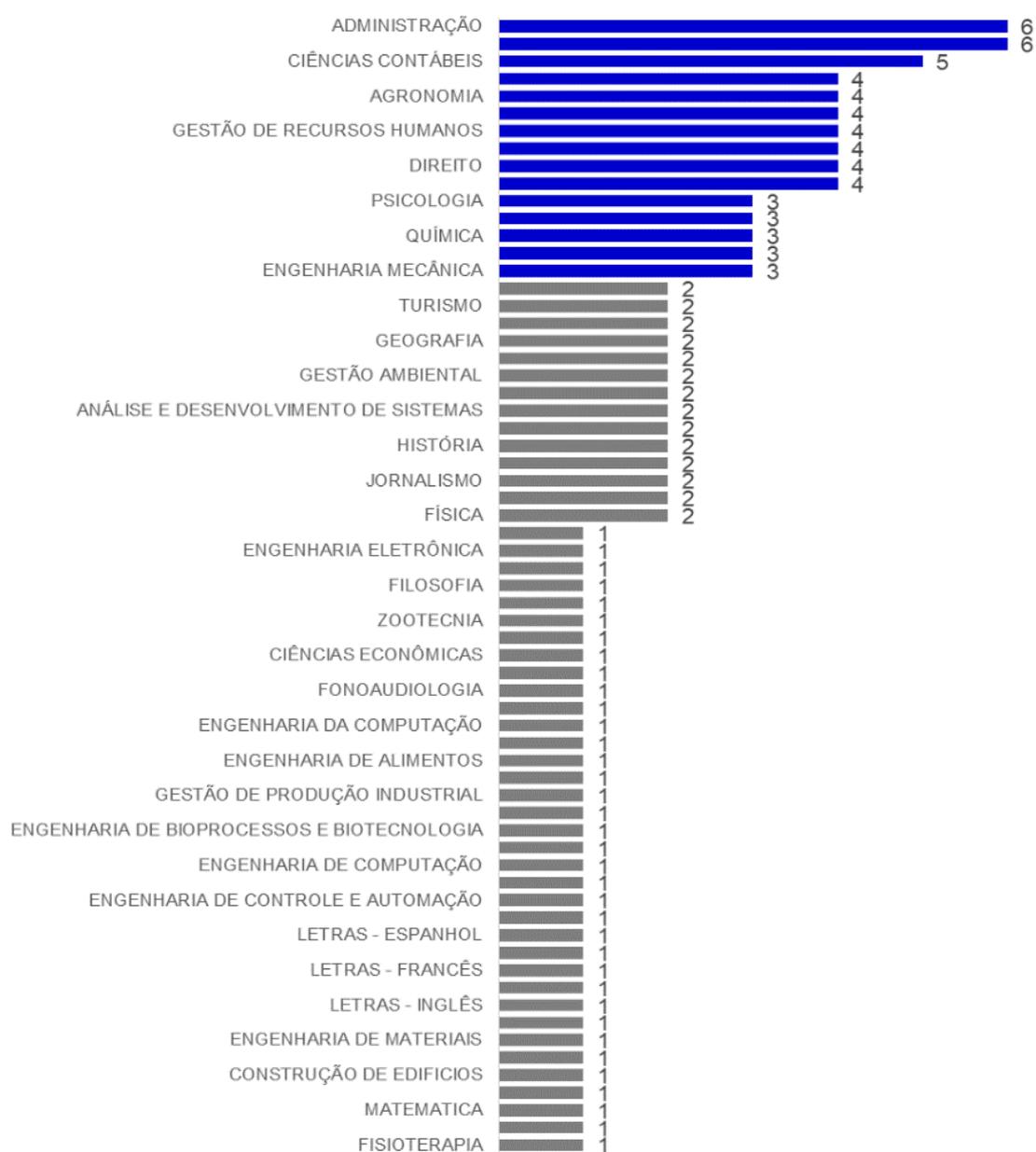


Fonte: e-MEC (2019)

## Ofertas de cursos

No Gráfico 6, observa-se dentre as instituições de ensino estudadas quais são os cursos existentes e quantas instituições de ensino disponibilizam os mesmos. Administração, por exemplo, é disponibilizado em seis instituições de ensino superior, já em contrapartida, o curso de Zootecnia é disponibilizado em apenas uma instituição.

**Gráfico 6 - Oferta por curso**

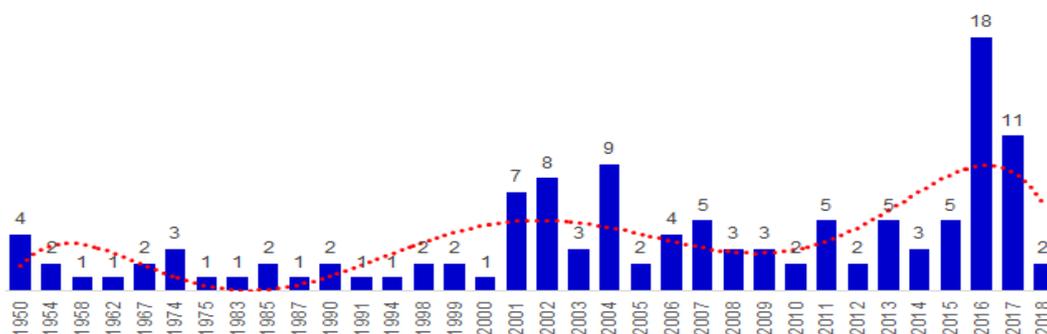


Fonte: e-MEC (2019)

## Índices de crescimento dos cursos superiores da cidade de Ponta Grossa/PR.

No Gráfico 7, foi feita uma análise desde do ano de 1950 até 2018 para visualizar a quantidade de cursos que foram abertos neste período de tempo. Percebe-se que o ano que houve a maior abertura de cursos foi o ano de 2016 com um total de 18 novos cursos e, também, em 2017, ocorreu uma abertura de 11 novos cursos na cidade.

**Gráfico 7 - Crescimento dos cursos superiores ao longo dos anos na cidade de Ponta Grossa/PR**



Fonte: e-MEC (2019)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises das instituições de ensino superior presenciais da cidade de Ponta Grossa, objetivaram construir um melhor esclarecimento da diversificação de cursos e das modalidades aqui presentes. Tudo com base nos dados do portal do Ministério da Educação.

Em relação ao objetivo geral, foram analisadas oito instituições de ensino superior presenciais, o que permitiu verificar a disponibilidade de oferta de cursos e o crescimento da procura pelo ensino ao longo dos anos. Progressivamente, o mercado está exigindo a busca pela formação do capital intelectual, reunidos na junção de três

elementos essenciais para um perfil profissional adequado (conhecimento e facilidade de compreensão e execução).

Os dados coletados evidenciam que uma parcela da população local já compreendeu isso e busca meios para acompanhar as mudanças no cenário socioeconômico atual. Com isso, concluímos que a busca pela formação do capital intelectual se tornou essencial.

## REFERÊNCIAS

BRASILEIRO, A. M. M. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos**. 1 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

COELHO, C. **Conhecimento: o diferencial no mercado de trabalho**. Disponível em: <[http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe\\_artigo/708#](http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/708#)>. Acesso em: 30 mai. 2019.

CORBUCCI, P.R; KUBOTA, L.C; MEIRA, A.P.B. **Evolução da educação superior privada no Brasil da reforma universitária de 1968 à década de 2010**. Repositório do conhecimento do IPEA (Institute of Applied Economic Research), 2016.

E-MEC. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**. 2017. Disponível em: < <https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso: 31 mai.2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da educação brasileira**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). **Censo 2016: Educação superior**. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206)>. Acesso em: 30 mar. 2019.

MEC. **Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/e-mec-sp-257584288>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

OLIVEIRA, G. **Por que a escolha de uma boa universidade é fundamental para a vida.** Jornal PUC, 2014. Campinas, SP. Disponível em: <<http://jornal.puc-campinas.edu.br/por-que-escolha-de-uma-bo-a-universidade-e-fundamental-para-vida>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

PATI, C. As melhores faculdades e universidades particulares do Brasil. **Revista Exame**, São Paulo, p.25-26, 12 jan. 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/as-melhores-faculdades-e-universidades-particulares-do-brasil/>>. Acesso em: 13. mai. 2019.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C.D. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, A.A. **A importância do conhecimento.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/a-importancia-do-conhecimento/49020/>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

SOARES, M. **A educação superior no Brasil.** Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe, 2002.

SOUZA, R.J. D; OLIVEIRA, P.J.D; JUCÁ, M.C. **Cursos Superiores Tecnológicos no Brasil: Um avanço da educação superior no Brasil.** “X Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur”, Argentina, 2010.

UNISECAL. **Centro Universitário Santa Amélia.** Disponível em: <<http://unisecal.edu.br/sobre-nos/>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

**Universidade Estadual de Ponta Grossa.** Disponível em: <<https://portal.uepg.br/institucional/universidade/historico.php>>. Acesso em: 23 abr. 2019

## EXTERNALIDADES E OS DIREITOS DE PROPRIEDADE DE TERRAS INDÍGENAS: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO POVO INDIGENA XAVANTE

João Gomes Júnior

Flávia Lorena Brito

Cristiano Costa Pereira

*DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.175-188*

**Resumo:** A presente pesquisa, essencialmente bibliográfica, teve como objetivo, discorrer sobre os limites das áreas designadas como terras indígenas no Brasil e também sobre as relações mercantilistas e de consumo do povo indígena Xavante, além de apontar como o ensino técnico e superior podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social deste povo. Os indígenas ocupam e resinificam os espaços onde vivem e imprimem sua cultura e utilizam-se de recursos naturais como forma de sobrevivência. Todavia, destacam-se alguns fatores que acabam por não garantir efetivamente, aos indígenas, o direito de gerir suas terras, como exemplo: os desmatamentos ilegais, atividades agropecuárias no entorno das aldeias, exploração inadequada dos recursos da natureza. Nesse cenário, há que se pensar no fortalecimento de políticas que sejam eficazes e que de fato, garantam a integridade dessas terras, especialmente como uso sustentável.

**Palavras-chave:** Indígenas Xavante. Mercantilismo. Desenvolvimento econômico.

**Resumen:** La presente investigación, esencialmente bibliográfica, tuvo como objetivo, discurrir sobre los límites de las áreas designadas como tierras indígenas en Brasil y también sobre las relaciones mercantilistas y de consumo del pueblo indígena Xavante, además de apuntar cómo la enseñanza técnica y superior pueden contribuir al desarrollo económico y social de este pueblo. Los indígenas ocupan y resinifican los espacios donde viven e imprimen su cultura y se utilizan de recursos naturales como forma de supervivencia. Sin embargo, se destacan algunos factores que acaban por no garantizar efectivamente, a los indígenas, el derecho de gestionar sus tierras, como ejemplo: las deforestaciones ilegales, actividades agropecuarias en el entorno de las aldeas, explotación inadecuada de los recursos de la naturaleza. En este escenario, hay que pensar en el fortalecimiento de políticas que sean eficaces y que de hecho, garanticen la integridad de esas tierras, especialmente como uso sostenible.

**Palabras clave:** Indígenas Xavante. mercantilismo. Desarrollo económico.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa discorre sobre os limites das áreas designadas como terras indígenas no Brasil e também sobre as relações mercantilistas e de consumo do povo indígena Xavante, além de apontar como o ensino técnico e superior podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social deste povo. Os direitos perpétuos dos povos indígenas de acesso, uso, retirada, gestão da terra e recursos associados estão reconhecidos legalmente. “A alienação da terra é proibida, no entanto, o uso comercial de recursos florestais é permitido, mas o corte de árvores para venda requer aprovação da Assembleia Legislativa Nacional” (Brasil, 1991, p. 2). Os direitos sobre os recursos do subsolo só podem ser obtidos com a aprovação da Assembleia Legislativa Nacional e após consulta aos povos indígenas afetados diretamente em relação ao desenvolvimento econômico do comércio.

Os séculos XV a XVIII foram uma época de construção do império europeu, principalmente através da anexação das terras indígenas. Os portugueses colonizaram o Brasil em 1500. Durante os 300 anos de domínio, os portugueses exploraram muitos dos recursos naturais, incluindo madeira, terra, ouro e diamantes, os escravos, especialmente aqueles trazidos da África, compunha a maior parte da força de trabalho. Hoje no Brasil, existem dois tipos tradicionais de populações: indígenas e não indígenas. Embora sejam muito diferentes um do outro, eles têm algumas características comuns: ambas as populações compreendem centenas de comunidades diferentes espalhadas por todo o país e ambos desenvolveram conhecimentos essenciais para a conservação da biodiversidade (LEMA, 2003).

De acordo com Bergamaschi, Doebber e Brito (2018) as populações Indígenas que habitavam o Brasil antes da chegada dos portugueses não sabiam escrever, e nenhum relato colonial daquele tempo identifica quantas sociedades indígenas existiam na época. Estimativas sugerem uma população entre três e cinco milhões de pessoas que falavam por volta de 1300 diferentes línguas. Muitas dessas sociedades foram extintas durante o processo de colonização através da guerra, escravidão e doença. No final do século XVI, a população indígena era duas milhões pessoas. Em 2010, havia 246 sociedades indígenas falando 150 línguas diferentes. Cerca de 37% desses povos viviam em cidades e o restante em áreas rurais, das

quais apenas mais de 50% viviam em terras designadas como “indígenas”. Antes da colonização, os portugueses trataram os povos indígenas como seus parceiros de negócios com o comércio do “pau-brasil” (“brasil wood”, uma espécie arbórea que contém corante vermelho). Essas relações mudaram drasticamente após o estabelecimento do comércio.

De acordo com (Bergamaschil, Doebber e Brito 2018, p. 39) no Brasil:

A nova Constituição contempla o direito à educação escolar específica e diferenciada dos povos indígenas. No entanto, ações que de fato propiciem o ingresso de estudantes indígenas no ensino superior são mais recentes, instituídas desde o início da década de 1990 por meio de convênios entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e algumas instituições privadas e comunitárias. Desde 2004, o Programa Universidade para Todos (ProUni), do governo federal, também tem sido importante porta de entrada para instituições de ensino superior privadas.

Diante deste contexto, a problemática apresentada se concentra em evidenciar: Como os direitos fundiários dos povos indígenas estão cada dia mais ameaçados a partir de uma política neoliberal?

O presente artigo tem como objetivo identificar teorias relacionadas às terras indígenas no desenvolvimento econômico da sociedade. A pesquisa será conduzida utilizando-se dos recursos de uma revisão bibliográfica. Para melhor compreensão do objeto a pesquisa adotará a abordagem qualitativa que se configura como um processo de reflexão e análise da realidade dos índios xavantes. O presente trabalho será uma pesquisa bibliográfica e exploratória, a partir de buscas em livros, artigos e publicações disponíveis, bem como legislação pertinente.

## **CONSUMO, EXTRATIVISMO E COMÉRCIO**

Ao discutir aspectos de consumo nos dias atuais é fundamental compreender que se trata de um processo sociocultural em que se tem como foco a apropriação e o uso dos produtos, sendo uma área conceitual de suma relevância para as ciências sociais e humanas recentes. Isso se dá em virtude das profundas transformações e transações de mercado com novas características como a acumulação flexível do capital, meios de comunicação em massa, propagandas para incorporar novos conceitos e necessidades e propensões sociais e psicológicas (GIDDENS, 2001).

Bauman (2008, p. 45) aborda o consumo e suas relações em seu livro “Vida para consumo: as transformações das pessoas em mercadorias” examinando a sociedade contemporânea, enfatizando uma problemática na qual ele resume a transformação dos indivíduos em mercadorias, conduzindo a uma situação em que as pessoas buscam de maneira desenfreada a mídia, moda, grupos sociais, para serem notadas. Nesse sentido, por meio desse consumo, observa-se um significativo impacto na vida de todos.

Nessa direção cabe citar Beck, (Giddens e Lash, 1997, p.47) e sua teoria da modernidade reflexiva destacando a “autoreflexividade societária, a monitoração social e os movimentos sociais; a modernidade reflexiva é auto-confrontação”. Tal argumentação se baseia no ato de autodestruição criado pela sociedade moderna, demandando cada vez mais modernidade radical contra a sociedade industrial clássica.

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em sua extensibilidade quanto em sua intensidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intensionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana (GIDDENS, 2001, p. 10).

É nesta perspectiva que se observa a grande influência do consumo e dos modos de vida pautados nos princípios do mercantilismo agregando valores, vantagens e lucratividade não somente em objetos e serviços, mas também às pessoas e relações humanas (GIDDENS, 2001).

Para entender tal problemática é necessário compreender alguns aspectos relacionados ao capitalismo de consumo, um termo que foi continuamente redefinido desde sua introdução na cultura popular nos anos 1920, quando a indústria de relações públicas se tornou onipresente e usou técnicas derivadas da psicologia e da sociologia para os bens de consumo do mercado de massa. Comumente esse termo refere-se à ideia de que consumo impulsiona a economia capitalista por meio da manipulação corporativa do consumidor para comprar e continuar adquirindo bens materiais (SILVA, 2017).

Todo o arcabouço capitalista do consumidor se baseia na ideia de que o valor de um produto é determinado pelo desejo do indivíduo, independentemente da

necessidade real do produto. Por exemplo, o consumidor pode pensar que ele quer ou precisa de um produto e, enquanto esse desejo for mantido, o valor do produto continuará a aumentar. O capitalismo do consumo funciona no paradigma econômico básico de oferta e demanda, mas sem considerar o valor intrínseco de um produto (SILVA, 2017).

O capitalismo de consumo refere-se à manipulação dos consumidores para comprar um produto com base em seu desejo por ele, em vez de uma necessidade real de bem ou serviço. Tal situação ocorre em grande escala e envolve uma técnica conhecida como marketing de massa e os beneficiários do capitalismo de consumo são os vendedores. A obra intitulada "*The Wealth of Nations*", de Adam Smith, estabelece os princípios fundamentais do capitalismo de consumo. Curiosamente, de acordo com um dos fundadores de relações públicas chamado Edward Bernays, o capitalismo de consumo era necessário e ele considerou ser importante para alcançar sociedades democráticas estruturadas (*apud* GIDDENS, 2001).

O capitalismo é uma grande e formidável máquina de desejos. Suas engrenagens servem para manipular a libido de modo que a oriente sempre para si próprias, em um processo de feedback positivo, uma retroalimentação. Todavia, quem diria que uma máquina tão aparentemente perfeita teria vazamentos. Este é o problema: nenhuma máquina humana é perfeita, pois exigiria que fosse construída por seres que saibam o que é a perfeição. E nestes momentos, nossa finitude possibilita a realização de pequenos milagres, por intermédio dos fluxos libidinais que extravasam da corrente capitalista. São pequenas gotas desviadas, tão ínfimas que quase não danificam o funcionamento mecânico (SANCHES, 2017, p. 214).

Nesse contexto destaca-se a importância de se entender a engrenagem do capitalismo, que conseqüentemente influencia nos processos de produção e consumo. Os valores culturais tradicionais da sociedade ocidental estão se degenerando sob as influências da política corporativa, a comercialização da cultura e o impacto dos meios de comunicação de massa. A sociedade está despertando de seu fascínio pelo entretenimento televisivo para se ver despojada da tradição, controlada por uma estrutura de poder opressiva e vinculada às obrigações de crédito de um sonho americano extinto (GIDDENS, 2001).

O consumismo é o mito de que o indivíduo será gratificado e integrado pelo consumo. Assim, o público fetichistamente substitui os ideais do consumidor pelas experiências aculturadas perdidas da arte, religião e família. O consumidor sublima o desejo de realização cultural para as recompensas de comprar e possuir mercadorias,

e substitui as ondulações manipuladas pela mídia na persona pública para o renascimento espiritual. No mito do consumismo, não há renascimento ou renovação. E não há símbolos icônicos para evocar verdades transcendentais (HINZ e AOKI, 2013).

Nesse contexto, enquanto o consumismo oferece o objetivo tangível de possuir um produto, ele não tem o cumprimento de outras mitologias culturais. O consumismo oferece apenas gratificação do ego a curto prazo para aqueles que podem pagar o luxo e a frustração para aqueles que não podem. Existe como um sistema incompleto e inadequado de valores que substitui uma herança cultural em declínio (SANCHES, 2007).

Em sua trama dúbia para estrangular o público, a política corporativa pressupõe apenas a exploração interessada do mercado consumidor e dos recursos ambientais. As prioridades corporativas e a ética comercial não são intrinsecamente humanitárias ou ecologicamente sensíveis. Dentro da hierarquia corporativa, o empregado assalariado não possui os incentivos do capitalista empreendedor. “A ética humanitária associada às pequenas empresas (a obrigação do proprietário para com seus clientes) é perdida. O consumidor não é mais atraído pela concorrência de pequenas empresas”. A pequena empresa foi bloqueada pelo capitalista corporativo para garantir menos concorrência e maior lucro (SILVA, 2017, p. 9).

De acordo com Araújo, (França e Rocha, 2017) no capitalismo corporativo (monopolista), o consumidor é um alvo - ele é influenciado. Os interesses de controle mercantilizam a cultura e a vendem para um público desmamado da publicidade na mídia. A seleção é reduzida, não ao que o público quer, mas ao que ela aceitará com um lucro maior para o acionista. Isso inclui a disponibilidade e a variedade de commodities, bem como sua qualidade. As escolhas e liberdades são limitadas pela política corporativa e à medida que se acostumam com a vida em torno do aparelho de televisão, a escolha é reduzida ao nome da marca, sacrificando o autoconhecimento pelo consumismo.

As inclusões ocorridas no mercado de consumo foram expostas sem controle e sem se atentar para a realidade do porvir dessas pessoas; notava-se que a preocupação nessa relação era com o presente dessas pessoas, o que importava era vê-las satisfeitas em possuir algo que representasse uma conquista. De início as ideias podem ter parecidas inclusivas e boas, porém, a inclusão na sociedade de consumo traz grandes implicações e desafios,

sem dizer, as consequências são negativas e com várias frustrações (ARAÚJO, FRANÇA & ROCHA, 2017, p. 7).

De acordo com os autores com toda esta análise acerca do capitalismo do consumo, é possível observar como tal ideologia tem influência na vida das pessoas e nas relações, as quais passam todas a terem cunho comercial, transformando os valores em capital, lucratividade e busca pelo ter.

Nessa premissa, ao se pensar nas relações capitalistas, vem à tona um termo que também tem grande relevância no processo: o mercantilismo, sendo este visto como a transição do sistema econômico caminhando para o capitalismo, trata-se do principal sistema econômico de comércio utilizado do século XVI ao XVIII. Os teóricos mercantilistas acreditavam que a quantidade de riqueza no mundo era estática, levando as nações europeias a buscarem meios de acumular riquezas para aumentar o poder de uma nação. Acreditava-se que a força nacional poderia ser maximizada limitando as importações e maximizando as exportações (DEYRON, 2009).

O mercantilismo foi popularizado na Europa durante os anos 1500 sendo um sistema que se baseava no entendimento de que a riqueza e o poder de uma nação eram melhor servidos aumentando as exportações e coletando metais preciosos, como ouro e prata. O mercantilismo substituiu o sistema econômico mais antigo e feudal na Europa Ocidental, levando a uma das primeiras ocorrências de supervisão e controle político sobre uma economia. Na época, a “Inglaterra, o centro do Império Britânico, era pequena e continha relativamente poucos recursos naturais”. Assim, para aumentar sua riqueza, a Inglaterra introduzida foi pensada para aumentar a riqueza nacional, incluindo a Lei de Açúcar e atos de navegação, para mover colonos longe de produtos estrangeiros e criar mais um incentivo para a compra (DEYRON, 2009, p. 14).

Uma noção por trás do mercantilismo é que a saúde econômica de uma nação poderia ser avaliada pela quantidade de metais preciosos, ouro ou prata que possuía. O sistema defendia que cada nação se esforçasse para ser economicamente autossuficiente, o que significava que a nação teria que aumentar a produção doméstica e construir novas casas e indústrias. Defensores do mercantilismo também viram que a agricultura era importante e deveria ser promovida para que uma nação pudesse reduzir a necessidade de importar alimentos. Eles sugeriram que um Estado-nação forte precisava de colônias e de uma frota mercante, ambas as quais poderiam

fornecer mercados adicionais para bens e matérias-primas. “Os mercantilistas também acreditavam que uma grande população era parte integrante da força de trabalho doméstica de uma nação” (RIOS, 1972, p. 6).

Ainda este autor explica que o mercantilismo impediu o crescimento econômico global, levando os produtores a se especializar em bens e serviços que não levam em conta a vantagem comparativa. De uma perspectiva econômica, o mercantilismo promove a superprodução de bens que carregam. Por exemplo, se as restrições ao comércio impedirem um país com mão-de-obra altamente qualificada de importar roupas, as empresas poderão desviar recursos para sua produção. Essa roupa é relativamente cara de produzir devido aos altos salários exigidos por uma força de trabalho qualificada. Os retornos do vestuário de alto custo serão menores do que os retornos de um conjunto de atividades mais apropriado. O crescimento econômico é atenuado para o país com as restrições comerciais, e outro país com mão-de-obra pouco qualificada perde um importante mercado potencial para seus produtos, levando a um menor crescimento também.

Outro ponto a ser considerado nesta problemática é o livre comércio e suas vantagens para o mercantilismo já que ele oferece várias vantagens sobre o mercantilismo para indivíduos, empresas e nações. Em um sistema de livre comércio, os indivíduos se beneficiam de uma maior escolha de bens para compra a preços acessíveis. O mercantilismo restringe as importações, o que reduz as escolhas disponíveis para os consumidores no mercado. Menos importações significam menos concorrência e, portanto, preços mais altos (SUPRIYAK, 2009).

Além disso, sob um sistema de livre comércio, as nações são mais prósperas porque não estão engajadas em um jogo de soma zero. Durante os anos em que o mercantilismo era o principal sistema econômico, os países estavam engajados em uma guerra quase constante. O mercantilismo encorajou as nações a lutar por recursos escassos em vez de encontrar maneiras de se engajar em relações comerciais mutuamente benéficas (DEYRON, 2009).

O economista Adam Smith, que é amplamente considerado o pai da economia moderna, argumentou que o livre comércio permite que as empresas se especializem na produção dos bens que fabricam com mais eficiência. A produção especializada leva a economias de escala que, por sua vez, levam a maior produtividade e crescimento econômico. Em um sistema de livre comércio, as empresas têm

incentivos para serem inovadoras. Ao criar produtos mais úteis, melhores sistemas de produção e distribuição e operações mais eficientes, as empresas podem crescer e prosperar (*apud* SUPRIYAK, 2009, p. 16).

Hoje, o mercantilismo é considerado uma filosofia ultrapassada. No entanto, ainda existem barreiras ao comércio para proteger as indústrias tradicionalmente estabelecidas. Por exemplo, os Estados Unidos adotaram uma política comercial protecionista em relação ao Japão no período pós-guerra e negociaram restrições voluntárias de exportação com o governo japonês, o que limitou a quantidade de exportações japonesas para os Estados Unidos (SUPRIYAK, 2009).

## **Breve discussão acerca da relação de terras indígenas e as IES- Instituições de Ensino Superior: política de afirmação**

Tendo em vista os sujeitos que constituem o foco deste artigo, é pertinente o estabelecimento das relações entre o assunto ora em discussão e as questões econômicas referentes aos povos indígenas. É importante destacar que estes foram fortemente afetados por inúmeras mudanças. Nas relações mercantilistas os povos indígenas foram explorados e até dizimados pela busca de riquezas em suas terras, tornando-os escravos e acabando com sua forma de vida em comunidade. E, ainda a relevância de se tratar das IES “Atualmente, o ingresso de indígenas no ensino superior público tem maior impacto por meio de ações em dois segmentos: a constituição de cursos específicos, como o Programa de Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind), criado pelo Ministério da Educação (MEC)” (ARAÚJO, FRANÇA e ROCHA, 2017, p. 39).

Para Ezcurra (2013) as terras indígenas foram devastadas, exploradas e transformadas para que os brancos pudessem manter suas relações mercantis, assim destaca-se que todo processo econômico indígena foi modificado. Após a transição do modelo mercantil para o capitalismo, os indígenas também foram afetados, já que eles se inseriram em um mundo capitalista que nem mesmo conheciam. “A invasão, ocupação e exploração do solo brasileiro foram e são determinantes para as transformações radicais que os povos originários passam no decorrer de cinco séculos” (SILVA, 2018, p. 481).

Em sua cultura os indígenas sempre valorizaram o extrativismo, agricultura e produção, porém, sem cunho lucrativo, já que todos os membros usufruíam das riquezas e dos bens de maneira igualitária. Atualmente, vê-se que boa parte dos povos, em especial os Xavantes, já estão inseridos no mundo capitalista. Mesmo nas aldeias, em que tem suas práticas de agricultura e extrativismo, são reféns do dinheiro e dependem em grande parte dos bens de consumo adquiridos fora da aldeia por meio de relações comerciais (SILVA, 2018).

Para a autora, eles vivem inseridos nesta realidade, trabalhando para garantir seu sustento, consumindo bens e serviços fora da aldeia e integrados em uma cultura capitalista. Contudo, é importante destacar que, embora mantenham estas relações capitalistas com os brancos, entre eles na aldeia ainda se mantém uma divisão igualitária dos bens, ainda buscam dividir as riquezas entre todos e manter sua cultura em seu ambiente (SILVA, 2018).

Até recentemente, apenas uma pequena minoria da população, principalmente a elite branca, poderia aspirar a uma universidade. Esse fato pode ter contribuído para as desigualdades de renda Brasil. O país se classifica perto da parte inferior do índice internacional de Gini, que mede a distribuição de riqueza dentro dos países. A característica de elite do ensino superior público brasileiro também influenciou o debate sobre ação afirmativa, aumentando a pressão sobre o setor público, em particular, para expandir o acesso a grupos tradicionalmente sub-representados, como no caso a população indígena (GOROSTIAGA e TELLO, 2011).

No Brasil o marco importante em relação ao acesso dos índios às IES, foi a partir da promulgação da “Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, intitulada Lei de Cotas, encerra a discussão quanto ao mérito da implantação de mecanismos de acesso e permanência de alunos autodeclarados negros e índios nas universidades federais brasileiras, instituindo o caráter obrigatório da adoção de tais políticas, que, anteriormente, dependiam da iniciativa de cada instituição” (BERGAMASCHII, DOEBBER e BRITO, 2018, p. 40).

Existe nesse contexto, a relevância de se oferecer apoio no processo de ingresso às IES pelas comunidades indígenas “[...] se o acesso se dá de forma diferenciada, as condições de permanência têm que ser adequadas para os que ingressarem” (Paulino, 2008, p. 148). Desde 2013 que o MEC oferece o programa de bolsa universitária no dobro do valor, desde então os estudantes indígenas passaram

a ter direito a uma bolsa diferenciada, sendo o dobro do valor da bolsa dos demais estudantes, o que se justifica em “decorrência das especificidades desses estudantes com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal” (BRASIL, 2013, p. 12).

O direito à terra e aos territórios indígenas precisam ser garantidos e embora ainda haja fragilidades nesse aspecto, é importante ressaltar que a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 231 preconiza que “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988).

Ainda na Constituição, fica claro que as terras indígenas são de direito permanente e devem ser utilizadas para suas necessidades, cabendo a eles o usufruto exclusivo dos recursos naturais e riquezas da terra. Além disso, por serem donos da terra, não podem ser retirados de suas aldeias ou terem suas terras ocupadas.

Brito e Barbosa (2015, p. 6) citam ainda a “Lei Federal nº 12.593/12 que institui um Plano Plurianual de Proteção e Promoção dos Povos Indígenas (PPA) e também o decreto 7.747/12” que institui a política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI). Todas estas normas e leis reconhecem a necessidade de conservar as terras indígenas e seus bens ambientais. Dessa forma é preciso pensar em como esses direitos são garantidos e como são organizadas as políticas voltadas aos povos indígenas. Assim, é possível entender algumas questões que envolvem a gestão territorial das terras indígenas e algumas fragilidades encontradas na aplicação da lei.

As terras indígenas são atualmente distribuídas por meio de políticas públicas que visam garantir os direitos territoriais dos povos indígenas. Dessa forma a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) junto ao Ministério do Meio Ambiente implementaram o Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PGTAs) (FUNAI, 2013).

Embora existam políticas que visem esta gestão territorial, ainda é escasso os estudos tangentes a essa temática, e por isso enseja um olhar amplo, já que não

se trata apenas de delimitar, mas sim de pensar em como essa delimitação acontece, tendo em vista que muitas vezes a disputa territorial entre índios e não índios culmina em conflitos e até mesmo em mortes (Silveira, 2015). Portanto, “[...] em que pesem a discussão e as experiências em gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas no Brasil ocorrerem há muitos anos, existem ainda poucas publicações sobre esta temática” (SOUZA e ALMEIDA, 2015, p. 270).

Brito e Barbosa (2015) sinalizam sobre a importância de compreender que além de sofrerem com a dificuldade na delimitação territorial, os povos indígenas têm que lidar com constantes prejuízos ambientais em virtude de desmatamento, queimadas, instalações clandestinas de madeireiras no entorno de suas aldeias, conduzindo a uma grave degradação ambiental que influencia diretamente nos modos de vida indígenas.

## CONCLUSÃO

A crítica aqui apresentada se refere às preocupações com os direitos dos povos indígenas que estão crescendo em todo o território brasileiro. Muitos países têm lutado com essa questão enquanto o Brasil, já nos anos 80, criou soluções importantes que têm resultados positivos.

O artigo mostrou que a história do desenvolvimento brasileiro é caracterizada pela ocupação da terra, principalmente das terras de populações indígenas que fez com que estas fossem dizimadas em grandes quantidades até a metade do século passado. Essa é a principal razão para os mecanismos institucionais desenvolvidos até o século XXI, para lidar com a garantia de terras aos povos indígenas no Brasil, porém, ainda com essa legislação, é frágil quanto incipiente o direito desta população. Um corpo enorme de direito constitucional, direito da terra, direito da propriedade civil, direito ambiental e lei de planejamento, operando em nível nacional, estadual e local, rege as relações com a terra pelas instituições fundiárias no Brasil.

As políticas de ação afirmativa fazem parte de tendências mais amplas na política de educação superior em todo o mundo. Nesse contexto, as instituições e os governos enfrentam pressão para responder às demandas frequentemente, tais

como: criar uma força de trabalho globalizada que podem competir na economia do conhecimento e demandas sociais por educação superior como mecanismo de mobilidade ascendente. As políticas de ação afirmativa para índios, buscam garantir o acesso ao ensino superior como meio de alcançar objetivos mais amplos de igualdade social. No entanto, a capacidade de tal política para efetuar as mudanças desejadas, na ausência de outras medidas que melhoraram o acesso à educação de qualidade nos níveis primário e secundário, é o assunto que merece estudos aprofundados.

## REFERÊNCIAS

Araujo, L. E. B., FRANÇA, J. S. M., & ROCHA, M. C. A (2017). Sociedade da Informação E Seus Reflexos Ao Consumismo. In: Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede.

Bauman, S. (2008) Trabalho, consumo e novos pobres. Barcelona: Gedissa.

Beck, U. G, A., & Lash, S. (1997) Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna. Madri Aliança Universitária.

Brasil. Projeto de lei nº 2057 de 1991. Dispõe sobre Estatuto das Sociedades Indígenas. Diário Oficial do Congresso Nacional, Poder Legislativo. Brasília, 09 nov.

Brasil. (2013) Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 maio.

Brito, A. L. C. (2015). A gestão ambiental das terras indígenas e de seus recursos naturais: fundamentos jurídicos, limites e desafios. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.12, n.24, p.97-123.

Deyron, P. (2009). O Mercantilismo. São Paulo: Perspectiva.

Ezcurra, A. (2013). Igualdade no ensino superior: um desafio global. As revistas: Universidade Nacional do General Sarmiento, Buenos Aires: IEC-CONADU.

Giddens, A. (2001) Consequências da modernidade, Madri, Alianza. (Seleção) Barcelona, Paidós.

Gorostiaga, J., & Tello, C. (2011) Globalização e reforma educacional na América Latina: uma análise intertextual. Revista Brasileira de Educação, v.16, n ° 47. pp.366

Hinz, G., & Aoki, Y. S. (2013). O mundo do consumo: do consumismo para um consumo consciente. Paraná: Cadernos PDE.

Lema, F. (2003). A construção da sociedade do conhecimento na América Latina. A diáspora do conhecimento. *Estudos Avançados Interpessoais*. Disponível em: [http://lauca2.usach.cl/revistaidea/html/revista%205/pdf/Fernando\\_lemma.pdf](http://lauca2.usach.cl/revistaidea/html/revista%205/pdf/Fernando_lemma.pdf)

Mancebo, D et al. (2002). Consumo e subjetividade: trajetórias teóricas. *Estudos de Psicologia*, 7(2), 325-332.

Paulino, M. M. (2008). Povos indígenas e ações afirmativas: o caso do Paraná. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Rios, J. A. (1972). A tradição mercantilista na formação Brasileira. *Revista brasileira de Economia*. Rio de Janeiro.

Sanches, E. G. F. (2017). O capitalismo é também uma máquina imperfeita: uma breve reflexão sobre a axiomatização do capital. *Diaphonía*, e-ISSN 2446-7413, v. 3, n. 1.

Silva, M. B. O. (2017). Capitalismo e consumismo: os desafios do consumo sustentável na sociedade contemporânea. *Revista da AJURIS – Porto Alegre*, v. 44, n. 143, Dezembro.

Silva, E. C. A. (2018). Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, p. 480-500, set./dez.

Silveira, F. L. (2015). Tradições e propriedade da terra em processos de demarcação de terras indígenas. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC.

Sousa, C., & Almeida, F. (2015). Gestão territorial em terras indígenas no Brasil. *Série Via dos Saberes* n. 6. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/ Unesco.

Supriyak, C E. (2009). Moeda, Tesouro e Riqueza: Uma Anatomia Conceitual do Mercantilismo Britânico do Início do Século 17. *Est. econ.*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 571-596, jul-set.

Villas-Bôas, H. C. (2005). Mineração em terras indígenas: a procura de um marco legal. Rio de Janeiro: CETEM, 188 p.

# MODAL RODOVIÁRIO COMO VALOR ESTRATÉGICO PARA OS NEGÓCIOS: CARACTERÍSTICAS, TENDÊNCIAS E OS DESAFIOS DA DISTRIBUIÇÃO LOGÍSTICA

Mallú de Mendonça Barros  
Sandra Pereira Ramos

*DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.189-202*

**Resumo:** Este artigo aborda as estratégias do modal rodoviário aplicado na logística no transporte de cargas fracionadas no Brasil, a partir da enumeração dos principais atributos adotados neste que é o principal tipo de modalidade logística no país. Como atendimento do objetivo geral esse estudo visa apresentar as influências históricas e econômicas do modal rodoviário para longas distâncias e grandes quantidades de cargas, bem como dos objetivos específicos de descrever as principais características do transporte rodoviário de cargas no segmento de cargas fracionadas; identificar as práticas e tendências das operações logísticas e demonstrar os principais problemas enfrentados pelos motoristas no transporte rodoviário de cargas pelas estradas brasileiras. Por se tratar de pesquisa de caráter descritivo-exploratória com revisão da literatura e considerou-se o método quali-quantitativo. Por fim, esse trabalho apresenta os resultados do modal rodoviário e apresenta as tendências do cenário brasileiro, inclusive diante da pandemia global associado a SARS-CoV-2 do COVID-19 que, de forma inesperada, desenhou novos enfrentamentos e estratégias empresariais, inclusive para este tipo de negócio.

**Palavras-Chave:** transporte rodoviário. cargas fracionadas. caminhoneiros.

## INTRODUÇÃO

O Transporte de cargas é o modal de transporte mais utilizado no Brasil e o mais expressivo, pois atinge praticamente todos os pontos do território nacional. Assim, este estudo apresentará os aspectos do modal rodoviário e dos processos de gestão estratégica, uma vez que o objetivo geral do artigo é apresentar as influências históricas e econômicas do modal rodoviário para longas distâncias e grandes quantidades de carga e os objetivos específicos: descrever as principais características do transporte em estudo quanto as cargas fracionadas; identificar as práticas e tendências das operações logísticas e demonstrar os principais problemas enfrentados pelos motoristas no segmento.

Diante disso, esse trabalho visa responder a seguinte questão: quais razões políticas e gerenciais decorrem da maior utilização do modal rodoviário no Brasil? Mesmo diante da existência de diferentes tipos de modais logísticos, há uma utilização maior do modal rodoviário, a hipótese é a decorrência de fatores culturais e históricos estimulados por políticas públicas.

Assim, este trabalho justifica-se socialmente, por descrever a importância da contribuição que a logística traz para a sociedade, uma vez que o modal de transporte rodoviário é uma atividade logística que agrega valor à economia do país, amplamente conhecido, contribui para o atendimento das demandas de mercado das importações e das exportações, e do transporte e da distribuição da matéria-prima até o consumidor final. Esse estudo justifica-se academicamente por ser fundamental que o administrador compreenda os fatores de gerenciamento da área logística e, dos recursos necessários a gestão do transporte rodoviário de cargas, diante da eficiência administrativa quanto a agilidade e a pontualidade das entregas de cargas fracionadas ou mediante as estratégias e os novos enfrentamentos verificados na área desse segmento. Em outras palavras, da contribuição deste estudo para a formação profissional dos acadêmicos e futuros profissionais da Administração que se interessem por operações logísticas.

## LOGÍSTICA EMPRESARIAL: ASPECTOS CONCEITUAIS E ABRANGÊNCIA GERENCIAL DO PLANEJAMENTO DA ARMAZENAGEM À DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS

A logística teve sua origem no século XVIII nas operações militares, no intuito de permitir que as tropas fossem deslocadas na hora certa com os respectivos equipamentos tanto bélicos como de socorros médicos, às empresas absorveram este conceito e passaram a transportar produtos aos respectivos clientes, numa racionalidade de recursos materiais, pessoas e de tempo (NOVAES, 2004). Historicamente, a partir dos estudos das traduções gregas, os povos antigos, também dispunham de expedições militares de operações logísticas que estão associadas às grandes guerras e conquistas territoriais como estratégias previstas na história da civilização nomes como o de Alexandre, o Grande e Napoleão Bonaparte (FERNANDES, 2012).

O surgimento da logística, desse modo, atende etapas e necessidades históricas, em que as gestões de operações visa criar sistemas que auxiliam no desenvolvimento das organizações e da sociedade. Ainda sobre as influências do surgimento da logística no mundo e as influências dela no Brasil, Ching (1999) descreve que nos anos 1950, a logística era empregada à manufatura e ao comércio para descrever as atividades de produtos acabados desde a produção até o consumidor final. Nos anos 1960 e 1970 passou a considerar a satisfação dos clientes e dar importância à exigência dos consumidores nas melhorias dos produtos e serviços. Porém, assumiu uma crescente importância no cenário econômico; nos anos 1980, com o desenvolvimento da informática, as informações passaram a ser mais precisas e disponibilizadas em tempo hábil e do acelerado processo revolucionário, tanto em termos das práticas empresariais, quanto da eficiência, qualidade e disponibilidade da infraestrutura de transportes e comunicações, partir da década de 1990, inclusive no Brasil (FLEURY; WANKE; FIGUEIREDO, 2009).

Dias (2010), considera que a atividade de transporte iniciou a ser compreendida por diferentes vertentes, e várias maneiras de se operacionalizar. Isto pressupõe executar e se movimentar entre dois pontos, interligando regiões, produtos e produtores, produtores e zonas portuárias, por exemplo, foi definida como uma

forma multimodal ou simplesmente, multimodalismo - que é a forma de transportar as mercadorias entre diferentes pontos ou localização geográfica, sendo classificados entre três grandes grupos: transporte aquaviário, o dutoviário, o aéreo e terrestre. Sendo este último, conforme Chiavenato (2005), àquele que utiliza das estradas e rodovias para levar as cargas. Ressalta Ballou (2006) que o serviço rodoviário é o transporte de produtos semiprontos ou acabados com linha de alcance médio de 717 milhas (1.154,37 km) para cargas fracionadas (LTL- *less than truckload*) e de 286 milhas (460, 46 km) para cargas completas (TL- *truckload*).

## **O modal rodoviário: A decorrência da maior utilização brasileira no transporte de cargas**

Dentre os diversos tipos de modais existentes, verifica-se que o modal de transporte rodoviário é o mais expressivo no transporte de cargas no Brasil, pois atinge praticamente todos os pontos do território nacional. Com a implantação da indústria automobilística na década de 1950 e a pavimentação das principais rodovias, o modo rodoviário se expandiu de tal forma que domina amplamente o transporte de mercadorias no país (CASTIGLIONI, 2009). Em outras palavras, o modal rodoviário detém o maior índice de utilização, 56, 5% do transporte brasileiro; 26,8% ocorre por vias ferroviárias, em sua maioria no transporte de minério e grãos. O transporte aquaviário representa 12,8%, enquanto que o dutoviário 3;9% (GONÇALVES, 2016).

O sistema rodoviário responde pelo o transporte de 70% a 80% das cargas movimentadas no Brasil e, sem entrar no mérito dos erros e acertos da política brasileira de transportes, essa realidade não se modificará sensivelmente nas próximas décadas, por maiores que sejam os esforços do governo na modernização da infraestrutura para transportes marítimos e rodovias. Nas considerações e nas análises da participação de cada modalidade de transporte de materiais no Brasil, há quase um monopólio do modal rodoviário no país, o que corresponde que cerca de 76, 4% das cargas geradas no país são transportadas em rodovias; o mesmo autor aponta que, por outro lado, as ferrovias movimentam apenas 14, 2% e a cabotagem ínfimos 9,3% (incluindo nesse valor o transporte hidroviário) e sendo, dentro desta

análise, que a aviação tem participação desprezível de 0,1% do total. (DIAS, 2010, p.334).

De acordo com Gordinho (2003), foi no governo de Juscelino Kubitschek, na década de 1950, dado a construção de Brasília, em que o grande projeto de JK, deu impulso à interiorização do desenvolvimento e ao sistema rodoviário, e da influência da indústria automobilística. Dias (2010) aponta que as políticas de investimento foram definitivas na construção desse panorama de negócios não só para a construção de rodovias, por conta da indústria automobilística, como da criação do parque nacional de refinação de petróleo, motivado ainda pela grandiosa extensão geográfica do país e dos municípios inacessíveis por outros meios de transporte; sendo que, dos 5.564 municípios, apenas 1.180 são servidos por ferrovias.

Apesar disso, o sistema do transporte rodoviário brasileiro ainda hoje não possui estrutura compatível com sua importância e, portanto, apresenta deficiências, e falta de estrutura de atendimento diante do volume de cargas, da forma de remuneração, dos furtos de cargas, das extenuantes jornadas de trabalho de até 16 horas por dia – que indubitavelmente colaboram para o uso de substâncias ilegais por parte dos motoristas, como o objetivo de criar uma sobrevida e uma resistência fisiológica para o cumprimento da agenda de fretes e da entrega das cargas contratadas.

Segundo Novaes (2015), a carga fracionada tem considerável destaque na operação que é a mais comum no Brasil, pois é formada do lote a ser transportado no depósito do cliente até o centro de distribuição local. Ou seja, ela é uma distribuição fragmentada dos pedidos às entregas – que podem ser feitas em diversos pontos de uma região. Isso quer dizer que num mesmo transporte de carga, vários clientes podem ser atendidos e várias encomendas pode ser transportada num só caminhão, de forma compartilhada. A praticidade do serviço é o atendimento das demandas, e a economia de tempo de entrega e o custo reduzido com combustível.

## Práticas e tendências das operações logísticas

Segundo Dias (2010), existe um crescente interesse pela logística, que pode ser explicado por seis importantes razões: 1) rápido e elevado retorno do investimento, particularmente concentrado nos serviços de transportes, armazenagem e infraestrutura; 2) desenvolvimento de técnicas matemáticas, de equipamentos e de software para tratar de análise de problema logístico; 3) complexidade crescente, em prazos, fornecedores e custos da administração de materiais e da distribuição física, tornando necessários sistemas mais complexos; 4) disponibilidade de maior gama de serviços e provedores logísticos; 5) mudanças rápidas de mercado e de canais de distribuição, especialmente para bens e consumo; 6) tendências dos varejistas e atacadistas transferirem as responsabilidades de gestão dos estoques para os fabricantes.

A logística é uma atividade desafiadora e importante, desde o frete rápido como uma solução complementar para as empresas, o mercado atua como função integração, interligando fornecedores com os clientes. Esse desempenho importante interliga toda uma cadeia de produção do produto, cria serviços e da conformidade nos padrões de fornecimento, de fabricação, de armazenamento e de distribuição, ou seja, injeta forças de atuação em diversos níveis, desde o nível estratégico da empresa até o operacionalização da distribuição e entrega do produto final (POZO, 2015).

Muitas empresas têm utilizado a internet como ferramenta para realização das vendas e entregas, e com a globalização, os pedidos on-line, alavancaram as vendas no comércio eletrônico. Haja vista que a internet, assim como outras tecnologias de informação, tem criado novas oportunidades para o planejamento, o controle e a operação das atividades de transporte, com crescente demanda por entregas mais pulverizadas, surgem portais de transporte e novos potenciais para o rastreamento de veículos em tempo real (FLEURY; WANKE; FIGUEIREDO, 2009).

Conforme Ballou (2006), no que tange a inovação em sistemas, o Sistema de informação logística (SIL) tem sido adotado por muitas empresas porque apresenta funcionalidades de gerenciamento em que os principais subsistemas são: 1) sistema de gerenciamento de pedidos (SGP); 2) sistema de gerenciamento de armazéns

(SGA); 3) sistema de gerenciamento de transportes (SGT). O que cria condições para que as cargas fracionadas no modal terrestre e rodoviários sejam gerenciadas e controladas por sistemas integrados.

Para Christopher (1997, p.9), “para ganhar vantagem competitiva sobre seus rivais, uma empresa deve proporcionar valor para seus clientes desempenhando as atividades de modo mais eficiente do que seus concorrentes”. Isso é, o sucesso comercial é conquistado através da vantagem de custo ou da vantagem de valor ou de ambas; o concorrente que obtém maior lucro, tende a ser o que produz a custos menores ou aquele que oferece um produto com maior diferença perceptível de valor.

### **Incertezas das operações logísticas em tempo de pandemia SARS-CoV-2 do COVID-19 no Brasil**

O ano de 2020 demandou uma imediata necessidade de incorporação de novas práticas às rotinas das operações logísticas e, por conseguinte ao cotidiano de inúmeros profissionais do modal rodoviário, por ocorrência da Síndrome Respiratória Aguda Grave SARS-CoV-2, cujo vírus é promotor da doença COVID-19 que causou a pandemia global, desde o final de 2019 e, até o presente momento ainda não dispõe de uma vacina.

De acordo com Zanon et al. (2020), outras condições adversas foram verificadas e decorrentes nesse período acometido pelo COVID-19, como o aumento do desemprego, de perdas financeiras e do isolamento social, – oportunidade em que aumentou a pressão para a categoria de profissionais caminhoneiros, em que muitos deles tiveram que assumir as demandas também financeiras em suas famílias - e identificados como fatores de risco para o desenvolvimento de transtornos mentais e afetos negativos prolongados.

Os prejuízos financeiros, por sua vez, parecem constituir maior fator de risco no desenvolvimento de transtornos mentais para famílias de nível socioeconômico baixo. Isso pode incorrer em outros problemas pré-existentes e demandar maior impacto do que apenas a perda de renda como um resultado para essas famílias. Essas incertezas colocam em voga a discussão sobre a saúde física e mental dos motoristas de caminhão, bem como do aparato que eles têm recebido das

organizações logísticas que eles representam. Em outras palavras, abre uma discussão para o posicionamento e os planos de contingência que têm se estabelecido como estratégias de atuação das organizações ao promover um zelo quanto a prestação de serviço e a qualidade de vida de seus profissionais.

Das novas práticas adotadas nesse segmento, pode ser que o enfrentamento do “próximo normal” seja muito superior disponibilização de máscaras, de álcool 70º INPM, de orientações sobre distanciamento social e de higiene pessoal. Em outras palavras, o cenário que se verifica pode ainda ter dimensões de cunho inimaginável, pois muitos motoristas têm percorrido longas distâncias, cruzando estados e municípios em estado de calamidade e de emergência em saúde pública por causa da pandemia num trabalho que não parou de realizar seu labor de distribuição de cargas, um só dia nesse ano de 2020.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Esta é uma pesquisa descritiva e exploratória, com abordagem quali-quantitativa, e sendo estruturada em duas etapas. Etapa 1 – Revisão da bibliografia. Realizou-se para a fundamentação teórica se deu a partir de revisão com base nos autores de relevância nesta temática e das principais publicações dispostas na base de dados do periódico da CAPES e Google Acadêmico. O critério de inclusão previu a relevância das publicações e palavras-chave, em língua portuguesa: logística; transporte rodoviário; cargas fracionadas; distribuição logística.

A Etapa 2 – Pesquisa de campo. Realizou-se, com caráter exploratório, a coleta de dados. Para a pesquisa de campo, em que se estruturou um questionário com 15 perguntas fechadas, direcionado para os motoristas e disponibilizado via “Google Formulários”, por conta do isolamento social devido a pandemia global do SARS-CoV-2 do COVID-19. O questionário foi endereçado aos motoristas de caminhão inscritos nos grupos de redes sociais (Facebook e WhatsApp, sendo aplicado entre 08 de maio e 28 de julho de 2020. Para a tabulação e tratamento dos dados, realizou-se o uso do software do Google formulários e do Excel, pacote do *Microsoft Office*.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa contou com o “n amostral” de 70 caminhoneiros de uma empresa logística do segmento em estudo – para fins de verificação prática da revisão da literatura. Dos motoristas pesquisados, 70 (100%) a adesão à pesquisa se deu exclusivamente pelo gênero masculino, embora aplicados abertamente a toda categoria;

No tocante ao estado civil dos pesquisados, teve-se a ocorrência de 38 (54,29%) que se declararam casados, seguido de 14 (20%) em união estável, 14 (20%) solteiros e 04 (5,71%) divorciados, o que denota que a categoria é bem diversificada, porém os respondentes têm vínculo familiar, em maioria, conforme Tabela 1.

**Tabela 1 – Análise do estado civil dos caminhoneiros pesquisados**

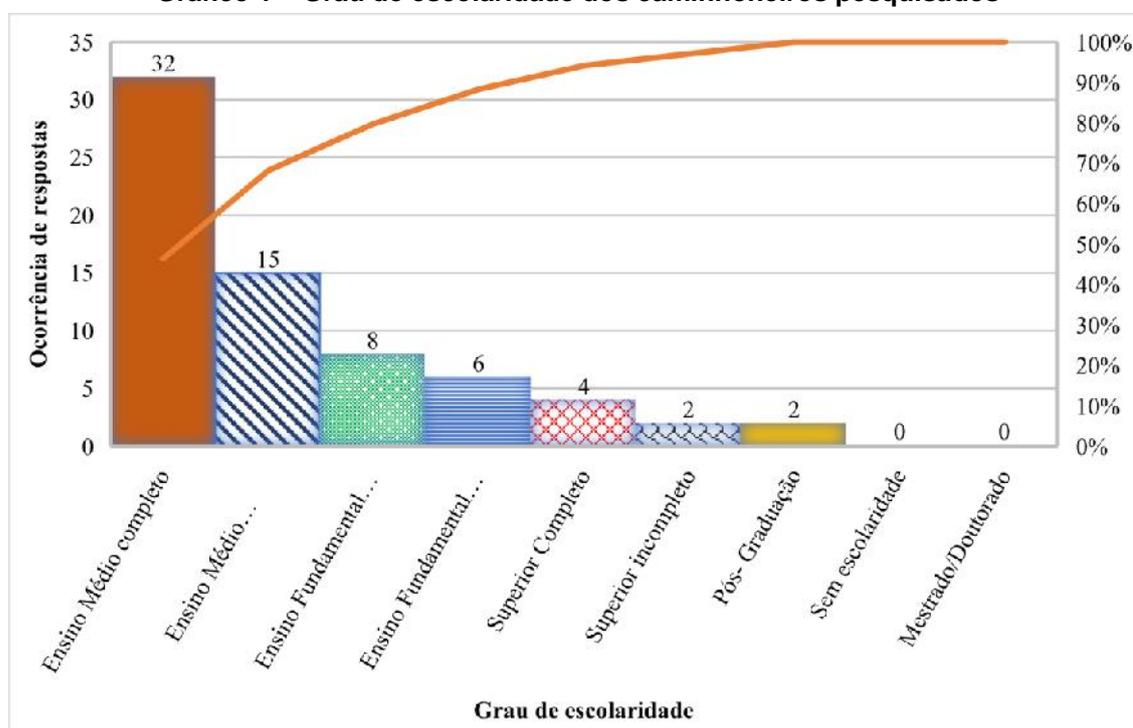
Estado Civil	Frequência	Frequência
	Absoluta	Relativa
Casado(a)	38	54,29%
Solteiro (a)	14	20,00%
Separado (a)	0	0,00%
Divorciado (a)	4	5,71%
Viúvo (a)	0	0,00%
União estável	14	20,00%
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Os autores (2020)

Como forma de se analisar a realidade do modal rodoviário nas características, tendências e os desafios da distribuição logística, verificou-se, conforme Gráfico 1, o grau de escolaridade dessa categoria de profissional (caminhoneiros). Constatou-se que dos profissionais pesquisados, atuantes no mercado, a maioria 32, do universo amostrado de 70, possuem ensino médio completo, seguido de 15 que disseram possuir ensino médio incompleto. Todavia, 2 pesquisados apontaram ter ensino superior completo, e 2 ensino superior incompleto.

Além de 2 respostas que apontaram ter profissionais que já concluíram alguma pós-graduação *lato sensu*.

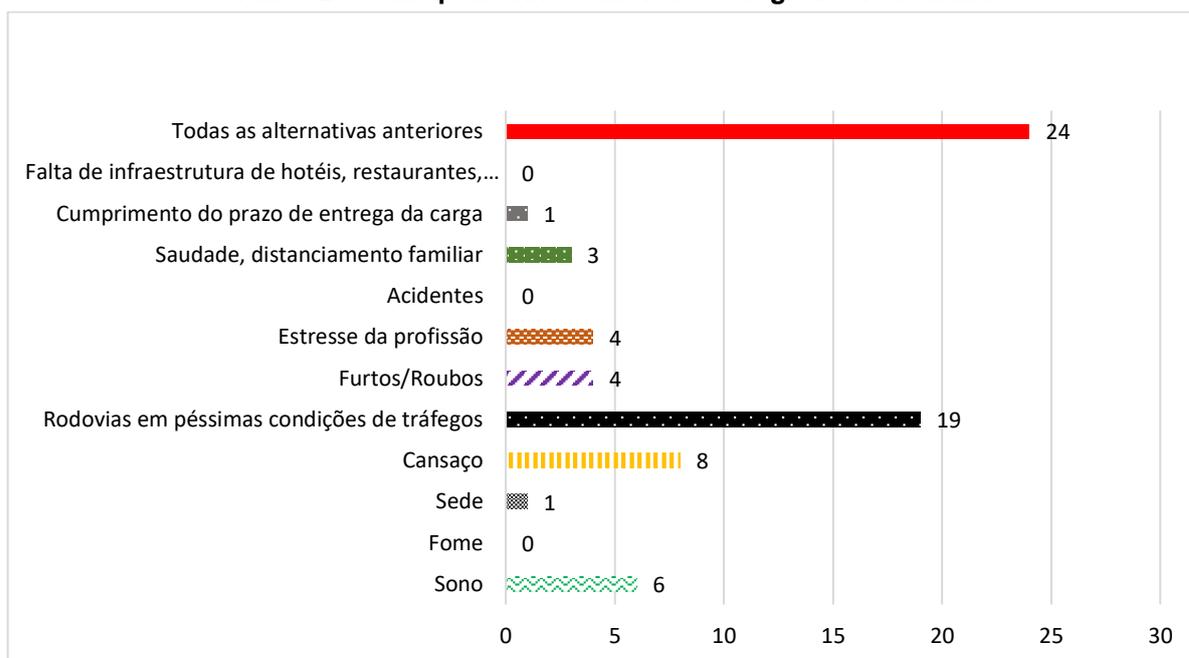
**Gráfico 1 – Grau de escolaridade dos caminhoneiros pesquisados**



Fonte: Os autores (2020)

Ao se abordar quanto aos principais enfrentamentos observados pela categoria, evidenciou-se a ocorrência que a principal reclamação se refere as péssimas condições de tráfego das rodovias, o que traduz a má infraestrutura ou qualidade da massa asfáltica, excesso de buracos ou trechos interditados, desvios e outros problemas. Ainda quanto aos desafios e enfrentados, 24, de 70, pesquisados apontaram que muitas são as causas sentidas pela categoria, no desempenho de suas funções profissionais de atuação na logística rodoviária, sendo, portanto, a ocorrência de cansaço, estresse da profissão, saudade e distanciamento familiar, furtos e roubos de cargas e de veículos, problemas para se hidratar adequadamente (sede), dentre outros.

**Gráfico 2 – Principais enfrentamentos da logística rodoviária**



Fonte: Os autores (2020)

O Gráfico 2, portanto, ilustra o relato do motorista Everson Andreoli em relato ao Jornal Bom Dia (2020), o maior desafio da vida do caminhoneiro é a estrada. Por exemplo, onde não tem pedágio é muito precário, muito buraco, a segurança é mínima, nenhuma sinalização. O motorista que não conhece a estrada enfrenta muitos perigos, de assalto, acidente, por não saber onde é perigoso e onde não é. Também os postos que sempre pensando no lucro, não deixam estacionar, cobram banho. Além disso, a vida solitária, longe da família, sem participar de momentos importantes. A saudade também acaba se tornando um outro desafio.

Por fim, quanto perguntando sobre a observância das Organizações logísticas atinentes às medidas de controle e prevenção a saúde do trabalhador a COVID-19, conforme Tabela 2, demonstram que, em maioria, 50 (71,43%) dos pesquisados alegarem ter algum tipo de orientação e disponibilização de álcool em gel, máscaras e materiais de higiene e limpeza para que se garantam a segurança e a saúde do trabalhador, durante o desempenho de suas funções laborais.

Porém, como forma de garantir a saúde do motorista, 12 (17,14%) alegaram que mais do que a empresa, deve ser o próprio caminhoneiro o responsável por sua saúde e a aquisição dos equipamentos das medidas de controle e prevenção contra a doença COVID-19.

Há ainda àqueles caminhoneiros, 5 (7,14%) afirmaram que a empresa que atuam não tomaram nenhuma medida protetiva contra a COVID-19, no que se refere ao quadro de caminhoneiros e 3 (4,29%) que nunca pensaram no assunto ou não sabe dizer se em algum momento a empresa disponibilizou algum tipo de assistência para afastar a comorbidade da COVID-19 nos profissionais caminhoneiros, por mais que estejam constantemente em viagens a trabalho.

**Tabela 2– Segurança e saúde do trabalhador diante à COVID-19**

<b>Medidas de Controle e Prevenção a Saúde do Trabalhador a COVID-19</b>	<b>Ocorrência de Respostas</b>	
Não sei dizer ou nunca pensei no assunto	3	4,29%
Tem-se disponibilizado álcool em gel, máscaras e materiais de higiene e limpeza	50	71,43%
A empresa ainda não tomou nenhuma providência	5	7,14%
Isso é uma responsabilidade de higiene do próprio motorista	12	17,14%
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte: Os autores (2020)**

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao se pesquisar sobre modal rodoviário, a partir das tendências e desafios da distribuição logística próprias do segmento, verifica-se que seu objetivo geral atendido ao se apresentar as preferências nacionais por este tipo dadas às influências históricas e econômicas para cumprimento de longas distâncias e por conta da quantidade de cargas - impulsionada pela economia agrícola, no transporte de grãos e da produção do campo, bem como do avanço da tecnologia que impulsionou o ensino da logística como disciplina nas faculdades, e que possibilitou o despertar pela profissionalização de gestores e de outras contribuições econômicas e desenvolvimentistas.

Dos objetivos específicos, verificaram-se as características do transporte rodoviário de cargas no segmento de cargas fracionadas, das práticas e tendências das operações logísticas e o apontamento dos problemas enfrentados pelos motoristas no transporte rodoviário de cargas pelas estradas brasileiras, como as péssimas condições de tráfego, o cansaço e desgastes físicos ao se percorrerem longas distâncias na jornada de trabalho diária e, ainda, no que tange as incertezas

que assolam o segmento dada pandemia global do SARS-CoV-2 do COVID-19 – o que foi confirmado na pesquisa de campo com os motoristas de caminhão.

Por fim, o estudo coincidiu com a ocorrência da pandemia mundial do vírus SARS-CoV-2 – denominado de COVID-19 (Coronavírus), o que demonstrou que questões sanitárias, de segurança e da saúde do trabalhador, ainda precisam de políticas e estratégias, tanto pelos políticos, quanto pelos gestores organizacionais - sendo este último um desafio para futuros desdobramentos que podem se insurgir sobre os profissionais dessa categoria e em novas premissas desse modal em estudo.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à diretoria da Faculdade Sul Americana, na pessoa do professor Paulo Gonçalves de Castro pelo incentivo à pesquisa e ao estudo continuado, ao Coordenador do Curso de Administração, professor Eugênio Rodrigues Marques pela gestão e incentivo à produção científica, e agradecemos ainda ao docente professor André Chagas pelo auxílio na coleta dos dados da pesquisa, mesmo diante do desafio da pandemia da SARS-CoV-2 do COVID-19. Sendo assim, todos foram fundamentais para que esta obra se tornasse possível.

## REFERÊNCIAS

CASTIGLIONI, José Antônio de Mattos- **Logística Operacional: Guia Prático** /– 2. ed. São Paulo: Érica, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de materiais: uma abordagem introdutória.** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 – 8ª reimpressão.

CHING, Hong Yuh. **Gestão de Estoques na Cadeia de Logística Integrada – Supply Chain.** São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Gestão de estoque na cadeia de logística integrada – Supply Chain.** 4 ed.- São Paulo: Atlas 2010.

CHRISTOPHER, Martin, **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: estratégias para a redução de custos e melhorias dos serviços.** --São Paulo: Pioneira, 1997.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

\_\_\_\_\_. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. -5. Ed.-São Paulo: Atlas, 2010.

FERNANDES, Kleber dos Santos. **LOGÍSTICA: Fundamentos e Processos**. 1ed.rev...- Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012.

FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter; FIGUEIREDO, Kleber Fossati. **Logística empresarial: A Perspectiva Brasileira**. – Rio de Janeiro: Atlas, 2009- 1. ed-12. reimpr.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GONÇALVES, Paulo Sérgio. **Administração de materiais**. -5.ed.rev.atual. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GORDINHO, Margarida Cintra. **Transportes no Brasil: A Opção Rodoviária**. Disponível em: [www.comciencia.br/dossies-1-72/200404/resenhas/resenha1.htm](http://www.comciencia.br/dossies-1-72/200404/resenhas/resenha1.htm). Acesso em: 21. Mar. 2020.

[INTERNET] Jornal Bom Dia. **Não importa a situação, o caminhoneiro tá lá, trabalhando**. Disponível em <https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/39784/-nao-importa-a-situacao-o-caminhoneiro-ta-la-trabalhando-> Acesso: 03.Ago.2020

[INTERNET] **Logística para todos**. Disponível em: [logisticaparatodos-com-b.webnode.com.br/saiba-mais/os-05-cinco-modais-de-transporte-/](http://logisticaparatodos-com-b.webnode.com.br/saiba-mais/os-05-cinco-modais-de-transporte-/). Acesso em: 13. Abr.2020.

[INTERNET] **Manual de Procedimentos de Fiscalização do Transporte Rodoviário de cargas**. ANTT. Disponível em: [www.antt.gov.br/backend/galeria/arquivos/2019/05/15/Manual\\_de\\_Procedimentos\\_de\\_Fiscalizacao\\_do\\_Transporte\\_Rodoviario\\_de\\_Cargas.pdf](http://www.antt.gov.br/backend/galeria/arquivos/2019/05/15/Manual_de_Procedimentos_de_Fiscalizacao_do_Transporte_Rodoviario_de_Cargas.pdf) Acesso em: 13. Abr.2020.

NOVAES, Antonio Galvão. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

\_\_\_\_\_. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição** – 4.ed.- Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais: Uma abordagem logística**. -6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimento: um enfoque para os cursos superiores de tecnologia**. --São Paulo: Atlas, 2015.

SLACK, Nigel Slack; BRANDON-JONES, Alistair; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ZANON, C.; DELLAZZANA-ZANON, L. L.; WECHSLER, S.M; FABRETTI1, R.R ROCHA, K. **N COVID-19: implicações e aplicações da Psicologia Positiva em tempos de pandemia**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v37/1982-0275-estpsi-37-e200072.pdf> Acesso: 03.Ago.2020

# NOVOS HÁBITOS DE COMPRA E CONSUMO: SERVIÇO DE DELIVERY DIMINUI OS IMPACTOS ECONÔMICOS CAUSADOS PELA PANDEMIA EM BARES E RESTAURANTES DE JUAZEIRO DO NORTE-CE

Alex Pereira Ribeiro

*DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.203-213*

**Resumo:** A pandemia do novo Coronavírus foi capaz de mudar os hábitos de compras e consumo. Em isolamento social, os consumidores passaram a comprar por meios digitais, e, as empresas, para sobreviverem, tiveram que se adaptar a essa nova realidade. A modalidade de entrega em domicílio, também chamada de delivery, já estava inserida no sistema logístico de diversos estabelecimentos, entretanto, impulsionado pelas novas formas de consumo, oriundas da pandemia, foi catalisada. Este trabalho tem por objetivo justamente analisar de que forma o serviço de delivery foi capaz de amortecer os impactos econômicos causados pela pandemia em bares e restaurantes, através de pesquisa bibliográfica e de um estudo de campo realizado na cidade de Juazeiro do Norte. Pôde-se concluir que os bares e restaurantes que inovaram, aderindo ou ampliando os seus sistemas de delivery, estão conseguindo sobreviver à crise, e até vendo na modalidade, uma nova saída estratégica de negócio.

**Palavras-chave:** Pandemia. hábitos de consumo. inovação.

## 1 INTRODUÇÃO

O isolamento social, imposto como medida protetiva ao alastramento do novo Coronavírus foi responsável por mudanças adotadas entre os consumidores em todo o país. A população deixou de frequentar bares e restaurantes e o setor passou a sofrer com a falta de clientela e a conseqüente queda de faturamento. Segundo balanço da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Abrasel (2020), a pandemia deve provocar uma redução nas receitas dos bares e restaurantes brasileiros em cerca de 40 bilhões de reais.

Embora diversas cidades brasileiras tenham sido afetadas economicamente pelas restrições adotadas durante a pandemia, algumas, como Juazeiro do Norte, no sul do Ceará, sentiram ainda mais o efeito do isolamento social, visto que, segundo o IBGE (2018), 91,2% do seu PIB – Produto Interno Bruto – advêm do setor de comércio e serviços.

Por sua alta representatividade na contribuição do PIB da cidade, o setor de bares e restaurantes prontamente percebeu a necessidade de reação à crise e às mudanças de hábitos dos consumidores locais.

Para atender ao novo comportamento dos juazeirenses, diversos bares e restaurantes adotaram ou até ampliaram o seu serviço de pronta entrega, os *deliveries*. Embora esta modalidade de consumo não seja nova, a sua utilização foi catalisada pela crise, como forma de sobrevivência empresarial.

Neste sentido, este estudo tem o objetivo de analisar o impacto do serviço de delivery em bares e restaurantes de Juazeiro do Norte durante o período de pandemia. Para atingir tal objetivo, buscou-se, embasamento bibliográfico, entrevistas, coleta e análises de dados.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Diante do alastramento do novo Coronavírus, inúmeros protocolos de prevenção passaram a ser adotados a nível municipal, estadual e federal. Entre elas

a adoção do isolamento social e o fechamento de estabelecimentos tidos como não essenciais, a exemplo de bares e restaurantes. Embora se tenha ciência que estas medidas sejam necessárias para achatar a curva de infectados, muitos estabelecimentos viram seu faturamento diminuir drasticamente, gerando insegurança e desestabilidade econômica.

Segundo dados do IBGE (2020), a pandemia de covid-19 foi responsável, apenas na primeira quinzena de junho, pelo fechamento de, pelo menos, 522 mil empresas, quase que a totalidade (99,2%) é formada por empresas de pequeno porte. Ainda neste estudo, o IBGE destacou que 34,6 % das empresas realizaram cortes no seu quadro de pessoal neste período.

Por conta do alto número de desempregados e do número de empresas que encerraram suas atividades, há muita comparação entre a crise financeira e bancária que resultou em recessão econômica, no ano de 2008, e a crise do novo Coronavírus que se vivenciou neste ano. Esta é muito mais acentuada, visto que, há uma paralisação total da economia, sem falar na marca dos mais de 100.000 mil mortos em decorrência da doença, segundo o boletim extra do Consórcio de Veículos de Imprensa (2020).

Terceiro município do Ceará que mais cresce economicamente, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação da cidade, SEDECI (2020), de 2010 a 2017, o PIB de Juazeiro do Norte cresceu 105,8%, superando a média nacional (69,42%), Nordeste (82,34%) e Ceará (86,41%). Em 2019, foram 13.945 admissões e 12.974 demissões, em Juazeiro do Norte. Ou seja, saldo de 971 vagas, 155% superior a 2018, colocando o município à frente na Região Metropolitana do Cariri e atrás apenas de Caucaia e Fortaleza quanto aos postos de trabalho no Ceará. Somente no setor de Comércio e Serviços empregou-se 10.179 pessoas.

Embora a cidade estivesse economicamente aquecida, os impactos da pandemia também chegaram a Juazeiro do Norte, a cidade sofreu *lockdown* por conta do pico da doença, e, diversos bares e restaurantes, assim com os demais estabelecimentos, viram seus faturamentos declinar.

Para se amenizar este cenário, o gerenciamento de crise deve ser latente para que as empresas possam atravessar a pandemia com o menor impacto possível.

Neste momento é importante buscar reflexão, planejamento, inovação e estratégia para alcançar resultados positivos, mesmo diante da dificuldade.

Para Forni (2013) há um princípio básico no que diz respeito à gestão de crises: nenhuma empresa, por mais moderna que seja, está imune à crise. Em tempos de instabilidade econômica, como a causada pela pandemia do novo Coronavírus, é comum perceber gestores e empresários receosos sobre como agir e que medidas tomar diante de uma crise de larga escala como a que se vivencia no ano de 2020.

O SEBRAE (2020) defende que a crise exige cautela, mas também permite que soluções inovadoras contribuam para o crescimento das empresas em meio à instabilidade. Ainda para o SEBRAE (2020), independente de sua origem e do tempo que possa durar, a empresa precisa entendê-la, especialmente através das mudanças de hábitos de seus consumidores, tomando decisões ajustadas às novas realidades.

## **A pandemia e os novos hábitos de compra e consumo**

Não há dúvidas de que existam diferentes tipos de consumidores e de que a pandemia afetou de modo diferente seus hábitos, a depender da sua situação financeira ou até mesmo se este consumidor foi ou teve algum familiar infectado pelo vírus causador da Covid-19.

Em busca de analisar as mudanças de hábitos de compra e consumo em Juazeiro do Norte, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação, SEDECI, publicou em 2020, uma cartilha de apoio aos gestores e empreendedores, oferecendo-lhes embasamento para a elaboração de estratégias mais assertivas em relação aos novos hábitos de consumo e compra, durante o período da pandemia na cidade. A SEDECI (2020) informa que, por meio de formulário digital, entrevistou 860 pessoas, entre os dias 04 e 10 de maio de 2020.

Para o SEDECI (2020), 62% dos entrevistados afirmaram ter efetuado compras por meio digital durante o período. Para a Secretaria em questão, este aumento exponencial se deu em razão do isolamento adotado pela Prefeitura Municipal e pelo não funcionamento “físico” de estabelecimentos comerciais e que prestam serviços. Outro fator relevante apontado no estudo é o de que essas compras

por meios digitais aconteceram, em sua grande maioria, em empreendimentos locais, onde as pessoas já eram acostumadas a comprar fisicamente.

Ainda neste estudo, destacou-se que 42,4% das compras foram realizadas através do aplicativo de mensagens, *WhatsApp*, 38,6% pelo *Instagram* e 19% pelo *ifood*. O que demonstra o impacto que as redes sociais têm como meio de compra. O que se pôde perceber é uma convergência no que diz respeito ao novo modo de compra: online.

Se em momentos de crise, é necessário adaptar-se às novas realidades de compra e consumo, conforme defende o SEBRAE (2020), os empreendedores devem rever suas operações e adaptá-las ao “novo normal”. Citação que vem sendo bastante utilizada por veículos de comunicação a fim de tratar o novo modo de viver das sociedades contemporâneas.

O novo hábito de compra e consumo carrega consigo um termo que vem sendo muito utilizado no ramo de bares e restaurantes, o *delivery*. Já que o consumidor passou a optar pelas compras digitais, por estar em isolamento, principalmente, houve um crescimento da demanda das entregas de bebidas e comidas a domicílio.

## **METODOLOGIA E COLETA DE DADOS**

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, que na definição de Richardson (2008) é aquela que se propõe a investigar as características de um determinado fenômeno. Já Andrade (2003) define este tipo de pesquisa como aquela em que o pesquisador, sem interferir nos fatos, os observa, registra, analisa, classifica e interpreta.

Outro método utilizado neste artigo foi o estudo de campo, que na conceituação de Lakatos e Marconi (2004) tem o objetivo de conseguir conhecimentos acerca de um determinado problema. Neste caso, houve ainda um levantamento bibliográfico capaz de desenvolver a análise do tema em questão.

A pesquisa pressupôs cunho quantitativo, o que para Lakatos e Marconi (2004) é o ideal quando se trata de pesquisas de ordem social, econômica,

mercadológicas, de comunicação e gestão. Para se analisar os impactos dos sistemas de delivery em Juazeiro do Norte, durante o período da pandemia, utilizou-se como instrumento de coleta de dados, a entrevista fechada, realizada através da plataforma online “Forms”.

Foram enviados 60 formulários para bares e restaurantes localizados na cidade, em diversos bairros e de diferentes portes, 52 empreendimentos responderam ao questionário. A entrevista ocorreu entre os dias 01 de junho e 01 de julho de 2020.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

O primeiro questionamento levantado preocupou-se em conhecer se os estabelecimentos pesquisados implementaram ou ampliaram a modalidade de delivery em seus empreendimentos, ou se não houve adesão à modalidade.

**Tabela 1 – Implementação ou Ampliação de *delivery***

Item	Quantidade	Percentual
Ampliou	34	65,38%
Implementou	15	28,84%
Não utiliza	03	5,78%
Total	52	100%

**Fonte: Autor próprio (2020)**

Conforme tabela acima, percebe-se que a grande maioria dos estabelecimentos pesquisados, 65,38%, ampliou o seu sistema de *delivery*. Isso demonstra que as entregas em domicilio já era uma realidade nos negócios locais e a vinda da pandemia fortaleceu ainda mais a modalidade de entrega, já que as pessoas ficaram impossibilitadas de consumir no interior dos estabelecimentos.

Já 28,84% dos estabelecimentos aderiram ao sistema de entrega a domicilio, percebe-se que a grande maioria dos bares e restaurantes pesquisados respondeu às mudanças de compra e comportamento dos consumidores locais, ampliando ou implementando o *delivery*. Ora, se os consumidores não podem se deslocar aos bares e restaurantes, e ainda há a necessidade de consumo, a entrega a domicilio atende às novas demandas de consumo.

Apenas cerca de 5% dos estabelecimentos não aderiram à modalidade estudada. É sabido que as empresas que não inovam e não buscam a melhoria contínua, dificilmente sobreviverão ao acirrado setor de serviços brasileiro, principalmente, durante períodos de crise.

O segundo questionamento preocupou-se em perceber se os empreendimentos aumentaram seu faturamento após ampliarem ou aderirem ao modelo de entrega, durante o período de pandemia. A esta e às próximas perguntas, apenas os empreendimentos que adotaram ou ampliaram seu sistema de *delivery* foram convidados a responder.

**Tabela 2 – *Delivery*: impactos no faturamento durante a pandemia**

Item	Quantidade	Percentual
Aumento	43	87,75%
Diminuição	03	6,125%
Indiferença	03	6,125%
Total	49	100%

**Fonte: Autor próprio (2020)**

Como visto na tabela acima, 87,75% dos estabelecimentos que adotaram ou ampliaram a sua modalidade de entrega perceberam aumento no faturamento durante a pandemia. Obviamente, a modalidade colaborou para que se minimizassem as perdas financeiras sofridas por conta do fechamento dos estabelecimentos.

Vale ressaltar que a preocupação foi analisar se o *delivery* foi responsável por haver aumento ou diminuição de faturamento, visto que, certamente a maioria das empresas ainda atravessa momento de crise. Pode-se perceber também que 12,25% das empresas se viram indiferente ou perceberam diminuição do faturamento, isto pôde ocorrer por diversas razões, como: atrasos na entrega, alto custo dos veículos, atendimento ao cliente etc.

Percebe-se que a informalidade ainda é uma realidade para os trabalhadores conhecidos como “entregadores” ou “*motoboys*”. Muitos terceirizam os seus próprios veículos e são remunerados conforme produção. Para as empresas, a terceirização deste tipo de atividade é deveras mais viável, entretanto, a informalidade traz consigo a insegurança e a não cobertura de diversos sinistros, como os acidentes de trabalho,

aposentadoria por invalidez, férias remuneradas etc. O terceiro questionamento preocupou-se em avaliar se houve contratação formal, informal ou readmissão de entregadores durante o período da pandemia.

**Tabela 3 – Contratações de entregadores durante a pandemia**

Item	Quantidade	Percentual
Contratação informal	35	71,42%
Readmissão	13	26,53%
Contratação formal	01	2,05%
Total	49	100%

**Fonte: Autor Próprio (2020)**

Nos estabelecimentos pesquisados, conforme tabela acima, percebe-se que a maioria dos entregadores, 71,42% foram contratados informalmente, e 26,53% foram readmitidos, concretamente, muitos tiveram seu trabalho rompido durante a pandemia.

Destaca-se que apenas 01 entre as 49 empresas que responderam ao questionamento contratou formalmente um trabalhador. Embora seja a realidade de muitos brasileiros, a informalidade deve ser mais bem estudada e combatida.

O quarto questionamento se engajou a analisar um pouco mais sobre o novo hábito de compra dos consumidores, afinal, a entrega em domicilio está intimamente ligada à compra realizada também em domicílio, de modo online. As redes sociais e os aplicativos de alimentação são, indubitavelmente, novas ferramentas de compras:

**Tabela 4 – Ferramenta de compra online**

Item	Quantidade	Percentual
WhatsApp	17	34,69%
Instagram	14	28,57%
Ifood	13	26,53%
Uber eats	05	10,20%
Outros	00	0%
Total	49	100%

**Fonte: Autor próprio (2020)**

Conhecer o canal de compra do consumidor é essencial para a estratégia do negócio. Sabe-se que os custos logísticos são bastante representativos e integrar a cadeia de suprimento é uma forma positiva de realizar a entrega correta, na quantidade solicitada, em tempo hábil e a baixo custo.

O que já é realidade mesmo antes da pandemia, ganha ainda mais notoriedade durante esta, as redes sociais são sim novos canais de compras e vendas de produtos e serviços. Nos estabelecimentos pesquisados percebeu-se que *WhatsApp*, *Instagram* e o aplicativo *ifood* são os principais canais de compras online.

Para quinta e última pergunta, escolheu-se uma visão mais futura do negócio. Buscou-se avaliar se a modalidade de entrega continuará sendo uma realidade dentro dos estabelecimentos pesquisados, visto que o “novo normal” traz consigo o aumento do consumo de alimentos e bebidas em casa, mesmo no mundo pós-pandemia.

**Tabela 5 – A continuidade do sistema de entregas em domicílio no pós-pandemia**

Item	Quantidade	Percentual
Haverá continuidade	37	75,51%
Não sabe	12	24,48%
Não haverá continuidade	00	0%
Total	49	100%

Fonte: Autor próprio (2020)

Para cada 3 em 4 estabelecimentos pesquisados, o sistema de delivery já é e continuará sendo uma realidade, mesmo ao final da pandemia. Isso reflete um olhar muito otimista do setor com a modalidade de entregas. É natural que a empresa perceba os benefícios no negócio, visto que ela simplesmente responde a uma expectativa do cliente.

Dos entrevistados, 24,48% estão indecisos ou inseguros sobre a continuidade da nova modalidade. É notório que o consumidor ainda esteja cauteloso no que diz respeito ao consumo de um modo geral, afinal, a crise ainda não acabou. Mas é certo também que os consumidores criaram novos hábitos de compras e consumo, e estes hábitos não deixam de fora as compras digitais. Mesmo antes da pandemia, o

consumidor já utilizava a internet para fazer a compra de produtos e serviços, portanto, o *delivery* não deve deixar de ser uma modalidade em ascensão.

## CONCLUSÕES

O isolamento social, o período de quarentena e o fechamento de diversos estabelecimentos ainda é retrato de um país que está a combater o vírus. O mundo dos negócios, obviamente, também sentiu os impactos dessa crise. Embora se perceba uma crise generalizada, alguns setores sofrem ainda mais os impactos da suspensão de suas atividades.

Bares e restaurantes passaram a não vir mais seus clientes fisicamente. Resguardados em suas casas, as pessoas passaram a criar novos hábitos de compra e consumo. Mesmo que este novo hábito tenha sido “imposto”, ele se tornou uma realidade. A diminuição da circulação de pessoas nos estabelecimentos provocou uma quebra abrupta do consumo, entretanto, os empreendedores tiveram que buscar medidas alternativas para equilibrar as contas e sobreviver à crise.

Para isso, os empresários tiveram que entender melhor esse novo consumidor. Isolado, ele realizou mais compras por meio digital, e, conseqüentemente aderiu à modalidade de entrega em domicílio. Os gestores que conseguiram perceber esse novo modo de consumo, inflamado pela pandemia, conseguiu amortecer os impactos negativos que o vírus trouxe para o faturamento dos seus negócios.

Este trabalho buscou, portanto, analisar os impactos que bares e restaurantes de Juazeiro do Norte sofreram, durante a pandemia, ao aderir à modalidade de entrega em domicílio, o *delivery*, como forma de atender a esse novo comportamento de consumo.

Os resultados obtidos demonstraram que os bares e restaurantes pesquisados, em Juazeiro do Norte, se atentaram à nova realidade de compra e consumo, a online, e adaptaram sua logística aos sistemas de entrega em domicílio, também chamado de *deliveries*.

Esta adesão ao *delivery*, e até a própria expansão da já existente modalidade dentro dos seus bares e restaurantes, trouxe uma melhoria em seu faturamento, visto

que o setor, embora não funcione fisicamente ainda, não deixou de receber pedidos. A busca pela alternativa de entregas foi positiva para os empreendimentos locais, que viram, conforme demonstrado na análise de dados, os seus negócios ganharem fôlego mesmo diante de crise.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2003.

Associação Brasileira de Administradoras de Consórcio. Consórcio de Imprensa. Disponível em: <<https://abac.org.br/imprensa/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL. Disponível em: <<https://abrasel.com.br/>>. Acesso em: 31 jul. 2020.

FORNI, João José. Gestão de crises e Comunicação – O que Gestores e Profissionais de Comunicação precisam saber para Enfrentar Crises Corporativas. S. Paulo: Atlas, 2013

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> . Acesso em: 23 jul. 2020.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V.. Metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social: Métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento de Juazeiro do Norte. Disponível em: <<https://www.juazeirodonorte.ce.gov.br/secretaria/sedeci/>>. Acesso em: 31 jul. 2020.

Serviço Brasileiro de Apoio a Micro Empresas- SEBRAE. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

# O EMPREENDEDORISMO NO SEGMENTO DE ROUPAS DE SEGUNDA MÃO OU LOJA DE BRECHÓ NA CIDADE DE TRINDADE - GO

**Silvânia Gonçalves Barbosa**

Faculdades Aphoniano

**Roseli Vieira Pires**

Universidade Estadual de Goiás / Instituto Aphoniano de Ensino Superior

*DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.214-230*

**Resumo:** Este artigo mostra o empreendedorismo no segmento de brechós na cidade de Trindade. Tem como objetivo evidenciar o mix de produtos ofertados por este nicho de mercado, identificando o perfil dos consumidores e a influência no processo de decisão da compra dos produtos. Utilizou-se uma metodologia de pesquisa de caráter exploratório e descritivo e aplicação de questionário aos empreendedores dos brechós da cidade. A pesquisa procurou identificar o perfil dos empreendedores e consumidores e a motivação para compras neste segmento de mercado. Através da pesquisa foi possível traçar o perfil do empreendedor e quais as possíveis oportunidades e ameaças além das dificuldades enfrentadas por eles nesta atividade.

**Palavras chave:** Brechó. Empreendedorismo. Consumidores.

## INTRODUÇÃO

Esse artigo apresenta o empreendedorismo e os consumidores no segmento de roupas usadas ou brechó em Trindade, com o propósito de mostrar como se inicia esse modelo de comércio. Tem por objetivo geral identificar o perfil do empreendedor no ramo de roupas usadas ou brechó. Já, seus objetivos específicos são: mostrar o perfil dos empreendedores, apresentar o mix de produtos, identificar o perfil dos consumidores, a influência na decisão das compras e apresentação dos resultados, dentro do segmento.

Atualmente, observa-se um aumento de brechós na cidade de Trindade, pois cresce o número de consumidores deste comércio, em busca de peças com unicidade das mais diversas marcas e tipos, sem se preocupar se as peças já foram usadas ou não, pois cada uma tem a sua particularidade e singularidade, já que os brechós também trabalham com peças novas.

A busca por objetos de segunda mão, que antes era vista como algo que remetia à qualidade duvidosa e era efetuada apenas por quem passava necessidade, tornou-se uma ótima oportunidade aos consumidores, trazendo um aumento expressivo nas vendas deste mercado. Sendo assim um dos nichos de comércio que mais cresce.

Neste sentido, é que as roupas usadas despertam na sociedade o consumo sustentável, influenciando as pessoas a reutilizar suas roupas sem uso e paradas no guarda-roupa, transformando em dinheiro ou doação através da distribuição delas.

Este artigo é ordenado em três partes, sendo a primeira a fundamentação teórica sobre o empreendedorismo e empreendedor, ascensão do empreendedorismo, perfil do empreendedor, origem dos brechós e consumidores. A segunda, é a metodologia utilizada, pesquisa bibliográfica, através de entrevista semiestruturada. A terceira parte, em que se relacionam os resultados coletados sobre o perfil dos empreendedores, o mix de produtos, o perfil dos consumidores, a influência na decisão da compra e apresentação dos resultados dentro do segmento.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### Empreendedorismo x Empreendedor

Empreendedorismo tem se consolidado no Brasil e no mundo a cada ano, como um fator importante de desenvolvimento social e econômico, associado principalmente na geração de empregos e renda, contribuindo para o crescimento do PIB e da atividade econômica do país com abertura de novos negócios e oportunidades.

De acordo com Baron e Shane (2011), o processo empreendedor começa quando uma ou mais pessoas reconhecem uma oportunidade como potencial para criar algo novo, assim, esse processo pode se desencadear a partir de: produtos, serviços, mercados, processos de produção, matéria-prima, gestão, etc. Neste mesmo viés, citamos Henri Ford, que identificou oportunidades no segmento da indústria automobilística, inovando o segmento da indústria, com visão do empreendedorismo, lançando em 1903 o seu primeiro carro: o “Modelo A”, de dois cilindros. Assim, ser empreendedor é muito mais que ser um visionário, ou seja, é identificar oportunidades, buscando ideias, assumindo riscos e avaliando o cenário atual para se empreender no próprio negócio.

Drucker (2005), aponta que “o surgimento da economia empreendedora é um evento tanto cultural e psicológico quanto econômico e tecnológico”, visto que os empreendedores têm como principal ferramenta a inovação para buscar oportunidades de novos negócios. É um bom exemplo Steve Jobs, criador da *Apple* em 1976, que na garagem da casa da família, desenvolveu e lançou o primeiro computador pessoal a “*Apple I*”, um avanço de tecnologia para aquela época.

Os empreendedores são operadores dispostos a mudanças, vencem as barreiras comerciais e culturais, mudam conceitos econômicos e criam novas relações de postos de trabalho, gerando riquezas e renda. Neste processo de empreender, deve-se contar com pessoas de comportamentos, habilidade e conhecimentos que o capacitem para identificação de oportunidades, melhoria de processos e inovação na criação de negócios (Costa, Barros e Carvalho, 2011).

Neste cenário de mudanças e inovações, as empresas enfrentam uma realidade de mercado extremamente concorrido, com margens de lucros apertadas em todas as suas linhas de produtos e serviços. Esta realidade exige a necessidade constante de inovação e criação de diferenciais competitivos, que são desenvolvidos por meio de ambientes corporativos que estimulam um ambiente empreendedor.

Portanto, Gartner (1990, p.15), declara que “o espírito empreendedor está também presente em todas as pessoas que – mesmo sem fundarem uma empresa ou iniciarem seus próprios negócios – estão preocupados e focalizados em assumir riscos e inovar continuamente”.

Segundo Carvalho (1996, p.79-82):

[...] os empreendedores são indivíduos que têm a capacidade de criar algo novo, assumindo responsabilidade em função de um sonho, o de obter sucesso em seu negócio, estas pessoas são ousadas, aprendem com os erros e encaram seu negócio como um deságio a ser superado; têm facilidade para resolverem problemas que podem influenciar em seu empreendimento, e mais, identificam oportunidades que possibilitam melhores resultados; são pessoas incansáveis na procura de informações interessadas em melhorias para o seu setor ou ramo de atividade, elevando ao máximo sua gestão.

Portanto, o empreendedor empenha-se em descobrir oportunidades para inovar, sem medo de assumir riscos, além de ser capaz de detectar oportunidades rentáveis, também busca informações e conhecimentos, pois entende que esse é o caminho para o êxito do seu negócio.

Dessa forma, o empreendedor não é apenas o criador, fundador da empresa, do próprio negócio, o empreendedor vai muito além deste conceito – ele é visionário, com capacidade de planejamento, assumir riscos, identificar oportunidades, competência para gerar times e acima de tudo resiliência.

A situação atual é favorável para o aumento de empreendedores, por isso, a capacitação e atualização são cada vez mais exigidas para executar e estar à frente do empreendimento seja qual for o ramo de atividade. Neste sentido é possível perceber a ascensão do empreendedorismo e suas evoluções.

## Perfil do empreendedor

Com o passar do tempo, o perfil do empreendedor foi se tornando cada vez mais específico para a sua função, sendo hoje diretamente relacionado à inovação e criação no mercado. De acordo Dornelas (2008), o empreendedor possui as seguintes características:

Visionários, sabem tomar decisões; são indivíduos que fazem a diferença, sabem explorar ao máximo as oportunidades, são determinados e dinâmicos, são dedicados, otimistas e apaixonados pelo que fazem, independentes e constroem o próprio destino, ficam ricos, são líderes e formadores de equipes, são bem relacionados (*networking*), organizados, planejam, possuem conhecimento, assumi riscos calculados e criam valor para a sociedade.

Já, para Farah, Cavalcanti e Marcondes (2008), empreendedores são pessoas que se diferenciam por serem agentes de mudanças e superação de limites, com desejo de inovar cenários e recursos, além da disposição de correr riscos de sucesso ou fracasso.

Outro perfil determinante do empreendedor é a capacidade de organização e planejamento, visto que a desorganização pode afetar o sucesso do empreendimento, mesmo que o mercado esteja contribuindo para o negócio. Já, para Dornelas (2008), o perfil do empreendedor é a iniciativa de criar um novo negócio utilizando de forma criativa os recursos disponíveis, assumindo riscos e transformando o ambiente e o contexto que o cerca.

Um homem de negócios é um entrepreneur por natureza, ou quase “empreendedor”, para Peters (1995). A pessoa que avança a qualquer área faz qualquer coisa em interesse de seus objetivos. Na opinião do autor, todo emprego deve ser visto como um negócio. Conforme Dornelas (2008, p.11):

[...] não existe um único tipo de empreendedor ou um modelo-padrão que possa ser identificado, apesar de várias pesquisas existentes sobre o tema terem como objetivo encontrar um estereótipo universal. [...] Por outro lado, esse fato mostra que tornar-se empreendedor é algo que pode acontecer a qualquer um.

Desse modo, para transformar-se em empreendedor devem ser observadas algumas características, que distanciam o empreendedor de gerente, administradores e investidores, a exemplo:

- Empreendedor: profissional que cria e inova negócios;
- Administrador: profissional que administra os negócios, seu funcionamento e seus recursos;
- Investidor: profissional que investe em negócios e os capitalizam.

Para os estudiosos, um empreendedor é aquele que combina materiais, recursos, trabalho e outros bens para tornar seu valor maior que antes, iniciando períodos de mudanças e inovações. Dornelas (2008) define empreendedor como um identificador de oportunidades que cria um negócio para capitalizar sobre ele, assumindo riscos calculados.

Conforme Dolabela (2008 p. 61), “um dos atributos principais do empreendedor é identificar oportunidades, agarrá-las e buscar recursos para transformá-las em negócio lucrativo”. Desse modo, observam-se alguns atributos que são essenciais para um empreendedor, como:

**Tabela 1 – Atributos do Empreendedor**

<b>Atributos</b>	<b>Descrição</b>
Planejamento	Visão de onde você está e onde você quer chegar, traçando estratégias e metas a serem alcançadas.
Capacidade Analítica	Analisar e monitorar o mercado e as principais tendências, encontrando oportunidades e resoluções de problemas.
Autoconfiança	Não se intimida em expressar sua opinião, está fundamentada na experiência.
Visão	Ver além do que os outros veem, buscando oportunidades e visão de futuro.
Coragem de assumir e calcular riscos	Enfrentar desafios, sem colocar tudo a perder, agindo de forma impensada, assim avaliar o que se pode ganhar ou perder, para depois tomar uma decisão.
Persuasão	Capacidade de convencimento para atingir seus objetivos, com estratégias pensadas e elaboradas.
Liderança	Encara o desconhecido, para fisgar oportunidades presentes no mercado, rompendo paradigmas, inovando sempre.

**Fonte: Adaptado SEBRAE, (2019).**

Um modelo ideal de empreendedor equivale a pessoas que têm ambição de conquistar e realizar coisas na vida, empenhando toda sua energia na inovação e crescimento da empresa ou melhorando a já existente. No geral, o empreendedor visa ao crescimento da organização, assumindo riscos. Para Dornelas (2008), o empreendedor “Aceita assumir os riscos calculados e a possibilidade de fracassar”.

É notório no perfil do empreendedor que eles se diferenciam por serem agentes de mudanças, superação de limites, visão, capacidade de organização e planejamento, já que a desorganização pode comprometer o sucesso de toda a organização.

Com o crescimento globalizado, fez-se necessário o surgimento de empreendedores e dentro desse contexto surge o empreendedorismo no segmento de brechós.

## Brechós

Os brechós surgiram, no fim do século XIX, como lojas de artigos usados tinham como público alvo pessoas que não gozavam de um alto poder aquisitivo para comprar roupas em estabelecimentos convencionais.

Segundo Bôas e Lemes (2012), a moda dos brechós surgiu na década de 1970, através de uma geração que começou a se opor à sociedade de consumo vigente. Os jovens dessa geração se vestiam com roupas usadas, era uma forma de protesto à cultura da moda e pregavam a antimoda, contra a sociedade de consumo da época.

Os brechós, são empresas comerciais em que se vendem produtos antigos e usados, podendo ser roupas, objetos, acessórios, móveis, sapatos, brinquedos, e qualquer outro objeto de segunda mão, que não pertença à atualidade. Os produtos de um determinado período são chamados de vintage, porque são produtos que assim como o vinho ganham valor com o passar do tempo (SILVA; CARVALHO; GODINHO, 2009).

Dentro deste segmento, destaca-se o empreendedorismo de roupas usadas ou brechós, especificamente os brechós populares, que em cada momento têm-se observado o seu crescimento e a popularidade para as compras. Assim, este nicho de mercado tem crescido de forma positiva, enumerando resultados favoráveis para a economia local e para a sustentabilidade dentro deste segmento.

O SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2019), aponta que o novo empreendimento resulta em até 80% de alívio no bolso, se

comparado com as lojas tradicionais, tendo como aliado a tecnologia e o uso das mídias sociais na divulgação e comercialização de seus produtos. De acordo com Torres (2009), as mídias sociais trazem novas oportunidades para o empreendedor através de dispositivos eletrônicos, tais como: *facebook*, *Instagram* e *WhatsApp* que influenciam e estimulam na aquisição de produtos e serviços.

Atualmente os brechós oferecem uma ampla variedade de mercadorias que podemos atribuir ao *mix* de produtos, alinhados com peças de décadas passadas “*vintage*” e peças modernas, algo que desperta no consumidor a compra por estes artigos. Para Sandhusen (2003), o produto é qualquer bem, produto ou serviço que chame a atenção do consumidor e o faça comprá-lo. Já para Las Casas (2001 p. 167), produto deve ser definido “como as relações de troca que podem ser oferecidas num segmento, visando à satisfação a quem os adquire e consome”.

## Consumidores

Como acesso à informação e às tecnologias, o consumidor torna-se um cidadão muito bem informado, exigente e com incontáveis opções de compra dentro de uma economia globalizada, onde tudo acontece muito rápido estando o consumidor em qualquer lugar e a qualquer hora.

Atualmente a empresa tem visto e olhado os consumidores com respeito, cuidado e responsabilidade no que tange às relações comerciais e institucionais. Com acesso livre às mídias sociais, o consumidor tem abertura livre para falar o que lhe aconteceu e acesso aos órgãos de defesa, o que pode ser ruim para a empresa.

Contudo, quando satisfeito e realizado torna-se cliente verdadeiramente efetivo e contínuo sem abrir margem para os oponentes. Desse modo, Kotler e Armstrong (2015 p.159), definem que os consumidores são influenciados por algumas necessidades em determinados momentos, já para Abraham Maslow: “as pessoas são impulsionadas por determinadas necessidades em determinados momentos”.

Nessa linha de pensamento, entende-se que primeiro o consumidor tenta satisfazer as necessidades mais importantes, quando satisfeitas elas deixam de ser

um componente motivador, à medida que cada necessidade é realizada, a próxima delas entra em jogo, dando início ao novo ciclo de buscas e realizações.

## **METODOLOGIA**

As metodologias de pesquisa de campo adotadas são: descritiva e quantitativa, visto que descrevemos os perfis dos empreendedores e consumidores dos brechós de Trindade, conforme Marconi e Lakatos (2017).

Na cidade, foram apontados 15 brechós em salas comerciais, sendo possível a autorização e aplicação do questionário em 12, embora dois dos empreendedores não se dispusessem de tempo para responder o questionário e um quando procurado para aplicação das perguntas estava com o estabelecimento fechado.

A entrevista é constituída por 15 perguntas, aplicadas aos proprietários dos brechós, procurando identificar o tempo de existência da empresa, início das atividades, concorrência, aquisição e mix de produtos, nicho de mercado, mídias sociais, o perfil dos empreendedores e por fim o perfil dos consumidores e comportamento do consumidor.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

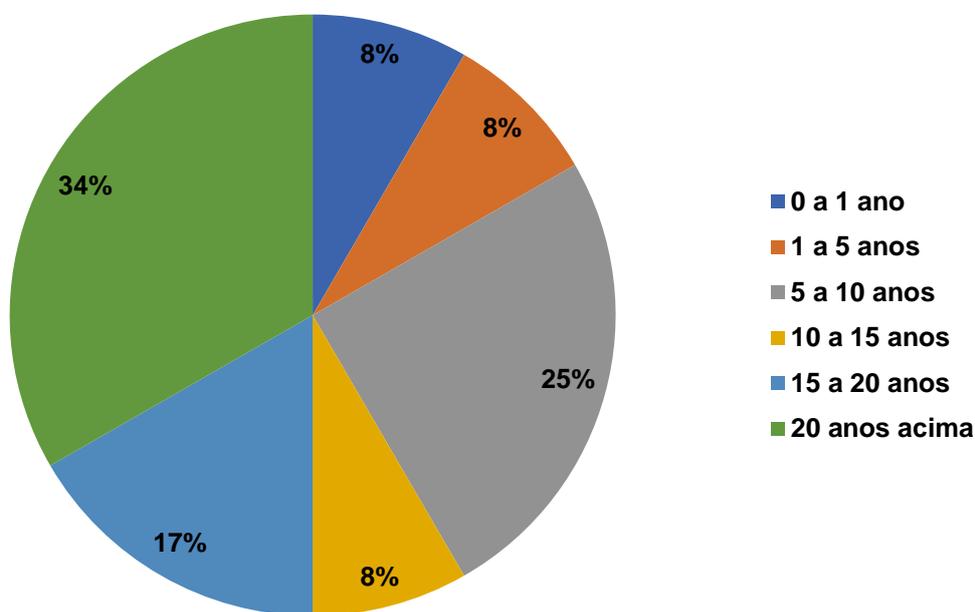
A entrevista sobre empreendedorismo e consumidores foi realizada em 12 empresas do ramo de brechós, ao serem questionados sobre quanto tempo as empresas estão no mercado, dos 12 empreendedores entrevistados, seis foram categóricos na resposta. Disseram estar neste segmento há mais de 15 anos, sendo que um dos entrevistados está há dois meses e outros cinco estão entre 5 e 15 anos.

Ao perguntar sobre os desafios e a competitividade, todos atribuíram que as maiores dificuldades são os próprios brechós, apesar de terem os mesmos produtos, os preços negociados por eles geram concorrência desleal.

Segundo dados do SEBRAE (2019), existem em todo Brasil cerca de 12 mil pequenos negócios que comercializam produtos usados, movimentando cerca de R\$

5 milhões por ano na economia do país, por não representar um mercado de risco, com concorrência ainda pequena, público diversificado e investimento relativamente baixo.

**Gráfico 1 – Tempo de existência das empresas**

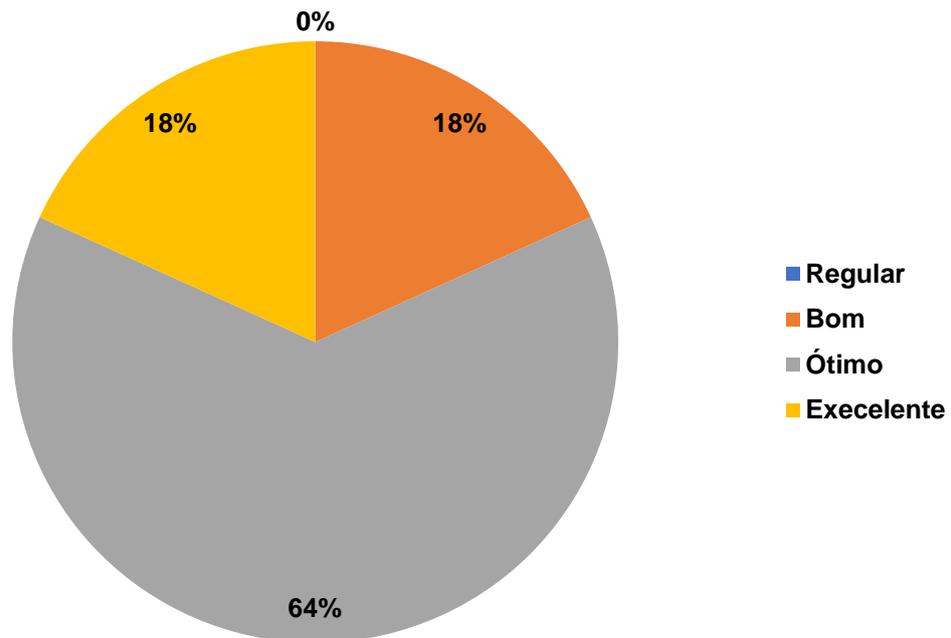


**Fonte: Dados da pesquisa.**

Observa-se no (Gráfico 1) que o tempo de existência das empresas se concentra na faixa etária de 20 anos acima correspondendo a 34% (quatro), 25% na faixa 5 a 10 anos (três), 17% na faixa etária 15 a 20 anos (dois), 8% entre 10 a 15, e outros dois 1 a 5 anos corresponde cada um a 8%.

Quando questionados a empreender neste nicho de mercado e os desafios detectados, os empreendedores foram decisivos em suas respostas. Todos tinham experiência na área de vendas, pois já comercializavam algum tipo de produto, especificamente, “cosmético”. O que proporcionou uma ação visionária neste mercado, visto que a concorrência ainda é pequena, possui público diversificado, fiel e com várias faixas etárias. Além disso, é um investimento inicial relativamente baixo e não ser considerado um mercado de risco.

**Gráfico 2 – Visão segmento de brechó.**



**Fonte: Dados da pesquisa.**

De acordo com (Gráfico 2), na visão dos empreendedores o segmento é um ótimo negócio com 64%, com 18% atribuindo a bom e excelente. Indo de encontro com Dolabela (2008), que descreve sendo um dos atributos do empreendedor a visão, “ver além que os outros veem, buscando oportunidades e visão de futuro”.

Quanto à aquisição das peças e o mix de produtos ofertados, “segundo eles as peças são adquiridas em bazares beneficentes, os próprios habitantes, ONGs, ponta de estoque de empresas, sendo o maior fornecedor uma instituição filantrópica local, tanto em peças usadas como novas”.

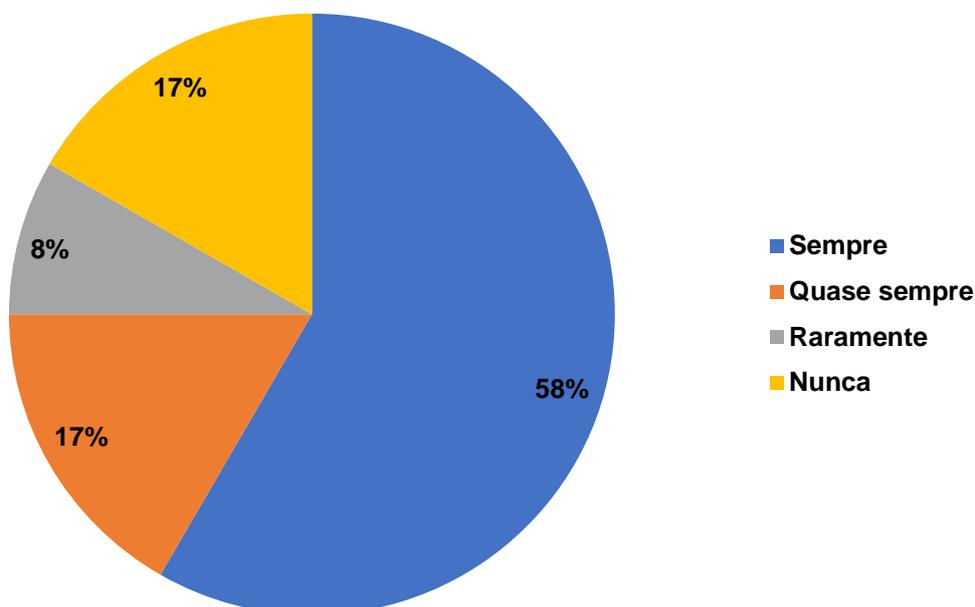
Quanto ao mix de produtos ofertados destacamos os itens por relevância e procura:

- Moda masculina (calça jeans, camiseta, bermuda, camisa social e sapato);
- Moda feminina (vestido, blusa, saia, jaqueta, calçado, calça e bermuda);
- Moda maior – masculino x feminino (calça, camisa, vestido, blusa e saia);
- Moda Juvenil (vestido, blusa e bermudas);
- Moda recém-nascido (macacão, sapatinho e meia);

Dentro do mix de produtos, os brechós ainda possuem acessórios, cosméticos de linha de produtos naturais, roupas para casamento e festas.

O uso das mídias sociais se faz necessário neste cenário competitivo e arrojado quando se fala em comercialização e divulgação dos produtos através das mídias sociais. Neste sentido, foi colocado aos empreendedores se eles fazem uso das mídias sociais para impulsionarem as vendas e a frequência.

**Gráfico 3 – Mídias sociais**



**Fonte: Dados da pesquisa.**

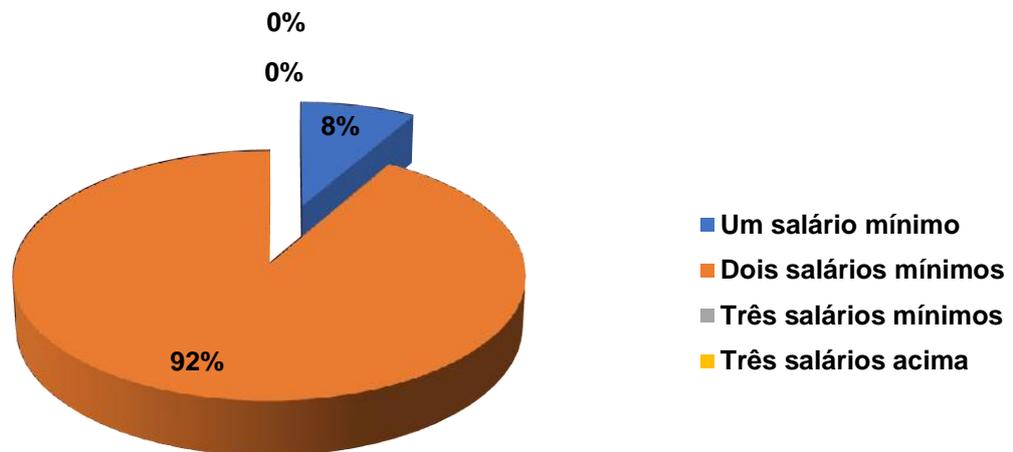
De acordo com o (Gráfico 3), 58% dos empreendedores fazem o uso das mídias sociais com frequência (*Instagram, WhatsApp e facebook*), sendo dois com 17%, quase sempre e nunca e outro com 8%, raramente. Diante disso, Torres (2009), afirma que as mídias sociais trazem novas oportunidades para o empreendedor no que tange à comercialização de produtos e serviços.

As questões a seguir têm por objetivo identificar os perfis dos empreendedores, levando em consideração, gênero, faixa etária e escolaridade.

Em relação aos gêneros dos empreendedores, a pesquisa identificou que 100% dos empreendedores de brechós, são do gênero feminino. A faixa etária, acima de 50 anos, corresponde a 67% sendo (oito) empreendedores, entre 41 a 50 anos, soma-se 25% sendo (três) e com idade entre 21 a 30 anos sendo (um) com 8%.

Ao apresentar o perfil dos pesquisados, comprova-se que o consumo em brechós é realizado em sua totalidade, por consumidores do sexo feminino.

**Gráfico 4 – Categoria da renda dos consumidores**

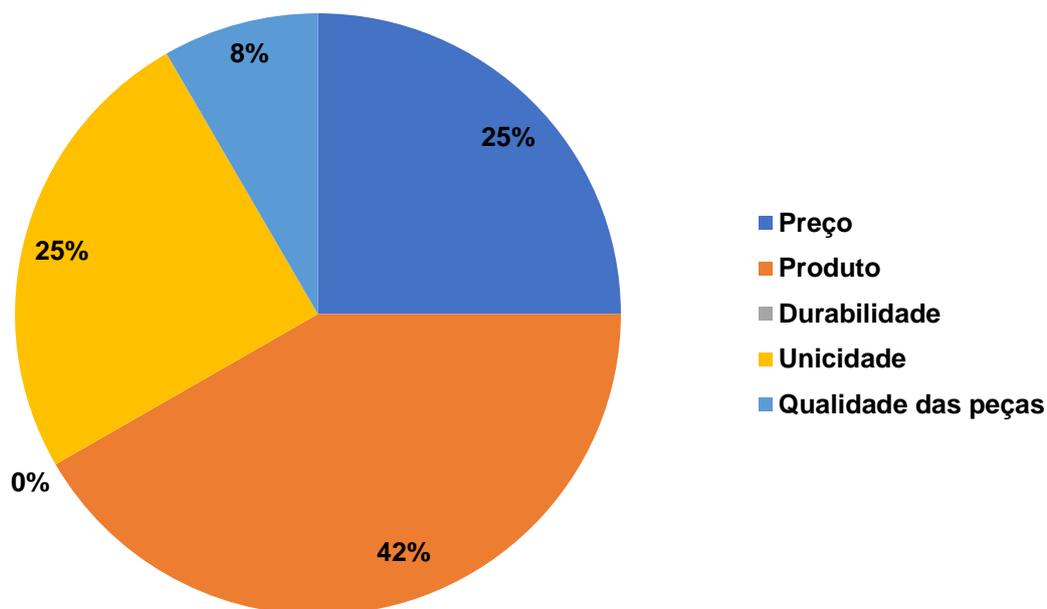


**Fonte: Dados da pesquisa.**

Quanto a categoria da renda no (Gráfico 4), a faixa da renda da pesquisa foi relativamente baixa, concentrada em um a dois salários mínimos. Esse quadro representa o perfil dos consumidores dos brechós. Foi utilizado o salário mínimo mensal de R\$ 1.045,00 vigente no Brasil em 2020.

Quanto à frequência de compras 50% fazem as compras em brechós diariamente, sendo 33% semanalmente e por fim 17% visitam os brechós para compras mensalmente.

Gráfico 5 – Aquisição em brechó



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto a aquisição em brechós (Gráfico 5) mostra que 42% dos consumidores atribuem ao produto, vindo em seguida 25% tanto para unicidade e preço e por último a qualidade das peças com 8%. Este resultado confirma a pesquisa Sandhusen (2003), que o produto é qualquer bem que chame a atenção do consumidor e faça comprá-lo.

Em relação às compras feitas pelos consumidores, atribuem que 50% dos produtos comprados são para consumo próprio, já 25% dizem que são para revenda, 17% são para consumo de toda família e por último 8% são para amigos.

## CONCLUSÃO

Através da pesquisa sobre o empreendedorismo nos brechós, observamos que no decorrer dos anos este segmento evolui, passando de empresas que iniciaram suas atividades em suas próprias residências, evoluindo para salas comerciais no centro da cidade com percepção e visão de mercado dos empreendedores.

Neste cenário, o trabalho procurou mostrar como se dá o empreendedorismo no ramo de roupas usadas ou segunda mão e os desafios enfrentados pelos empresários.

A pesquisa permitiu identificar o perfil dos empreendedores e consumidores. A partir desta análise, consideramos que o negócio de roupas usadas ou brechó apresenta excelente nicho de mercado, tanto para a economia quanto para a sustentabilidade.

Durante o trabalho, notou-se que 80% dos brechós têm como maior fornecedor uma instituição filantrópica local, ficando vinculado somente a este fornecedor, gerando a necessidade de captar outros fornecedores para o abastecimento de seus produtos. Identificou-se uma fraqueza para este segmento nos fatores internos das empresas

Outro fator, é que este segmento tem público fiel, gerando dificuldades em formar nova carteira de clientes a fim de aumentar seu público consumidor, o que pode representar uma ameaça para o negócio.

Apesar de ser um segmento de baixo risco, aconselha-se, em trabalhos futuros, a replicação da pesquisa com amostras dos empreendedores do segmento para trabalhar e desenvolver o Marketing e a avaliação dos fatores internos e externos com o uso da matriz SWOTZ ou FOFA para avaliar Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças.

## REFERÊNCIAS

BARON, R. A; SHANE, S.A. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BOÂS, Janaina Andréia Villas; LEMES, Tatiana Tosti. Desenvolvimento de produtos demoda a partir da valorização dos brechós. 107 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Design de Moda) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2012.

CARVALHO, Antônio Pires de. Os empreendedores da nova era. São Paulo: APC Consultores Associados, 1996.

COSTA, Alessandra Mello. BARROS, Denise Franca& CARVALHO, José Luis Felicio.A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. Rev. adm. contemp. [on line] vol.15 n.2 Curitiba Mar./Apr. 2011. Disponível em:

<contemp. vol.15 no.2 Curitiba Mar./Apr. 2011www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1415-65552011000200002&lng=en&tlng=PT> Acesso em 06 de Junho de 2020.

DOLABELA, Fernando. Oficina do Empreendedor: A metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, J.C.A. Empreendedorismo: Transformando idéia em *negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRUCKER, P. Prática da Administração de Empresas. São Paulo: Pioneira Cengage Learning, 2005.

FARAH, O. E. & CAVALCANTI, M & MARCONDES, L.P. Empreendedorismo estratégico: criação e gestão de pequenas empresas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

FORD, Henry. Minha vida e minha obra. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional: 1922.

GARTNER, William B. What are we talking when we talk about entrepreneurship? Journal of Business Venturing, v.5,n1, Jan. 1990.

KOTLER, Philip, Administração de marketing, análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo, Atlas, 1998.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi, Marketing: conceitos, exercícios, casos. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2017.

MASLOW, A.H. Introdução à Psicologia do Ser. 2. Ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1979.

SANDHUNSEN, Richard L, Marketing Básico. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SEBRAE. Brechós atendem às mudanças do mundo da moda. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/brechos-atendem-as-mudancas-do-mundo-da-moda,b3c1080a3e107410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em 09 de junho de 2020.

SEBRAE. Como montar um brechó. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/como-montar-um-brecho,37587a51b9105410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em 13 de junho de 2020.

SEBRAE. Conceitos de Empreendedorismo antidote. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-e-ser-empreendedor,ad17080a3e107410VgnVCM1000003b74010aRCRD?origem=Tema&codTema=2>> Acesso em 07 de junho de 2020.

SEBRAE. Quero melhorar minha empresa. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/momento/quero-melhorar-minha-empresa/comecepor-voce/empreendedorismo/336-caracteristicas-do-empreendedor/BIA\\_336](http://www.sebrae.com.br/momento/quero-melhorar-minha-empresa/comecepor-voce/empreendedorismo/336-caracteristicas-do-empreendedor/BIA_336)> Acesso em 08 de junho de 2020.

SILVA, Wânia Marilla da; CARVALHO GODINHO, Luiz Antônio de. Traçando o perfil do consumidor que busca artigos usados e/ou antigos nos brechós de Belo Horizonte. 2009.

Disponível em: <[http://www.artigocientifico.uol.com.br/uploads/artc\\_1245334564\\_18.doc](http://www.artigocientifico.uol.com.br/uploads/artc_1245334564_18.doc)>  
Acesso em 07 de maio de 2020.

TORRES, Cláudio. A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar. São Paulo: Novatec Editora, 2009.

# PLANEJAMENTO FINANCEIRO: UM ESTUDO DE CASO DO PERFIL FINANCEIRO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE SAGRADA FAMÍLIA

Jéssica Karolinne Vieira

Cláudio Kapp Júnior

Faculdade Sagra Família (FASF)

DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.231-248

**Resumo:** A administração financeira é importante tanto para as empresas, quanto para a vida pessoal, pois a mesma tem por objetivo a maximização das riquezas e está diretamente ligada a decisões de natureza financeira. Neste artigo o objetivo geral é estudar o comportamento financeiro dos acadêmicos do curso de Administração da Faculdade Sagrada Família. Utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário fechado e para a metodologia aplicou-se uma mescla das pesquisas básica, exploratória, descritiva, bibliográfica e quantitativa, quanto a elaboração do artigo, optou-se pela coleta de dados. Obteve-se como resultado que a maioria dos pesquisados são jovens de 17 a 28 anos, sem filhos, com uma renda média de até dois mil reais, solteiros e que uma pequena fatia já possui sua casa própria e está já encontra-se quitada. Os pesquisados possuem um bom conhecimento de renda, tendo consciência que cartão de crédito não é um aumento e/ou uma segunda fonte de renda. Mesmo não conseguindo verificar a real existência de planejamento orçamentário individual, verificou-se que o comportamento e conhecimento financeiro dos acadêmicos é apropriado para que não haja endividamento, com isso não há um alto grau para a tendência ao endividamento, também pode-se verificar que os acadêmicos estão familiarizados com o planejamento orçamentário e com esse estudo pode-se atingir parcialmente os objetivos deste artigo.

**Palavras chave:** Planejamento Financeiro. Juros. Acadêmicos. Finanças Pessoais.

## PERSONAL FINANCES: FINANCIAL PLANNING: A CASE STUDY OF THE FINANCIAL PROFILE OF THE ACADEMICS OF THE COURSE OF ADMINISTRATION OF THE SAGRADA FAMÍLIA FACULTY.

**Abstract:** Financial management is important for both business and personal life, as it aims to maximize wealth and is directly linked to financial decisions. In this article the general objective is to study the financial behavior of the academics of the Administration course of the Sagrada Família Faculty. A closed questionnaire was used as a research instrument and for the methodology a mixture of basic, exploratory, descriptive, bibliographic and quantitative research was applied, as for the elaboration of the article, data collection was chosen. As a result, the majority of those surveyed are 17 to 28-year-old, childless, with an average income of up to two thousand real, single and a small slice already owns their own home and is already removed. The respondents have a good knowledge of income, being aware that credit card is not an increase and / or a second source of income. Even though it was not possible to verify the actual existence of individual budget planning, it was verified that the behavior and financial knowledge of the academics is appropriate so that there is no indebtedness, with that there is not a high degree for the tendency to the indebtedness, it can also be verified that academics are familiar with budget planning and this study can partially achieve the objectives of this article.

**Keywords:** Financial planning. Interest. Academics. Personal finances.

## INTRODUÇÃO

A falta de planejamento financeiro pode comprometer a solvência nas empresas, isso aplica-se também as pessoas físicas. Giglio (2010) explica que para a teoria de Freud, as pessoas desconhecem seus verdadeiros desejos e isso ocorre devido ao próprio mecanismo de avaliação de cada indivíduo e será este que irá determinar se os desejos de obtenção torna-se-ão conscientes e quais não.

Segundo o um estudo da Federação do Comércio (FECOMÉRCIO, 2017) do Estado do Rio Grande do Sul, as famílias brasileiras começaram a reduzir suas dívidas a partir do segundo semestre de 2017, em virtude das reduções de juros que aconteceram.

De acordo com a FECOMÉRCIO (2017) do Estado do Paraná, pode-se verificar que em agosto de 2017 o índice de inadimplência e endividamento das famílias paranaenses ficou em 89,9%, mas mesmo com este índice elevado, os dados afirmam que as contas em atraso tiveram redução.

Um estudo realizado pelo Serasa Experian (2016) menciona que em março de 2016 a inadimplência entre os jovens de faixa etária de 18 a 25 anos ocupava a segunda posição no ranking de brasileiros negativados, representando 15,7% do total, o que caracteriza cerca de 9,7 milhões de jovens. Ao analisar-se a o Portal EconomiaSC (2018), verifica-se que em janeiro deste ano a inadimplência dos jovens de 18 a 24 anos caiu para 6,12%, com isso estima-se que cerca de 4,81 milhões de jovens encontravam-se endividados.

Neste cenário questiona-se: por que acadêmicos jovens e adultos acabam se endividando?

Portanto, o presente trabalho objetivou: Estudar o comportamento financeiro de acadêmicos do curso de Administração da Faculdade Sagrada Família.

Como objetivo específico, elencou-se:

1. Verificar a existência de planejamento orçamentário sobre os gastos dos acadêmicos pesquisados;
2. Compreender a tendência ao endividamento, os fatores que influenciam a decisão de compra;

3. Se os acadêmicos pesquisados estão familiarizados com o planejamento orçamentário.

O presente trabalho justifica-se pela importância do desenvolvimento de pesquisas capazes de permitir a compreensão acerca do comportamento financeiro de acadêmicos, ao tempo que considera-se o atual cenário de nosso país, onde deve-se pensar no futuro, pois não sabe-se como o mesmo estará daqui a 10 anos, ou seja, os jovens devem começar a pensar melhor antes de gastar todo seu salário antes mesmo de recebê-lo, porém trata-se de um assunto amplo e ao mesmo tempo delicado, uma vez que mexerá com o perfil de consumo dessas pessoas, pois sabendo-se que ao realizar-se um planejamento orçamentário, seja para acadêmicos jovens ou para pessoas mais experientes, estes conseguirão verificar gastos que são passíveis de “cortes” e então pode-se começar a pensar em investir o que estará em sobra para o futuro.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### Administração

De acordo com Chiavenato (2003), administrar é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos de uma organização para que assim os objetivos sejam alcançados de maneira eficiente e eficaz. Maximiliano (2012) complementa citando que a administração está ligada ao processo de tomada de decisões sobre os objetivos e utilizações de recursos e seus processos ou funções são: planejamento, organização, liderança, execução e controle.

Montana & Charnov (1999), utilizam-se de termos-chave para descrever administração, a qual para eles nada mais é que o ato de trabalhar com e por pessoas, para que assim sejam realizados objetivos tanto da organização, quanto de seus membros.

A definição de Daft (2007) para administração assimila-se a de Chiavenato (2003), pois o mesmo diz que administração é o alcance de metas de maneira eficaz e eficiente, por meio de planejamento, organização, liderança e controle dos recursos.

Para uma organização sustentável, todas as áreas de estudo dessa ciência são importantes. A sequência deste trabalho irá focar na administração financeira.

## Administração financeira

Segundo Camargo (2007), a administração financeira conforme a ótica econômica apresenta-se como sendo o objetivo principal de uma empresa a maximização da riqueza dos seus proprietários e para atingir-se essa meta existem três principais decisões financeiras: de investimento, de financiamentos e de distribuição dos lucros.

Kaspczak (2012, p. 21) comenta sobre este assunto dizendo que “a função financeira compreende um conjunto de atividades relacionadas com a gestão dos fundos movimentados por todas as áreas da empresa”.

Kaspczak (2012), Mariano (2012) e Padoveze (2011) comentam que a administração financeira engloba o ambiente financeiro, as decisões de investimentos de capital, os riscos da empresa e do mercado, o fluxo de caixa, o planejamento financeiro de curto e longo prazo, entre tantas outras decisões voltadas a natureza financeira.

Observando-se a definição para a administração financeira orçamentária de Mariano (2012), comenta que a mesma apresenta como objetivo a maximização da riqueza e dos lucros de seus proprietários, minimizando riscos com base em decisões de investimentos, financiamentos e dividendos, definição a qual possibilita-se a utilização para a vida pessoal, pois deve-se sempre pensar no futuro minimizando riscos de endividamento e maximizando os retornos financeiros.

Analisando-se os contextos acima citados verifica-se que tudo é questão de gestão dos recursos, segundo Vargas et al. (2017), os recursos quando gerenciados de forma eficaz garantirão a determinada empresa sua continuidade no mercado a qual está inserida, sabe-se que isso ocorrerá de maneira eficaz sendo realizada pelo administrador financeiro.

Segundo Braga (2013), a partir do momento o qual um indivíduo idealiza investir suas economias em determinada empresa, não optando por possibilidades

mais seguras, este estará disposto a responsabilizar-se pelos riscos para conseguir aumentar seu patrimônio ou seus bens pessoais, com essa definição pode-se então dar sequência a este trabalho e focar em finanças pessoais.

## Finanças pessoais

Savóia et al. (2007) apud Donadio (2014), explicam que em alguns estados dos Estados Unidos a educação financeira é implementada como disciplina obrigatória em grades curriculares de ensino. Já no Brasil, isso não ocorre, logo, existe um desenvolvimento inferior nessa área.

Gitman (2001) apud Leal e Nascimento (2011), recomenda começar a planejar as finanças pessoais com planos de longo prazo, com períodos de 2 a 10 anos, que irão ser os guias para planos de curto prazo, com período de 1 a 2 anos.

Napolitano (2018), explica que para desfrutar de uma vida financeira mais saudável é necessário conhecer quatro caminhos essenciais: planejamento, investimentos, imóveis e aposentaria. No plano de planejamento o primeiro passo é saber o que quer, quanto ganha e gasta, livrar-se das dívidas e gastar com inteligência.

Oliveira e Kaspczak (2013) comentam que a educação financeira está associada a métodos de comportamentos e pensamentos que irão ajudar o indivíduo a quitar suas dívidas e até mesmo chegar ao enriquecimento, por meio da administração de seus rendimentos, aplicações e investimentos, tudo isso ligado aos conhecimentos de assuntos financeiros e matemáticos para que assim possam ser tomadas decisões corretas.

Nota-se que os autores citados recomendam que o indivíduo conheça suas finanças pessoais, para isso recomendam que o esse faça um planejamento das mesmas, administrando de forma efetiva seus rendimentos, gastos, aplicações e investimentos, para isso pode-se fazer uso de planilhas ou simples anotações em cadernos.

## METODOLOGIA

O presente trabalho tem por objetivo analisar o comportamento das pessoas em meio ao seu orçamento financeiro, o mesmo será de natureza básica, pois envolverá novos conhecimentos.

Com relação à metodologia, o método de pesquisa utilizou-se da pesquisa básica, quanto aos objetivos a pesquisa exploratória, complementando-se com a pesquisa descritiva, quanto aos procedimentos à pesquisa bibliográfica, quanto à abordagem do problema a pesquisa quantitativa e por fim, para a elaboração do projeto optou-se por coleta de dados em questionário estruturado.

O Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (2014, [ONLINE]), descreve em seu site, sobre a pesquisa básica:

Pesquisa básica consiste na realização de trabalhos teóricos ou experimentais, cuja finalidade principal seja a aquisição de novos conhecimentos sobre os fundamentos de fenômenos e fatos observáveis, sem objetivo particular de aplicação ou utilização.

Quanto aos objetivos deste trabalho, optou-se pelo uso da pesquisa exploratória, para tornar-se claro os problemas descritos no mesmo. Segundo GIL, (2009, p. 41), comenta:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explicativo ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. [...]

Como complemento aos seus objetivos, pode-se verificar o uso de pesquisa descritiva, a qual é descrita por Vergara (2009, p. 42) como:

A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. [...]

Quanto aos procedimentos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a qual para Gil (2009, p. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Quanto à abordagem do problema optou-se pela pesquisa quantitativa, as quais os resultados podem ser quantificados. Segundo Fonseca (2002, p. 20 apud

GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 33), este tipo de pesquisa direciona-se na objetividade, a mesma também recorre à linguagem matemática, para que assim possa descrever as causas de determinado fenômeno.

Por fim, como forma de instrumentos para elaboração deste projeto utilizou-se a coleta de dados, por meio de um questionário estruturado. A estruturação do questionário foi elaborada conforme Silva (2016). No questionário foram elaboradas questões em escala de Likert (1976) para construção dos constructos atitude financeira, comportamento financeiro e conhecimento financeiro.

A população desta pesquisa estava delimitada a um grupo de 202 acadêmicos regularmente matriculados do primeiro semestre ao último semestre letivo do ano de 2018, selecionados por acessibilidade junto ao curso de Administração da Faculdade Sagrada Família (FASF).

Os sujeitos pesquisados estavam categorizados em salas de aula, por semestres, considerando a seguinte divisão:

**Quadro 1: Revisão da literatura no TCC**

<b>Curso</b>	<b>Semestre</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Respondentes</b>
Administração	1º	23	9
Administração	2º	16	7
Administração	3º	25	9
Administração	4º	26	14
Administração	5º	25	16
Administração	6º	23	10
Administração	7º	37	16
Administração	8º	27	13
<b>Total</b>		<b>202</b>	<b>94</b>

**Fonte: Os autores (2018)**

Considerando o número de acadêmicos participantes obteve-se uma amostra total de 47% da população pesquisada, foram eliminados 58 acadêmicos os quais não responderam ao questionário com a devida atenção.

Para coleta de dados utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário fechado, contendo 32 questões com múltiplas escolhas, com base em Silva (2016), onde duas questões eram as negativas de outras duas, sendo elas a de número 20, negativa da questão 15 e a de número 28, negativa da 23, para que fosse possível identificar a população realmente interessada em responder o questionário.

A pesquisa foi realizada dos dias 19 a 26 de março de 2018, com exceção do sábado e domingo, nas dependências da Faculdade Sagrada Família.

Foram distribuídos 152 questionários entre os oito períodos do curso de administração, dentre os quais foram considerados apenas 94 questionários, devido a 58 questionários constarem divergências em questões estratégicas, já citadas acima.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Resultados

Neste item serão apresentados por meio de tabelas os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário. Primeiramente apresenta-se os perfis sociodemográfico dos acadêmicos respondentes demonstrados por meio da tabela 1, conforme abaixo:

**Tabela 1: Características sóciodemográficas**

Variável		n	%n
Gênero	Feminino	53	56%
	Masculino	41	44%
Faixa de Idade	17 a 28	76	81%
	29 a 39	16	17%
	40 a 50	1	1%
	50 ou mais	1	1%
Estado Civil	Solteiro (a)	68	72%
	Casado (a)	20	21%
	Viúvo (a)	0	0%
	Outros	4	4%
	Não respondeu	2	2%
Você está em qual período do curso	1º	9	10%
	2º	7	7%
	3º	9	10%
	4º	14	15%
	5º	16	17%

	6º	10	11%
	7º	16	17%
	8º	13	14%
Renda Mensal	Até R\$ 1.000,00	23	24%
	R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	36	38%
	R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00	18	19%
	R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00	9	10%
	R\$ 4.000,01 a R\$ 5.000,00	3	3%
	R\$ 5.000,01 a R\$ 6.000,01	2	2%
	R\$ 6.000,01 acima	3	3%
Você mora em:	Casa própria que está quitada (está paga)	27	29%
	Casa financiada (paga prestações do financiamento)	19	20%
	Casa alugada	10	11%
	Com familiares para não ter despesa com moradia	19	20%
	Com familiares para ajudar nas despesas	18	19%
	Não respondeu	1	1%
Quando você pensa em dinheiro você pensa em:	Segurança	35	37%
	Aparência	2	2%
	Gastos	15	16%
	Sobrevivência	27	29%
	Alegria	13	14%
	Juros	0	0%
	Não respondeu	2	2%
<b>Total</b>		<b>94</b>	<b>100%</b>

Fonte: Os autores (2018)

Os dados da Tabela 1 permitiram analisar dados sociodemográficos dos respondentes e as predominâncias foram: sexo feminino com 53 respondentes, correspondendo a 56% do total; em relação a idade de 17 a 28 foram 76 respondentes, correspondendo a 81%. No estado civil 68 respondentes são solteiros, correspondendo a 72% do total.

O período do curso com mais respondentes foram o quinto e o sétimo, ambos com 16 pessoas em sala de aula no dia da pesquisa, correspondendo a 17% cada; a faixa de renda de 59 respondentes foi de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), correspondendo a 63% do total, sendo 25% até R\$ 1.000,00 (mil reais) e 38% de R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00 (mil e um reais a dois mil reais).

Com relação ao perfil de consumo da população pesquisada, verificou-se que quanto à moradia, 27 respondentes possuem casa própria e quitada, sendo 29% do total e 38 estão pagando financiamento ou morando com familiares para não ter despesa com moradia sendo 20% cada.

E por fim a pergunta “quando você pensa em dinheiro, você pensa em: ”, onde 35 pessoas responderam pensar em segurança, sendo um percentual de 37% e 27 pensam em sobrevivência, sendo 29% do total.

Com relação ao número de filhos a grande maioria não possui, sendo 80 respondentes, correspondendo a 85% do total, seguido de 1 filho, sendo 8 respondentes em uma porcentagem de 9%, os demais resultados estão representados abaixo:

**Tabela 2: Estatística descritiva: números de filhos**

<b>Número de filhos</b>	<b>n</b>	<b>%n</b>
0	80	85%
1	8	9%
2	4	4%
3	0	0%
4 ou mais	1	1%
Não respondeu	1	1%
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>100%</b>

**Fonte: Os autores (2018)**

Ao serem questionados sobre a importância de alguns bens em um grau de 1 a 8, onde 1 era o mais importante e 8 o menos importante, a maioria, sendo 43 respondentes, ou seja, 46% do total, pensam em saúde como sendo o bem mais importante, seguido de alimentação com 12 respondentes, porcentagem de 13% do total. Pode-se notar que uma grande parcela da população não compreendeu a questão 9, a qual dizia: “Coloque, em ordem de importância (essencialidade), para você, os seguintes bens (Numere de 1 a 8, sendo 1 a mais importante e 8 a menos importante) ”, sendo assim 23%, que corresponde a 22 pesquisados responderam de forma errônea, marcando “x” ou então colocando todos os bens como 1, como 2, por exemplo – Tabela 3.

**Tabela 3: Essencialidade de bens**

<b>Coloque, em ordem de importância (essencialidade), para você, os seguintes bens (Numere de 1 a 8, sendo 1 a mais importante e 8 a menos importante)</b>	<b>n</b>	<b>%n</b>
Saúde	43	46%
Não respondeu corretamente	22	23%
Alimentação	12	13%
Moradia	7	7%
Educação	3	3%
Lazer	2	2%
Poupança	2	2%
Transporte	2	2%
Cultura	1	1%
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>100%</b>

**Fonte: Os autores (2018)**

O item menos essencial a população estudada seria a cultura, alcançando apenas 1% num grau essencialidade, quando a análise é realizada pelo bem mais essencial – correspondendo ao numeral 1.

As perguntas de 10 a 32 foram desenvolvidas através da escala tipo Likert, com 5 proposições: discordo totalmente; discordo parcialmente; indiferente; concordo; concordo totalmente, as perguntas eliminatórias 20 e 28 seguiram a mesma linha e serviram para compreender o entendimento com relação a atitude, comportamento e conhecimento financeiro dos pesquisados.

**Tabela 4: Estatística descritiva dos Indicadores**

<b>Perguntas</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Constructos Propostos</b>
24. Quando você decide comprar um produto à prestação você consulta os seus gastos para ver se terá condições para pagar todas as prestações.	4,23	1,05	Atitude Financeira
30. Você identifica um bem como sendo essencial para você quando o mesmo lhe dá destaque entre os amigos e conhecidos.	2,12	0,15	
32. Você não precisa poupar, pois terá a aposentadoria pelo INSS.	1,14	0,39	
12. Ter Educação Financeira significa saber planejar os gastos de acordo com a renda	4,38	1,15	

13. Você é uma pessoa com conhecimentos suficientes para administrar sozinho suas finanças	3,77	0,85	Comportamento Financeiro
18. Quase metade do seu salário está comprometido com financiamentos.	2,49	0,34	
19. Você planeja seus financiamentos. Só adquire novo financiamento quando quita o anterior.	3,70	0,71	
21. Você somente recorre a empréstimos, consignados ou financiamentos somente para gastos urgentes ou diante de algum imprevisto.	3,59	0,82	
22. A sua dívida que consome a maior parte do seu salário é a do financiamento da sua casa.	1,71	0,21	
25. Você sempre paga as prestações dos seus empréstimos em dia.	2,41	0,56	
29. Poupar significa segurança para o futuro.	4,61	1,44	
10. Você planeja seus gastos a partir do seu salário	4,27	1,08	Conhecimento Financeiro
11. Você conhece o significado de educação financeira	4,05	1,08	
14. Taxa de juros é o preço do dinheiro	3,18	0,73	
15. Você é capaz de identificar a taxa de juros cobrada em um financiamento.	3,87	0,99	
16. Quando uma pessoa adquire um cartão de crédito é como se a sua renda tivesse aumentado.	1,61	0,26	
17. Você é uma pessoa que não tem dívidas (Considere as parcelas do cartão de crédito).	2,33	0,10	
23. Toda vez que você compra um produto a prazo, você sabe que terá o dinheiro para pagar a prestação nos meses seguinte nas datas de vencimento.	4,34	1,13	
26. Você tem mais de uma fonte de renda.	2,29	0,29	Conhecimento Financeiro
27. Cartão de crédito é como um segundo salário.	1,16	0,36	
31. Quando você fala "minhas finanças" significa que está falando somente do seu salário.	2,57	0,29	

Fonte: Os autores (2018)

A tabela acima contém as médias e os desvios padrões das respostas de cada pergunta feita aos entrevistados por meio do questionário e posterior estará à discussão a acerca das questões que são mais importantes para chegar-se a uma possível conclusão sobre o planejamento financeiro dos acadêmicos

## Discussões

Este item trará o resultado das pesquisas realizadas com os acadêmicos do curso de administração da Faculdade Sagrada Família, sendo que a mesma foi realizada com uma população de 94 pessoas, jovens e adultos, de ambos os gêneros.

O estudo mostra que mesmo quando Savóia et al. (2007) apud Donadio (2014), explicam que o Brasil não possui a educação financeira implementada em grades curriculares de ensino, os acadêmicos estudados estão cientes quanto ao uso de seu dinheiro, pagamento das dívidas e planejamento financeiro e isso valida-se verificando a tabela 4, pois nota-se que as perguntas com médias acima de 4 foram: P10 (4,27), P11 (4,05), P12 (4,38), P23 (4,34), P24 (4,23) e P29 (4,61), já as perguntas com médias menores que 2 foram: P16 (1,61), P22 (1,71), P27 (1,16) e P32 (1,14), no caso dessas médias serem invertidas, mostrariam que os acadêmicos conhecem pouco sobre educação financeira e estariam com maior tendência ao endividamento, assim entrando na estatística já relatada neste trabalho.

Porém mesmo que os acadêmicos tenham consciência e se digam conhecedores da educação financeira, a partir do estudo das médias e do desvio padrão pode-se notar que este segundo acaba por ter uma média alta, o que mostra que alguns acadêmicos responderam essas questões de forma diferente e que esses podem estar com mais tendência ao endividamento.

Ao analisar-se a pergunta 21 “Você somente recorre a empréstimos, consignados ou financiamentos somente para gastos urgentes ou diante de algum imprevisto”, nota-se uma média de resposta de 3,59 com um desvio de apenas 0,82, onde 66% da população estudada concordam e 26% discordam e essa população pode ser a que venha a se endividar futuramente.

Analisa-se o que Oliveira e Kaspczak (2013) comentam, relatando que a educação financeira está ligada aos métodos de comportamentos e pensamentos de cada indivíduo, pois a pergunta de número 30, a qual diz respeito a atitude financeira do mesmo, “Você identifica um bem como sendo essencial para você quando o mesmo lhe dá destaque entre os amigos e conhecidos”, 63% da população dizem discordar, tendo apenas 19% que concordam com a afirmação, isto mostra que os pesquisados possuem consciência de que não necessitam de “status” perante outras pessoas de seu convívio.

Analisando-se o conhecimento de renda, o grau de conhecimento está alto, subentendendo-se que ao serem questionados sobre cartão de crédito ser uma segunda renda 96% da população analisada discorda totalmente ou discorda, sobre o cartão de crédito aumentar a renda 83% discorda totalmente ou discorda e sobre a necessidade de poupar 96% concordam totalmente ou concordam.

A população pesquisada possui um bom conhecimento sobre juros e por esse motivo a grande maioria conseguirá ter um planejamento financeiro de efetividade, pois quando questionados sobre a taxa de juros ser o preço do dinheiro, 55% da população concorda totalmente ou concorda, com isso subentende-se que os mesmos sabem que ao realizar um empréstimos os juros pagos serão o preço do dinheiro adquirido naquele momento, então chega-se a questão sobre ser capaz de identificar a taxa de juros de um financiamento, onde 80% concorda totalmente ou concorda que são capazes de fazer essa identificação.

Por fim ao serem questionados sobre o fato de não precisar poupar, pois terão aposentadoria pelo INSS, 96% discordam totalmente ou discordam, sendo assim, subentende-se que a população pesquisada tem vasto conhecimento de que precisam se planejar e poupar, ligando-se então ao que Napolitano (2018) relata ser necessário para desfrutar de uma vida financeira saudável e poderem realizar seus planos de longo prazo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada buscou conhecer o perfil dos acadêmicos do curso de administração da Faculdade Sagrada Família, perante o conceito de planejamento financeiro, com dados levantados a partir de pesquisa quantitativa, onde pode-se verificar que a maior parte dos acadêmicos deste curso são do gênero feminino, representando 56% do total e 44% masculino. A grande maioria são jovens de 17 a 28 anos, sendo 81% da população total estudada.

Contatou-se também que 72% desta população declara-se solteiro (a), não tendo nenhum filho, com 85% do total e que já possuem casa própria quitada, sendo 29%.

A amostragem para realização das tabelas não foi separada por alunos, uma vez que o objetivo do trabalho estava em analisar o acadêmico como todo, porém este trabalho pode ser continuado com a análise de como cada gênero, faixa etária e faixa salarial se comportam perante o planejamento financeiro.

Não foi possível verificar a real existência de um planejamento orçamentário dos acadêmicos, uma vez que não foi realizada essa pergunta no questionário a eles proposto, limitando-se a compreender a sua tendência ao endividamento e os fatores que influenciam a decisão de compra, que podemos verificar que não está ligado ao “status” que este irá lhe proporcionar.

Porém com as perguntas proposta pode-se verificar que os acadêmicos estão familiarizados com o planejamento orçamentário e que por mais que não tenham isso no papel e/ou em planilhas, não estão com grau de endividamento alto, com isso pode-se subentender que mesmo não comprovando eles possuam algum tipo de controle de suas finanças pessoais.

Sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas para a verificação de quantos dos acadêmicos pesquisados possuem algum tipo de planejamento financeiro e quantos o começaram após terem iniciado seu curso e até mesmo em qual período o começaram, para quem sabe descobrir se existe alguma matéria na grade curricular deste curso ofertado pela Faculdade Sagrada Família que estimule o acadêmico a se planejar e pensar em seu futuro com finanças saudáveis.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. 1. ed. 21. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.

CAMARGO, Camila. **Análise de investimento e demonstrativo financeiros**. Curitiba: Ibplex, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DAFT, Richard. **Administração**. [Tradução Robert Brian Taylor]. 6. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

DONADIO, Rosimara. **Educação Financeira De Estudantes Universitários: Uma Análise Dos Fatores De Influência**. 2014. 145 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade Nove de Julho Programa de Pós-graduação em Administração, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.uninove.br/xmlui/handle/123456789/685>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DO PARANÁ. **PEIC AGOSTO**: Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. 2017. Disponível em: <<http://www.fecomerciopr.com.br/pesquisas/endividamento-inadimplencia-consumidor/agosto-tem-o-maior-numero-de-familias-endividadas-desde-2013/>> Acesso em: 17 set. 2017.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Consumo & Endividamento**: O futuro do comércio no Brasil está comprometido? 2017. Disponível em: <<http://fecomercio-rs.org.br/wp-content/uploads/2017/02/ConsumoEndividamento.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2017.

GIGLIO, Ernesto Michelangelo. As bases de noção de ser humano e as teorias do consumidor que elas geram. In: GIGLIO, Ernesto Michelangelo. **O Comportamento do Consumidor**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. Cap. 2. p. 38-38.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 12. reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Deisi Martinello; SORATO, Kátia Aurora dalla Libera. Planejamento e controle das finanças pessoais com enfoque na utilização das ferramentas contábeis: um estudo com profissionais autônomos. **Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 2, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/index.php/seminariocsa/article/view/1424/1351>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MERCADO DE CAPITAIS. **Pesquisa Básica e Pesquisa Aplicada**. 2014. Disponível em: <<http://ibmec.org.br/geral/pesquisa-basica-e-pesquisa-aplicada/>>. Acesso em: 26 set. 2017.

KASPCZAK, Marcia Cristina de Mello. **Desmitificando a Administração Financeira: uma abordagem ao seu alcance**. 1. Ed. Curitiba: Universo Científico, 2012.

LEAL, Cícero Pereira; NASCIMENTO, José Antonio Rodrigues do. **Planejamento Financeiro Pessoal**. 2011. Disponível em: <<http://www.pgskroton.com.br/seer/index.php/rcger/article/view/2101>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

LIKERT, Renis. **Una Técnica para la Medicion de Atitudes**. (A technique for the measurement of attitudes, Archives of Psychology, n.140, p.1-50, 1932). In: WEINERMAN, C. H. Escalas de Medicion en Ciências Sociales. Buenos Aires: Nueva Vision, p.201-260. 1976.

MARIANO, Fabrício. **Administração Financeira e Finanças Pessoais**. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2012.

MAXIMILIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MONTANA, Patrick. e CHARNOV, Bruce. **Administração**. São Paulo: Saraiva, 1999.

NAPOLITANO, Giuliana. **O guia exame do dinheiro: 53 ideias para ter uma vida financeira mais saudável**. São Paulo: Abril, 2018. 144 p.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à administração financeira: texto e exercícios**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PORTAL ECONOMIASC (Santa Catarina). **Jovens do Sul estão entre os maiores endividados: Centro-Oeste e Sul são as regiões que apresentam a maior participação dos jovens no total de inadimplentes atingindo 4,81 milhões de negativados entre 18 e 24 anos**. 2018. Disponível em: <<http://economiasc.com.br/jovens-do-sul-estao-entre-os-maiores-endividados/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SERASA EXPERIAN. **Inadimplência atinge 9,4 milhões de jovens no Brasil, revela estudo inédito da Serasa Experian**. 2016. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/blog/2016/05/24/inadimplencia-atinge-94-milhoes-de-jovens-no-brasil-revela-estudo-inedito-da-serasa-experian/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

SILVA, Rogério da. **Finanças Pessoais E Educação Financeira: O perfil dos servidores públicos de um município do centro-oeste brasileiro**. 2016. Disponível em: <[http://www.fucape.br/public/producao\\_cientifica/8/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Rogério%20da%20Silva%20.pdf](http://www.fucape.br/public/producao_cientifica/8/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Rogério%20da%20Silva%20.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2017.

VARGAS, Rodrigo et al. **Gestão Financeira Pública Versus Privada**. 2017. Disponível em: <[https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/GESTAO\\_EaD/article/view/1723](https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/GESTAO_EaD/article/view/1723)>. Acesso em: 01 mar. 2018.

# REUSO DE ÁGUA DE ARCONDICIONADO UTILIZANDO INTERNET DAS COISAS E COMPUTAÇÃO EM NUVEM: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA DE TIC NO AMAZONAS

Afonso Fonseca Fernandes  
Júlio César D'Oliveira e Souza  
Mario Jorge da Silva Maciel

Faculdade Martha Falcão|Wyden/Dept°. de Administração/Manaus/AM

*DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.249-264*

**Resumo:** O reuso da água a cada dia torna-se mais atrativo, pois está relacionada com a conscientização e uso sustentável desse recurso hídrico cada vez mais escasso. O foco deste trabalho foi responder a questão: é possível o reaproveitamento de água de aparelho de ar condicionado para uso menos nobre? Para isso, foi implantado um projeto de reaproveitamento de água produzida por aparelhos de ar condicionados numa empresa de TIC – PRODAM, localizada na região Norte, com uso de sistema de coleta de dados por internet das coisas – IoT, armazenamento de dados em nuvem e com leitura por aplicativo de smartphone. Após a coleta, medição e análise do projeto, obteve-se a redução de consumo de 118,40 litros/dia de água tratada e uma diminuição no valor da conta de 1,87% mensal com pay back de 12 meses para um investimento de R\$ 581,10.

**Palavras-chaves:** Reuso. água tratada. sustentabilidade.

## INTRODUÇÃO

A escassez de água no mundo está cada vez mais agravada com as mudanças climáticas, o crescimento populacional, a desigualdade social e com as diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, principalmente nos grandes centros urbanos.

O recurso água potável é uma necessidade contemplada na definição de desenvolvimento sustentável, pois é uma demanda da geração atual e futura no ambiente em que vive. Assim, atualmente há campanhas de conscientização na preservação e uso consciente dos recursos naturais que estão cada vez mais escassos, nessa “onda verde” tanto as pessoas quanto as empresas estão se voltando para uso mais consciente desses recursos em todas as regiões do planeta. Diante dessa necessidade crescente, os gestores empresariais têm procurado implantar programas e/ou campanhas para o uso consciente de água potável, a fim de preservá-la para uso em finalidades mais nobres ou mesmo reduzir os custos com o uso da água.

Desta forma, este trabalho pretende responder o seguinte questionamento: é possível reutilizar a água produzida pelos aparelhos de ar condicionados para uso menos nobres, diminuindo o uso de água tratada? Para responder esta pergunta, foi implantado um projeto para viabilizar o reuso de água produzida por condensação pelos aparelhos de ar condicionados instalados numa empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC - PRODAM, localizada em Manaus, no Estado do Amazonas, utilizando as tecnologias internet das coisas - IoT e computação em nuvem.

Preliminarmente foi realizado um diagnóstico para composição do histórico de consumo e valores de água tratada utilizada para lavagem de calçadas, jardins e aparelhos instalados em um dos quatro prédios que compõem a infraestrutura da empresa PRODAM, a quantidade de aparelhos de ar condicionados instalados nas salas do prédio, medição da capacidade de produção de água condensada pelos aparelhos de ar condicionados; em seguida a estimação dos materiais a serem utilizados para a coleta de água, dados e transmissão de dados para leitura e armazenamento em “nuvem”, tais como: materiais eletroeletrônicos e hidráulicos, e

finalmente o desenvolvimento de aplicativo para smartphone com a finalidade de leitura e interpretação de relatórios.

Sobre a análise de viabilidade financeira do projeto, foi realizado o levantamento dos valores pagos durante o ano anterior a implantação do projeto, servindo como base de cálculo do *payback* do valor total do investimento.

Após a instalação do sistema de coleta de água condensada dos aparelhos de ar condicionados, foi desenvolvido um sistema, contendo sensor ultrassônicos, sensor de vazão, placa de modem e aplicativo para smartphone para coleta e leitura dos dados digitais.

Os resultados alcançados demonstraram que é viável a utilização água coletada para usos menos nobres, como rega de jardins, lavagem de pátio e/ou aparelhos, uma vez que a produção de água pelos aparelhos de ar condicionados foi de 2.368 litros/mês e a redução do valor de consumo foi de 1,87% mensal; embora a redução do valor financeiro ser considerado baixo, a atitude ecologicamente correta e sustentável justificam o projeto.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O recurso hídrico é considerado essencial para a sobrevivência humana e a vida no planeta, e o reaproveitamento de água produzida pelos aparelhos de ar condicionados diminui o uso de água tratada nas atividades do cotidiano. Assim, alguns autores implantaram seus projetos de reaproveitamento de água de aparelhos de ar condicionados em diversas edificações, tais como: escolas, prédios públicos e até mesmo em prédio de faculdades e universidades, obtendo grande êxito como resultado.

De acordo com a Organização das Nações Unidas - ONU, a agenda 2030, no objetivo 6 “assegurara a disponibilidade e gestão da água e saneamento para todas e todos”, e item 6.3 “..., reduzir à metade a proporção de água residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente”. Verifica-se que há uma preocupação a nível global sobre a reciclagem e reutilização do recurso água que se apresenta mais escasso.

Barbosa e Coelho (2016) desenvolveram um meio de reaproveitamento de água condensada de aparelho de ar condicionado visando a diminuição do consumo de água tratada utilizada para limpeza da faculdade, além disso, reutilizaram a água como benefício ao meio ambiente e sustentabilidade dos recursos hídricos. Nesse projeto, utilizaram dois sistemas: um de drenagem para água, instalado embaixo dos aparelhos de ar condicionado e outro de unidade coletoras, apoiado em um suporte com rodas giratórias considerado inovador, assim com a implantação do projeto, houve uma redução do consumo de 2400 litros de água potável.

Já Soares, Silva e Silva (2018) implantaram um projeto para viabilizar a redução do consumo de água tratada na administração pública através do aproveitamento da água produzida pelos aparelhos de ar condicionado do Centro de Formação dos Servidores e Empregados Públicos do Estado de Pernambuco para fins não potáveis. A metodologia consistiu em analisar o histórico de consumo de água do prédio, estimar a quantidade de água condensada produzida pelos aparelhos de ar condicionados e as necessidades de água não potáveis. O resultado obtido foi a viabilidade da utilização desta água para rega de jardins, cujo o consumo foi estimado em 1.616 litros/mês e o total produzido pelos aparelhos de ar condicionado foi estimado em 9.829 litros/mês. Além disso, a água coletada poderia ser utilizada para outros fins, tais como: limpeza em geral, descarga de bacias sanitárias ou até mesmo para lavagem de veículos.

Catapreta e Freitas (2008) que também analisaram a implantação do projeto de captação de água de aparelho de ar condicionado num edifício público da Cidade Administrativa de Minas Gerais, sede do governo Estadual, teve como resultado uma redução do consumo de água potável entre os anos de 2014 e 2015 de aproximadamente 1.424.000 litros de água, essa quantidade é suficiente para abastecer cerca de 9.493 pessoas, considerando que cada pessoa utiliza cerca de 150 litros de água por dia.

Não obstante, Inada, Mota e Oliveira (2011) que desenvolveram um projeto para um Colégio de Ensino Médio particular no Município de Umuarama, no Paraná, que consistiu em aproveitamento de água de gotejamento dos aparelhos de ar condicionado das salas de aula, sendo essa água armazenada e utilizada para regar o jardim do Colégio, lavar pano de limpeza e calçadas, diminuindo também a utilização de água potável.

Fortes, Jardim e Fernandes (2015) também visou a instalação de projetos de captação de água de ar condicionado em instituições para o aproveitamento em lavagem e jardinagem. Os resultados foram a obtenção de 44,5 litros por dia útil. Estimou-se a necessidade de dois reservatórios para captação de 100 litros cada. Os custos de implantação do projeto piloto, incluindo material e mão-de-obra foi estimado em R\$ 818,10 com *payback* de retorno de aproximadamente 6,76 anos.

Já Bolina et al. (2017) estudaram a viabilidade de aproveitamento de água de aparelho de ar condicionado no Centro de Espaço Físico da Universidade Federal de Goiás para fins não potáveis, tais como: lavagem de passeios, uso de bacias sanitárias ou mesmo para regar jardins, priorizando a redução de água tratada. Desta forma, observou-se que o volume produzido foi relativamente alto, chegando a 1.591 e 2.713 litros na estação seca e chuvosa respectivamente. A economia financeira foi considerada pequena e detectaram amostras de água com presença de sulfeto de hidrogênio acima do permitido pela portaria do Ministério da Saúde MS 2914/11, impossibilitando o uso potável, porém a água poderia ser utilizada em bacias sanitárias.

Também Rocha (2017) que analisou a viabilidade econômica e construtiva de aproveitamento de água condensada no Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio Grande de Norte – UFRN que utilização da água de ar condicionado, mostrou-se como uma alternativa sustentável na busca pela conservação dos recursos hídricos. A metodologia envolveu a elaboração de um projeto, análise da qualidade da água, avaliação da eficiência do sistema e os custos de implantação do projeto. A investigação indicou que a oferta mensal produzida pelos aparelhos foi de 17.937,00 litros que equivale a 89,50% da demanda de irrigação do local, considerando o tempo de funcionamento dos aparelhos de 8 horas/dia, viabilizando o projeto.

Já Accardo, Carvalho e Gouveia (2018) propuseram um sistema de reuso da água condensada de aparelho de ar condicionado, reaproveitando-a de maneira mais nobre para uso em laboratório de química. Desta forma, água poderia ser utilizada como água destilada para uso laboratorial e após o processo de ionização, obter água de qualidade classe – I. O reaproveitamento desta água representou uma oportunidade de reduzir o consumo de água e energia elétrica com um investimento

relativamente baixo, ou seja, um custo de R\$ 500,00 com retorno em menos de 2 meses.

Ferreira e Tose (2016) também implantaram um projeto em prédio universitário, no caso o Instituto Federal do Espírito Santo – campus Santa Teresa. O trabalho teve como objetivo realizar levantamento quantitativo da produção de água proveniente de aparelho de ar condicionado e correlacioná-lo com os benefícios econômicos e ambientais que o reuso da água poderia proporcionar a Instituição. A pesquisa constatou que no Instituto há uma produção de 172.780,72 litros de água por ano letivo, suficiente para suprir mais de 40% da demanda de água no local.

Porém, Cagliari e Hermany (2017) investigaram tecnologia para melhorar o aproveitamento dos recursos hídricos e de energia para uma boa produtividade na agricultura, para isso fizeram uso da internet das coisas, tecnologia de hardware e software, e a plataforma arduino sem necessidade de altos investimentos. Assim, utilizaram sensores e desenvolveram software para otimizar a utilização dos recursos em pequenas e médias propriedades rurais. Os resultados obtidos foram a constatação de que a plataforma arduino além de ser uma solução de baixo custo, também capaz de atender a automação de irrigação, fazendo a interação do arduino com plataforma externas e também “serviços em nuvem” para troca e entrega de dados demonstrando o potencial da aplicabilidade da internet das coisas.

Caldas e Camboim (2017) realizaram a implantação de sistema de aproveitamento de água condensada coletada por meio de aparelhos de condicionadores de ar para fins não potáveis num bloco da Universidade de Pernambuco, contribuindo com a redução do consumo de água subterrânea e sustentabilidade dos recursos hídricos da região. Os resultados foram que mesmo não atendendo a demanda de água potável, proporcionaria uma economia financeira e benefícios ambientais.

E, para Rezende (2016) o reuso de água tem se tornado cada vez mais importante, assim águas cinzas vêm se destacando como fonte alternativa de água para fins que não necessitam de água potável. A investigação se deteve em fazer um levantamento das legislações e normas sobre o reuso urbano no Brasil e no mundo. O resultado foi a sugestão de proposta de critérios de qualidade de água de reuso urbano para uso irrestritos e restritos com base em padrões já consolidados internacionalmente e nas recomendações na literatura. O reuso de águas cinzas é

uma boa opção no âmbito doméstico, principalmente para irrigação de jardins, lavagem de pavimento de veículos, fins ornamentais, combate a incêndios, construção civil, porém a recomendação foi que deve passar por tratamento químico.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho tem como objetivo realizar levantamento quantitativo da produção de água condensada pelos aparelhos de ar condicionados e relacioná-los com os benefícios ambientais e os financeiros para uma empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação no Amazonas - PRODAM. Assim, a metodologia baseou-se no levantamento da quantidade de aparelhos de ar condicionados, mensuração da vazão pelo método direto e consumo de uso de água tratada para irrigação do jardim, lavagem de pátio e lavagem de aparelhos de aparelho de ar condicionado, o desenvolvimento de um sistema de sensores e aplicativo para smartphone.

O projeto consiste num sistema de drenagem de água de aparelho de ar condicionado composto por tubos e conexões em PVC para a coleta de água condensada dos aparelhos e armazenagem em tanque de 200 litros. O projeto foi implantado numa estrutura física da administração de empresa PRODAM, composto por 9 salas, totalizando 9 aparelhos de ar condicionados com funcionamento de 8 horas/dia e com capacidade variando entre 12 a 48 Btu's e produção de água por condensação entre 3,5 a 20 litros/dia, conforme Tabela 1.

**Tabela 1 - Produção de água dos aparelhos de ar condicionados**

**Produção de água dos aparelhos de ar condicionados do Prédio Administrativo - (em litros)**

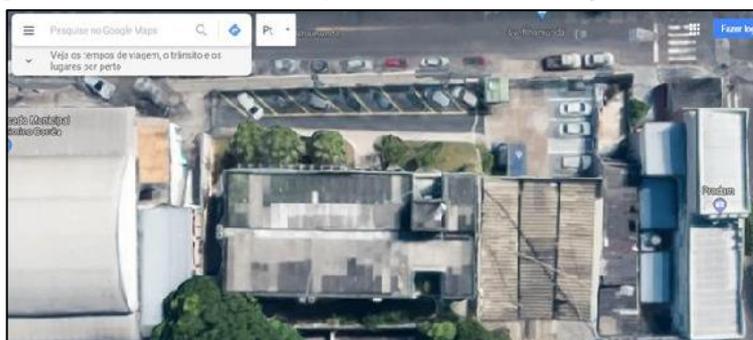
Ord.	Ar condicionado (Btu´s)	Local (sala)	Qtd. diária	Qtd. mensal
1	48.000	Gepes - Spdes	20,00	400
2	30.000	Gepes - Spdes	3,60	72
3	48.000	Gefin - Dptes	13,50	270
4	48.000	Gecon	20,00	400
5	48.000	Spape	20,00	400
6	36.000	Spsec	16,40	328
7	36.000	Geadm/Spcpr	16,40	328
8	12.000	Secretaria Diraf	3,50	70
9	30.000	Diraf	5,00	100
Total			118,40	2368

**Fonte: próprio autores (2019)**

## Diagnóstico

Para a viabilidade do projeto, foi realizado um estudo de diagnóstico no prédio administrativo da empresa composto de 9 salas comerciais, conforme Figura 1, onde estão instalados os aparelhos de ar condicionados.

**Figura 1 - Vista de cima do prédio de administração da PRODAM**



**Fonte: adaptado pelos autores (2019)**

O processo de diagnóstico iniciou-se realizando a coleta de água produzida pelos aparelhos de ar condicionados em garrafões com capacidade de 20 litros, conforme Figura 2.

**Figura 2 - Coleta de água dos aparelhos de ar condicionados**



**Fonte: Próprio autores (2019)**

Não obstante, para uma medição mais precisa, utilizou-se um recipiente com escala de 5 a 450 mililitros, conforme Figura 3.

**Figura 3 - Medição da coleta de água dos aparelhos de ar condicionados**



**Fonte: Próprio autores (2019)**

Durante a coleta, constatou-se que houve uma produção de 71 litros de água/dia e 2.130 litros de água/mês, sendo o suficiente para suprir a demanda de água no prédio administrativo para a destinação de lavagem de calçadas, rega de jardins ou até mesmo lavagens de aparelhos de ar condicionados.

Após o levantamento da produção de água, foi realizada medição no entorno do prédio para a estimativa da quantidade de materiais hidráulicos a serem adquiridos, tais como: tubos de PVC, braçadeiras, conexões, parafusos e buchas.

**Figura 4 - Medição para estimar a quantidade de materiais hidráulicos**



Fonte: Próprio autores (2019)

## Material e Métodos

### Montagem do Sistema de Drenagem

Para a montagem do sistema de drenagem dos aparelhos de ar condicionado foram utilizados 18 tubos de PVC de 25mm conectados por 12 conexões tipo “joelho” de 25mm e 6 do tipo “T” de 25mm para receber o fluxo de água das saídas das unidades condensadoras. Para vedação entre os tubos e conexões, foi cola específica para tubulação e para fixação do sistema de drenagem, foram utilizadas 70 braçadeiras do tipo “D” de  $\frac{3}{4}$ ”, 70 parafusos de 6 mm com bucha e para tampar a extremidade do sistema foi utilizada uma torneira de  $\frac{3}{4}$ ”, conforme Tabela 2.

**Tabela 2 - Relação de material para o projeto**

<b>Relação de Material para o Projeto de Captação de Água de ar Condicionado</b>				
<b>Materiais</b>	<b>Especificações</b>	<b>Qtd.</b>	<b>VL. Unit.</b>	<b>VL. Total</b>
Tambor	Polietileno 200L	1	80,00	80,00
Sensor Ultrassônico	Arduino	1	16,00	16,00
Placa de Circuito	Arduino	1	15,00	15,00
Processador	Arduino	1	48,00	48,00
Cabos	Arduino	10	5,00	50,00
Tubo 25mm	Polietileno Soldavel de 6m	18	12,00	216,00
Joelho 25mm	Polietileno Soldavel	12	0,50	6,00
"T" 25mm	Polietileno Soldavel	6	1,10	6,60
Braçadeira	Tipo "D" chaveta de Ferro 3/4	70	1,75	122,50
Parafuso N°6	Parafuso com Bucha	70	0,20	14,00
Torneira P/ Tambor	Polietileno	1	7,00	7,00
			<b>Total</b>	<b>581,10</b>

Fonte: próprio autores (2019)

## Montagem do Sistema de *Hardware* da Coleta de Dados

Para a criação sistema de coleta de dados, foi utilizado um sensor ultrassônico, Figura 5, para a medição da altura do nível de água no tanque, ou seja, para verificar a quantidade de água no tanque. O sensor ultrassônico é um dispositivo muito utilizado na indústria para medição de distância e detecção de posição de materiais granulados, materiais em pó e fluidos. O grande diferencial deste tipo de sensor é que ele pode medir variáveis como enchimento, curvatura e altura sem a necessidade de contato. Podem medir distâncias que variam de 20mm a 20 metros com erro de medição de 1% do valor medido.

**Figura 5 - Sensor ultrassônico**



Fonte: Adaptado pelos autores (2019)

O sensor de vazão consegue medir a quantidade de água que passa por um tubo, este sensor ligado a um cano, saberemos se existe um fluxo de água passando por ele. Assim, este foi conectado a um tubo de  $\frac{3}{4}$ ” que é considerado a fonte de água na entrada do sensor. O sensor funciona como uma espécie de "encoder", onde existirão pulsos digitais na saída do sensor enquanto houver líquido fluindo. Sua faixa de tensão de operação vai de 4,5 Vdc a 18 Vdc, e sua corrente máxima é de 10 mA em 5 Vdc. Quando alimentado com 5Vdc, o pulso de saída representando nível lógico alto será de 4,5 V, enquanto o nível lógico baixo será de 0,5 V. conforme Figura 6.

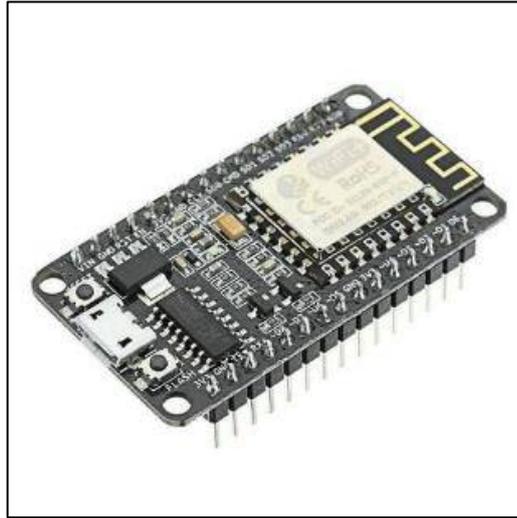
**Figura 6 - Sensor de vazão**



**Fonte: Adaptado pelos autores (2019)**

Para a transmissão de dados coletados pelos sensores, foi instalada uma placa ESP8266 que possui funcionalidade *wifi* utilizada em projetos de internet das coisas que envia dados coletados dos sensores para a “nuvem”, que em seguida disponibiliza consultas que podem ser visualizados em aplicativos em smartphone, conforme Figura 7.

**Figura 7 - Placa do circuito com sensores e processador**



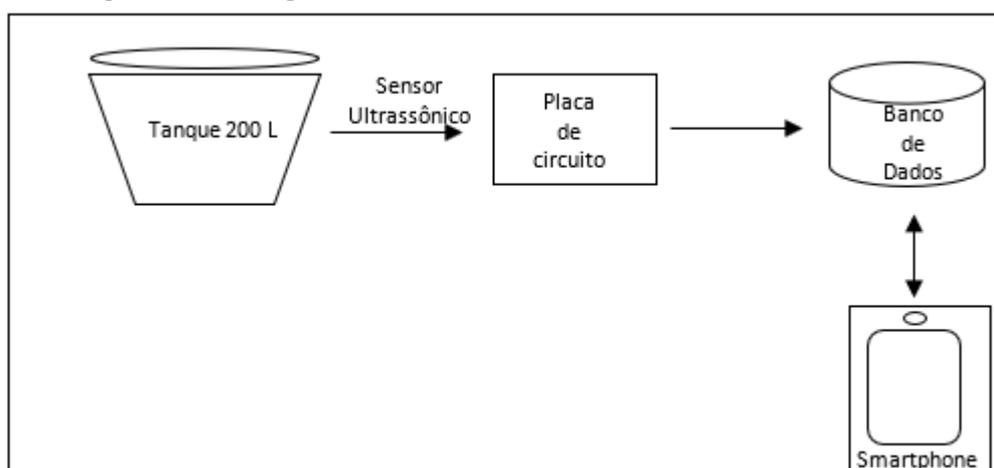
Fonte: adaptado pelos autores (2019)

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

Durante a coleta de água de 9 aparelhos de ar condicionados localizados no prédio administrativo da PRODAM, verificou-se a produção de 118,40 litros/dia e 2.468 litros/mês, sendo possível uma redução no consumo de água tratada de 118,40 litros do total de 120 litros usados no cotidiano para rega de jardins, lavagem de pátio e/ou lavagem de aparelhos de ar condicionados. Em relação ao valor da conta de consumo de água, houve uma redução média de 1,87% mensal e o *payback* para um investimento de R\$ 581,10, foi de 12 meses.

Também verificou-se que o sistema de coleta de dados através de sensores, transmissão de dados, armazenamento e leitura, conforme as figuras 8 e 9, foram eficientes e funcionou como o esperado.

**Figura 8 – Fluxograma de coleta, armazenamento e leitura de dados**



Fonte: Próprio autores (2019)

**Figura 9 – Sensores de coleta de dados e leitura no Smartphone**



Fonte: Próprio autores (2019)

## CONCLUSÃO

Nos últimos anos o mundo tem passado por período de secas, mudanças climáticas e falta de recursos hídricos, em especial nas metrópoles brasileiras que fazem racionamento no abastecimento público de água tratada. Apesar da empresa PRODAM está localizada no “coração da Amazônia” e no Estado do Amazonas onde se localiza o maior rio em volume de água doce, o rio Amazonas, os colaboradores são conscientes que o recurso água potável é limitado e está cada dia mais escasso, e que é necessário despertar atitudes ecologicamente corretas e sustentáveis.

Neste propósito, este trabalho tem como objetivo viabilizar o reuso da água produzida pelos aparelhos de ar condicionados instalados na empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação – PRODAM no prédio da Administração da empresa localizado em Manaus, utilizando como diferencial inovador as tecnologias internet das coisas - IoT e computação em nuvem.

Através das análises realizadas durante a implantação do projeto, verificou-se que é possível utilizar a água produzida pelos aparelhos em jardinagem, lavagem de pátio e lavagem de aparelhos de ar condicionado no prédio onde o projeto foi implantando, com uma redução de consumo de água potável de 118,40 litros/dia.

Sobre a viabilidade financeira, a empresa tem o retorno do investimento total em 12 meses, de acordo como *payback* calculado. Apesar do tempo de retorno ser longo e financeiramente baixo, o reaproveitamento da água dos aparelhos de ar condicionados não se limita a somente a questão financeira, mas também obter como resultado a conscientização do uso racional da água tratada, aproveitando ao máximo os recursos disponíveis de maneira sustentável.

Um dos diferenciais do projeto é o uso inédito da internet das coisas e computação em nuvem o qual se utilizou equipamentos como sensores e aplicativo para smartphone. O processo de funcionamento eletrônico e coleta de dados pelos sensores ultrassônicos e de vazão foram eficientes, além disso a placa ESP8266 funcionou sem problemas para o envio dos dados para a nuvem e a apresentação em smartphone facilitando assim a medição, leitura e controle da água armazenada.

Uma vez comprovado que a instalação do projeto de aproveitamento de água produzida pelos aparelhos de ar condicionados seja uma fonte alternativa de captação de água para uso menos nobre, é possível replicá-lo em sua íntegra em outros prédios públicos como secretarias e órgãos estaduais ou comerciais, evitando os desperdícios de água que é descartada diariamente no meio ambiente e propiciando, muitas vezes, a reprodução de vetores de doenças como: malária urbana, *zika*, dengue e *chikungunya*.

Tendo em vista que se trata de um projeto implantado somente em um dos prédios de uma totalidade de quatro que compõe a infraestrutura da PRODAM, sugere-se que projeto semelhante seja implantado nos demais prédios e demais órgãos governamentais contribuindo com o uso sustentável recursos hídricos.

## REFERÊNCIAS

- ACCARDO, Elio; CARVALHO, Conrado O. C.; GOUVEIA, Davi M. Reaproveitamento da água condensada de aparelhos de ar condicionado para uso em laboratórios de química. Dignidade Re-Vista, v.3, n.3, julho, 2018.
- BOLINA, Cecília de Castro; FÉLIX, Marielle V.; GOMES, Marcelus I. L.; RODRIGUES, Augusto L.; SARDINHA, Gustavo de O. M. Reuso da água de dreno de ar condicionado para fins não potáveis. Engevista, ISSN: 1415-7314, ISSN online: 2317-6717, v.19, n.5, p.1387-1400, dezembro, 2017.
- BARBOSA, T.; COELHO, L. Sustentabilidade por meio do reúso da água dos aparelhos de ar-condicionado da faculdade de tecnologia deputado Waldyr Alceu Trigo – FATEC sertãozinho. **Revista Academus**, v. 4, n. 1, 2016.
- CAGLIARI, Aléssio I.; HERMANY, Jonas D. Internet das coisas: arduino como solução de automação para o melhor aproveitamento dos recursos hídricos e da energia elétrica na agricultura. Revista Conexão. n°.1, ISSN 2357-9196, 2017.
- CALDAS, Julliana; CAMBOIM, Wil L. L. Aproveitamento da água dos aparelhos condicionadores de ar para fins não potáveis: avaliação da viabilidade de implantação em um bloco do UNIPÉ. Interscientia, vol.5, n°.1, 2017.
- FORTES, P. D.; JARDIM, Patrick W. C. F. P. M. G.; FERNANDES, J. G. Aproveitamento de água proveniente de aparelhos de ar condicionado. **XII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, v. d, p. 16, 2015.
- FERREIRA, Elvis P.; TOSE, Marco. Uso sustentável da água produzida por aparelhos de ar condicionado – um estudo de caso. Revista de Engenharia e Tecnologia, ISSN 2176-7270, v.8, n°.3, dez, 2016
- GOOGLE Maps, <https://www.google.com.br/maps/@-3.1205055,-60.0145488,74m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR> acesso em 29/08/2019.
- INADA, Paulo; MOTA, Thatiane R.; OLIVEIRA, Dyonis M. da. Reutilização da água dos aparelhos de ar condicionado em uma escola de ensino médio no município de Umuarama-PR. VII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica CESUMAR – Centro Universitário de Maringá, Editora CESUMAR, Maringá – Paraná – Brasil, 2011.
- ONU. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> acesso em 17/06/2019.
- ROCHA, Débora P. da. Sistema de reuso de água proveniente de aparelhos de ar condicionados para fins não potáveis: estudo de caso aplicado ao Centro de Tecnologia da UFRN. Trabalho de Conclusão de Curso –TCC, 19 f., RN/UF/BCZM, CDU 628.179.2, 2017.
- REZENDE, Amanda T. Reuso urbano de água para fins não potáveis no Brasil. Trabalho final do curso de engenharia ambiental e sanitária, Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.
- SOARES, M. C. D. M.; SILVA, A. F. A. da; SILVA, S. R. da. Análise de viabilidade do aproveitamento de água dos aparelhos de ar condicionado para fins não potáveis em um prédio público situado no Recife - PE. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 6, n. 39, p. 16–30, 2018.

# REVOLUÇÃO NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO TRABALHO NO NOVO NORMAL

Alessandra Antônia Pereira  
Patrícia Barbosa Alves de Almeida

DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.265-276

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo compreender as mudanças ocasionadas nas relações interpessoais no trabalho no novo normal, expondo algumas teorias das relações humanas. Inicialmente traz o retrato do cenário econômico atual do Brasil em virtude do vírus Covid-19. A proposta apresenta dados estatísticos levantados pelo IBGE no ano de 2020. Em seguida, são abordados relatos de autores da área sobre relacionamento interpessoal no trabalho por meio de pesquisa bibliográfica qualitativa em livros e artigos. São apresentadas ainda as teorias de Elton Mayo, Max Weber e Abraham Maslow. Depois, são abordados os principais impactos ocasionados no novo normal, evidenciando as relações interpessoais com fatores de influência ligados a Revolução 4.0 e ao período pandêmico. As análises permitem identificar que as interações entre as pessoas no ambiente de trabalho contribuem para a construção de relacionamentos saudáveis e com isso, possibilitam a solução de conflitos de forma eficaz no ambiente organizacional.

**Palavras-chave:** Relacionamento Interpessoal. Revolução 4.0. Covid-19.

## INTRODUÇÃO

O objetivo primeiro desse artigo é compreender as mudanças ocasionadas nas relações interpessoais no trabalho no novo normal. E, nessa perspectiva, analisar os impactos que a pandemia ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2 Covid-19, geraram nas economias mundial e doméstica, principalmente nas atividades econômicas da indústria e do comércio.

O Covid-19 colocou o mundo em pausa. Muitos tiveram que repensar as suas prioridades, modificar rotinas, administrar o tempo e as relações sociais. Nesse contexto, foi necessário adotar várias medidas preventivas de contenção da doença, dentre elas, o isolamento social. Autoridades governamentais buscaram, por meio de decretos, minimizar o caos e garantir a segurança das pessoas. Como foi o caso do Distrito Federal, que sancionou o Decreto 40.509 de 11 de março de 2020, suspendendo eventos de qualquer natureza.

O presente artigo foi desenvolvido por metodologia de pesquisa bibliográfica que é detalhada e exploratória. Seu caráter qualitativo permite maior conhecimento do assunto pesquisado e pode ser descrito como um processo que envolve leitura, análise e interpretação dos textos.

A escolha do tema veio com a necessidade de compreender as relações interpessoais depois de uma crise. Inicialmente esse fato que gerou sofrimento em grande parte da sociedade, pôde ser enfrentado por alguns como uma nova oportunidade. É o que reforçam OLIVEIRA, C. et al. (2012, p.24) “[...] pois, se conseguirmos detectar essa diferença, talvez possamos educar para que consigamos não só resistir ao sofrimento, mas também transformá-lo (olhos nos olhos, sem negação) em fonte de maior sabedoria.”

O resultado dessa pesquisa pode parecer óbvio, por ser algo que surgiu de maneira inesperada e estar em voga na mídia. Porém, o assunto abordado trata de mudanças de comportamento decorrentes de um cenário pandêmico que são irreversíveis e que ainda serão debatidos por muito tempo.

Sob esse viés, o desafio que segue é a retomada e continuidade tanto da atividade econômica quanto da atuação profissional. Dessa forma, surge a indagação

de como serão essas relações sociais daqui em diante e talvez seja essa a pergunta mais frequente nos tempos atuais.

## O CENÁRIO PANDÊMICO NA ECONOMIA BRASILEIRA

O vírus SARS-CoV-2, Covid-19 refletiu no cenário econômico mundial e no Brasil não foi diferente. Diversos fatores ocasionaram danos econômicos. Na segunda quinzena de junho de 2020, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apresentou dados com o objetivo de estimar os impactos da pandemia da COVID-19 na economia brasileira. Essa pesquisa, considerada experimental, recebeu o nome de Pulso Empresa.

Das empresas em funcionamento, 62,4% reportaram que a pandemia teve um impacto negativo. Enquanto que 14,8% reduziram o número de funcionários. Quanto a realização do pagamento de rotina, 52,9% indicaram dificuldade. E por fim, das empresas em funcionamento, 28% anteciparam as férias dos funcionários e 39% adotaram pelo menos uma medida com o apoio do governo.

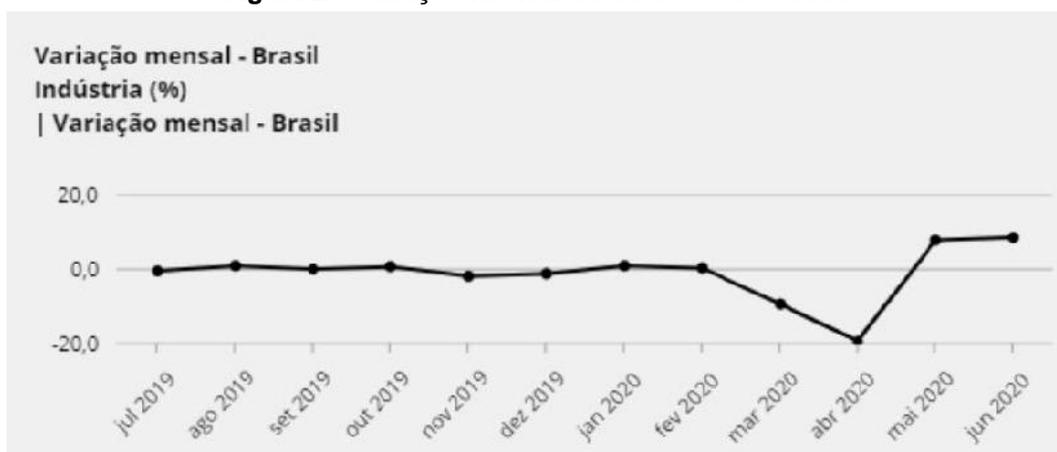
Outros indicadores importantes nesse cenário é a variação das atividades econômicas, do desemprego e do Produto Interno Bruto – PIB.

**Figura 1 - Variação mensal da atividade no comércio varejista**



Fonte IBGE

**Figura 2 - Variação mensal da atividade industrial**



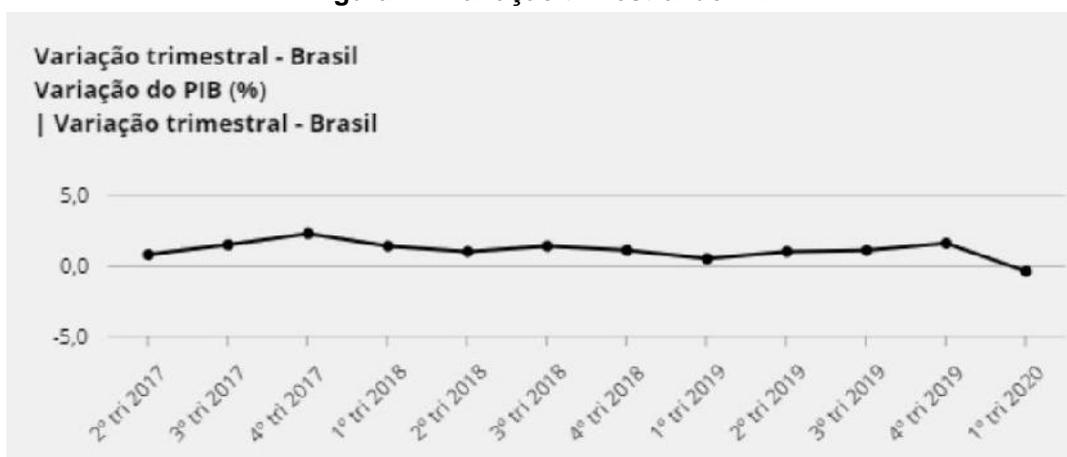
Fonte IBGE

**Figura 3- Variação trimestral do desemprego**



Fonte IBGE

**Figura 4 – Variação trimestral do PIB**



Fonte IBGE

Os gráficos apresentados mostram que as atividades econômicas tiveram fortes quedas em abril, enquanto que o índice de desemprego aumentou

consideravelmente no primeiro trimestre de 2020. No mesmo período, houve queda na variação do PIB.

A relevância desses dados nessa pesquisa é verificar os impactos no cenário econômico do país e o que se observa são quedas no desempenho econômico e aumento no nível de desemprego coincidentes com o período de pandemia da Covid 19, podendo, portanto, serem resultados dessa.

O aumento do desemprego ocasiona queda na renda das famílias e conseqüentemente retrai o consumo, essa situação gera insegurança nas pessoas. O economista Eduardo Araújo, citado por Geraldo Campos Jr. no jornal A Gazeta, explica que “Há um empobrecimento coletivo das pessoas diante da perda salarial com essas medidas, ou porque ficaram desempregadas ou ainda porque são autônomos e não estão tendo como trabalhar”. (CAMPOS, 2020).

Diante disso, há uma compreensão de que a insegurança das pessoas acerca da sua condição econômica e empregatícia pode afetar as relações interpessoais, especialmente no ambiente de trabalho. Segundo Zanini (2005, p.3) “nas hierarquias, a confiança é considerada um mecanismo implícito de coordenação e controle, resultado de relações interpessoais e normas sociais, que contribui para a formação de ações cooperativas entre os membros de uma organização” (*apud* BRADACH e ECCLES, 1989, p.282).

## RELACIONAMENTO INTERPESSOAL NO TRABALHO

O trabalho tem, historicamente, a intenção de humanizar o homem, pois é através dele que o indivíduo se reconhece enquanto sujeito histórico capaz de agir e transformar sua realidade.

Sachuk e Araújo (2007) reforçam o caráter central do trabalho para a humanidade quando afirmam que, ao longo de toda a história da evolução humana, o trabalho foi algo determinante para a manutenção da vida do homem, tanto individual como coletiva. Para os autores, a humanidade se estrutura histórica e politicamente, quase em sua totalidade, em função do conceito de trabalho. Assim, separar o trabalho da existência das pessoas é muito difícil, senão impossível, diante da importância e do impacto que o trabalho nelas provoca (JACQUES, 1996). (*apud* NEVES, *et. al.* 2018, p.3).

Dessa forma, o trabalho integra a pessoa no meio em que vive, daí o seu papel social. E é nesse contexto que as relações interpessoais acontecem no ambiente de trabalho. As novas experiências de trabalho durante o isolamento social, a exemplo do home office, darão ênfase a necessidade das organizações em terem funcionários cada vez mais criativos, inovadores, autônomos e atuantes, além da possibilidade de melhorarem as relações interpessoais dentro e fora do ambiente de trabalho.

O Relacionamento interpessoal é um tema conhecido e amplamente abordado nas teorias das relações humanas. O cientista social Elton Mayo defendia que o comportamento tradicional é visto sob a ótica de um objetivo social positivo, a felicidade individual e a saúde da sociedade dependem do surgimento de um significado de relação social do indivíduo.

De acordo com Chiavenato (2010) o relacionamento interpessoal representa o comportamento humano que gera confiança e participação das pessoas. “As pessoas não atuam isoladamente, mas por meio de interações com outras pessoas para poderem alcançar seus objetivos” (CHIAVENATO, 2010, p. 115).

Nesse contexto, Max Weber também estudou e desenvolveu o conceito de relação social que ele define como um conjunto de normas comportamentais que orientam as interações entre membros de uma sociedade. Portanto, as relações que as pessoas têm nos diversos contextos sociais em que estão inseridas, como ambientes familiares, escolares, amigos, comunidades, profissionais são marcados por esse conjunto de normas comportamentais que orientam as ações dos membros dessa relação.

As organizações são compreendidas como sistemas que processam recursos gerando assim resultados, esses recursos são humanos e não humanos, como financeiro, material e tecnológico. Nesse sentido, a vida das pessoas depende intimamente das organizações e essas dependem do trabalho das pessoas (CHIAVENATO, 2003, p.02).

O relacionamento interpessoal é, portanto, parte fundamental dos resultados de toda organização, isso por que são os recursos humanos, as pessoas, que executam as ações que movimentam os negócios, o que demonstra a importância de as organizações compreenderem as pessoas como parceiros e como diferencial

competitivo mercadológico. Isso significa dizer que pessoas satisfeitas e motivadas no ambiente de trabalho geram resultados positivos para a organização, e as relações interpessoais no trabalho, quando saudáveis e seguras, é sim um fator motivacional.

O teórico das relações humanas A. H. Maslow desenvolveu sua teoria a partir do conceito de hierarquia das necessidades, ele afirma que as necessidades individuais são dispostas em níveis de importância, sendo supridas essas necessidades da mais básica, chamada fisiológica, até a mais ampla necessidade, a de autorrealização. E um dos níveis apresentados por Maslow é o da necessidade social, que no ambiente de trabalho está relacionada ao senso de participação de uma equipe e vínculos criados.

Segundo Carvalho (2009) as pessoas necessitam viver em sociedade e interagir com outras pessoas, pois assim constroem uma relação de troca de saberes e experiências. Essa interação social é o que permite que as pessoas saibam lidar com as situações de diferenças e significar suas vidas.

As relações interpessoais da equipe e a consciência profissional são tão ou mais importantes do que a qualificação individual para as tarefas. Se os membros se relacionam de maneira harmoniosa, com simpatia e afeto, as probabilidades de cooperação aumentam muito, a sinergia pode ser atingida e os resultados produtivos surgem de modo consistente (CARVALHO, 2009, p. 109).

Dessa forma, um relacionamento pode ser determinado ou alterado em decorrência de situações conflituosas, e essas, por sua vez, podem ser interpessoal ou intrapessoal, ou seja, uma relação pode ser impactada por conflitos com outras pessoas ou ainda por conflitos internos. Por isso, para um bom relacionamento é necessário saber lidar com os sentimentos interpessoais e com seus próprios sentimentos.

## **O NOVO NORMAL: IMPACTOS NAS FORMAS DE RELACIONAMENTO INTERPESSOAL NO TRABALHO**

O advento do novo normal, em decorrência da condição pandêmica, trouxe mudanças significativas com resultados irreversíveis ao cotidiano das pessoas. A

inserção forçada de novos padrões fez com que diversas atividades passassem a ser desenvolvidas em casa, como o trabalho, estudo e lazer.

Sabe-se que toda revolução gera transformação. Um exemplo disso são as Revoluções Industrial, que ao passarem por fortes mudanças nos processos produtivos, tiveram como principais consequências, formas contemporâneas de relacionamento no trabalho e no estilo de vida dos trabalhadores.

Nesse sentido, a Revolução 4.0 apresenta-se como outro importante fator de influência no novo normal que coincide com período pandêmico. Essa fase é caracterizada pela evolução da internet, que deixa de ser apenas meio de comunicação e informação e passa a figurar fortemente às linhas de produção, principalmente pela presença da inteligência artificial. Segundo Klaus Schwab, a Revolução 4.0 “transformará fundamentalmente a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos”.

A luz desse pensamento, é possível abordar a culminância entre a Revolução 4.0 e o cenário da pandemia imposta pela proliferação do vírus Covid 19, em que ambos impactam diretamente às formas de relacionamento interpessoal no cenário organizacional.

Um dos resultados dos impactos oriundos da indústria 4.0 é a alta redução tanto nos postos de trabalho quanto em atividades que exige funções repetitivas mais braçais, atingindo fortemente o setor da mão de obra. Os colaboradores terão um papel mais técnico e estratégico, a atividade exercida tende a ficar muito mais flexível onde pessoas terão de lidar com máquinas e ao mesmo tempo com sistemas inteligentes. (MATA, Vanessa da Silva. *et. al.*, 2018).

Nesse contexto social, o cenário pandêmico da atualidade traz diversas mudanças no comportamento das pessoas tornando possível analisar os impactos e as formas de relacionamento no ambiente de trabalho.

A convivência com as pessoas requer novos códigos de conduta que contemplem a necessidade de medidas de segurança como a restrição ao contato físico e hábitos de higiene. O trabalho em equipe englobará o cuidado com o outro, pois as incertezas geradas por esse momento pandêmico, produzirão impactos socioeconômicos. A resolução de problemas será de forma coletiva, mediando os conflitos e sem desgastar as relações. Nesse ínterim, será necessário desenvolver

empatia, gentileza, bom humor, otimismo, autoconhecimento, proatividade e saber ouvir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A retomada das atividades econômicas após o isolamento social está repleta de desafios, dentre eles está o relacionamento interpessoal, que se vê agora em vias de criar e recriar vínculos de forma empática, criativa e inovadora, sem esquecer das instabilidades emocionais que ainda decorrem desse período, os cuidados com a higiene e saúde que são necessários, a necessidade de solucionar conflitos positivamente, melhorar a comunicação, e estreitar as relações, ainda mantendo o distanciamento físico que é necessário por algum tempo.

Certamente aspectos importantes de nossas vidas passam serem vistos de modo diferente, a forma como consumimos bens e serviços, os cuidados com a saúde, o contato com as pessoas, as relações de trabalho e de estudo. Essa pandemia sem dúvida representa uma revolução em nossas formas de relações sociais e deixa uma marca pelo distanciamento social. Novos hábitos em nossas rotinas, mudanças e preocupações que antes não tínhamos agora são recorrentes.

Algumas pessoas sairão dessa pandemia emocionalmente melhores, mas outros podem sair com marcas, decorrentes do isolamento social, que precisarão de tempo para serem curadas. Entender nossos sentimentos e conflitos internos podem levar à compreensão e mudança do ambiente de trabalho, isso ajuda a criar um clima organizacional sadio para todos, ou seja, um relacionamento interpessoal positivo contribui para um bom ambiente de trabalho e melhores resultados.

O resultado mais esperado desse isolamento social é que as emoções geradas e acumuladas durante esse período tragam a capacidade de sermos empáticos, dar prioridade ao outro, não existia nas pessoas disposição a dedicar tempo e atenção as dificuldades alheias, o que pode mudar agora.

Assim, concluímos que um ambiente de trabalho empático predispõe melhores relações interpessoais no trabalho, e direciona os colaboradores à inovação, à assumirem riscos e à encararem os desafios, especialmente agora no novo normal.

## REFERÊNCIAS

BELLO, Livia. **Como a pandemia impacta a forma como nos comunicamos.** Disponível em: <https://thespeaker.com.br/como-a-pandemia-impacta-a-forma-como-nos-comunicamos/>. Acesso em: 05 de Mai 2020.

CAMPOS JR, Geraldo. **Ponto a ponto: os impactos da pandemia na economia e no seu bolso.** Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/ponto-a-ponto-os-impactos-da-pandemia-na-economia-e-no-seu-bolso-0620>. Acesso em 12 de Ago 2020.

CARVALHO, Maria do Carmo Nacif de. **Relacionamento Interpessoal: como preservar o sujeito coletivo.** Rio de Janeiro: LTC, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria geral da administração - uma visão abrangente da moderna administração nas organizações.** Edição compacta. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à Teoria das organizações.** São Paulo: Manole, 2010.

COSTA, Flávio M. da. **Excelência no atendimento ao cliente.** Juruá, 2016.

CRUZ, Raimunda Maria da. **A importância da Relação Interpessoal no Ambiente de Trabalho.** Psicologado, [S.l.]. 2016. Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-organizacional/a-importancia-da-relacao-interpessoal-no-ambiente-de-trabalho>. Acesso em 05 Mai 2020.

DAVEL, Eduardo. VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão com pessoas e subjetividade.** Atlas, 2001.

GUTFREIND, Celso. **Relações pessoais pós-coronavírus: as mudanças virão dependendo de como encaramos o trauma.** Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2020/04/relacoes-pessoais-pos-coronavirus-as-mudancas-virao-dependendo-de-como-encararmos-o-trauma-ck9d7gxn60059017n54q8fr0v.html>. Acesso em: 05 Mai 2020.

HARDINGHAM, Alison. **Trabalho em equipe.** Nobel, 2002.

LIMA, Elton Marlon de Araújo. OLIVEIRA, Natalí da Silva. **Como se encaixar no novo normal.** v. 8, n. 2. 2020.

LUIZ, Ricardo Silveira. **Gestão do clima organizacional.** QualityMark, 2003.

MAGALHÃES, Marcos F. **Qualidade na prestação de serviços: Agregando valor às organizações.** Senac, 2018.

MATA, Vanessa da Silva. et. al. **Indústria 4.0: a Revolução 4.0 e o Impacto na Mão de Obra.** DOI: Rev. Cienc. Exata Tecnol., v. 13, n. 13, p. 17-22. 2018.

MORIN, E. M. **Os sentidos do trabalho.** Revista de Administração de Empresas, v. 41, n. 3, p. 8-19, 2001.

MULLER, Loraine Bohtomé. **Relações de trabalho pós-coronavírus: mais autonomia e mais liberdade.** Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2020/04/relacoes-de-trabalho-pos-coronavirus-mais-autonomia-e-mais-liberdade-ck9d7p7h4005y017n37k8zzhz.html>. Acesso em: 11 de Mai 2020.

NEVES, Diana Rebello. et. al. **Sentido e significado do trabalho**: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. Programa de Pós-Graduação em Administração – Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) Cad. EBAPE.BR, v. 16, nº 2, Rio de Janeiro. 2018.

OLIVEIRA, C. et al. **Aprendizagem e sofrimento: narrativas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

ORTEGA, João. **Industria 4.0: entenda o que é e a quarta revolução industrial**. Disponível em: <https://www.startse.com/noticia/nova-economia/industria-4-0-entenda-o-que-e-quarta-revolucao-industrial>. Acesso em: 13 de Ago 2020.

RODRIGUES, Paula. **E tudo mudou**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/coronavirus-afeta-as-relacoes-humanas-e-muda-nosso-conceito-de-normal/#e-tudo-mudou>. Acesso em: 11 de Mai 2020.

SILVA, Leonardo Emilio. et. al. **Cirurgias eletivas no “novo normal” pós-pandemia da COVID-19**: testar ou não testar? Rev. Col. Bras. Cir. vol.47 Rio de Janeiro. 2020.

VEGA, Miguel Angel Garcia. **Como será a economia após o Coronavírus**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-04-13/como-sera-a-economia-apos-o-coronavirus.html>. Acesso em: 11 de Mai 2020. VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**. Atlas, 2003.

VIEIRA, Maria Christina de Andrade. **Comunicação empresarial: etiqueta e ética nos negócios**. Senac, 2007.

ZANINI, Marco Tulio Fundão. **Relações de confiança nas empresas da nova economia informacional**: uma avaliação dos efeitos da incerteza sobre o comportamento organizacional. Doutorando na Universidade Otto-von-Guericke Magdeburg, Alemanha. 2005.

**E depois da pandemia? Pesquisadores cogitam como a Covid-19 pode mudar aspectos importantes de nossas vidas**. Gauchazh. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2020/04/e-depois-da-pandemia-pesquisadores-cogitam-como-a-covid-19-pode-mudar-aspectos-importantes-de-nossas-vidas-ck9d6j4rs003r017najg8mypi.html>. Acesso em: 05 de Mai 2020.

**Empatia na educação: um movimento necessário**. Gazeta do povo. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/educacao-e-midia/empatia-na-educacao-um-movimento-necessario/>. Acesso em: 05 de Mai 2020.

**O que é relacionamento interpessoal**. IBC Coaching. 2020. Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/rh-gestao-pessoas/treinamento-relacionamento-interpessoal/>. Acesso em: 15 de Mai 2020.

**Resumo da Revolução Industrial**. Beduka. 2020. Disponível em: <https://beduka.com/blog/materias/historia/resumo-da-revolucao-industrial/>. Acesso em 13 de Ago 2020.

**Varejo 4.0: Qual é o papel da gestão de pessoas para o futuro?** FACSP. 2020.

Disponível em: <https://www.facsp.com.br/varejo-4-0-qual-e-o-papel-da-gestao-de-pessoas-para-o-futuro/>. Acesso em: 05 de Mai 2020.

# TRABALHO VOLUNTÁRIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PERFIL, ASPECTOS DE MOTIVAÇÃO E SUBJETIVIDADE DOS VOLUNTÁRIOS DO LAR NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO

Lauro André de Souza Lírio  
Silvânia Soares Santos Brandão

Associação Goiana de Administração / Comitê Científico Goiânia/GO

DOI: 10.47573/aya.88580.2.2.277-290

**Resumo:** As entidades do Terceiro Setor, também denominadas filantrópicas, têm assumido um papel relevante na sociedade, em prol da comunidade. Neste tipo de segmento, a sociedade atualmente tem se tornado mais participativa, isso pode se referir à configuração de uma nova visão social ou objetivos pessoais, que vai além do ato de caridade. Nesta pesquisa, foi estudado o perfil, aspectos que contribuem para a motivação e subjetividade relacionada à visão e sentimentos dos prestadores de serviço voluntariado em uma organização de Terceiro Setor, na cidade de Montes Claros – MG, sendo o objeto de análise do presente trabalho a instituição filantrópica Lar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (LNSPS). A pesquisa teve abordagem descritiva e exploratória com aplicação de um estudo de caso. Aplicou-se um questionário qualitativo-quantitativo utilizando a ferramenta *Google Forms*®, com amostragem por conveniência no universo dos voluntários que prestam o mínimo “um serviço voluntário por ano na instituição”. Através dos resultados da pesquisa, percebeu-se a predominância do gênero feminino entre os respondentes, na íntegra, todos possuem nível superior. Os voluntários destacam o aprendizado e crescimento profissional; possibilidade de fazer novas amizades e descoberta de novas habilidades como aspectos motivacionais para praticarem atividades voluntárias, ou seja, vai além do ato de caridade, pressupondo o serviço voluntário como uma possibilidade de desenvolver e agregar habilidades, contribuindo na reflexão da sua visão sobre a perspectiva desejada e vivenciada na prática.

**Palavras-Chave:** trabalho voluntário. terceiro setor. filantropia.

## INTRODUÇÃO

As organizações do Terceiro Setor desempenham um papel muito importante para a sociedade, frente às causas sociais, promovendo a transformação social e atuando nas diversas necessidades de vulnerabilidade social, que se apresentam no cenário atual. Estas entidades têm como principal objetivo a melhoria da qualidade de vida das pessoas. De acordo com Santos (2009), em todo o país é possível já ter ouvido falar sobre alguma Organização Não Governamental, entidades filantrópicas ou Terceiro Setor.

Essas entidades se originam geralmente, após os agentes de mudança identificarem um problema que afeta um grupo populacional, e com a percepção de melhorar a qualidade de vida social dos cidadãos. Em seguida, buscam a adesão de um grupo de pessoas com objetivos comuns e propõem uma intervenção em prol da comunidade ou, ainda, a proposta de fortalecimento de políticas sociais pré-existentes. Embora seja possível constatar que a escassez de recursos financeiros e, muitas vezes, a falta de voluntários constitui-se num grande empecilho para o sucesso dessas entidades.

Nesta pesquisa, foi estudado o perfil, aspectos que contribuem para a motivação e fator subjetividade relacionada à visão e sentimentos dos prestadores de serviço voluntariado, em uma organização de Terceiro Setor, na cidade de Montes Claros – MG, sendo o objeto de estudo o Lar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (LNSPS).

As especificações relacionadas ao objetivo do estudo são provenientes da seguinte questão problema: Qual é o perfil, os fatores motivacionais e subjetividade referentes aos cidadãos voluntários, que exercem atividades na instituição Lar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro? Para captar essa visão macro do estudo é necessário identificar as características dos voluntários do LNSPS, compreender o perfil dos indivíduos que praticam atividades voluntárias; analisar quais são os fatores pessoais que motivam os a realização e práticas solidárias; distinguir a visão e sentimento dos respondentes sobre a percepção voluntária.

A pesquisa teve abordagem descritiva e exploratória através de um estudo de caso. Aplicou-se um questionário qualitativo-quantitativo utilizando a ferramenta

Google Forms®, com amostragem por conveniência no universo dos respondentes que prestam pelos menos um serviço voluntário por ano na instituição.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Organizações, Conceitos e Influência

Organizações são “constructos sociais” em que são importantes as instalações físicas, as relações interpessoais, a natureza humana e as relações externas. A importância da cultura (valores, crenças e regras de conduta) na organização, o que a caracteriza como “organismo vivo”, “contextualizado”, “sistêmico”, “complexo” e como “seres que aprendem” (PAGLIUSO; CARDOSO; SPIEGEL, 2010, p. 27).

Ademais, as organizações são identificadas como possuindo quatro elementos principais: “pessoas, divisão do trabalho, limites de atuação e objetivos” (SILVA, 2013, p. 43). Além disso, “[...] é uma ferramenta que as pessoas usam para coordenar suas ações e obter alguma coisa que desejam ou valorizam” (JONES, 2010, p. 7). A importância das organizações pode-se dá pelo quanto ela influencia na vida das pessoas. Souza (2012, p.23) reforça essa percepção, ao afirmar que:

“[...] vivemos em uma sociedade organizacional: as organizações estão em toda a parte; suprimos nossas necessidades por meio de organizações; trabalhamos, divertimo-nos, relacionamo-nos, agimos politicamente, reivindicamos, enfim, atuamos em organizações. Somos parte delas e elas são parte de nós: portanto, vivemos e agimos sob condições organizacionais.”

Em se tratando de organizações é comum pensar em alguma instituição que tenha uma estrutura com a finalidade de oferecer um produto ou serviço, seja ela de qualquer tipo, é difícil conceber atividades que não estejam interligadas a um relacionamento social ou produção, e estão presentes no dia a dia através de diversas atividades. Conforme Silva (2013, p. 43), as organizações “afetam fortemente cada aspecto da existência humana – nascimento, crescimento, desenvolvimento, educação, trabalho, relacionamento social, saúde, e até mesmo a morte.”

## Organizações de Terceiro Setor

Para uma compreensão adequada do Terceiro Setor, é preciso o esclarecimento de que existem três setores de atividades dentro da sociedade: o Estado (primeiro setor); entidades privadas ou de mercado (segundo setor) e o das atividades sem fins lucrativos, que se enquadram no terceiro setor (CUNHA; MATIAS-PEREIRA, 2012; CAMPOS *et al.*, 2014)

Conforme descrevem Barki *et al.* (2013), as organizações do Terceiro Setor têm origem nas organizações filantrópicas do século XVI quando, especialmente a igreja católica, com o suporte do Estado, era responsável por grande parte das instituições que prestavam algum tipo de assistência à população, principalmente com foco em serviços médico-hospitalares. Para Campos; Moreira; Scalzer (2014), o surgimento deste setor é derivado na intenção de cobrir uma lacuna existente entre o setor público e o privado.

Existem outras denominações para o Terceiro Setor, tais como Organização da Sociedade Civil (OSC) e Organização Não-Governamental (ONG). A denominação OSC foi adotada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento na década de 1990, e a denominação

ONG tornou-se a mais amplamente utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e com isso se popularizou. Ambas são formas genéricas de designar organizações do Terceiro Setor que atuam sem fins comerciais e com objetivos de interesse público (BARAKI *et al.*, 2013).

Esse tipo de segmento pratica os mais variados tipos de atividades, com a característica em comum de promover o bem-estar do cidadão e da comunidade em que estão inseridos. Dando ênfase a nível nacional, as organizações do Terceiro Setor promovem e disponibilizam acesso à saúde, educação e ao mercado de trabalho, neste último por meio da oferta de cursos de aperfeiçoamento. Além disso, desenvolvem ações contra a pobreza, violência e corrupção (TONDOLO, 2014).

As organizações têm objetivos constituídos no intuito de prestar serviços que o estado deveria oferecer e, por algum motivo, não o torna inexistente, e, desta forma, apesar de ter constituição privada, tem caráter público e finalidade social (OLAK;

NASCIMENTO, 2010), em prol de satisfazer tanto necessidades pessoais básicas quanto em áreas culturais e artísticas da sociedade vulnerável (CAMPOS *et al.*, 2014).

## Trabalho Voluntariado

De acordo com a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, previsto no Código Civil, considera-se serviço voluntário a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa.

Entre várias outras definições, existem algumas que merecem destaque, por sintetizar o espírito do trabalho voluntário ao cunho profundo e humanitário. A Fundação Abrinq define voluntário como:

“O ator social e agente de transformação, que presta serviços não remunerados em benefício da comunidade. Doando seu tempo e conhecimentos, realiza um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, e atende não só às necessidades do próximo, como também aos imperativos de uma causa. O voluntário atende também suas próprias motivações pessoais, sejam elas de caráter religioso, cultural, filosófico ou emocional.” (FUNDAÇÃO ABRINQ *apud* DOMENEGHETTI, 2001, p79.)

Compreendido o sentido do que é ser voluntário, torna-se permitido ter a percepção de que a decisão do indivíduo em executar um trabalho voluntário pode estar relacionada a expectativas como fazer a diferença, usar habilidades, desenvolver-se pessoalmente, buscar satisfação por fazer parte de um grupo, ou, ainda, estar relacionada à identificação pessoal com a causa. (DOHME, 2001).

Um fato importante que deve ser ressaltado na acepção de Hudson (1999), o setor voluntário oferece três contribuições importantes para a sociedade: a) representação, por contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e para os processos de integração e coesão social; b) inovação, por incorporar ações que transformam o meio social, desenvolvendo sujeitos e comunidades; e c) cidadania, por ser realizada a partir de ações de natureza informal e, mesmo assim, sob elevado grau de eficiência e eficácia.

## TERCEIRO SETOR DO ESTUDO DE CASO

O Lar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (LNSPS) está localizado na cidade de Montes Claros/MG, e atua há mais de 65 anos nessa cidade. Além de abrigo é, também, casa de passagem, cujo objetivo é acolher crianças e adolescentes do sexo feminino. Possui uma capacidade para acolher 20 crianças, o que requer alto custo e estrutura para manter acomodações e serviços de assistência.

A causa preconizada pela instituição é de uma complexidade extrema nos cuidados, com intuito de garantir os direitos básicos das crianças e adolescentes abandonados ou que de alguma forma se encontram em situação de vulnerabilidade social, como em casos de violência sexual, negligência, maus tratos, dentre outras. São retiradas dessa situação através de medida judicial.

A instituição tem como objetivo beneficiar um bem-estar para famílias carentes e vulneráveis, disponibilizando seus projetos pedagógicos (reforço e acompanhamento escolar), esporte, lazer, oficinas, distribuição de cestas básicas e demais práticas sociais, visando melhorar a qualidade vida e garantir alguns direitos básicos para o público vulnerável.

## METODOLOGIA

Na realização deste estudo, foram adotados desenvolvendo abordagem descritiva e exploratória, com aplicação de um questionário qualitativo-quantitativo, enquadrando-se na modalidade de estudo de caso.

Segundo Knechtel (2014), a pesquisa quantitativa é uma modalidade que atua sobre um problema humano ou social, é baseada no teste de uma teoria e composta por variáveis quantificadas em números, as quais são analisadas de modo estatístico, com o objetivo de determinar se as generalizações previstas na teoria se sustentam ou não.

A pesquisa qualitativa procura entender os fenômenos humanos, buscando deles obter uma visão detalhada e complexa por meio de uma análise científica do

pesquisador. Esse tipo de pesquisa se preocupa com o significado dos fenômenos e processos sociais. Sendo uma análise relacionada também à subjetividade, o pesquisador leva em consideração, nesse critério, as motivações, crenças, valores e representações encontradas nas relações sociais para compor a pesquisa quantitativa (KNECHTEL, 2014).

Foi utilizada a ferramenta *Google Forms*© (questionário em plataforma web) com perguntas fechadas, sendo que em umas dessas foi utilizado o método listagem orientado pelo pesquisador e possuindo somente uma pergunta aberta. Nesta etapa de identificar e facilitar a compreensão dos fenômenos humanos nas práticas sociais, por meio da subjetividade dos voluntários, as identidades dos respondentes foram preservadas, aqui denominados voluntário X, Y e Z.

O acesso ao questionário da pesquisa foi através de link disponibilizado para coleta de dados dos respondentes, no período de 04 a 29 de novembro de 2019. Por ser um estudo relacionado ao trabalho voluntário foi utilizada a técnica de amostragem por conveniência no universo dos voluntários que prestam pelos menos “um serviço voluntário por ano na instituição Lar Nossa Senhora Perpétuo Socorro”. Segundo Mattar (2014, p. 133) se aplica o uso de pesquisa com amostras por conveniência ao solicitar as pessoas que voluntariamente testem um produto e respondam a uma entrevista.

Optou-se pela plataforma *Google Forms*© por essa oferecer aos participantes da pesquisa o máximo de comodidade e flexibilidade, sem interferir nas suas atividades voluntárias e profissionais.

Os contatos disponibilizados pela instituição somam um universo de 10 voluntários, destes, somente 05 responderam o questionário, sendo, total da amostra. Os questionários foram encaminhados para os voluntários em seus contatos pessoais por meio do aplicativo *WhatsApp*.

Os procedimentos para análise de dados coletados para esta pesquisa, foram tabulados em uma planilha eletrônica MS Excel©, gerando dados estatísticos, transformados em informações que se cruzaram com o apoio teórico que permeiam a temática e percepção crítica do pesquisador.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

Para responder ao propósito da pesquisa e vislumbrando proporcionar facilidade na compreensão das análises, foi adotada a divisão em três tópicos de análise, seguindo a ordem apresentada: Caracterização do perfil do voluntário, Aspectos motivacionais e Análise subjetiva.

### Caracterização do Perfil dos Voluntários

Através dos dados da pesquisa, foi constatado que há uma predominância dos respondentes do sexo feminino, o que corresponde a 80% da amostra. Este fato pode ser influenciado por que a instituição é uma casa de acolhimento para crianças do sexo feminino e por ser também um centro de estadia para noviças.

No que diz respeito a faixa etária, observou-se que 20% dos voluntários tem idade entre 18 e 21 anos. Essa mesma porcentagem equivalente para a faixa etária entre 38 e 47 anos. Além disso, 60% tem idade entre 28 e 37 anos, o que deduz ter mais pessoas maduras no serviço voluntariado da instituição.

Quanto ao estado civil dos respondentes, 60% manifestaram ser solteiros. Deduz-se que as pessoas solteiras têm mais flexibilidade para doar tempo em causas sociais.

Com relação ao grau de escolaridade, observou-se que 100% dos respondentes possuem graduação, desses, 20% são pós-graduados. Isso indica que os voluntários possuem um conhecimento intelectual específico sobre determinada área, podendo proporcionar para instituição melhorias na atuação voluntária.

A pesquisa apontou que 80% dos respondentes afirmaram que já dedicaram ou dedicam atividade voluntária em outras instituições, logo, pode-se afirmar que a instituição possui, em sua maioria, voluntários altruístas, com desejo de contribuir e transformar a realidade social do local onde vivem.

Quanto à origem da relação voluntária com a instituição escolhida pelo voluntário para realizar participação ou doação de tempo ou recursos, 60% dos

respondentes informaram que foi proveniente de iniciativa própria e identificação com a causa social. Com isto, é possível concluir que a causa da instituição é notória pela comunidade onde está inserida, o que impacta positivamente na imagem e na credibilidade da instituição.

Com relação ao tempo de trabalho dedicado a instituição, os resultados constataram que 60% exercem atividades voluntárias há menos de um (01) ano. Nesta análise, é possível depreender que a instituição serve como uma espécie de “incubadora” abrindo as portas para estagiários e especialistas, que desejam oferecer seus conhecimentos para adquirirem ou agregarem experiências.

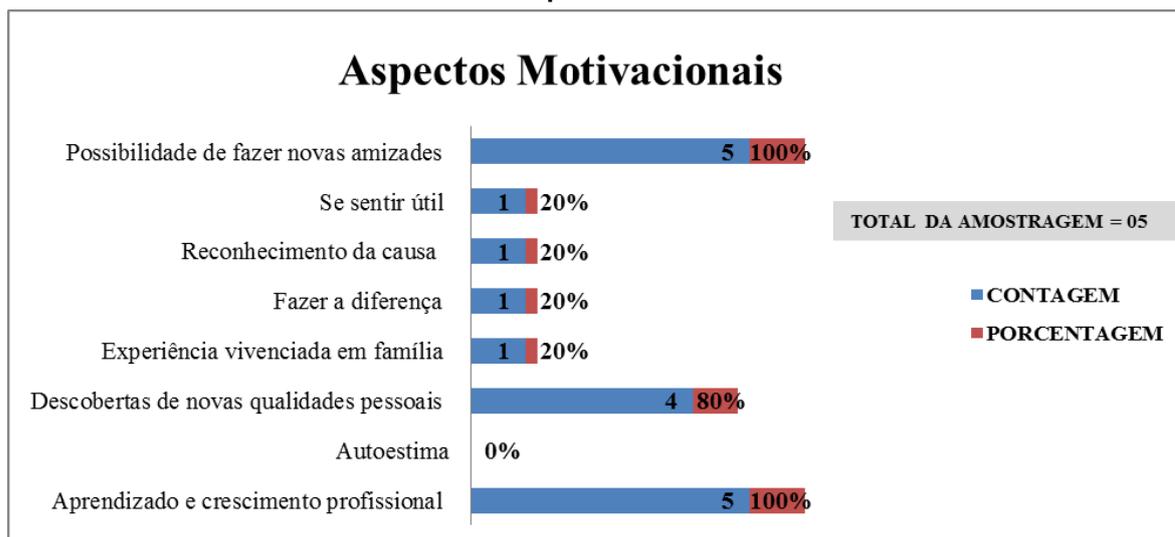
De acordo com os dados da pesquisa, 100% dos doadores de tempo, especialidade ou talento, dedicam as atividades voluntárias com frequência de no mínimo duas vezes por ano, indicando que todos os respondentes possuem uma efetividade anual no serviço voluntariado, afirmando, novamente, o senso do altruísmo presente na personalidade dos voluntários em análise.

## **Aspectos motivacionais**

O trabalho voluntário refere-se ao indivíduo que colabora oferecendo tempo e intelecto em prestação de serviços as organizações, sem interesse de pagamento monetário com interesse de gerar benefícios entre ele próprio e partes envolvidas (SHIN; KLEINER, 2003).

Na perspectiva de compreender os aspectos motivacionais dos voluntariados, que executam atividades sem pagamento monetário, foi realizado na pesquisa um processo de “listagem”. Essa abordagem foi constituída por oito aspectos determinados pelo pesquisador, embasados nas referências desta pesquisa e correlacionados ao estudo abordado. Foi solicitado aos respondentes para identificar quais dos aspectos transmitia motivação em prestar atividade voluntária. Através dos respondentes foram obtidos os seguintes dados representados no gráfico:

Gráfico 1: Aspectos Motivacionais



Fonte: Dados da pesquisa – Desenvolvida pelos Autores (2020)

Através dos resultados obtidos, no que diz respeito à identificação e análise dos aspectos motivacionais dos respondentes, foi observado que os dados, “possibilidades de fazer novas amizades”; “aprendizado e crescimento profissional” e “descobertas de novas qualidades” foram os mais citados pelos participantes da pesquisa indicando ser os que proporcionam motivação nas práticas de atividades voluntárias, correspondendo a uma média simples de 93,33% , isso significa que somente 6,67% da amostra não se identifica com apenas um dos aspectos citados.

Há um alinhamento no resultado da amostragem em 100% entre os aspectos “aprendizado crescimento profissional” e “possibilidade de fazer novas amizades”, a motivação dos voluntários não se dá pelo fato somente de ser generoso, eles estão em busca de melhorias profissionais e de pertencimento a um grupo, considerando a filantropia como uma oportunidade e processo de evolução.

Um fato relevante identificado neste estudo, relacionado ao que motiva o indivíduo a praticar atividade voluntária, que deve ser destacado, é referente ao aspecto “autoestima”. Nenhum dos respondentes indicaram este elemento como algo motivador em praticar atividade voluntária.

Segundo Sbicigo, Bandeira e Dell’Aglio (2010), entende-se por autoestima um conjunto de sentimentos e pensamentos do indivíduo, que se reflete em uma atitude positiva ou negativa em relação a si mesmo. Isso permite entender que o resultado da amostragem no valor de 0% estar relacionado ao bem-estar interpessoal dos voluntários e qualidade de vida, justificado pelo fato de que as emoções e sentimentos

estão equilibrados, o que pode influenciar em uma mentalidade e atitude positiva sobre si mesmo, tornando-os confiantes em decisões e situações da vida.

Os demais elementos “se sentir útil, reconhecimento da causa”, “fazer a diferença” e “experiência vivenciada em família” obtiveram os mesmos valores estatísticos representados por 20% respectivamente, não foram considerados relevantes para os respondentes, podendo sofrer alterações nos resultados em posteriores estudos, decorrente das mudanças de comportamento e percepção dos respondentes.

#### 5.4 Análise subjetiva dos voluntários

Nesta etapa, buscou-se analisar a diversidade dos fenômenos e variáveis sociais que permeiam a abordagem relacionada ao que condiz a percepção e experiências referentes ao trabalho voluntariado.

Para estudar os significados e fenômenos foi feita a seguinte reflexão: “E se fosse possível você deixar sua mensagem sobre o trabalho voluntariado. Qual seria?” Dos 05 participantes da pesquisa, apenas 03 se manifestaram. As mensagens obtidas foram as seguintes dos três respondentes:

1. *“Sou grata por poder contribuir com a sociedade.”* (Voluntário X)
2. *“Agradecimento a toda a equipe pelo carinho, oportunidade e aprendizado, vocês fazem toda a diferença na vida dessas crianças e adolescentes.”* (Voluntário Y)
3. *“Prazer em fazer o bem”* (Voluntário Z)

Os dados qualitativos obtidos representam a descrição da “cognição, sensações e sentimentos” dos respondentes, associado ao fato de serem voluntários na instituição em pesquisa. Analisando o voluntário como um usuário, ou seja, “agentes de transformação”, é possível observar nos dados indutores que expressa os fenômenos sociais norteados pela cognição, sensação e sentimento, isso pode ser exemplificado e descrito no dado do Voluntário Y: *“Agradecimento a toda a equipe pelo carinho, oportunidade e aprendizado, vocês fazem toda a diferença na vida dessas crianças e adolescentes.”*

Pode-se perceber, na mensagem do voluntário Y, que ele projeta os “fenômenos de subjetividade” e os distingue de “sensações e sentimentos”, comprovando o retorno de experiências no voluntariado. Os dados coletados induzem a compreender a relevância da instituição para a sociedade, o que a possibilita gerar bem-estar tanto para beneficiários quanto para os voluntários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No segmento filantrópico, a sociedade, atualmente, tem-se tornado mais participativa, isso pode se referir à constituição de uma nova cultura social, que vai além do ato de caridade. Esta analogia justifica a motivação e interesse deste estudo.

A pesquisa no Lar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro teve como objetivo realizar um estudo sobre os prestadores de serviço voluntário da instituição, cujo nesta foi identificado e compreendido o perfil, analisado os aspectos motivacionais e subjetividade em relação as práticas de atividades voluntárias, de acordo os resultados obtidos possibilitou compreender que a prestação de serviço voluntariado tem como impreterível princípio promover o bem-estar entre instituição, voluntário e beneficiário. Logo, a motivação do voluntariado é interligada ao bem-estar do indivíduo sendo influenciado pelo ambiente que está inserido, interpretados pela percepção e objetivos próprios.

Também foi identificado na pesquisa que os respondentes utilizam a prática de execução voluntária na expectativa de fazer novas amizades, obter crescimento profissional e descobertas de novas qualidades, ou seja, o propósito de praticarem suas atividades voluntárias vai além do ato de caridade.

Ainda é existente a incógnita em acreditar se o Terceiro Setor faz ou não alguma diferença para a sociedade. Não teria reflexão melhor para justificar o questionamento do que um dos relatos dos próprios respondentes desta pesquisa: *“Agradecimento a toda a equipe pelo carinho, oportunidade e aprendizado, vocês fazem toda a diferença na vida dessas crianças e adolescentes”* (Voluntário Y).

Apesar do êxito obtido nesta pesquisa ao respondendo todos os objetivos propostos na pesquisa, vale ressaltar a necessidade de mais estudos de artigos e

bibliografias similares ao que foi apontado na presente abordagem, portanto, para compreender uma visão diferente sobre o universo do trabalho voluntário, sugere-se para estudos futuros um estudo que possa identificar e compreender quais são os desafios internos e externos identificados pelo voluntário, que podem impossibilitar na continuidade/frequência das práticas voluntárias.

## REFERÊNCIAS

BARKI, E. R.; et al. Negócios com impacto social no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2013.

CAMPOS, G. M., MOREIRA, R. de L.; SCALZER, R. S. (2014). Financial reporting: reflection on transparency in the third sector. *Sociedade, contabilidade e gestão*, 9(3), 130-142.

CÓDIGO CIVIL. Lei nº: 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19608.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19608.htm) . Acessado em: 13/06/2020.

CUNHA J. H. da C.; MATIAS P. J. (2012). Captação de recursos no terceiro setor: fatores estratégicos para divulgação de informações. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 9(18), 83-102.

DELL'AGLIO, D. D.; BANDEIRA, D. R.; SBICIGO, J. B.(2010), Escala de Autoestima de Rosenberg (EAR): validade fatorial e consistência interna; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia Departamento de Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade

DOHME, Vânia D' Angelo. Voluntariado – equipes produtivas: como liderar ou fazer parte de uma delas. São Paulo: Mackenzie, 2001.

DOMENEGHETTI, Ana Maria Martins de Souza. Voluntariado gestão de trabalho voluntariado em organizações sem fins lucrativos. 2ª Edição. São Paulo/SP: Editora Esfera, 2001.

HUDSON, Mike. Administrando organizações do terceiro setor: O desafio de administrar sem receita. São Paulo: Makron Books, 1999.

JONES, Gareth R. Teoria das organizações. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

KNECHTEL, Maria do Rosário. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

Link de acesso ao questionário: <https://forms.gle/qzc4HHDWujdTtJ4y9> . Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

MATTAR, F. Pesquisa de marketing. Ed. Atlas. 1996.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. (2010). Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor). (3 ed.) São Paulo: Atlas.

PAGLIUSO, Antônio Tadeu; CARDOSO, Rodolfo; SPIEGEL, Thaís. Gestão organizacional: o desafio da construção do modelo de gestão. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Eloína Dias. Organizações do Terceiro Setor: Qual é o lucro onde não há lucro? 2009. 59 fls. Monografia (Ciências Contábeis), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Reinaldo Oliveira da. Teorias da administração. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2013.

SOUZA, Renato Santos de. A condição organizacional: o sentido das organizações no desenvolvimento rural. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2012.

SHIN, S.; KLEINER, B. H. Como gerir voluntários não remunerados nas organizações. Management Research News, vol. 26, n. 2/3/4, 2003, p. 63-71.

TONDOLO, R. R. P. (2014), Desenvolvimento de Capital Social Organizacional em um Projeto Interorganizacional no Terceiro Setor, Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

# ÍNDICE REMISSIVO

## A

Acadêmicos	10, 231
Analfabetismo	100, 104

## C

Capital de giro	40
Cargas fracionadas	189, 190, 192, 195, 196, 200
Compliance	111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134
Consumidores	214, 221
Covid-19	206, 265, 266, 267, 275
Crescimento	49, 161, 172
Crise	40
Cultura	25, 28, 29, 61, 62, 86, 88, 95, 111, 113, 114, 115, 119, 120, 123, 124, 132, 133, 144, 175, 178, 179, 180, 184, 220, 242, 279, 288

## D

Demonstrações financeiras	40, 131
Desenvolvimento econômico	175

## E

Educação Ambiental	136, 137, 138, 139, 146, 147
Efeitos de Falhas	59
Empreendedor	15, 149, 216, 219, 229
Empreendedorismo	10, 12, 18, 24, 25, 160, 214, 216, 228, 229
Empresa Júnior	10, 11, 15, 25
Ensino Superior	14, 26, 27, 29, 31, 85, 86, 87, 89, 91, 94, 96, 97, 166, 183

## F

Filantropia	277, 286
Finanças Pessoais	231, 248
FMEA	59, 60, 61, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 78, 81, 82, 83, 84
Fomento Público	85

# ÍNDICE REMISSIVO

## G

Gestão de pessoas 26, 39, 275

## H

Hábitos de consumo 142, 203, 206

## I

Inclusão digital 100, 101, 105, 106, 107, 108, 109

Inovação 19, 60, 86, 87, 101, 121, 194, 203, 206, 216, 217, 218, 219, 273, 281

Inteligência artificial 100, 108, 272

## J

Juros 57, 231, 240

## M

Mercantilismo 175, 187, 188

## O

Organização 40, 113, 116, 135, 137, 251, 278, 280

Organizações 19, 27, 28, 29, 38, 53, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 69, 81, 83, 111, 113, 115, 116, 120, 121, 122, 132, 139, 149, 151, 157, 191, 196, 247, 270, 274, 278, 279, 280, 285, 289, 290

## P

Pandemia 203

Planejamento Financeiro 231, 248

Políticas Públicas Educacionais 85

Pós-Graduação 85, 87, 88, 89, 92, 93, 94, 97, 98, 275, 290

Processos 59, 202

## Q

Qualidade 59, 61, 83, 84, 134, 274

# ÍNDICE REMISSIVO

## R

Regimes de Tributação	149, 154
Relacionamento Interpessoal	265, 274
Retenção de talentos	26
Reuso	249, 264
Revolução 4.0	265, 272, 274
Rotatividade	26, 29, 38, 39

## S

Serviços bancários	100
Sistema Tributário Nacional	149, 152
Sustentabilidade	113, 126, 146, 220, 228, 249, 252, 254

## T

Terceiro setor	277, 280, 289
Trabalho voluntário	277, 281, 283, 285, 289
Transporte rodoviário	189, 190, 192, 193, 196, 200

## V

Vulnerabilidade Social	136, 138, 139
------------------------	---------------

